

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Comunicação Social
Programa de Pós Graduação em Comunicação Social

Mídia e mudanças climáticas no Brasil

entre demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável

Felipe Mendes Cardoso

Orientadora: Rousiley C. M. Maia

Belo Horizonte

Agosto de 2013

Felipe Mendes Cardoso

MÍDIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

entre demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação Social.

Banca examinadora:

Prof^a Dr^a Rousiley C. M. Maia
(Orientadora)
UFMG

Prof. Dr. Afonso Albuquerque
UFF

Prof^a Dr^a Juliana Santos Botelho
UFMG

Belo Horizonte, 06 de Agosto de 2013

Ao amigo e tio, Paulo Roberto Mendes
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais pelo apoio, paciência e amor durante os últimos dois anos. Sem o apoio deles eu teria desistido. Sem a paciência eu estaria sozinho. E sem o amor não faria sentido. Para que este trabalho fosse realizado, eles tiveram que aguentar o gênio difícil e nervoso do autor. Agradeço ao seu Ney pelo exemplo e pela dedicação e a Dona Cida pelo amor, paciência e pelas marmitas.

Agradeço à orientadora Rousiley Maia. Obrigado pela confiança depositada, pela paciência com os prazos, pelo exemplo de integridade profissional e intelectual, pelos elogios e pela amizade. Foi um imenso aprendizado profissional e para a vida. Agradeço também aos integrantes do EME pelo aprendizado e pelos bons momentos nas reuniões e nos pastéis. Muito obrigado a Vanessa, Regiane, Danila, Edna, Thaianne, Isabela, Aline, Rodrigo, Diego, Mariana, Leticia, Patricia e Alicianne. Foi muito bom trabalhar com vocês.

Agradeço ao amigo e irmão Vinicius Bertoldi. Ele foi o responsável por preparar os “sandubás” e por desenvolver o software usado no trabalho. Sem sua ajuda as coisas teriam sido infinitamente mais difíceis, se não inviáveis. Sua amizade foi essencial durante a realização deste trabalho. Agradeço também ao Lendro Gomes pela amizade e paciência durante os últimos dois anos. E ao irmão Diogo Coelho por estar sempre por perto.

Agradeço à turma do mestrado de 2011. Foram ótimos momentos (ainda que poucos). Admiro a capacidade, inteligência e amizade de cada um. Um grande abraço para Vanessa, Jurandira, Tatiana, Victor, João, Eliziane, Siomara, Eulálio, Frances, Leandro, Thiago, Phellipy e Clayton. Bolívia também. Boa sorte para vocês na vida pós-mestrado. Agradeço também a Bárbara França pela amizade e companheirismo nesses dois anos.

Agradeço aos amigos que, mesmo longe, proporcionaram ótimos momentos durante esses últimos dois anos: Pedro Ivo, Fernanda Monteiro, Fernanda Pônzio, Éverton Oliveira, Lara Carlette etc. Se juntar a tristeza de não ter vocês por perto e a saudade que sinto, dá até pra fazer um samba daqueles bem alegres (só que meio tristes).

Agradeço ao PPGCOM-UFMG pela estrutura proporcionada. Em especial agradeço aos professores com quem tive aulas pelo ensinamento e pela participação em minha formação: Vera França, Geane Alzamora, Carlos Alberto, Rousiley e Elton Antunes

RESUMO

Este trabalho investigou como a política das mudanças climáticas foi tratada pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* no primeiro semestre de 2007. Nas páginas desses jornais, o conflito entre demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável tomou a forma de acontecimento midiático relacionado à tematização dos impactos futuros previstos pela ciência das mudanças climáticas e de processo de debate político confeccionado em narrativas noticiosas e artigos de opinião. Este debate político mediado por práticas jornalísticas institucionalizadas tensionou a forma e o conteúdo da cobertura. A distância temporal entre a política das mudanças climáticas e a manifestação das consequências socioambientais do problema não deixa nítido onde estão os “fatos” (e por consequência, as notícias) das mudanças climáticas. O caráter multidisciplinar e as escolhas éticas e políticas que perpassam a questão climática tensionaram os impasses concretos enfrentados pelo Brasil e a globalidade e normatividade implícita no conceito de desenvolvimento sustentável. Os resultados empíricos mostraram uma grande porção de cobertura realizada através de textos de opinião. E foi mesmo possível ver diferenças de abordagens e argumentos entre os diversos formatos implicados na cobertura analisada. A análise apontou também um aparente paradoxo na medida em que a política doméstica foi, de certa forma, legitimada pelo posicionamento editorial dos jornais e por grande parte do material noticioso e opinativo. Esta legitimação foi manifesta na forma do oficialismo que caracterizou a cobertura jornalística sobre mudanças climáticas. Já a avaliação mais geral acerca da posição brasileira no que se refere às negociações internacionais e às aspirações por desenvolvimento sustentável foi amplamente contestada. Estas diferenças nos formatos e na distribuição das fontes e opiniões proferidas e entre a legitimação doméstica e a contestação da política externa foram interpretadas como manifestando o caráter transmajoritário do desenvolvimento sustentável e da deliberação pública requerida pela política das mudanças climáticas, visto se tratar de um problema que requer cooperação interpessoal, interpartidária e internacional.

Palavras chave: Mídia. Mudanças climáticas. Deliberação pública. Crescimento econômico. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This work investigated how the politics of climate change has been treated by the newspapers *Folha de São Paulo* and *O Globo* in the first half of 2007. In the pages of these newspapers, the conflict between demands for economic growth and sustainable development took the form of media event related to the themes of the expected future impacts of climate change science and the process of political debate made of news stories and opinion articles. This political debate mediated by journalistic practices institutionalized tensed form and content coverage. The temporal distance between politics of climate change and the manifestation of the environmental consequences of the issue is nevertheless clear where the "facts" (and therefore news stories) about climate change are. The multidisciplinary character and ethical choices and policies that underlie the climate issue tensed concrete impasses faced by Brazil and the globality and normativity implicit in the concept of sustainable development. The empirical results showed a great deal of coverage achieved by opinion texts. And it was even possible to see differences in approaches and arguments between different formats involved in the coverage analyzed. The analysis also showed an apparent paradox as the domestic policy was somehow legitimized by the editorial position of the newspapers and for much of the news stories and opinion articles. This legitimacy was manifested in the form of officialdom that characterized the media coverage on climate change. Nevertheless, a more general assessment about the Brazilian position in relation to international negotiations and aspirations for sustainable desenvolvimento was widely challenged. These differences in the shapes and distribution of sources and opinions given and between domestic legitimation and foreign policy contestation were understood as manifesting the character beyond majority of sustainable development concept and of public deliberation required by the policy of climate change, since it is a problem that requires interpersonal, interparty and internationally cooperation.

Keywords: Media. Climate change. Public deliberation. Economic growth. Sustainable development.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas

Lista de Figuras

Introdução	13
1 – Mídia, mudanças climáticas e Deliberação pública	19
1.1 – Mídia e Mudanças climáticas – um campo de pesquisa	19
1.2 – Deliberação Pública e questão ambiental – Crescimento econômico e Desenvolvimento sustentável como demandas sociais legítimas e concorrentes	27
1.3 – A esfera pública abstrata estruturada pelos jornais – as mudanças climáticas fora dos domínios acadêmicos e parlamentares	41
2 – Política das mudanças climáticas – conceitos e impasses	49
2.1 – As mudanças climáticas e as controvérsias políticas em jogo	49
2.2 – O caso do Brasil – entre a aspiração por desenvolvimento sustentável e a necessidade de crescimento econômico	68
2.2.1 – Perfil de emissões e posição política nos fóruns	69
2.2.2 – Desmatamento – muito carbono, pouca renda	75
2.2.3 – A ambiguidade da política energética brasileira	79
3 – Estratégias metodológicas	88
3.1 – Adequando-se aos estudos sobre deliberação política	89
3.2 – Corpus e ficha de codificação	93
4 – As mudanças climáticas nos jornais – entre o processo político e o acontecimento midiático	104
4.1 – Mudanças climáticas enquanto acontecimento midiático – notícias de hoje, fatos de amanhã	105
4.2 – Cobertura sobre mudanças climáticas – tensões na forma e no conteúdo	118
4.3 – O debate sobre mudanças climáticas enquanto acontecimento	125
5 – A política das mudanças climáticas nos jornais <i>Folha de São Paulo</i> e <i>O Globo</i>	130
5.1 – Aspectos formais e descritivos	130
5.2 – Eixos temáticos	134
5.2.1 – Relações entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável	134
5.2.2 – Divisão de responsabilidades	136
5.2.3 – Interdependência entre comércio internacional e mudanças climáticas	138
5.2.4 – Inter-relações entre mudanças climáticas e política energética	139
5.2.5 – Tematização de fontes de emissões	147
5.2.6 – Mecanismos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas	150
5.2.7 – Expectativas quanto às negociações internacionais	152
5.2.8 – Tematização dos impactos relacionados às mudanças climáticas	153
5.2.9 – Avaliação quanto à situação brasileira	156

5.3 – Tipos de fontes e conteúdo dos proferimentos	160
5.3.1 - Perfil de fontes em artigos de opinião e entrevistas	164
5.4 – Perfil da argumentação	167
6 – A deliberação pública estruturada pelos jornais e os impasses do desenvolvimento sustentável	170
5.1 – A afinidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável realizada no jornal: o perfil paradoxal da cobertura sobre mudanças climáticas	172
5.2 – O desenvolvimento sustentável entre a Opinião e a Notícia – formas e conteúdos da deliberação mediada sobre mudanças climáticas	177
5.3 – O aspecto transmajoritário do desenvolvimento sustentável e o oficialismo da política das mudanças climáticas nos jornais	183
7 – Considerações finais	188
8 – Referências Bibliográficas	193

Lista de Tabelas

1. Indicadores econômicos e ambientais	70
2. Comparação da participação percentual de diversas fontes de energia: Brasil, OCDE e mundo	79
3. Distribuição da cobertura por mês analisado	130
4. Distribuição da cobertura por formatos	132
5. Debate sobre Biocombustíveis (distribuição por formato)	141
6. Avaliação da política energética (distribuição por formato)	143
7. Debate sobre energia nuclear (distribuição por formato)	145
8. Tematização de emissões ligadas ao desmatamento (distribuição por formato)	149
9. Tematização de medidas de mitigação e adaptação (distribuição por formato)	150
10. Expectativas quanto aos fóruns internacionais (distribuição por formato)	152
11. Tematização de impactos (distribuição por formato)	154
12. Avaliação da posição brasileira (distribuição por formatos)	157
13. Debate sobre metas de redução de CO2 no Brasil (distribuição por formatos)	159
14. Perfil temático dos proferimentos	161
15. Perfil de fontes de Artigos de colunistas não fixos (5.2) e entrevistas (5.5)	164
16. Argumentação pramática (distribuição por formato)	167
17. Relação entre eixo 10.1 (compatibilidade) e outros eixos temáticos da análise	173
18. Eixos Divisão de responsabilidades (T.11) e avaliação da posição brasileira (18.1 e 18.2) distribuídos por Notícias (5.1) e artigos de opinião (5.2)	178
19. Debate sobre Biocombustíveis - distribuídos por Notícias (5.1) e artigos de opinião (5.2 e 5.3) e editoriais (5.4)	179

20. Debate sobre a relação entre Política Energética e Desenvolvimento Sustentável - distribuídos por Notícias (5.1) e artigos de opinião (5.2 e 5.3) e editoriais (5.4)	180
21. Debate sobre Energia Nuclear distribuídos por Notícias (5.1) e artigos de opinião (5.2 e 5.3) e editoriais (5.4)	180

Lista de Figuras

1. Emissões líquidas por setor no Brasil - 2005	70
2. Taxa de Desmatamento	75
3. Distribuição da cobertura por cadernos	131
4. Distribuição por gêneros jornalísticos (geral)	132
5. Relações entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (distribuição por jornal)	135
6. Divisão de responsabilidades (distribuição por jornal)	137
7. Inter-relações entre mudança climática e política energética	140
8. Debate sobre Biocombustíveis	141
9. Debate sobre Energia nuclear	145
10. Fontes de emissões	148
11. Medidas de mitigação e adaptação	150
12. Tematização de Impactos	154
13. Tematização de Impactos (distribuição por jornal)	154
14. Avaliação quanto à posição brasileira	156
15. Avaliação quanto à posição brasileira (distribuição por jornal)	157
16. Tipos de Fontes	160
17. Tipos de argumentação	167

INTRODUÇÃO

Há uma só terra, mas não um só mundo. Todos nós dependemos de uma só biosfera para conservarmos nossas vidas. Mesmo assim, cada comunidade, cada país luta pela sobrevivência e pela prosperidade quase sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais. Alguns consomem os recursos da terra a um tal ritmo que provavelmente pouco sobrá para as gerações futuras. Outros, em número maior, consomem pouco demais e vivem na perspectiva da fome, da miséria, da doença e da morte prematura.

O trecho acima foi extraído do primeiro capítulo do Relatório Brundtland, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU), que foi publicado em 1987 e intitulado “Nosso futuro comum”. O trecho dá o tom da complexidade que envolve a crise ambiental contemporânea. Tal complexidade se manifesta no caráter multidisciplinar que envolve aspectos ligados às ciências naturais e exatas e às ciências humanas e sociais. O relatório a todo tempo enfatiza que a questão ambiental não pode ser separada daquilo que se entende por “desenvolvimento” – que, seja lá o que for, é o norte político e normativo da maioria das democracias contemporâneas.

Cinco anos depois: “É a economia, estúpido”, dizia James Carville, assessor de campanha do então candidato à presidência dos EUA em 1992, Bill Clinton. Carville se referia à interpretação da guinada eleitoral de Clinton contra George Bush pai, então presidente, que, a despeito do sucesso na Guerra do Golfo e da posição geopolítica privilegiada norte-americana com o fim da Guerra fria, enfrentava rejeição popular. Os gastos militares desequilibraram as contas nacionais norte-americanas, causando retração de investimentos e consumo e, por isso, aumento do desemprego. A mentalidade implícita no famoso slogan de Carville tem ampla aceitação acadêmica e expressa mesmo a mentalidade das elites políticas globais. A atual crise financeira mundial já fez suas vítimas em vários estados nacionais europeus – na Itália, Espanha, Islândia, Grécia etc. Vários candidatos tiveram a reeleição negada pelas urnas por motivo de insatisfação social quanto ao declínio do bem estar, da renda e aumento do desemprego. Há longa bibliografia a respeito das relações entre desempenho econômico

e resultados eleitorais¹. E é visível como o debate sobre os rumos da economia agendam a política contemporânea.

O leitor imagine agora, por um instante, que daqui a cinquenta anos um assessor político de uma democracia qualquer ao redor do mundo, em situação parecida com a de Carville, poderia dizer: “É o meio ambiente, estúpido!”. Difícil imaginar, não? Essa dificuldade já é um sintoma do conflito de valores que perpassa o problema ambiental relacionado às mudanças climáticas e as soluções políticas por ele requeridas. Difícil imaginar um comentarista político de um jornal qualquer relacionar a derrota eleitoral de determinado candidato a seu fracasso quanto à eficácia de determinadas políticas direcionadas à redução da emissão de gases causadores do efeito estufa na atmosfera².

Não se trata aqui de uma possível troca de valores. O crescimento econômico dos países desenvolvidos ao longo dos últimos dois séculos acompanhou e tornou possível o desenvolvimento e a consolidação das democracias existentes. Com as benesses do crescimento econômico, as burocracias ao redor do mundo oferecem educação, saúde, segurança e tantos outros bens públicos que expressam materialmente as ideias que gozam, na tradição do pensamento político ocidental, do estatuto de “democráticas”. Ideias estas que se desenvolveram quando não sabíamos que o sucesso da dinâmica produtiva das economias capitalistas estava alterando profundamente, ainda que de forma imperceptível, a condição climática estável (algo em torno de 15°C) que tornou possível o aparecimento da vida humana na terra.

Crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, valores incompatíveis ou compatíveis? Economistas das mais variadas matizes se encabulam perplexos pela complexidade da questão. Veiga (2010) argumenta que a total primazia dos valores ambientalistas sobre os valores da prosperidade econômica traria o desconforto moral de que a vida humana tem o valor que damos a ela justamente por entendermos a vida em aspectos qualitativos que dizem respeito a condições materiais aceitáveis e socialmente justas. Por outro lado, se a realização da prosperidade econômica coloca em risco a existência humana isto significa que a insustentabilidade ambiental torna sem sentido, a longo prazo, qualquer outro valor amplamente aceito. De novo a questão:

¹ - Ver Borsani (2003) para um resumo da literatura sobre correlações entre desempenho macroeconômico e desempenho eleitoral.

² - Este parece ter sido o caso das eleições australianas de Novembro de 2007. O conservador John Howard perdeu as eleições para o trabalhista Kevin Rudd. Analistas apontam que a recusa de Howard em assinar o Protocolo de Kyoto foi amplamente citada como fator decisivo para a derrota do ministro que estava a onze anos no poder.

crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, valores incompatíveis ou compatíveis? A questão está em debate. Cientistas, políticos, ativistas e cidadãos dispersos espacialmente a têm discutido. O presente trabalho foi às páginas de dois dos maiores jornais brasileiros analisar como tem acontecido esse debate.

Lá naquelas páginas - que circulam diariamente em milhares de mãos e pautam incontáveis discussões em bares, escolas, associações etc. - este debate ganha uma existência peculiar. Aqueles argumentos construídos em linguagem hermética e inacessível ao cidadão comum recebem um tratamento textual institucionalizado por práticas e rotinas de jornalistas e editores. Discursos até então reclusos a espaços dominados por elites intelectuais ganham visibilidade inigualável em qualquer outra esfera social quando publicados pela imprensa. Imagens de catástrofes climáticas e mesmo de gráficos de temperatura, emissões de CO₂ etc. que faziam parte da experiência de determinadas comunidades de cientistas limitadas no espaço e no tempo são mediadas por tecnologias e práticas jornalísticas e disponibilizadas a um público mais amplo, tornando-se parte da experiência deste mesmo público até então inexistente àquela experiência ordinária limitada.

A investigação da relação entre mídia e mudanças climáticas e o problema político que ela impõe à sociedade brasileira ajuda a entender como um determinado valor - o desenvolvimento sustentável - vai ganhando força ao longo do tempo e como uma sociedade marcada por desigualdades sociais gritantes, abundância de recursos naturais e uma matriz energética razoavelmente limpa (se comparada ao perfil do mundo desenvolvido) lida com a difícil questão acerca da compatibilidade ou incompatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Investigá-la nas páginas dos jornais nos deu a oportunidade de entender como diversos atores sociais estruturam suas demandas perante um público mais amplo - público este que se estrutura a partir da convocação das narrativas noticiosas que no dia-a-dia vão ganhando vida nas páginas dos jornais.

O objeto de pesquisa deste trabalho é um debate. A fundamentação teórica que ancora as reflexões e análises que se farão nas próximas páginas se baseia em uma abordagem comunicacional da política e da mídia. Através de uma compreensão deliberacionista da política e da mídia foram investigadas as seguintes questões: Como se estruturam discursivamente as demandas/valores abstratas por desenvolvimento sustentável e crescimento econômico nas páginas dos jornais? Como uma abordagem “deliberacionista” da mídia e da política trata o possível conflito entre argumentos

tecnocientíficos e argumentos relacionados a valores morais e políticos (todos eles relacionados em alguma medida às controvérsias da política das mudanças climáticas)? Como se inscrevem nos jornais demandas sociais amplamente aceitas, porém contraditórias na prática política e administrativa? Como se estruturam os consensos e dissensos a respeito da política nacional relacionada à mudança climática? De que modo acontecimentos e eventos relacionados às mudanças climáticas ganham espaço no noticiário político dos veículos impressos de grande circulação?

Assim, o leitor não espere deste trabalho uma resposta acerca de quem está certo ou errado nas controvérsias relacionadas às mudanças climáticas. Essa resposta é de responsabilidade de todos os envolvidos na questão – que no caso das mudanças climáticas engloba todos os habitantes do planeta e também as gerações futuras. A presente investigação é sobre o modo como diversas instituições sociais implicadas na política das mudanças climáticas ganham uma forma peculiar nas narrativas noticiosas e como a política das mudanças climáticas tensiona a prática jornalística e a política contemporânea. Diversos atores sociais manifestam suas concepções acerca do problema nos fóruns e trabalhos acadêmicos, nos parlamentos e suas comissões auxiliares, nos movimentos sociais, nas ruas e também nos jornais. Nenhum desses “espaços” é mais importante que outros. Todos eles são partes constitutivas de uma mesma realidade comum.

No primeiro capítulo, consta uma revisão de literatura sobre trabalhos internacionais que lidam com as relações entre mídia e mudanças climáticas. Depois, uma concepção deliberacionista da política e da mídia será apresentada a fim de entendermos melhor as relações políticas implicadas na cobertura jornalística de uma questão tão controversa quanto à política das mudanças climáticas e o modo como os *media* participam de um processo político e diálogo público mais generalizado que perpassa vários discursos de outros domínios da vida social (ciência, política, movimentos ambientalistas etc.) acerca da implementação de políticas relacionadas às consequências do problema.

No segundo capítulo, uma revisão de literatura, não exaustiva, acerca da política e da economia das mudanças climáticas será apresentada de forma a dar ao leitor um panorama das principais controvérsias em jogo. Questões acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, divisão de responsabilidades em relação às metas de redução de gases do efeito estufa (GEE), relações entre meio ambiente e comércio internacional, dilemas de política energética etc. serão apresentadas no intuito de melhor

entendermos o debate político transcorrido nos jornais. Ainda neste capítulo, mostraremos como as controvérsias acerca da política das mudanças climáticas tocam a experiência brasileira. Em grande parte, a motivação do presente trabalho nasceu a partir da constatação de que o debate sobre o enfrentamento dos efeitos do aquecimento global em uma país marcado por desigualdades gritantes de renda e elevada pobreza (e, por isso, carente de uma taxa de crescimento que viabilize a melhora dos indicadores sociais) é bastante diferente daquele realizado em países desenvolvidos, que já atingiram um alto patamar de renda, tendo mais recursos disponíveis para a mitigação do problema.

No terceiro capítulo, as estratégias metodológicas usadas para a análise dos textos serão apresentadas. Através da elaboração de uma ficha composta de eixos temáticos que tratam dos principais assuntos relacionados à política das mudanças climáticas foi possível analisar e mapear que tipo de cobertura tem sido dispensada pelos jornais, que formatos tem sido mais usuais, quais os argumentos mais recorrentes, quem são os atores sociais convocados etc. Basicamente, a metodologia utilizada combinou aspectos de análise de conteúdo e estudos empíricos sobre deliberação política. Um software foi desenvolvido especialmente para a realização desta pesquisa. Através dele foi possível cruzar dados acerca de formatos, temas, fontes jornalísticas etc. Isto nos propiciou uma análise mais detalhada dos variados elementos encontrados nos textos publicados no período analisado.

O hiato temporal da pesquisa foi o primeiro semestre de 2007 (Janeiro a Junho). Os jornais escolhidos para a análise foram *Folha de São Paulo* e *O Globo*. O *corpus* de pesquisa é composto de 287 textos. A escolha do período de análise se deu em função da revisão bibliográfica indicar o ano de 2007³ como marco no qual a política das mudanças climáticas ascendeu a condição de tema de primeira ordem nas negociações internacionais; e também por questões práticas, já que um conjunto maior

³ - Viola (2009) destaca alguns eventos importantes ocorridos em 2007 que ilusram a atenção dada pelas organizações políticas internacionais à política das mudanças climáticas. Cita-se aqui aqueles ocorridos no primeiro semestre daquele ano: o 4º relatório (AR4) do IPCC divulgado em Fevereiro; a reunião do Conselho de Segurança da ONU em Abril voltada exclusivamente para a discussão de problemas climáticos; e a reunião do G8 em Junho na Alemanha também voltada a discussão das negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Isto sem falar na repercussão progressiva do filme “Uma verdade inconveniente” do político e ativista norte-americano Al Gore. Outros eventos do segundo semestre de 2007 também demonstram relevância significativa: uma segunda reunião feita pela ONU com chefes de Estado focada na questão climática; uma reunião convocada por George Bush em setembro voltada a uma discussão acerca dos mecanismos mais adequados para lidar com o problema; o Nobel conquistado por Al Gore e o IPCC; e a COP13 realizada em Bali na Indonésia.

de textos para análise demandaria mais tempo e recursos humanos para que a análise fosse empreendida.

No quarto capítulo, alguns resultados da análise empírica serão comentados à luz de teorias do jornalismo já consolidadas a décadas. Veremos de que forma as mudanças climáticas tensionam os valores-notícia a muito institucionalizados nas instituições midiáticas modernas. O fato de que as consequências das mudanças climáticas estão sempre a mercê de interpretações de cientistas e políticos e de que não há fatos (no sentido genérico do termo) nas mudanças climáticas problematiza que tipo de experiência simbólica os jornais podem vir a proporcionar ao público mais amplo formado por leitores, internautas e telespectadores etc. A noção de *acontecimento* – enquanto matéria prima do jornalismo – será acionada para que tenhamos uma noção mais adequada de como processos físico-químicos de longo prazo, processos políticos internacionais e práticas jornalísticas se entrelaçam formando uma relação social manifesta em textos diários que implicam cientistas, políticos, jornalistas, editores e uma gama de interações sociais mais amplas.

O quinto capítulo é composto de uma apresentação detalhada dos dados empíricos resultantes da análise. Lá o leitor irá ter um panorama de quais temáticas ganharam maior visibilidade, quais foram os enfoques gerais mais recorrentes, que tipos de fontes foram convocadas pelos jornais a opinar e as particularidades da cobertura sobre a política das mudanças climáticas. .

O sexto capítulo é destinado a problematizar os resultados empíricos da pesquisa com o referencial teórico usado. Veremos as particularidades do caso brasileiro e de que forma os *media* analisados estruturaram um debate político sobre mudanças climáticas e quais contrangimentos atuaram nesse debate. Analisou-se também a forma como valores aparentemente antagônicos (crescimento econômico e desenvolvimento sustentável) entraram em conflito nas opiniões de inúmeros atores sociais quando confeccionadas discursivamente nos textos noticiosos analisados. Veremos também como os jornais propiciaram a estruturação de uma esfera pública de caráter abstrato, na qual a globalidade das relações internacionais relacionadas à política das mudanças climáticas cruzou com os aspectos concretos e locais de problemas energéticos brasileiros, dando uma dimensão transmajoritária à disposição das opiniões confeccionadas nos jornais e às aspirações por desenvolvimento sustentável.

Capítulo 1 – Mídia, mudanças climáticas e deliberação pública

Este capítulo é composto de três seções e visa traçar o referencial teórico que ampara a presente investigação. Na primeira seção, (1.1) um panorama dos estudos internacionais sobre as relações entre mídia e mudanças climáticas será apresentado de forma a colocar os resultados deste trabalho em diálogo com um campo de pesquisa mais amplo. Depois, (2.2) a perspectiva teórica que coloca a deliberação pública (e a troca argumentativa por ela requerida) enquanto mecanismo de concerto político será apresentada a fim de um melhor entedimento acerca dos impasses da política das mudanças climáticas. Por último, (3.3) será mostrado como os *media* e o jornalismo podem ser compreendidos enquanto uma esfera de deliberação pública com características bastante específicas e fazendo parte de um arranjo institucional mais amplo, característico das democracias modernas.

1. 1 – Mídia e mudanças climáticas – um campo de pesquisa.

Nas últimas duas décadas, vários estudos têm tentado compreender o papel e a interação social estabelecida entre políticos, cientistas, jornalistas e o público mais geral no que se refere às questões das mudanças climáticas e suas consequências políticas, sociais e ambientais. Intriga os pesquisadores saber quais as possibilidades de uma questão tão particular e complexa como o aquecimento global entrar na agenda pública de discussão propiciada pelos meios de comunicação de massa. Os estudos apontam que, por ser uma questão longínqua da experiência cotidiana dos cidadãos e de pouco apelo noticioso - visto que as consequências visíveis só serão fatos no futuro e que o vocabulário científico não se adequa ao factualismo das notícias – as mudanças climáticas enfrentam um risco premente de ou serem mal formuladas ou de nem mesmo ganhar as páginas dos jornais (BOYKOFF e BOYKOFF, 2005; BOYKOFF e ROBERTS, 2007; CARVALHO e BURGESS, 2005; ANDERSON, 2009; MCDONALD, 2009). Dito de outro modo, dado o grande hiato temporal entre as causas (emissões de CO₂) e as consequências futuras do problema (aumento de eventos climáticos extremos, por exemplo), que tipo de experiência simbólica a cobertura jornalística sobre mudanças climáticas é capaz de propiciar ao público mais generalizado, formado por leitores, telespectadores, internautas etc.?

Num primeiro momento, na segunda metade da década de 80, a cobertura sobre mudanças climáticas era esparsa e confinada à vozes de especialistas no assunto (CARVALHO e BURGESS, 2005; ANDERSON, 2009). Na década de 90 a questão da existência ou não do aquecimento global (e sua origem antrópica ou natural) foi o enfoque mais comum em vários países, especialmente nos EUA. Porém, ao longo do tempo, o enquadramento “científico” perdeu espaço e deu lugar ao enfoque “político” das negociações internacionais, com predominância de autoridades políticas sobre as fontes científicas (CARVALHO, 2007; YUN, 2012). A partir dos anos 2000, a incerteza sobre mudanças climáticas e os aspectos políticos das negociações internacionais começaram a dividir espaço com um novo enfoque, intitulado pela literatura como “alarmista” ou catastrófico (CARVALHO e BURGESS, 2005).

O enfoque “alarmista” se caracteriza pela exposição dos impactos (presentes e futuros) de eventos climáticos extremos. Este tipo de abordagem se adequa melhor às práticas jornalísticas vigentes por proporcionar um tratamento mais dramatizador e passível de personalização – característica dos valores-notícia empregados nos textos jornalísticos.

Em geral, os picos de cobertura sobre mudanças climáticas têm aumentado invariavelmente quando da ocorrência de eventos climáticos que podem ser creditados, em hipótese, ao aquecimento global (ANDERSON, 2009; BILLET, 2010); já os relatórios divulgados pelo IPCC - em especial os de 2007, que afirmavam como inequívoca a causa antrópica das mudanças climáticas e mostravam as consequências previstas para o meio do século – também foram fatores que contribuíram para o aumento da cobertura (BOYKOFF e ROBERTS, 2007; SAMPEI e AOYAGI-USUI, 2008; DOULTON e BROWN, 2008).

Boykoff (2009) afirma que a cobertura midiática sobre mudanças climáticas influencia vários processos, desde as negociações do sistema político formal até as noções informais do entendimento público da questão. Neste tipo de abordagem, a cobertura midiática não é simplesmente um amálgama aleatório de artigos e notícias. É sim uma relação social - manifesta e mediada em textos noticiosos - que implica cientistas, políticos, jornalistas e o público mais amplo (BOYKOFF e BOYKOFF, 2005). Como afirma Carvalho (2007), esta relação de mútua afetação entre esferas de ação social não deve ser vista sob o prisma de um modelo transmissivo do processo comunicacional implicado na prática jornalística. Esta era a lógica das primeiras pesquisas. No entanto, dadas as contingências das práticas normativas historicamente

institucionalizadas no jornalismo moderno sobre o texto noticioso, a relação entre o saber especializado da comunidade de pesquisa sobre mudanças climáticas (e problemas ambientais correlatos) é reconstruída através de um complexo processo de inserção em uma outra temporalidade e estrutura vocabular que em nada se assemelha a uma simples tradução em linguagem mais simples.

Um exemplo dessa complexidade é a constatação de que a norma jornalística do balanceamento entre visões opostas afetou profundamente o contexto da política das mudanças climáticas. Na Inglaterra e nos EUA, a década de 90 foi de forte contestação acerca da veracidade do aquecimento global. A prática jornalística de dar voz às partes em discussão gerou um clima de incerteza no debate público sobre uma questão que a grande maioria da comunidade científica já havia aceitado como certa – ou seja, a “polêmica” nos jornais não refletia a distribuição das opiniões entre os cientistas (CARVALHO e BURGESS, 2005; BOYKOFF e BOYKOFF, 2005; BOYKOFF e ROBERTS, 2007). O “balanço” na cobertura levou a um clima de incerteza, e esta tornou-se uma ferramenta política na mão dos céticos. Já em países onde a tradição jornalística se caracteriza por um menor apego à regra do balanceamento e os jornais se manifestam de forma mais enviesada e politicamente explícita não houve clima de incerteza – este é o caso de vários países europeus como França, Alemanha e Suécia, por exemplo (OLAUSSON, 2009).

Além do balanceamento de vozes, as exigências por novidade e dramatização que permeiam os valores-notícia da prática jornalística também incidem sobre a cobertura das mudanças climáticas. O conflito entre esferas de ação social (o jornalismo e a ciência) se manifesta seja no obstáculo do vocabulário científico (marcado pela precaução, pela probabilidade e pela temporalidade de longo prazo) seja na difícil construção noticiosa de um drama, visto tratar-se de fenômeno imperceptível à experiência cotidiana (BOYKOFF e ROBERTS, 2007). Anderson (2009) constata que as representações noticiosas sobre mudanças climáticas variam de acordo com os formatos/gêneros. E esta relação entre a forma e o conteúdo da notícia deixa ver os constrangimentos institucionais externos e internos à prática jornalística e o impacto sobre a cobertura de temas ambientais até então estranhos aos valores-notícia⁴.

No que se refere às relações entre o jornalismo e as instituições políticas, econômicas e culturais externas a ele, o trabalho de caráter comparativo e transnacional

⁴ - Uma discussão mais sistematizada sobre valores-notícia, instituições políticas e cobertura jornalística sobre mudanças climáticas é realizada no capítulo 4.

de Olausson (2009) sobre mídia e mudanças climáticas destaca que, não obstante a globalização, o noticiário nacional é dominado por uma lógica nacional e que, em grande parte, a mídia não oferece enfoques alternativos àqueles presentes no sistema político. Este fenômeno – no qual o enquadramento midiático está à reboque do enfoque dado pelo sistema político – se manifesta de forma visível no *oficialismo* que permeia a cobertura noticiosa sobre o aquecimento global e a política das mudanças climáticas (e de resto, toda a cobertura sobre política no Ocidente). O predomínio de fontes oficiais é tendência inequívoca em toda literatura sobre mídia e mudanças climáticas (ANDERSON, 2009; BOYKOFF, 2009; YUN, 2012).

Em geral, a cobertura sobre mudanças climáticas tem seguido (e mesmo legitimado) a posição governamental nas negociações internacionais sobre o tema. Foi assim na Suécia, França, Alemanha, Coreia do Sul e EUA (PETERS e HEINRICHS, 2008; OLAUSSON, 2009; YUN, 2012). Anderson (2009) destaca que nos países em desenvolvimento a atenção dispensada pelo jornalismo às mudanças climáticas é bem menor do que no mundo desenvolvido. Mas ainda sim a tendência de alta pós 2003, o acentuamento da cobertura em 2007 e o oficialismo legitimador da política oficial – fenômenos observados nos países desenvolvidos - foram tendências também em países como Coreia do Sul e Índia (BILLET, 2010; YUN, 2012).

Mas não só a simbiose entre as instituições políticas governamentais e a cobertura sobre mudanças climáticas têm sido objeto de investigação. Carvalho (2007) comparou a cobertura de jornais britânicos de filiação ideológico-partidária opostas e constatou mudanças na cobertura de veículos mais alinhados ao governo ordinário. O trabalho conclui que a cultura profissional da prática jornalística e a inclinação ideológica do jornal afetam mas não sobredeterminam o caráter da cobertura. No caso sul coreano, Yun (2012) registra o mesmo fenômeno ao constatar diferenças de prognóstico acerca da política das mudanças climáticas em jornais de inclinação ideológica convergentes e razoável similaridade nas características da cobertura de jornais de inclinação ideológica divergentes. Isto aponta para o entendimento de que a cobertura sobre mudanças climáticas responde à configuração institucional na qual opera (ANDERSON, 2009), e não só aos contrangimentos internos ao jornalismo e inclinações ideológicas dos media.

Outra preocupação das pesquisas é sobre as temáticas mais recorrentes na cobertura sobre mudanças climáticas. Doulton e Brown (2008) constatam que, no Reino Unido, o discurso alarmista (ou “catastrófico”) foi o mais recorrente, seguido pelo

discurso que, na classificação do autor, pode ser chamado de racionalista/cético, no qual a ponderação de custos e benefícios econômicos ganham bastante relevo na cobertura. Na Coreia do sul, a visão das mudanças climáticas enquanto oportunidade econômica e um caráter prescritivo acerca das políticas de mitigação é bastante recorrente (YUN, 2012). Na Suécia, o discurso da mitigação e das oportunidades também predomina (OLAUSSEN, 2009). Zehr (2009) aponta que nos EUA, passada a fase do “ceticismo” (ou da falsa controvérsia), a cobertura tomou um caráter mais político, com ênfases em estratégias de mitigação e oportunidades de desenvolvimento. Enquanto a parte “alarmista da cobertura” foca em dramas sociais e pessoais como estratégia discursiva, a cobertura de enfoque mais político (sobre negociações internacionais e intrapartidárias) se caracteriza por reportagens mais frias e “estatísticas”.

Em resumo, as pesquisas têm procurado analisar de que forma influências externas e internas às instituições jornalísticas incidem sobre o texto noticioso e que tipo de relação esse material simbólico tem sobre a experiência pública mais ampla acerca da questão bem como sua relação com o sistema político formal. A maioria dos trabalhos adota um recorte temporal bastante amplo e categorias analíticas mais genéricas para a análise do material noticioso.

O presente trabalho visa se inserir nesse campo de pesquisa ao olhar para dois dos maiores veículos jornalísticos brasileiros (*Folha de São Paulo* e *O Globo*) e analisar quais eixos temáticos, argumentos e tipos de fontes tem predominado na cobertura sobre mudanças climáticas e, na medida do possível, tecer considerações acerca da relação política manifesta nos textos publicados. Compreende-se a mídia e o jornalismo como uma instituição implicada em relações sociais mais amplas e estruturadora de uma espécie de arena pública onde problemas sociais competem por atenção (BOYKOFF e BOYKOFF, 2005).

Este trabalho adota um recorte temporal menor (primeiro semestre de 2007) do que os trabalhos referenciados nesta seção. Mas adota uma postura analítica pormenorizada ao analisar a cobertura brasileira - composta de gêneros noticiosos e opinativos - através da elaboração de códigos que capturam as temáticas da cobertura de forma menos genérica que as pesquisas internacionais. A escolha de um hiato temporal menor combinada a uma ficha de codificação⁵ mais detalhada se deve aos propósitos específicos da presente pesquisa e a limitações materiais (poucos recursos humanos) e

⁵ - A ficha de codificação está exposta no capítulo 3

limitações de tempo para a realização da codificação. Ao analisar o caso brasileiro não procuramos apenas identificar o perfil temático mais geral da cobertura midiática sobre mudanças climáticas mas também, através de uma análise minuciosa dos diversos eixos temáticos confeccionados no texto, identificar que tipo de relação social o conjunto dos textos analisados manifestam e que considerações de ordem qualitativa foram possíveis fazer.

De início, pode-se dizer que no Brasil a cobertura sobre mudanças climáticas apresentou similaridades em relação às tendências internacionais⁶. A cobertura brasileira acompanhou, de certa forma, a posição oficial do governo brasileiro em questões domésticas e manifestou certa dose de contestação quanto à posição brasileira nas negociações internacionais. Por exemplo, a questão de se o Brasil deve ou não adotar metas vinculantes de redução de gases causadores do efeito estufa (GEE) - apesar de receber pouca menção explícita nos textos (8,70% do *corpus*) - apresentou equilíbrio na distribuição das opiniões. Treze textos (4,52%) apoiaram a adoção de metas por parte do Brasil e/ou países em desenvolvimento; enquanto 10 textos (3,50%) se apresentaram contra a adoção de metas pelos mesmos. Os proferimentos individuais de fontes acionadas pelo jornalismo acompanham o mesmo equilíbrio. Já quando o assunto era uma avaliação mais geral da política governamental e da posição brasileira nas negociações internacionais os textos apresentaram majoritariamente uma avaliação negativa da posição brasileira.

No entanto, quando questões relacionadas a tópicos específicos do contexto nacional, em especial problemas referentes à matriz energética, a cobertura acompanhou a posição oficial. O ano de 2007 foi marcado por ampla discussão acerca dos benefícios e malefícios acerca dos biocombustíveis e da retomada da discussão acerca do uso de energia nuclear no Brasil. Seja em artigos de opinião e editoriais, seja a cobertura feita em notícias e entrevistas, o apoio à expansão dos biocombustíveis e à construção da usina nuclear Angra III predominou sobre as vozes contrárias. Paradoxalmente, quando o assunto era a avaliação da política energética como um todo, um perfil de contestação (de menor magnitude que o apoio aos biocombustíveis e nucleares) apareceu. Isto se deve ao fato de que uma avaliação mais geral da política energética envolvia também a polêmica (presente em 2007) acerca da construção de usinas hidrelétricas na região

⁶ Nos capítulos 5 e 6 os resultados gerais do trabalho serão expostos de forma sistematizada e mais detalhada. No restante desta seção alguns dados serão apresentados a fim de se estabelecer um diálogo com as pesquisas internacionais.

amazônica⁷. Neste caso, uma narrativa acerca dos bastidores envolvendo a demora na liberação de licenciamentos ambientais e uma queda de braço entre o presidente Lula e a então ministra do Meio ambiente Marina Silva foi desencadeada de forma a dar um tratamento mais personalista à cobertura do impasse político dentro do governo.

O caso brasileiro aqui estudado também apresentou dose expressiva de oficialismo na cobertura - 52% dos artigos de opinião foram escritos por agentes oficiais (nacionais e internacionais). Nas notícias e reportagens, 56,5% das fontes acionadas pelo jornalismo são oficiais nacionais ou internacionais. Em ambos os casos, predominam fontes oficiais do governo e base aliada.

O enfoque “alarmista” também esteve presente no caso brasileiro. Menções acerca do impacto econômico, social, ambiental e político das mudanças climáticas se apresentaram em 23,75% (68 textos) do *corpus* analisado. A ênfase foi muito maior nos impactos sociais e ambientais (18,12%) do que nos impactos econômicos. Para se ter uma ideia, as menções que avaliam exclusivamente a posição brasileira na política das mudanças climáticas constam em 18,10% da cobertura⁸.

Foi nítido um perfil de cobertura mais voltada às questões nacionais. Se somados textos que tratam das relações entre política energética e desenvolvimento sustentável, fontes de emissões nacionais e avaliação da situação brasileira no que se refere à política das mudanças climáticas chega-se a 79,5% da cobertura analisada. Textos que tratam da divisão de responsabilidades (metas de redução de GEE) entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e expectativas em relação aos fóruns internacionais de negociação somam apenas 9,75% da cobertura. Porém, estes números não devem ser interpretados de forma rígida, já que quando, nos textos, se avalia a situação brasileira menciona-se quase sempre o contexto das negociações internacionais e assuntos correlatos. Mas a agenda nacionalista da cobertura foi indubitável.

Menções acerca das fontes de emissões de GEE brasileiras constaram em 20,55% do *corpus* analisado (59 textos). Destaque para o desmatamento que - por ser a prática responsável por quase 75% das emissões nacionais em 2007 - respondeu por 72,9% dos casos que citam fontes de emissões. Já as medidas de mitigação aparecem

⁷ Uma revisão bibliográfica acerca das especificidades do caso brasileiro (perfil de emissões, posição nas negociações internacionais, perfil da matriz energética etc.) será apresentada no próximo capítulo.

⁸ - Mais à frente, será mostrado que houve uma mudança no perfil da cobertura ao longo do semestre investigado. Nos três primeiros meses, o enfoque alarmista (tematização e exploração dos impactos sociais e ambientais) predominou amplamente. Depois, controvérsias ligadas às rodadas de negociações internacionais e questões domésticas relacionadas à política energética ganharam espaço relativo frente a cobertura mais focada nos impactos das mudanças climáticas.

em 30% dos textos analisados, com destaque para medidas tidas como de mercado (compensações e mercados de carbono) que correspondem a 29% dos casos em que este assunto foi tematizado.

Como mencionado anteriormente, mais à frente uma análise detalhada dos resultados da pesquisa será exposta. O objetivo desta seção foi colocar a presente pesquisa em um contexto mais amplo de investigação. Os trabalhos aqui referenciados, apesar de distintas fundamentações teóricas e metodologias, se preocupam em dar um “estado da arte” acerca da cobertura jornalística da política das mudanças climáticas através da investigação de casos nacionais. Os jornais são vistos como *lócus* de experiência simbólica de um problema complexo que envolve interações discursivas entre atores de variados domínios de ação social. Narrativas “alarmistas” e as intrigas das relações internacionais se misturam às argumentações de cientistas, políticos e ambientalistas etc. Se por um lado, o jornal aparece como dispositivo pronto (publicado) e propiciador de uma experiência pública acerca do problema; os argumentos e vozes ali confeccionados em narrativas deixam ver o caráter processual do debate público referente às problemáticas políticas envolvidas.

Na próxima seção, será exposta a fundamentação teórica que lastreou nossa investigação empírica. Uma perspectiva deliberativa da política e dos meios de comunicação ajudará na compreensão desse complexo debate que caracteriza a política das mudanças climáticas. Que há jogos de poder e interesses velados nas negociações sobre mudanças climáticas e na política governamental referente a ela não é mistério. No entanto, os atores políticos, científicos, ambientalistas, jornalistas e articulistas vêm a público diariamente lutar pela legitimidade de seus argumentos e críticas - materializados em textos - que irão compor uma esfera pública de discussão acerca dos problemas implicados nas mudanças climáticas.

1.2 - Deliberação pública e questão ambiental – Crescimento econômico e Desenvolvimento sustentável como demandas sociais legítimas e concorrentes

O trabalho de Battinger e Bernauer (2009) investiga se as instituições democráticas favorecem ou não o comprometimento com a adoção de políticas relacionadas às mudanças climáticas. A avaliação é feita não só em termos de adoção de políticas (*policy inputs*) como também nos resultados efetivos de implementação (*policy outputs*). Os autores encontram correlação positiva entre instituições democráticas e políticas de combate às mudanças climáticas. No entanto, advertem que a correlação é mais evidente para adoção da política; já nos resultados, outras variáveis como particularidades das situações e custos de mitigação nacionais e capacidade de governança acabam por tornar a correlação menos nítida.

Para Held e Harvey (2011) as democracias liberais sofrem de problemas estruturais que dificultam a resolução de problemas de ação coletiva, com destaque para as mudanças climáticas. Tais problemas seriam: “curto prazismo” eleitoral, decisão auto-referenciada (no território), excessiva concentração de grupos de interesse e fraca capacidade de multilateralismo. Afirmam ainda haver um paradoxo em se tratando de democracias e mudanças climáticas: os problemas têm extensão global e os instrumentos (instituições políticas) de resolução são nacionais. Colocam também que a adoção de políticas de combate às mudanças climáticas pode vir a ser impopular e contrária às preferências de seus cidadãos (e também eleitores). E para lidar com esse impasse entre preferências existentes frente à necessidade de resolução de um problema complexo e de conhecimento ainda em construção, os autores vão buscar na tradição dos estudos em democracia deliberativa uma resposta para a capacidade das democracias em lidar com o fenômeno das mudanças climáticas e suas implicações sobre o desempenho econômico dos países.

Nesta seção será apresentado, de forma não exaustiva, o conceito de deliberação pública enquanto mecanismo de concerto político. Três características da deliberação pública serão conceituadas e aplicadas às questões das mudanças climáticas: **(i)** a deliberação pública enquanto mecanismo transmajoritário; **(ii)** mecanismo de concerto político para situações problemáticas que requerem cooperação interpessoal, intrapartidária e internacional e **(iii)** mecanismo de coordenação de interesses, valores e expectativas.

(i) Benhabib (2007) afirma que sistemas democráticos se confrontam com a tarefa de promover bem estar econômico, um sentimento viável de identidade coletiva e legitimidade política. No entanto, os dois primeiros podem ser conseguidos em regimes não democráticos. Já a legitimidade é problema característico de regimes democráticos. E é justamente acerca da legitimidade que uma perspectiva deliberacionista da política se debruça. Gutmann (1995) afirma que esta perspectiva quer reconciliar o que há de melhor nos princípios liberais ocidentais com a ideia de legitimidade popular, âmago das ideias de democracia. No caso da presente pesquisa, o bem estar econômico e a legitimidade política se tornam duas variáveis de uma complexa equação que envolve o debate público em diferentes arenas (formais e informais) acerca da crise ambiental contemporânea.

Como será exposto no próximo capítulo, a ideia de desenvolvimento sustentável quer reconciliar práticas e valores aparentemente ou historicamente contraditórios tendo em vista o bem estar das gerações futuras. Se por um lado, o crescimento econômico tem possibilitado as condições materiais necessárias à democracia; por outro lado, as consequências desse crescimento, materializado em práticas agressivamente poluentes, colocam em risco não só as condições sociais para o crescimento e desenvolvimento das gerações futuras, mas também correm o risco de deflagrar crises sociais relacionadas às consequências das mudanças climáticas em lugares mais vulneráveis e minar a própria estabilidade de alguns regimes democráticos ao redor do mundo. Tendo em vista o caso brasileiro - um país necessitado de taxas de crescimento que viabilizem melhorias de vida para a maioria da população e a também necessária transição a uma economia pouco intensiva em carbono - cabe a questão: Como lidar com o difícil caso no qual demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável são amplamente aceitas, porém extremamente conflituosas em sua realização concreta na prática política e administrativa?

Para lidar com essa questão, recorreremos ao conceito de deliberação pública, entendida como “processo dialógico de troca de razões com o propósito de solucionar situações problemáticas que não podem se resolvidas sem coordenação e cooperação interpessoais” (BOHMAN, 2009, p.36). Tal conceito faz parte do movimento teórico - os democratas deliberativos - que se insurgiu, no final do século passado, contra o *mainstream* da ciência política tradicional, corporificado nas abordagens economicistas e elitistas da democracia (AVRITZER, 2000; CHAMBERS, 2009; CHRISTIANO, 2007). Essas abordagens viam a política democrática em sociedades complexas como

uma atividade análoga ao mercado – eleitores/consumidores escolham entre (oferta de) programas políticos alternativos, segundo uma estrutura de preferências já dadas.

O “economicismo” da teoria política convencional prevalece também nas análises políticas relacionadas às questões ambientais (JAMIESON, 1992; LENZI, 2009). Geralmente, o modelo usado é a análise de custo/benefício quanto às consequências de determinada política. No caso da questão climática este tipo de abordagem se torna problemática na medida em que os benefícios e custos não são totalmente conhecidos e são dispersos assimetricamente no espaço e no tempo, o que dificulta (ou mesmo impossibilita) qualquer método agregativo. Sem falar no problema de como os interesses existentes representam e se relacionam com os interesses das gerações futuras – relação implícita no conceito de desenvolvimento sustentável⁹.

Outra crítica a este tipo de análise microeconômica é que ela pressupõe um modelo de ação humana (utilitária) no qual escolhas políticas são feitas com base na mesma racionalidade de consumidores do mercado. Sunstein (2009) argumenta que preferências políticas são bastante distintas de preferências de consumo visto que as últimas são uma função de disponibilidade de renda (fator contingencial), enquanto preferências políticas se formam de maneira endógena a processos sociais que dizem respeito à identidade social dos sujeitos e a valores éticos e políticos. O autor chega a citar o caso da possibilidade de cidadãos serem favoráveis a uma legislação ambiental mais severa ainda que não ganhem materialmente com a realização de tal política. Dito de outra forma, as pessoas podem em seu cotidiano procurar as melhores formas de maximizar seu bem estar comprando produtos mais baratos, por exemplo; no entanto, elas podem endossar políticas que tornem determinados produtos ecologicamente incorretos mais caros, e assim teriam que readaptar suas preferências de consumo concretas (ordinárias) à luz de uma legislação restritiva que espelhe seus valores políticos mais amplos. Este exemplo hipotético ilustra bem como um ambiente de crescimento econômico robusto (e talvez mais poluente) pode ser amplamente aceito e, concomitante a isso, outros valores socialmente aceitos, ainda que em menor intensidade (o desenvolvimento sustentável, por exemplo) podem figurar em uma mesma estrutura de valores de uma determinada sociedade - mesmo que em sua realização concreta pareçam antagônicos.

⁹ - A noção de desenvolvimento sustentável será melhor apresentada no próximo capítulo, no entanto é valioso já apresentarmos aqui o conceito: *A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas*”(BRUNDTLAND, 1991, p.09).

Jamieson (1992) e Sunstein (2009) destacam ainda que a eficiência econômica é apenas um importante valor dentre vários outros valores condizentes com a estrutura de uma sociedade democrática. “A economia pode nos dizer como alcançar nossos valores de forma mais eficiente, mas não dizer quais são nossos valores” (JAMIESON, 1992, p.147). Os autores criticam as análises microeconômicas da democracia que entendem a meta da política como sendo a realização de uma agregação eficiente de preferências políticas reveladas. Cass Sunstein objeta que as preferências existentes já são produto de uma alocação de recursos pré-existent e que uma democracia não deve sempre priorizar a realização da agregação de tais preferências – como em teorias da escolha racional e em formas de liberalismo procedimental -, sob o risco de perder o objetivo da realização do bem estar e da autonomia. Dale Jamieson destaca a diferença entre preferências e valores. Segundo o autor, enquanto os valores dizem respeito à identidade de uma pessoa e à visão de mundo endossada por ela, relacionando-se não apenas às contingências da realidade presente (o mundo como ele é), mas também à maneira como a pessoa vê o futuro (o mundo como ele deveria ser); já as preferências expressariam a vontade das pessoas em um determinado momento, sob determinadas contingências:

Valores são mais objetivos que meras preferências (Andrews and Waits 1978). Um valor tem força para uma gama de pessoas em situações semelhantes. Uma preferência tem força apenas para o indivíduo que a possui. Se alguém deveria ou não ter determinado valor particular depende de razões e argumentos. Nós podemos discutir valores racionalmente, enquanto preferências estão enraizadas no simples desejo, sem serem justificáveis por razões (JAMIESON, 1992, 147).

Na mesma direção, Elster (2007) argumenta que teorias agregativas (especificadamente a da escolha social) fazem confusão entre o comportamento adequado no mercado e o comportamento adequado na política. A soberania do consumidor seria aceitável na medida em que os cursos de ação disponíveis no mercado afetam apenas a ele próprio; já em questões de escolha política o cidadão está escolhendo cursos de ação sobre estados de coisas que afetam o curso de ação de outras pessoas. Ele acentua ainda que a “tarefa da política não é apenas eliminar ineficiência, mas também produzir justiça – um objetivo para o qual a agregação de preferências pré-políticas é um tanto impróprio” (IDEM, p.231).

Manin (2007) destaca que outra diferença entre o debate político e o processo competitivo do mercado é a de que decisões políticas têm efeitos mais dispersos e

generalizados socialmente e que se manifestam a longo prazo. O autor afirma que o motivo de teorias econômicas da democracia enfatizarem a agregação de preferências dadas em detrimento da deliberação acerca dessas preferências é o de uma concepção errônea acerca de pressupostos individualistas da filosofia política moderna – que rezam um sujeito monológico que tem para si de forma clara uma estrutura hierárquica acerca de suas preferências e já conhecedor de todas as informações relevantes - presentes em tais teorias.

Em geral as teorias da deliberação pública criticam a ideia de um sujeito político racionalmente egoísta com preferências dadas e a ideia de uma política democrática entendida como acomodação de preferências irreconciliáveis (SILVA, 2004; AVRITZER, 2009; COHEN, 2009). Uma das premissas do modelo deliberacionista é o de que “preferências e interesses são continuamente alterados na medida em que são atravessados por outros discursos” (MENDONÇA, 2011, p.13). Assim, enquanto um modelo agregativo enfatiza um procedimentalismo político que não faz distinções axiológicas entre preferências formadas; a ênfase na deliberação pública como mecanismo central de concerto político coloca a justificação política (expressa discursivamente) acerca de preferências e valores como forma central de regulação do jogo político (COHEN, 2007; GUTMANN e THOMPSON, 2007, 2009). Consequentemente, enquanto em teorias econômicas da democracia o pluralismo político e axiológico característico das sociedades modernas é resolvido (ou apaziguado) através de métodos agregativos “neutros” quanto àquelas divergências; o mecanismo da deliberação política prevê que as preferências discordantes devem passar por um processo (incorporado em várias instituições) de justificação discursiva perante o público. “O verdadeiro objetivo do pluralismo de forças não é o equilíbrio [tipo um mercado], é a própria deliberação (...). Deve haver pluralismo de forças para manter a liberdade, e unidade de decisão para que haja coesão política e social” (MANIN, 2007, p.42).

O mecanismo deliberativo e sua ênfase na justificação de razões perante um público mais amplo tem um caráter teórico virtualmente consensualista. Isto não significa que a teoria tente abolir (mesmo que a longo prazo) as diferenças axiológicas e políticas existentes. Ao contrário, a deliberação ao requerer um procedimento de justificação mais exigente e substantivo do que simplesmente os mecanismos agregativos de inspiração majoritária faz a teoria deliberativa tomar uma feição *transmajoritária* (CHAMBERS, 2009); ou seja, a relação entre minorias e majorias

políticas (ou a relação entre liberdade individual e autogoverno coletivo) deixa de ser uma questão estatístico-agregativa e passa a ser submetida a procedimentos de justificação mais exigentes, já que tal processo limita o escopo de razões que são aceitáveis no debate político (COHEN, 2007; SUNSTEIN, 2009).

Assim, a necessidade virtual de um consenso em relação à determinada política a ser adotada se dá por questões de limitação temporal e da própria pressão de situações tidas como problemáticas e que exigem uma ação/decisão política. Dito de outra forma, o consenso não se deve a uma suposta convergência racional ou altruística intrínseca entre opiniões divergentes, mas sim da necessidade política de ação perante problemas concretos. Porém, uma perspectiva deliberacionista requer que o processo de decisão majoritário se justifique não pelo argumento de que a maioria tem o direito de decidir, mas sim pela exigência de que tal direito destinado à maioria (procedimento) e também o conteúdo da decisão (conteúdo substantivo) devem ser justificados publicamente. Gutmann e Thompson (2009) postulam que as razões que contam como justificação é uma questão substantiva (relacionada a valores). Fica implícito que o mecanismo procedimental deliberativo tem caráter regulatório do conflito político entre demandas políticas concorrentes. Nesse ponto, a deliberação visa a um ganho epistêmico que funcionaria como um “filtro” acerca de razões consideradas válidas.

Essa característica transmajoritária da deliberação pública é importante em uma abordagem da política das mudanças climáticas na medida em que a noção de desenvolvimento sustentável requer que os interesses das gerações futuras sejam levados em conta na política existente. Quem fala pelas gerações futuras? Uma simples votação (instituto majoritário) representa bem os interesses das gerações futuras? É justo que uma maioria política adote políticas que irão repercutir, ao longo do tempo, de forma negativa na qualidade de vida de todos os cidadãos, inclusive das minorias que eram contrárias àquelas políticas?

Uma abordagem deliberacionista foca interesse na legitimidade extraída do processo discursivo no qual uma determinada política é formada, votada e implementada. Como dito acima, o consenso não se dá pelo direito da maioria de decidir, mas sim por um complexo processo em que razões e argumentos são colocados nas negociações.

(ii) Esse “filtro” imposto por condições de procedimentos discursivos favorece não só uma otimização do processo de decisão bem como visa a um enquadramento comum acerca das dimensões de um determinado conflito (KNIGHT; JOHNSON,

2007). Bohman (2009) ressalta que o caráter dialógico da atividade deliberativa permite, entre outras coisas, trocas recíprocas em torno de diferenças presentes em experiências históricas biográficas e coletivas e a troca de razões entre uma norma geral e sua aplicação em casos concretos. Como dito no início desta seção, a ideia de deliberação pública representa não simplesmente uma alternativa a outro método de decisão política (agregação ou barganha, por exemplo); ela é o mecanismo disponível para aquelas várias situações problemáticas que requerem uma cooperação interpessoal, já que a ação maximizadora de interesses por parte de indivíduos (ou grupos) levaria a resultados indesejados politicamente.

A deliberação política não exclui práticas de barganha acerca de compensações e benefícios de uma determinada política ou recurso público disponível. No entanto - como afirmam Chambers (2009), Gutmann e Thompson (2007), Mansbridge *et al.* (2010) – o uso de métodos não deliberativos na política democrática deve ser justificado à luz de razões justificáveis e compatíveis com os princípios democráticos mais abrangentes que lastreiam a ordem democrática existente e a história institucional das democracias modernas.

A crise ambiental contemporânea e o antagonismo (aparente ou não) das demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, perpassados pela necessidade de uma ação mitigadora das emissões de gases poluentes, se enquadram perfeitamente na descrição de uma situação que requer cooperação interpessoal, interpartidária e internacional. Deve se entender que em toda ação política voltada à mitigação da emissão de gases GEE há custos – e na inação política também. Se pensarmos que uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) emitida na China, nos EUA ou no Brasil contribuem de forma igual para o problema e impactam de forma assimétrica várias regiões do planeta, pode-se ter uma ideia da necessidade de cooperação internacional para que as políticas de mitigação tenham resultados efetivos. Estes custos acerca da ação política são elementos importantes do problema, porém não são os mais importantes. Em uma perspectiva deliberacionista da política, eles deveriam figurar nas negociações sobre mudanças climáticas como uma variável importante a ser levada em conta, mas não são os determinantes da tomada de decisão.

Como veremos mais à frente, questões acerca de distribuição de responsabilidades, políticas comerciais, estabelecimento de metas de reduções de CO₂ e o valor de impostos sobre atividades intensivas em carbono envolvem argumentos de ordem política e ética. A deliberação pública - institucionalizada em várias instâncias

políticas (parlamentos, comissões, fóruns etc.) e também aquela deliberação informal que ocorre à revelia do sistema político nas instituições da sociedade civil - é o mecanismo adequado não só para a tomada de decisão, mas também para que se atinjam outros objetivos como a restauração/manutenção da cooperação entre as partes antagônicas (BOHMAN, 2009).

(iii) A indeterminação prática (concreta) e conceitual das demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável requer da atividade política uma decisão que concilie (não significando um consenso) elementos de ordem *pragmática* (custos, benefícios, etc.) e elementos de ordem *ético-moral* (perspectivas acerca do futuro, da valoração de bens públicos e serviços ambientais, da importância das gerações futuras e da forma como os países enxergam as desigualdades sociais de renda e vulnerabilidade quanto às consequências das mudanças climáticas). Os mecanismos de mercado - tão eficientes na alocação de recursos escassos, na catalisação de taxas de crescimento econômico e mesmo no desenvolvimento de novas tecnologias ecologicamente corretas - são incapazes de promover esta conciliação entre *preferências* concretas divergentes e *valores* políticos comuns.

No debate ambiental é patente o hiato que há entre os fatos contingentes da situação política atual concreta e os valores sociais estruturantes de nossas formas de vida. O filósofo Jurgen Habermas (talvez o nome de maior destaque entre os teóricos da deliberação) se debruçou amplamente sobre o significado desse hiato entre fatos e normas e elaborou uma perspectiva teórico-democrática que pretende simultaneamente fornecer um “parecer descritivo da moderna tradição legal ocidental e ao mesmo tempo oferecer um padrão normativo que possa avaliar as instituições existentes” (CHAMBERS, 2009, p. 243).

Habermas (2003, 2003b) utiliza uma sociologia de cunho hermenêutico-reconstrutivo para clarificar os pressupostos normativos implícitos nas práticas do moderno estado democrático de direito. Ele procura os “fragmentos e partículas de uma razão existente” (IDEM, 2003, p.09) nas práticas argumentativas institucionalizadas em instâncias (parlamentares e judiciárias) decisórias do Estado de Direito. Para ele, a institucionalização constitucional de direitos fundamentais (expressão, propriedade, associação etc.) e de mecanismos deliberativos (parlamentos, comissões, consultas populares etc.) aponta para uma concepção procedimental de democracia que coloca a força aglutinadora dos discursos como fonte de orientação para a ação política e também para a resolução de conflitos que migram para o sistema político e tem nele a

única opção legítima de resolução. Esta concepção entende “os direitos fundamentais e princípios do Estado de direito como uma resposta consequente à pergunta sobre como institucionalizar as exigentes condições de comunicação do procedimento democrático” (HABERMAS, 2004, p.288).

É necessário destacar que, na filosofia habermasiana, razão ou racionalidade tem caráter procedimental/discursivo – não sendo uma propriedade psíquica (mental) interior. Ou seja, a razão se objetiva em pretensões de validade criticáveis enunciadas por participantes de um processo comunicativo e está incorporada em práticas de argumentação institucionalizadas em instâncias políticas e judiciárias e em interações comunicativas informais de uma sociedade carente dos pressupostos normativos da tradição. Seu conceito abrangente de agir comunicativo foi elaborado com a finalidade de explicar como uma ordem social pós-metafísica que perdeu a força garante de concepções morais abrangentes (de tradições religiosas e consuetudinárias) pode conseguir estabilidade social através do médium coercitivo do direito positivo moderno e ainda sim se fiar em referências imanentes à verdade (HABERMAS, 2010).

O hiato entre fatos (de caráter coativo e historicamente contingente) e a validade de normas (força comunicativa de convicções racionalmente motivadas) está já incorporado em práticas que colocam o uso comunicativo da linguagem – médium universal de incorporação da razão (IDEM, 2003, p.25) – como mecanismo de concerto político e social. Com esta descrição que leva em conta não só elementos fáticos mas também o conteúdo ético e moral transcendente de pretensões de validade sujeitas à crítica, Habermas faz objeções a teorias democráticas ditas “realistas”, que pressupunham ordens políticas baseadas meramente no uso instrumental do poder social e na ação estratégica (típica das interações do mercado) como modelo padrão de ação política.

A teoria da comunicação habermasiana dá ênfase nas práticas de argumentação pública que, em sociedades modernas (axiologicamente plurais), se tornam o único meio disponível para se certificar da verdade de enunciados acerca de pretensões de validade (IDEM, 2004) e se chegar a acordos racionalmente motivados:

Os argumentos devem sua força racionalmente motivadora a uma relação interna com a dimensão do significado e da validade de expressões linguísticas. E constituem naturalmente uma faca de dois gumes, porque tanto podem fortalecer convicções, como estremecê-las. Com elas a tensão entre facticidade e validade, que reside na linguagem e no seu uso, se introduz na sociedade. (...). A tensão ideal que irrompe na realidade social remonta ao

fato de que a aceitação de pretensões de validade, que cria fatos sociais e os perpetua, repousa sobre a aceitabilidade de razões dependentes de um contexto, que estão sempre expostas ao risco de serem desvalorizadas através de argumentos melhores e processos de aprendizagem que transformam o contexto (HABERMAS, 2003, p.57).

Este caráter provisório da veracidade dos argumentos manifesta uma concepção procedimental de verdade como resgate discursivo de pretensões de validade – a “verdade” é tida como um predicado acautelador de enunciados que pode ser entendido como “a expressão gramatical de uma falibilidade que experimentamos em nós mesmos no curso de muitas argumentações e que observamos nos outros na retrospectiva histórica sobre cursos de argumentações passadas (IDEM, 2004, p.48).

Como dito anteriormente, o objeto de investigação deste trabalho é um debate acerca das mudanças climáticas que envolve demandas sociais legítimas (crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável), porém, até o momento, concorrentes na prática política. Ao colocar-se o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental como valores socialmente aceitos, e não como programas (plataformas) políticas concretas, esses valores normativos assumem a condição de discursos de fundamentação e regulação de práticas existentes. É a partir desses “valores/fins” que julgamos a conveniência pragmática e a validade ética e moral de determinados “cursos/meios” de ação política e social.

Habermas (1989) usando um conceito discursivo de razão prática diferencia os usos pragmáticos, éticos e morais da razão prática. De forma resumida, discursos pragmáticos buscam orientação prática e contingente, pois dizem respeito a contextos possíveis de ação e se estruturam sobre a adequação entre meios e fins (decisão racional sobre como intervir em um estado objetivo de coisas). Já discursos éticos extrapolam a contingência de situações concretas problemáticas e se referem a contextos de vida intersubjetivamente e historicamente partilhados, que formam o pano de fundo hermenêutico para a interpretação de formas de vida comuns – ou seja, discursos éticos estão para além do horizonte de racionalidade de fins. Por último, discursos morais extrapolam completamente os problemas de adequação entre meios e fins (contingência de situações problemáticas) e também o particularismo de formas de vida concretas partilhadas intersubjetivamente e apontam para uma reflexão que requer pressupostos comunicativos e argumentativos, exigindo uma postura universalista de tomada de posição do “outro” – que representa aqui uma comunidade de comunicação ilimitada no tempo e no espaço. Este universalismo dos discursos morais não é incompatível com o

contextualismo de uma abordagem filosófica pós-metafísica na medida em que a imparcialidade regulatória de princípios discursivos já está incorporada em práticas linguísticas de entendimento. Assim, a superação de contextos contingentes se dá pela própria transcendência linguística de pretensões de validade já incorporadas na facticidade de processos sociais e não por alguma capacidade altruística ou cognitiva de determinados sujeitos.

Formulando uma teoria democrática baseada na força aglutinadora de discursos e que coloca a deliberação pública como mecanismo central de concerto político, Habermas acentua a interdependência entre os vários modos discursivos de manifestação da razão prática e coloca os procedimentos voltados à argumentação como chave explicativa e compreensiva das instituições políticas modernas que foram tomando forma através de um longo processo de desenvolvimento institucional nos últimos trezentos anos:

O conceito de uma política deliberativa só ganha referência empírica quando fazemos jus à *diversidade das formas comunicativas* na qual se constitui uma vontade comum, não apenas por um auto-entendimento mútuo de caráter ético, mas também pela busca de equilíbrio entre interesses divergentes e do estabelecimento de acordos, da checagem da coerência jurídica, de uma escolha de instrumentos racional e voltada a um fim específico e por meio, enfim, de uma fundamentação moral. (...). A política dialógica e a instrumental, quando as respectivas formas de comunicação estão suficientemente institucionalizadas, podem entrecruzar-se no medium das deliberações [grifo próprio] (HABERMAS, 2004b, P.285).

Esta “diversidade de formas comunicativas” se apresenta no debate sobre a questão climática (e as consequências econômicas e políticas que a questão impõe) na forma de variados discursos acerca de instrumentos mais eficientes de mitigação e adaptação, na necessidade de regulação apropriada e integrada acerca de custos ambientais e relações comerciais internacionais, na divisão de responsabilidades e metas entre países signatários do Protocolo de Kyoto, enfim, nas variadas e porosas dimensões pragmáticas, éticas e morais levantadas pelas situações problemáticas engendradas pelas mudanças climáticas.

O valor social e a importância dedicada às necessidades de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável se apresentam como discursos normativos de fundamentação de práticas políticas concretas. Habermas (2003) diferencia entre regras

(normas concretas) e princípios (valores)¹⁰. Regras são normas concretas, já determinadas para uma aplicação específica; princípios são valores sociais gerais e carentes de interpretação. A indeterminação cognitiva de princípios e valores se dá pela divisão do trabalho entre discursos de aplicação (descrição de uma situação a ser enquadrada na aplicação de determinada norma vinculatória) e discursos de fundamentação (diz respeito não a situações concretas, mas à validade intersubjetiva de determinados valores estruturantes de formas de vida). A colisão entre normas e valores se dá apenas no caso concreto, sendo a concorrência entre valores intrínseca a discursos de fundamentação.

Aplicando esta distinção feita pela teoria procedimental do discurso jurídico, elaborada por Habermas, ao caso concreto de uma discussão política mais ampla e generalizada acerca de como compatibilizar demandas sociais amplamente aceitas, mas concorrentes (e talvez incompatíveis) na prática política ajuda numa melhor compreensão das múltiplas dimensões que envolvem as negociações a nível nacional e internacional acerca de como lidar com as consequências das mudanças climáticas.

A conformação e o status dos valores políticos relacionados à importância do crescimento econômico (e todas as suas implicações sobre a política fiscal, tributária e social dos governos em negociação) e das exigências por desenvolvimento sustentável (crescentes nas últimas quatro décadas) convocam os participantes deste debate a adotarem um enfoque de negociações políticas estruturadas em instituições deliberativas de foro nacional e internacional. A pressão exercida pela escassez do tempo e pelas situações problemáticas que já começam a se manifestar na forma de mudanças climáticas abruptas em algumas regiões do mundo constroem os participantes do debate (políticos, cientistas, representantes civis etc.) a estruturarem suas demandas e propostas de solução a luz de valores amplamente aceitos, mas também de forma condizente com as limitações já impostas pela situação e por outras limitações de ordem histórica. Uma solução concreta até o presente momento não parece fácil, mas a cooperação política materializada em acordos multilaterais fundamentados discursivamente pelos participantes envolvidos parece ser a única opção caso se deseje a resolução do problema. Há no debate sempre uma dimensão fática, imposta pelas circunstâncias presentes e pela história institucional envolvida, e uma dimensão

¹⁰ - É necessário destacar que estas distinções analíticas feitas por Habermas aplicam-se à discussão sobre a validade de princípios jurídicos e normas jurídicas concretas. Habermas tem em vista a formulação de uma teoria procedimental da prática jurídica de argumentação.

normativa que aponta para o tipo de relações sociais, políticas e econômicas que aspiramos para as gerações futuras.

A crítica deliberacionista se apresenta bastante fecunda na medida em que restitui à atividade política o lugar que, em interpretações teóricas amplamente aceitas até o final do século passado, estava ocupado pela racionalidade das instituições de mercado. Chambers (2009) afirma que a concepção de democracia deliberativa é um meio termo entre posições de livre-mercado e estatismo exacerbado.

A ênfase nas instituições parlamentares e jurídicas modernas como *lócus* de justificação política perante um público mais amplo procura reconciliar a necessidade de legitimação popular - agora dissolvida em procedimentos formais e informais de comunicação e argumentação anônimos (BENHABIB, 2007) – com outras aspirações sociais pulverizadas no seio da sociedade, e ainda sim manter a capacidade de ação política em sociedades complexas e plurais:

Pois o âmago da política deliberativa consiste precisamente numa rede de discursos e de negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, morais e éticas – que são precisamente os problemas acumulados de uma fracassada integração funcional, moral e ética da sociedade (HABERMAS, 2003, p.47).

Assim, a concretização prática de uma política relacionada ao meio ambiente que combine exigências de taxas de crescimento econômico compatíveis com as necessidades sociais de países pobres e em desenvolvimento e exigências de práticas de produção e consumo compatíveis com a sustentabilidade dos recursos destinados ao uso das gerações futuras depende da disposição à negociações políticas e do desenvolvimento de instituições adequadas para lidar com tais conflitos. A prática da deliberação pública parece não ser apenas uma exigência normativa idealista, mas sim o único mecanismo de concerto político adequado em uma situação de elevada incerteza científica, tecnológica, econômica e política. Nela, preferências de consumo, valores sociais e expectativas quanto ao futuro podem ser confeccionadas discursivamente, engendrando legitimidade às difíceis decisões políticas necessárias à compatibilização prática entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Dentre as várias instituições sociais que participam do debate público acerca da política das mudanças climáticas, este trabalho analisou os *media*, mais especificamente o jornalismo impresso. Na próxima seção, será esboçada uma compreensão de como o conceito de deliberação pública pode ser combinado com uma perspectiva

comunicacional dos meios de comunicação e nos fornecer um quadro teórico e normativo adequado à investigação do debate ambiental estruturado pelo jornalismo e suas implicações sobre a vida social e política mais ampla.

1.3 - A esfera pública abstrata estruturada pelos jornais – as mudanças climáticas fora dos domínios acadêmicos e parlamentares.

Em 1962, Habermas apresentara um diagnóstico pessimista quanto às capacidades emancipatórias daquela esfera pública de “homens privados reunidos em um público para discussão racional da política” (HABERMAS, 2003c). A formulação do conceito de esfera pública, apresentado por Habermas, se destinava a uma reconstrução de cunho histórico-sociológico de práticas nascidas na Europa moderna acerca de conversações feitas em espaços sociais de uso comum. Essas práticas manifestavam o aparecimento de novas formas de sociabilidade típicas de uma sociedade moderna que se despedia progressivamente do arcaísmo das instituições sacro-cortesãs do período medieval. Habermas destacara como a difusão de encontros interpessoais em locais públicos (cafés, restaurantes, clubes de leitura etc.) e como o aparecimento de dispositivos tecnológicos emulados pelo desenvolvimento de técnicas de imprensa favoreceram o aparecimento de uma cultura literária (livros e jornais) voltada para a crítica da arte e da política absolutista (inimiga da burguesia ascendente).

Para Habermas, essas “pessoas privadas” (não investidas de poder político) quando reunidas espacialmente e implicadas em discussões acerca dos acontecimentos políticos que marcaram as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII ganhavam uma existência peculiar – o “público” – e exerciam entre si um tirocínio político que manifestava os ideais iluministas de crítica racionalizante do poder. Porém, o filósofo denunciara que o desenvolvimento oligopolizador da economia capitalista (levando à excessiva mercantilização da atividade jornalística) e as interpenetrações entre Estado e sociedade minaram a capacidade crítica daquele público de homens privados. Esta mudança na estrutura pública da sociedade levou Habermas a um diagnóstico pessimista em relação à capacidade democratizante de uma política que, já no final do século XIX, se encontrava “refeudalizada” pelos imperativos econômicos dos meios de comunicação e por uma interpenetração espúria entre conglomerados capitalistas e burocracia estatal.

Três décadas mais tarde, Habermas (2003b, 1999) revê seu diagnóstico e desenvolve uma abordagem mais condizente com a diferenciação funcional e pluralidade axiológica característica das sociedades contemporâneas. Habermas tem no retrovisor as duras críticas que ele havia feito na década de 60 quanto à decadência da esfera pública. O autor, tendo vista os movimentos políticos ocorridos na segunda

metade do século XX – o feminismo, o surgimento dos novos movimentos sociais (os ambientalistas, por exemplo) e os protestos em grande parte do mundo pela expansão dos direitos civis e políticos etc. -, teve de abandonar a ideia de uma modernidade fracassada em seus pressupostos normativos de emancipação e reelaborar conceitualmente a esfera pública – tida agora como uma espécie de ante-sala dos parlamentos. Esta “nova” esfera pública perde o caráter monolítico burguês da “mudança estrutural” e ganha uma imagem mais dinâmica, informe e pluralista. Ela se caracteriza como uma tessitura discursiva porosa não atrelada a determinados ambientes físicos, nem a determinados temas e competências.

A esfera pública torna-se então, em suas novas conceituações, a esfera responsável por conectar experiências de contextos mais ordinários do mundo da vida¹¹ a formas de discursos mais amplos e generalizados que, em hipótese, podem se transformar em legislação:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 2003, p.92).

(...)

Quanto mais elas [interações comunicativas face a face] se desligam de sua presença física integrando também, a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível através da mídia, tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública (IDEM, p.93).

Deve-se notar que, se nas primeiras formulações, o encontro físico em espaços públicos é o dispositivo referencial para que homens privados tomem uma existência pública; na formulação posterior, os meios de comunicação são vistos agora como um dispositivo que, por sua capacidade tecnológica abrangente, são capazes de dar a

¹¹ - O conceito de mundo da vida (Lebenswelt) tem raiz na fenomenologia de Edmund Husserl e Alfred Schutz. Habermas (2010) lança mão do conceito amplamente para fundamentar a compreensão da ação comunicativa. Ele afirma que “o conceito de ‘mundo da vida’, em Husserl, vai no sentido de explorar o solo do que nos é imediatamente familiar e inquestionavelmente certo” (...). Husserl tentou, com os meios da Fenomenologia, esclarecer esta área de saber implícito, do pré-predicativo e do pré-categorial, do fundamento esquecido do sentido da prática da vida e da experiência do mundo cotidiana (IDEM, 2010, p.192). Habermas distingue três características fundamentais relativas ao conceito: (i) caráter de *certeza imediata*, já que só no proferimento de um ato de fala o saber não temático do mundo da vida entra em contato com pretensões de validade criticáveis e, assim, pode ser transformado num saber falível; (ii) *força totalizante*, na medida em que o saber temático de primeiro plano vai buscar tanto na dimensão da percepção como na do significado, o seu caráter formador do pano de fundo em que se encontra enraizado; e (iii) holismo de saber de fundo, relacionado àquilo que se denomina “*dado como certo*” (take for granted).

discursos relacionados a experiências privadas limitadas no espaço e no tempo uma dimensão pública generalizante que extrapola os contextos particulares em que foram inicialmente expressos. Habermas caracteriza esse fenômeno como uma “*esfera pública abstrata*” (IDEM, p.107), dado seu caráter não limitado a temporalidades e espacialidades específicas.

Outra característica da esfera pública é sua indeterminação e porosidade temática e sua flexibilidade quanto a competências comunicativas. Esta indeterminação temática torna seus fluxos comunicativos ilimitados, dando margem a um complexo processo de conversação que perpassa experiências das biografias pessoais dos sujeitos, entrelaçando modos de expressão intencionais e não-intencionais. Dessa conversação “anárquica” estruturam-se “contextos de descoberta” de problemas sociais que afetam determinados grupos sociais. Tais problemas são passíveis de generalização, mas não em um sentido concretista (como se fosse um problema de “todos”). A generalização aqui tem a ver com determinadas formas de comunicação nas quais se recorre discursivamente a princípios normativos (morais, éticos e pragmáticos) intersubjetivamente partilhados, desencadeando reivindicações por justiça, bem estar etc. Daí o “Público” não denotar “só o corpo de cidadãos, mas a existência de esferas superpostas de produção de decisão, discussão e sondagens de informação que deveriam estar, em princípio, abertas a todos” (BOHMAN, 2009, p.33):

Os problemas tematizados na esfera pública política transparecem inicialmente na pressão social exercida pelo sofrimento que se reflete no espelho das experiências pessoais de vida. E, na medida em que essas experiências encontram sua expressão nas linguagens da religião, da arte e da literatura, a esfera pública “literária” especializada na articulação e na descoberta do mundo, entrelaça-se com a política (HABERMAS, 2003, p. 97).

A estruturação de um “espaço” de discussão social ilimitado fisicamente e de um regime discursivo no qual narrativas noticiosas são construídas a partir de experiências historicamente localizáveis dão aos discursos construídos pelos meios de comunicação uma temporalidade diferente daquelas conversações ordinárias entre cidadãos e de várias outras esferas de ação e comunicação social (universidades, parlamentos, associações civis etc.). As interações mediadas pelos meios de comunicação produzem, ao alterar as relações com o espaço-tempo, uma experiência singular, característica de uma sociedade marcada pelo avanço das tecnologias da comunicação e pelo desenvolvimento de *standards* técnicos relacionados às formas singulares do texto jornalístico.

Esta capacidade de alteração das condições da experiência humana tem fortes impactos sobre a vida política. Um exemplo disso é o filme “Uma verdade inconveniente” do político e ativista verde norte-americano Al Gore que, se valendo de informações científicas (tratadas discursivamente de forma mais jornalística) acerca das mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global e produzindo um material simbólico que transita entre linguagens cinematográficas e linguagens típicas de uma palestra acadêmica deu à questão ambiental uma visibilidade impressionante, aumentando o espaço destinado a questão na agenda política contemporânea¹². Talvez de forma menos impactante, o jornalismo diário, ao noticiar catástrofes climáticas (acontecimentos que geralmente rendem imagens impactantes), intervenções políticas de ativistas ambientais (manifestações de rua, flash mobs etc.) e mesmo ao apresentar dados tecno-científicos relacionados a emissões de CO₂, cálculos matemáticos relacionados a metas de emissões, probabilidades relacionadas a riscos ambientais etc. retira tais fatos de sua existência originária e dão-lhes uma existência peculiar, reconstruindo-os em uma narrativa mais ampla ligada à atualidade do discurso jornalístico.

Há aqui umnexo entre a globalidade da questão ambiental e o caráter global (generalizante e abstrato) da pré-estruturação discursiva da esfera pública realizada pelos meios de comunicação – e pelo jornalismo, em especial. Pouca coisa do que sabemos acerca das mudanças climáticas e dos efeitos do sistema econômico sobre o meio ambiente provém de nossas experiências pessoais. Que as formas produtivas históricas das empresas capitalistas alteram a disposição dos bens naturais é de fácil percepção. Mas para chegarmos a uma compreensão do efeito global e histórico dessas formas de organização do trabalho sobre as médias de temperatura do planeta - e concluirmos que está em marcha um processo de aquecimento climático e ainda conjecturarmos que tal processo terá efeitos físicos, químicos, sociais e econômicos dispersos ao longo de décadas - ficamos na dependência de um complexo processo de divisão do trabalho, no qual uma comunidade acadêmica trabalhando dentro de seus padrões profissionais e dentro de formas comunicativas e textuais que lhe são próprias (o artigo, a tese etc.) produz um material simbólico que, posteriormente, será usado não

¹² Viola (2009) coloca o filme de Gore e o prêmio Nobel recebido por ele em 2007 como um dos fatos que mais contribuíram para o ganho de agenda da questão ambiental nas últimas décadas. Boykoff e Roberts (2007) e Anderson (2009) afirmam, ao analisar a cobertura jornalística sobre mudanças climáticas nos EUA, o caráter decisivo do filme de Gore para que o tema da crise climática entrasse na agenda dos media.

só por políticos e formuladores de políticas públicas, mas também por jornalistas que darão um tratamento textual de forma a conformar esse material aos imperativos de noticiabilidade compartilhados pela profissão. Ao fazerem isso, aquele material simbólico originário de uma comunidade específica (dos cientistas) ganha uma visibilidade e um modo discursivo que irá fazer parte de uma gama de interações sociais mais amplas.

Essa complexa relação entre procedimentos e linguagens específicas de determinadas esferas sociais e sua relação com a vida social e política mais geral é contemplada na ideia de esfera pública como um sistema deliberativo ampliado (MASNBRIDGE, 2009; MANSBRIDGE et al. 2010; HENDRIKS, 2006, GOODIN, 2005; NEBLO, 2005; HABERMAS, 2003b, 2008). Esses autores combinam elementos da abordagem deliberacionista da política (apresentadas na seção anterior) com uma abordagem política e sociológica atenta às diferenciações funcionais de sistemas de ação (direito, ciência, arte, política, mercado, mídia etc.) das sociedades modernas. Tal abordagem é interessante na medida em que possibilita uma análise empírica do curso e do entrelaçamento de variados discursos (políticos ou não) em trânsito na sociedade.

Maia (2008) tem enfatizado que estudos de interface entre comunicação e política devem abordar o caráter dos *media* em uma perspectiva sistêmica que leve em conta os aspectos singulares dos profissionais envolvidos, das instituições econômicas circundantes dos *media* e de suas práticas institucionalizadas relativas ao ambiente político mais geral. Tal abordagem leva a uma perspectiva da deliberação pública como um processo comunicacional a longo prazo (MARQUES, 2009, 2008; MAIA, MARQUES, MENDONÇA, 2007), no qual várias arenas sociais separadas espacialmente e por temporalidades específicas articulam discursos de atores internos e externos a essas arenas, dando ao debate público um caráter geral intersubjetivamente compartilhado, ainda que se mantenha a especificidade das experiências dos atores implicados.

Habermas (2008) afirma que “a comunicação política mediada não precisa preencher todos os padrões de uma deliberação ideal, assumindo diferentes formas em diferentes arenas” (IDEM, p.12). Na mesma linha, Mansbridge (2009) afirma que uma perspectiva deliberacionista da política deve dar atenção à conversação cotidiana, mídia, grupos de interesse e outros lugares de discussão. Ela afirma que “o critério para a boa deliberação não deveria ser o de que toda interação no sistema exiba respeito mútuo,

consistência, entendimento, mente aberta e economia moral, mas que o amplo sistema (deliberativo) reflita esses objetivos” (IDEM, p.224).

Abordar a mídia como um sistema de ação específico e entender a deliberação pública como um processo difuso e pulverizado em práticas institucionalizadas em várias arenas sociais – tipo uma “comunicação sem sujeito” (HABERMAS, 2003b) ou uma “comunicação pública anônima” (BENHABIB, 2007) – é interessante porque favorece uma compreensão adequada de como é possível que valores sociais não pertencentes ao *status quo* possam progressivamente romper barreiras sociais e materiais historicamente legitimadas e ganhar aceitação via um complexo processo de troca de razões feitas em público. O caso da aceitação dos ideais do desenvolvimento sustentável e várias outras demandas relacionadas ao movimento ambientalista é um exemplo de como um discurso inicialmente recluso a um grupo minoritário (muitas vezes taxados de idealistas, pseudo-esquerdistas, românticos etc.) pode - através de uma comunicação adequada e de uma estrutura institucional marcada por liberdades de expressão, associação e uso de tecnologias comunicacionais razoavelmente difundidos - ganhar espaço na agenda política e requerer um processo de reflexão social mais amplo acerca de práticas econômicas até então tidas como não problemáticas.

Fazem parte desse sistema deliberativo ampliado não só práticas deliberativas, mas também negociações e barganhas acerca de compromissos políticos de uma sociedade marcada pelo pluralismo político. No entanto, Gomes (2004) ressalta que as relações entre a mídia e o sistema político formal são extremamente complexas e não cabem em teorizações reducionistas que acusam a mídia de estar sempre a reboque de elites partidárias.

Numa democracia demograficamente densa, a visibilidade social gerada pelos meios de comunicação não pode ser rejeitada sob o risco de perda de publicidade (GOMES, 2008). Maia (2008, p.94) define a visibilidade midiática como o espaço visível onde um imenso conjunto de formas simbólicas pode ser socialmente acessível. Tal visibilidade primeiramente causa certo tipo de constrangimento aos atores que dela dependem. A autora faz referência à adequação argumentativa e à alteração expressiva que os atores acionados pela mídia devem efetuar. Gomes (2008) discute a importância da visibilidade midiática como forma de sustentação da dimensão deliberativa do debate público (discutibilidade). Discorrendo sobre a transformação da atividade política na era dos meios de comunicação, o autor ainda teoriza acerca da mudança de comportamento no interior das negociações partidárias e dos cálculos realizados pelos atores do sistema

político formal, já que em suas estratégias eles tentam prever os efeitos de imagem e adequação de suas posições políticas perante uma audiência mais ampla (GOMES, 2004). A visibilidade midiática seria responsável por trazer à “cena” aquilo que muitas vezes se pretendia que ficasse nos “bastidores” da política.

Assim, o sistema político e o sistema de comunicação negociam interesses relacionados ao valor-notícia de determinados fatos e à visibilidade almejada por atores políticos para conseguirem a realização de seus projetos políticos e eleitorais. Ambos (Gomes, 2008, 2004; Maia 2008, 2008b) enfatizam que tal relação – entre desejo de visibilidade e invisibilidade por parte do sistema político e insumo noticioso por parte do jornalismo – é uma relação complexa, na qual não cabe o simplismo de análises teóricas que vêem o sistema midiático sempre a reboque dos interesses políticos. Assim, a política midiática seria uma prática dentre outras do sistema político formal.

Esta forma de compreensão das complexas relações entre atores sociais e discursos dos media indica uma rota de análise para o entendimento do debate sobre a questão ambiental (e suas implicações sobre a política e a economia) e sobre como atores oficiais, ativistas ambientais, cientistas e cidadãos comuns, quando tematizados ou acionados como fonte pelo jornalismo lidam com as peculiaridades do aparato tecnológico e como seus discursos ao receberem visibilidade social ganham a agenda da vida política mais ampla que extrapola as paredes dos parlamentos e dos laboratórios de pesquisa. De novo enfatizamos que não se trata de uma simples tradução de discursos - de uma linguagem hermética para uma linguagem mais acessível. Não se trata de uma representação simples feita pelo jornalismo. Como ensina França (2008):

A fala jornalística se constrói como uma palavra especializada que se distancia pouco a pouco de outras dinâmicas de circulação da informação da sociedade (IDEM, p.28).

(...)

A existência de uma realidade exterior aos sujeitos interlocutores, ou seja, o reino da experiência, do vivido social, é fundadora do “dizer” jornalístico: o jornal fala o mundo, e sua palavra, extraída do mesmo fluxo vital, não substitui a dinâmica da vida em seu conjunto (IDEM, p.30).

Entendendo esta dimensão construtivista (não representacional) do “dizer” jornalístico tem se que a questão ambiental adquire uma existência peculiar quando atingida pela visibilidade dos media e quando pautada por atores sociais implicados no debate institucionalizado. Assim, o objeto de pesquisa deste trabalho – o debate sobre demandas por desenvolvimento sustentável e crescimento econômico – é ele mesmo

parte da questão política relacionada às mudanças climáticas. Aquelas narrativas jornalísticas acerca do provável aumento de frequências de eventos climáticos extremos e de fóruns de negociação e debate (as COPs, por exemplo) direcionados às questões ambientais não são apenas representações simbólicas de uma realidade existente. Elas são partes constitutivas da mesma realidade dos acontecimentos e eventos que dão curso às negociações e publicações científicas relacionadas às mudanças climáticas e estabelecem com elas uma relação de mútua afetação. Ou seja, o debate sobre a questão ambiental não é um conjunto de representações paralelas (teorias, propostas políticas, notícias etc.) à realidade do problema ambiental. O debate é parte da “coisa” debatida.

Assim, o “global” que predica a importância dos fatos relacionados às questões ambientais é, em certa medida, fruto das mediações discursivas realizadas pelo jornalismo. O aquecimento climático é global; e este predicado é uma propriedade das consequências dos fenômenos físico-químicos relacionados a ele – dito de outra forma, aqui o predicado “global” independe da importância política dada ao tema. Já quando o predicado “global” é aplicado à discussão política acerca de temas ambientais ele diz respeito não só ao conjunto de interesses da comunidade internacional, mas também à própria construção discursiva operada por várias instâncias sociais (dentre elas o jornalismo). As manifestações discursivas costuradas nas páginas dos jornais acerca dos problemas concretos da questão ambiental e também as opiniões e soluções propostas (que sempre apontam para um futuro a ser construído e preservado) são elementos da realidade social comum e tem igual importância analítica se quisermos entender como a sociedade brasileira tem enfrentado esta concorrência de valores e os problemas práticos que figuram nas questões relacionadas às mudanças climáticas.

No próximo capítulo, as controvérsias políticas, econômicas e sociais em jogo na política das mudanças climáticas serão expostas no intuito de dar ao leitor um panorama resumido dos impasses e soluções até agora na mesa das negociações internacionais. Também serão apresentadas as particularidades do caso brasileiro. Veremos que, por ter uma matriz energética razoavelmente limpa e um perfil de emissões de CO₂ contrastante com o das economias desenvolvidas e em desenvolvimento, o Brasil enfrente dilemas específicos e essas especificidades se manifestaram também na cobertura jornalística do primeiro semestre do ano de 2007.

Capítulo 2 – Política das mudanças climáticas: conceitos e impasses

Este capítulo está dividido em duas seções. Na primeira (1.1), serão abordadas, de forma não exaustiva, algumas das principais controvérsias políticas referentes à noção de desenvolvimento sustentável, à política das mudanças climáticas e às opções de políticas que ela impõe. Na segunda (2.2), nos deteremos nas especificidades do caso brasileiro, mostrando a posição política brasileira nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas, as particularidades do perfil de emissões de CO₂ no Brasil e os dilemas enfrentados pelas opções de política energética disponíveis ao país.

2.1 – As mudanças climáticas e as controvérsias políticas em jogo

Em 1972, intelectuais de vários campos do conhecimento e de vários países (associados naquilo que ficou conhecido como “Clube de Roma”) se juntaram para examinar os impactos ambientais provocados pelo desenvolvimento industrial das sociedades ocidentais. O documento final deste projeto - intitulado “Os limites do crescimento”, publicado e debatido na Conferência de Estocolmo (1972) - dava um diagnóstico pessimista quanto à sustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado pelas economias de base industrial: era necessário um crescimento zero como forma de estabilizar a pressão sobre o meio ambiente. O relatório projetava que, caso as taxas de crescimento se mantivessem no mesmo ritmo, dentro de cem anos uma catástrofe ambiental de proporções globais inimagináveis assolaria o planeta (ROCHA, 2004). Esta tese foi duramente criticada por representantes dos países subdesenvolvidos que viam no diagnóstico uma posição “ecocêntrica”, pois pedia aos países que estavam começando a crescer e se desenvolver que abortassem seus projetos de reprodução da experiência de industrialização modelo dos países desenvolvidos. Economistas das mais variadas matizes teóricas também viam inconsistências metodológicas nas projeções feitas pelo clube (ROMEIRO, 1999).

De fato, as projeções feitas no relatório não se cumpriram devido a seu erro básico: o relatório não levava em conta a poupança de recursos gerada pelo desenvolvimento tecnológico e institucional embutidos nos processos em curso nas

economias desenvolvidas. Justamente essa complicada relação entre desenvolvimento tecnológico, crescimento econômico e limites de recursos naturais está na base de toda controvérsia acerca do *trade-off* entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Veiga (2007) e Romeiro (1999) explicam que a teoria econômica convencional - em especial a vertente neoclássica (ortodoxa) - desenvolveu seus postulados dentro de uma visão de mundo que não impunha limites de recursos naturais à atividade econômica. Este pensamento prevê a perfeita substituição entre os fatores de produção (terra, trabalho e capital). Assim, o mecanismo de preços apontaria a escassez de alguns dos fatores e promoveria uma recombinação de forma a sustentar o sistema. Dito de maneira simples, a escassez de recursos naturais poderia perfeitamente ser substituída por mais capital, de forma que não haveria restrição de recursos (SEROA DA MOTTA, 1997).

O crescimento econômico foi visto como a chave explicativa para o desenvolvimento. Na verdade, pode-se dizer que durante a maior parte do século passado os dois termos foram tidos como sinônimos. “Schumpeter dizia que com 50 anos de crescimento econômico à taxa anual de 2% (descontado o aumento da população) não haveria país no mundo que não eliminasse a pobreza” (ROMEIRO, 1991, p.142). De início, também o debate sobre distribuição de renda foi eclipsado pela teoria do desenvolvimento como crescimento. Na década de 50, o economista Simon Kuznetz - baseando-se em pouca base de dados (VEIGA, 2005) - formulou a tese do “U” invertido acerca da relação entre crescimento econômico e distribuição de renda: a experiência dos países desenvolvidos “evidenciava” que a dinâmica do início do crescimento de uma economia em vias de trocar sua base agrícola para uma base industrial era de, num primeiro momento, aceleração das desigualdades de renda; porém, depois de um dado estágio de crescimento, a dinâmica se invertia e a desigualdade progressivamente diminuiria. Por isso, bastava crescer continuamente, já que a igualitarização da renda e o progresso social seriam epifenômenos do crescimento econômico.

Na década de 90, os economistas Gene Grossman e Alan Krueger aplicaram o raciocínio de Kuznetz à problemática ambiental. Eles apontavam que países em transição de uma economia agrária limpa para uma economia industrial suja aumentavam a quantidade de poluição produzida; num segundo momento, o processo começava a se inflexionar quando do desenvolvimento tecnológico de um setor de

serviços limpo. Arraes et al. (2006), em extensa revisão bibliográfica sobre o assunto, mostram que a tese da Curva de Kuznets aplicada à questão ambiental não se sustenta em vários modelos de análise; e mesmo onde o processo foi realmente a transição para uma economia mais limpa, os fatores descendentes da curva não se explicam por elementos de uma racionalidade puramente econômica, mas sim por outros elementos de ordem política e cultural: elaboração de legislação ambiental sofisticada e eficiente e disseminação de valores ambientais no corpo da sociedade. Fonseca e Ribeiro (2003) também desencorajam a interpretação automatista implícita na curva de Kuznets, indicando que mudanças sociais (preocupação maior com o meio ambiente, por exemplo) e mudanças econômicas não acontecem com a mesma velocidade e, por isso, a relação entre nível de renda e poluição está permeada por condicionantes de ordem institucional.

Arrow et al. (1995) apontam que a tese do “U” invertido - que ao ver o crescimento econômico como chave da melhora da performance ambiental terminava por apregoar medidas liberalizantes relacionadas ao comércio - não indicava a suficiência do crescimento econômico e nem mesmo dizia que as consequências ambientais da degradação corrente e acumulada deveriam ser ignoradas. Os autores apontam ainda que a pesquisa de Grossman e Krueger foi elaborada com base na emissão de poluentes de efeitos mais local e menos disperso, não se aplicando a gases de efeitos mais dispersos (CO₂, por exemplo). No mesmo trabalho, os fatores descendentes do “U” invertido (fatores de diminuição da poluição) são atribuídos a reformas institucionais. Outra crítica apresentada é a de que a tese do “U” invertido não leva em conta o fato de que a melhora dos padrões ambientais em um determinado lugar pode simplesmente significar que determinadas atividades poluidoras podem ter sido “exportadas” para outros lugares onde a legislação ambiental seja mais permissiva. Em resumo, as críticas ao trabalho de Grossman e Krueger apontam elementos éticos e políticos que se incrustam no viés de legislações ambientais, definindo limites relacionados às emissões de poluentes de forma exógena à racionalidade econômica.

Na década de 80, a ONU havia instituído a Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento com o intuito de elaborar um relatório que apontasse caminhos para o problema ambiental caracterizado pelas mudanças climáticas. O documento “Nosso futuro comum” (citado na introdução deste trabalho) apontava o equívoco da tese da inexorabilidade do crescimento bem como rejeitava a separação entre a questão do desenvolvimento social e econômico e a questão ambiental. A esta

época, o conceito de desenvolvimento sustentável (ou ecodesenvolvimento) já ganhava lugar nos debates e estava expresso no relatório: “*A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas*” (p.09). Está implícito neste conceito um pacto e um equilíbrio intertemporal entre gerações como forma de viabilizar o desenvolvimento social, que já não pode ser dado como certo.

Nobre (1999) explica que a generalidade do conceito de “desenvolvimento sustentável” dá margem a uma luta política pela interpretação do conceito. Afirma ainda que tal luta se relaciona com a definição dos espaços institucionais onde o conceito será implementado. Motta (1997) vai mais longe ao dizer que a controvérsia acerca da plausibilidade do conceito de desenvolvimento sustentável forma o novo contexto de disputa ideológica no cenário internacional do século XXI. Veiga (2010) aponta que “a expressão ‘desenvolvimento sustentável’ é um valor similar ao seu mais nobre antepassado, a ‘justiça social’” (p.13). Por outro lado, Giddens (2010) critica a abrangência do conceito de “desenvolvimento sustentável”, argumentando que, ao unir posições aparente e historicamente antagônicas, tal conceito perde conteúdo analítico, tornando-se assim mais um lema político do que propriamente um conceito.

Romeiro (1999) explica que a tese do desenvolvimento sustentável é uma posição conciliadora entre os otimistas quanto ao progresso técnico e o pessimismo do relatório do clube de Roma:

O conceito de ecodesenvolvimento emerge nesse contexto como uma proposição conciliadora, onde se reconhece que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, mas não os elimina e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a eliminação da pobreza e disparidades sociais. O tempo joga a favor de uma atenuação da clivagem, de uma certa convergência entre as duas posições. Numa certa medida, esta convergência se explica pelos efeitos contraditórios do progresso técnico e científico induzido pelo aumento da magnitude da pressão do sistema econômico sobre o meio ambiente: por um lado, a compreensão da ameaça de seus impactos ambientais globais fica mais clara (embora controvertida) – efeito estufa, destruição da camada de ozônio, etc.; por outro, o aumento da eficiência na prospecção e na utilização dos recursos naturais, reduziu seus preços, desautorizando as previsões catastrofistas do Clube de Roma (IDEM, p.03)

Reconhecido o problema ambiental e as complicadas relações entre sustentabilidade ambiental e crescimento econômico, outras questões surgem. Uma delas é quais seriam os melhores mecanismo de ajustes. As políticas relacionadas às mudanças climáticas são comumente caracterizadas como políticas de Mitigação e

Adaptação. Enquanto políticas mitigatórias atacam a evolução do problema (fluxo de emissões de GEE), as políticas de adaptação lidam com as consequências que, dada a atual concentração de CO₂ na atmosfera, são inevitáveis.

Em geral, grande parte do debate sobre mudanças climáticas é focado nas ações de mitigação e nos meios disponíveis para sua realização menos custosa (SHALIZI; LECOCQ, 2010). Almeida (1997) divide as opções de política ambiental entre instrumentos de comando/controle e instrumentos econômicos. As políticas de comando e controle se caracterizam, em geral, por uma regulação mais rígida acerca das quantidades de um determinado bem disponível para uso – exemplos de tais políticas seriam os padrões de poluição para fontes específicas, o controle de equipamentos e processos, proibição total ou parcial de determinadas atividades consideradas nocivas e controle de recursos naturais através da distribuição de cotas de uso. Já os instrumentos econômicos atuam via preços (e não sobre quantidades), afetando o cálculo de custo/benefício dos agentes econômicos. Através da imposição de taxas e/ou tarifas – sobre efluentes, usuários ou produtos - o governo poderia estimular ou desestimular determinada atividade econômica. O uso de subsídios, subvenções ou incentivos fiscais poderia estimular atividades consideradas estratégicas ou ambientalmente sustentáveis.

A autora argumenta que instrumentos de comando e controle se adéquam melhor a mercados onde há poucos agentes; em compensação, tais políticas podem apresentar inconvenientes ao não levar em conta as diferenças na estrutura de custos em variados setores da economia, o alto custo administrativo e a criação de barreiras à entrada de novos agentes econômicos (perpetuando a estrutura de mercado existente), desincentivando o desenvolvimento tecnológico. Já os instrumentos econômicos fornecem, em razão de sua flexibilidade, sinais aos agentes econômicos de como otimizar o uso dos recursos e se adequar à nova realidade perseguida pela política ambiental. No entanto, os instrumentos econômicos não garantem que o nível de redução da poluição almejado será alcançado.

Resumindo literatura básica sobre o assunto, Veiga (2007) apresenta dois mecanismos relativos à formulação de políticas: a taxação e o *cap and trade*. A taxação seria um mecanismo no qual o governo estipula um imposto sobre emissões de carbono de forma a inviabilizar determinada atividade a partir de determinado nível de emissões. O imposto teria a função de internalizar os custos da exploração de recursos naturais e assim precificar ativos naturais que até então não eram contabilizados como custos na atividade econômica. O autor acentua que “é preciso esclarecer que qualquer cálculo

sobre o atual custo social do carbono, assim como do valor do imposto que deveria ser estabelecido num futuro próximo, depende de duas escolhas arbitrárias que sempre estarão condicionadas a pressupostos éticos” (IDEM, p.12). Tais escolhas dizem respeito à fixação de uma meta quanto à concentração de CO₂ na atmosfera – escolha dependente da percepção quanto à gravidade da questão – e também à valoração do futuro que implicaria uma taxa de desconto relativa à percepção de qual magnitude de sacrifícios deveriam ser feitos em prol das gerações futuras.

Outro mecanismo de redução de emissões seria o da negociação (*cap and trade*). Tal abordagem é considerada híbrida, pois institui um limite de poluição tolerável (*cap*), porém permite aos agentes econômicos transacionarem permissões (*trade*) para poluir, estimulando reduções em setores nos quais o custo é menor. Dado que os serviços ambientais (ar puro, água limpa, ciclos bioquímicos etc.) são bens públicos de difícil precificação, deve ser institucionalizado um mercado de permissões que sinalize mais adequadamente a escassez dos recursos bem como promova a internalização dos custos desses serviços pelo sistema econômico. Assim, ao estabelecer uma determinada quantidade de permissões transacionáveis, este mecanismo já consegue antecipar o resultado final das emissões, porém não é certo que venha a promover uma alocação eficiente dos recursos. Por outro lado, a taxação das emissões de carbono teria o benefício de garantir a internalização dos custos, porém sem conseguir antecipar o volume final de emissões. O autor ainda afirma que no que se refere à temática de controle de emissões e internalização de custos parece “haver concordância entre a maioria dos economistas em que a imposição de uma taxa sobre as emissões de carbono é bem mais eficiente do que um esquema “cap-and-trade”, ao estilo do atual Protocolo de Kyoto” (VEIGA, 2007, p.31)¹³.

O protocolo de Kyoto¹⁴, elaborado em 1997 e em vigor a partir de 2005, combina o uso do mecanismo *cap and trade* com metas quantitativas de redução. Um dos mecanismos do protocolo é o estabelecimento de metas (tetos) de redução de

¹³ - Corroboram esta afirmação os trabalhos de McKibbin e Wilcoxon (2002); Nordhauss (2006, 2009) e Dietz e Maddison (2009)

¹⁴ - “O texto final da United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) dividiu os países do mundo em pertencentes ou não ao Anexo I. Foram considerados países do Anexo I todos os membros da OCDE, os países do Leste Europeu e seis países derivados da dissolução da União Soviética (Rússia, Belarus, Ucrânia, Estônia, Letônia e Lituânia). A Convenção estabeleceu um compromisso genérico para os países do Anexo I: o ano base das emissões seria 1990 e, no ano 2000, as emissões daqueles países não deveriam ser superiores às de 1990. Para os países não pertencentes ao anexo I, a Convenção estabeleceu o compromisso de elaboração dos inventários nacionais de emissões de carbono” (VIOLA, 2009, p.33)

emissões combinadas com a institucionalização de um “mercado de carbono”¹⁵ no qual títulos de emissões seriam transacionados de forma a remunerar países que estivessem abaixo de seu teto. Porém, Veiga (2007) acentua que a contribuição dos mercados de carbono para a redução das emissões absolutas tem sido ínfima, dado o tamanho desses mercados. Romeiro (2001) aponta que a negociação de permissões é um mecanismo que tenta valorar de forma eficiente os serviços ambientais a fim de combater a irracionalidade produtiva que não leva em conta os custos “invisíveis” e de longo prazo que a exploração dos recursos naturais pode gerar. Isto porque o futuro estaria sendo subvalorizado, dado o baixo preço do capital natural, que é público e com relações de propriedade distorcidas (DUPAS, 2008).

Nordhauss (2006, 2009) critica a estrutura do Protocolo de Kyoto e acentua que “aumentar o preço do carbono é essencial para implementar políticas que afetem a multiplicidade das decisões ao longo espaço, nações, tempo e setores econômicos” (2009, p.03). Destaca também que o Protocolo e sua abordagem quantitativa centrada na estabilização de um determinado nível (estoque) de emissões em relação ao ano-base (1990) torna a persecução das metas bem mais custosa ao não levar em consideração desenvolvimentos posteriores relacionados ao ritmo de crescimento econômico e aumento de eficiência (diminuição de CO₂ por unidade de produto) dos diferentes países signatários.

Assim, a estrutura do Protocolo não leva em conta que os *benefícios* oriundos de políticas de mitigação se relacionam com um determinado estoque de GEE na atmosfera, enquanto os *custos* das políticas de mitigação se atrelam ao fluxo presente de emissões. Logo, “o custo marginal das reduções de emissão são altamente sensíveis ao nível de reduções, enquanto os benefícios marginais são invariantes ao nível corrente de emissões (...). Os danos são causados por externalidades de estoque, já os custos de abatimento [políticas de mitigação] são função do fluxo de emissões ” (NORDHAUSS, 2006, p.33). McKibbin e Wilcoxon (2002) assinalam que um dos motivos da dificuldades na tomada de decisão referente à política das mudanças climáticas é que os benefícios da redução de emissões de GEE se espalham no tempo, já o custo das reduções são aplicados em local e tempo determinados.

¹⁵ - Trata-se do mecanismo de Implementação Conjunta (IC) e do *trading scheme* disponível somente aos países do Anexo I. Ou seja, a comercialização de permissões só pode ser feita entre países com metas vinculatórias de redução.

Marcovitch (2010) acentua outra dificuldade na política sobre mudanças climáticas decorrente do fato de que, ao contrário das políticas de mitigação - nas quais uma redução de CO₂ ocorrida em um país beneficia a todos os outros -, nas políticas de adaptação, que visam combater ou amenizar as consequências inevitáveis decorrentes do atual nível de concentração de GEE na atmosfera, os custos e os benefícios são incorridos por cada país. “A mitigação aborda as causas do aquecimento global, enquanto a adaptação lida com suas consequências. (...) a adaptação não é um substituto da mitigação...” (IDEM, p.09).

Outro mecanismo presente no protocolo é o MDL¹⁶ (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), no qual países com metas de redução poderiam financiar projetos de desenvolvimento limpo (que visem à redução de emissões) em países não pertencentes ao Anexo I e teriam tais projetos contabilizados em suas metas de redução. Segundo Pereira e May (2003), a combinação de tais mecanismos (MDL e *cap and trade*) visa uma forma de abatimento de emissões mais eficiente – “permitindo que as reduções ocorram em locais onde o custo marginal seja menor, maximizando a eficiência do processo global de mitigação” (IDEM, p.229). Os autores ainda acentuam que os financiamentos e a transferência tecnológica visam evitar a reprodução de um modelo “sujo” de desenvolvimento (percorrido pelos países desenvolvidos) nos países em vias de desenvolvimento.

As controvérsias relacionadas ao acordo firmado em Kyoto ilustram bem a problemática das negociações políticas que envolvem a questão climática. Viola (2009; 2009b) destaca que até 1997, EUA e União Europeia adotavam posição de liderança no que se refere ao regime internacional que governaria a ação mundial referente a mudança climática. Porém, os EUA eram a favor de uma ênfase maior nos mecanismos de mercado, metas de redução menos severas e favoráveis à adoção de metas de redução por parte de países em desenvolvimento. A recusa desses países em adotar qualquer tipo de meta antes de 2020 e a relutância da UE e de países em desenvolvimento quanto ao uso de mecanismos de mercado impulsionou a saída dos EUA das negociações quatro anos depois. Assim, a UE acabou ficando sozinha no papel de liderança das negociações climáticas.

¹⁶ - O MDL permite a certificação de projetos de redução de emissões nos países em desenvolvimento e a posterior venda das reduções certificadas de emissão, para serem utilizadas pelos países desenvolvidos como modo suplementar para cumprirem suas metas. Esse mecanismo deve implicar em reduções de emissões adicionais àquelas que ocorreriam na ausência do projeto, garantindo benefícios reais, mensuráveis e de longo prazo para a mitigação da mudança do clima (JURAS, 2007).

Toda configuração da Convenção Quadro sobre a Mudança do Clima¹⁷ está baseada no princípio das “Responsabilidades comuns, porém diferenciadas” (artigo 3.1 do Protocolo de Kyoto). E é justamente esse ponto que desencadeia as maiores controvérsias. Não há dúvida que os países desenvolvidos são historicamente os maiores responsáveis pelas emissões de CO₂ – algo em torno de 85% das emissões acumuladas historicamente em 1990. No entanto, o ritmo de crescimento apresentado nas últimas décadas por países como China, Índia, Rússia e Brasil torna questionável a posição desses países de não assumirem metas de redução. Se somadas as emissões desses quatro países, elas já representam 2/3 das emissões mundiais correntes, sendo que a China tornou-se, em 2007, o maior poluidor em termos absolutos.

Viola (2009) explica que a diferenciação de responsabilidades quanto à mitigação do ritmo de emissões ajuda a evitar o fenômeno do “carona” (*free rider*)¹⁸, no qual países desenvolvidos poderiam ter ganhos econômicos relativos à ação mitigadora de países em desenvolvimento. Por outro lado, dada a atual dinâmica de crescimento mundial das últimas duas décadas, na qual o mundo subdesenvolvido e em desenvolvimento já é responsável por maior parcela do crescimento mundial e, conseqüentemente, maior parcela de emissões de CO₂ em termos absolutos, a inação dos países em desenvolvimento pode colocar em risco a eficácia global das políticas de redução de emissões¹⁹.

O caráter político da controvérsia nas negociações se manifesta na dificuldade para se chegar a critérios para o estabelecimento de metas de emissão que sejam aceitas pelas partes em negociação. “Os diferentes critérios possíveis – por país, [emissões] *per capita*, considerando-se história desde um ano específico etc. – resultam cada um em

¹⁷ - Durante a Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro (Rio-92) foi adotada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do Clima – United Nations Framework Convention on climate change (UNFCCC). Este é um acordo internacional já assinado por 192 países, que estabelece objetivos e regras para o combate ao aquecimento global. O objetivo final da convenção é a “estabilização das concentrações de gases do efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático” (artigo 2)

¹⁸ - Free rider (carona) é um conceito utilizado em microeconomia para explicar um tipo de comportamento em que a distribuição de um determinado recurso público é afetado pelo comportamento de agentes que usufruem do recurso sem pagar pelos seus custos. Fonseca e Bursztyn (2007) aplicam o conceito à política das mudanças climáticas. Para eles o “free-rider é aquele que desfruta do bem coletivo sem ter pago nenhum custo para a obtenção do mesmo. Seja porque a relação custo/benefício desestimula o ator a agir em prol de seus interesses ou então por ser impossível excluir o ator que não contribui com a ação do grupo dos beneficiários” (p.179).

¹⁹ - Os principais países emissores em 2007 são: China, responsável por 22% do total mundial (e crescimento anual de 8%), EUA, com 20% das emissões totais (e crescimento anual de 0,7%), União Européia (27 países), com 15% do total (e crescendo 0,3% ao ano), Índia, com 8% (e crescendo 10% ano), Rússia, com 5,5% (e crescimento anual de 6%), Indonésia, com 5% (e crescendo 10% ano), Brasil com 4% (e crescendo 3% ano) e Japão, com 3% (e crescendo 0,2% ano).

metas muito diferentes” (IPEA, 2011, p.16). Ou seja, se por um lado, o aumento da participação dos países em desenvolvimento na emissão de GEE em termos absolutos favorece a tese de que eles deveriam assumir metas vinculatórias; por outro lado, as emissões *per capita* desses países ainda são expressivamente menores do que a de países desenvolvidos²⁰. Por exemplo, em números de 2007, a emissão *per capita* chinesa é de 5,5 toneladas de CO₂ ao ano, enquanto as emissões *per capita* norte americanas são de 19 toneladas de CO₂ ao ano. Se tomarmos como critério o crescimento anual de emissões (uma medida de fluxo), a China apresenta uma taxa de 8%, enquanto os EUA crescem a 1% ao ano.

Outro problema é o fato de países em situações bastante distintas serem colocados no mesmo grupo. A Índia - apesar de quarta emissora de CO₂ em termos absolutos - apresenta uma emissão *per capita* de 1,7 toneladas de CO₂ e uma taxa de crescimento de emissões de 10% ao ano. No entanto, China e Índia estão igualmente eximidas de qualquer meta de redução vinculatória no protocolo de Kyoto. Estas diferenças no perfil econômico (PIB e renda per capita) e energético (emissão per capita e emissões absolutas) impõe extremas dificuldades à plena realização de acordos internacionais. No caso do Protocolo de Kyoto, que tem 192 países signatários, os treze maiores emissores respondem por 80% das emissões de CO₂ correntes (VIOLA; FRANCHINI, 2011). Essas diferentes maneiras de abordar e definir critérios acabam por colocar um constrangimento ético-político sobre a escolha do desenho institucional adequado para distribuir os esforços de mitigação entre os países.

Veiga (2010) se mostra contrário à ideia de que a “responsabilidade histórica” deva eximir países não pertencentes ao Anexo I de adotar metas vinculatórias de redução de emissões. Ele aponta que dos 20 países que contribuíram em termos absolutos para o aumento de 60% das emissões globais de 1980 a 2006, entre 12 e 15 deles são emergentes; e afirma ainda que “diante de um cenário catastrófico para gerações futuras, poderá tornar-se imoral enfatizar as diferenças pretéritas entre as nações ou mesmo admitir que as emissões sejam reduzidas somente pelos que já tem capacidade de fazê-los” (IDEM, p.46). Outra objeção à ideia de responsabilidade histórica é de que não há metodologia adequada para se medir de forma precisa o histórico de emissões das nações desenvolvidas e subdesenvolvidas desde o início da

²⁰ Morelo et. al (2011) aponta que quando usado o critério de emissão per capita, porém levando-se em conta as desigualdades de renda e emissão intranacionais - o que resulta em uma abordagem que foca na contribuição individual para o problema -, tem-se que o aumento das emissões de 1/3 da população mundial, os mais pobres, poderia ser contrabalançado pela redução nas emissões dos 16% mais ricos.

era industrial (VIOLA, 2009). Por isso, a distribuição e a magnitude das responsabilidades quanto às metas de redução de emissões de CO₂ tem sido o ponto mais controverso nas negociações acerca das mudanças climáticas.

A ênfase dos países pobres e em desenvolvimento nas negociações sobre o clima sempre foi a de que era inadequado que países ainda necessitados de uma taxa mais alta de crescimento econômico tivessem que adotar metas de redução já no protocolo de Kyoto. O atraso tecnológico aliado a outros problemas (dívida externa, por exemplo) faria com que o custo de mitigação fosse relativamente alto frente ao de países já desenvolvidos, acarretando uma desvantagem comercial aos países não desenvolvidos.

A questão se torna mais crítica quando se leva em conta que não há apenas assimetria na capacidade tecnológica e financeira entre países desenvolvidos e não desenvolvidos quanto à capacidade de mitigação das emissões de GEE, mas também uma assimetria quanto à vulnerabilidade às consequências das mudanças climáticas e à capacidade de adaptação do mundo não desenvolvido a esta nova realidade. É consenso na literatura que os maiores custos da mudança climática serão incorridos pelos países pobres e em desenvolvimento. Destaque-se o fato de que tais países se caracterizam, em geral, por alta dependência de serviços ecossistêmicos ligados ao setor agrícola; que a maioria de suas populações se encontram mais expostas a riscos e vulnerabilidades; e que, via de regra, há baixa capacidade econômica e institucional para promover medidas de adaptação (HARGRAVE et al., 2011; MILANEZ e FONSECA, 2011; TOL, 2009). A sinergia desses fatores pode desencadear crises políticas de consequências inimagináveis²¹.

Para Giddens (2010) “a vulnerabilidade é, sem sombra de dúvida, um fenômeno econômico e social, e não apenas um fenômeno concernente ao meio físico” (p.203). Assim, a vulnerabilidade se torna variável importante da equação política que visa a elaboração de um acordo realista e socialmente justo quanto à capacidade de redução de emissões de CO₂ dos países:

²¹ - Na edição do dia 20/06/2007, a coluna Tendências/Debates (*Folha de São Paulo*) trouxe artigo de Ban Ki Moon, secretário geral das Nações Unidas, acerca das relações entre os conflitos armados em Darfur (Sudão) e a crise climática. A falta de chuva acabou catalizando a ocorrência de conflitos armados referentes ao controle dos recursos hídricos na região.

... temos a vulnerabilidade diferencial dos países a mudanças climáticas por razões de geografia física, do tipo de assentamentos humanos e de renda per capita. Essa vulnerabilidade diferencial deve distribuir os custos de mitigação e adaptação de acordo com as capacidades diferenciais dos países em termos de contribuição para a redução de emissões, em função de diferenças de capital humano, desenvolvimento tecnológico e qualidade de governança (VIOLA, 2009, p.25).

Se levarmos em conta que muitos dos países do mundo não desenvolvido têm sua pauta de exportação ligada a produtos agrícolas (o Brasil, por exemplo), e que tais países podem vir a sofrer grandes prejuízos relacionados a alterações climáticas – fato que repercutiria sobre todo ambiente econômico interno -, vemos que a questão ambiental requer uma complicada solução que leve em conta os efeitos futuros sobre as capacidades econômicas existentes.

Neste ponto, a questão climática se imbrica com as questões relacionadas à divisão do trabalho internacional e às relações comerciais entre países (DUPAS, 2008; VEIGA, 2010). Quando se leva em conta que muito da melhora do perfil de emissões de poluentes ocorrida nos países desenvolvidos se deu pela transferência de rotinas produtivas intensivas em carbono para países não desenvolvidos (*carbon leakage*); e que, via comércio internacional, grande parte da produção desses países se destina ao consumo por parte das populações de países desenvolvidos, logo, tem-se que as políticas relacionadas ao clima devem estar sintonizadas com as políticas de comércio internacional. Isto porque a “exportação de matérias primas e outros produtos de países pobres não alcançam preços que incluem a compensação pelas externalidades [sobre o meio ambiente] locais e globais” (DUPAS, 2008, p. 58); o que acarreta o “intercâmbio ecologicamente desigual” - relações de troca entre países intensivos e não intensivos em carbono desconsideram as externalidades embutidas em sua produção e o esgotamento dos recursos naturais.

A título de comparação, caso o critério adotado na quantificação das emissões fosse centrado no consumo e não na produção – ou seja, as emissões relativas a um determinado produto fossem contabilizadas na conta do país consumidor e não do produtor -, a responsabilidade da China pelas emissões de CO₂ em 2006 poderia diminuir 30%. Realizada esta mudança de critério, no período de 2001-2006 a taxa de crescimento das emissões chinesas seria de 8,7% ao invés de 12,5%:

É possível demonstrar à OMC que boa parte das reduções das emissões de carbono dos países mais ricos foi obtida via consumo de produtos importados de países emergentes. A China é o país que mais tem enfatizado a necessidade de um balanço de emissões embutidas no comércio internacional, pois 70% das suas podem ser atribuídas a exportações, principalmente para os Estados Unidos e para o Japão (VEIGA, 2010, p.103).

Em resumo, países desenvolvidos importam produtos a preços baixos, deixando os custos ambientais (não contemplados nos preços correntes) para os países em desenvolvimento, que se veem na pressão entre, de um lado, um setor exportador dinâmico como forma de impulsionar o crescimento econômico; e de outro, demandas por técnicas de produção mais sustentáveis, porém caras e, até o momento, indisponíveis na escala necessária. Todavia, internalizar os custos ambientais nos setores exportadores traria desvantagem comercial aos países em desenvolvimento e abalaria seu crescimento, baseado em superávits comerciais na maioria dos casos. Um exemplo disso seria, no caso do Brasil, o incentivo ao desmatamento causado pela alta dos preços da soja e, por isso, o comércio agrícola e a questão ambiental devem ser vistos como conectados (May, 2008). Helm (2008) aponta que se usado o critério do “consumidor poluidor”, ao invés do “produtor poluidor”, o desempenho do Reino Unido seria um aumento das emissões da ordem de 19% no período 1990-2003, ao invés do tão comemorado alcance da meta de Kyoto.

Outro exemplo desta interrelação entre comércio internacional e política das mudanças climáticas são as propostas de lei em andamento nos EUA e na União Européia que tratam de “medidas de ajuste na fronteira”²². O ajuste é feito através de uma taxa de produtos importados originários de países que não estão comprometidos com metas de redução de CO₂²³. A alegação para tais medidas é que os países que se comprometem com metas de redução de GEE estariam perdendo competitividade frente aos produtos de países não comprometidos com metas (os BRICS, por exemplo). E dado o risco de estar havendo vazamento de carbono (carbon leakage²⁴), isto é, rotinas produtivas intensivas em carbono estariam se transferindo para países de legislação e política ambientais mais permissivas e, por isso, o esforço de países comprometidos

²² - Na sigla em inglês, BCA (Border Carbon Adjustment).

²³ - “Por exemplo, no caso de o país adotar internamente um imposto sobre a emissão de carbono, cobrar-se-ia uma taxa sobre produtos importados equivalente ao imposto a ser pago pelos produtores domésticos e isentar-se-iam as exportações desta taxa. Se internamente for adotado um esquema de *cap and trade*, a medida de fronteira consistiria em obrigar importadores ou produtores estrangeiros a comprar licenças de emissão correspondentes ao montante de carbono emitido no processo de produção do bem exportado” (NAIDIN et al, 2009, p.05).

²⁴ A definição do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) para “carbon leakage” resultante da introdução de uma medida doméstica para redução de emissões é: diminuição das emissões dentro do país/aumento das emissões fora do país (CINDES, 2011).

com metas de redução tornaria-se nulo. Os EUA apostam que tais medidas poderiam forçar países em desenvolvimento, que em geral tem seu crescimento atrelado ao desempenho comercial, a se comprometerem com metas de redução. Em resumo, são dois os modelos de ajuste: *BCA por conteúdo das importações* - taxaço nas importações com base no conteúdo de carbono embutido nos bens importados; e *BCA por conteúdo doméstico* - taxaço nas importações com base no conteúdo de carbono embutido nos bens similares produzidos no país importador.

Estudos visando estimar o impacto dessas medidas sobre o comércio internacional chegam a resultados bem próximos. Seroa da Mota (2011b) estima que um ajuste balizado pelo conteúdo de carbono das importações afeta mais o comércio internacional (10,2%) do que um ajuste no qual a referência é o conteúdo de carbono do produto similar doméstico (3,6%). A título de comparação, quando o ajuste é feito pelo conteúdo da importação, as perdas de comércio seriam de aproximadamente 2,4% para o Brasil, 7% para a Índia e 15,8% para a China. Isto se dá porque a matriz energética brasileira é bem menos intensiva em carbono do que a dos outros BRICs e pelo fato de o grau de abertura comercial brasileira ser bem menor. Já quando o ajuste é balizado pelo conteúdo de carbono do similar doméstico, a diferença quase desaparece e a perda dos BRICs fica em torno de 2%. Neste caso, já que o ajuste é referente à intensidade de CO₂ do produto doméstico, as diferenças de perfil de intensidade de carbono entre os BRICs perdem importância na formação do valor da taxa (NAIDIN et. al, 2009; CINDES, 2011). A conclusão geral parece ser que seriam necessárias tarifas excessivamente altas e os impactos não seriam da magnitude esperada, havendo o risco ainda de uma espiral protecionista. Há também a discussão se tais medidas são compatíveis com o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” e se são compatíveis com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Somam-se às questões dos mecanismos de mitigação da mudança climática, da divisão de responsabilidades entre as nações e das questões econômicas relacionadas ao “comércio ecologicamente desigual” as questões referentes à geopolítica relacionadas à mudança de perfil da matriz energética. A dependência econômica mundial dos combustíveis fósseis (gás natural, carvão mineral, petróleo) é o maior obstáculo a uma redução drástica das emissões de CO₂. Estima-se que 60-65% das emissões de gases de efeito estufa estejam associadas à produção, conversão e consumo de energia (WALTER, 2007). No entanto, a necessidade de “descarbonização” da economia se

relaciona não só com as necessidades das políticas de controle das mudanças climáticas mas também com os próprios imperativos de segurança energética:

A questão da mudança de matriz energética não se refere apenas aos custos econômicos de “viabilizar a superação da economia ancorada no tripé petróleo-carvão-gás; trata-se também de questões de segurança global, já que tal matriz energética tem distribuição geográfica que não atende aos interesses da maioria das potências (VEIGA, 2010, p.55).

Assim, há uma espécie de dupla corrida contra o tempo: por um lado, há grande controvérsia quanto à suficiência da capacidade de oferta mundial de petróleo durante as próximas décadas²⁵; por outro lado, dada a intensidade de carbono do setor energético, qualquer ambição a uma diminuição drástica de emissões de CO₂ (requeridas para a estabilização da temperatura global) dependerá de uma substituição dos combustíveis fósseis por fontes de energia limpa.

Giddens (2010) afirma que as questões de política da mudança climática são inseparáveis das questões relacionadas à eficiência e segurança energética. Chega mesmo a dizer que “até o presente quase todas as iniciativas que lograram êxito em reduzir as emissões foram impulsionadas pela motivação de aumentar eficiência energética e não pelo desejo de limitar as mudanças climáticas” (GIDDENS, 2010, p. 139). Ele ainda acentua que a agenda política a respeito das mudanças climáticas deve prezar pela convergência econômica e política. Tal convergência implica que as ações, em nível nacional e internacional, não devem ter apenas um cunho restritivo e punitivo, mas sim se coadunar com oportunidades que surgem quanto a outras formas de energia e a outros interesses nacionais. Ou seja, as ações de mitigação devem buscar o estabelecimento de novas oportunidades de negócios e ser condizente com uma estratégia de desenvolvimento mais ampla. Tributos sobre a energia oriunda de combustíveis fósseis são vistos como forma de tornar energias limpas (eólica, solar, biomassa etc.) mais competitivas no mercado e, através disso, estimular a pesquisa no desenvolvimento de tais energias (VIOLA, 2009; VEIGA, 2007, 2010).

Outro motivo da importância da questão relacionada às fontes de energia é sua relação com a estrutura de regimes políticos e com o ambiente político internacional. Giddens (2010) aponta que “quanto mais alto o preço do petróleo, maior a tendência a

²⁵ - Maron Vichi (2009) alerta que o pico de produção de petróleo deverá ocorrer entre 2010 e 2020. Sachs (2007) mostra que, a partir de 1981, o mundo começou a usar mais petróleo do que descobria; e acrescenta que, em 2005, para cada 5 barris consumidos, só um foi encontrado. Afirma ainda que nenhuma transição energética se deu pelo esgotamento de uma fonte, mas sim pela descoberta de fontes mais adequadas.

que o país produtor do petróleo se torne autocrático” (p.264) e acrescenta: “Há 23 países no mundo que obtêm a maior parte de sua renda do petróleo e do gás natural; nenhum deles é uma democracia, a não ser no nome” (IDEM). Por isso, as negociações internacionais sobre metas e reduções de emissão de CO₂ e a “descarbonização” da matriz energética se imbricam com a correlação de forças políticas internas dos países que estão em negociação.

O imbróglio energético pode ser simplificado na seguinte questão: como conciliar a expansão da oferta de energia, condição para o crescimento econômico de longo prazo, com a meta do desenvolvimento sustentável, que passa obrigatoriamente pela transição à uma economia de baixo carbono, tendo em vista que o setor energético é responsável por aproximadamente 2/3 das emissões de gases GEE?

Como dito acima, o petróleo apresenta o inconveniente de estar concentrado em regiões politicamente instáveis, apresentar incertezas quanto à sua capacidade de oferta futura e contribuir de forma decisiva para o agravamento da mudança climática. Some-se a isto a necessidade das maiores potências mundiais e também países de renda média de diversificarem e terem segurança no abastecimento no que se refere às suas opções de energia. No entanto, e em especial no mundo em desenvolvimento, o crescimento econômico passa pela expansão da oferta de energia. A resposta ao problema passa pela análise das opções de fontes substitutivas por parte dos líderes políticos e da sociedade em geral.

Dentre tais opções, os biocombustíveis se apresentam como fonte promissora, já que são menos intensivos em carbono e sua produção poderia ser distribuída entre vários países – em especial países pobres, o que alavancaria a economia rural e provocaria efeitos positivos sobre a distribuição de renda. No entanto, a produção mundial de biocombustíveis ainda não possibilita uma substituição mais agressiva das fontes fósseis. E o aumento da escala produtiva necessária à estabilidade da oferta e a institucionalização de um mercado de biocombustíveis poderia gerar uma pressão sobre o uso da terra, o que - segundo os trabalhos de RUNGE e SENAUER (2007)²⁶ e NAYLOR et. al (2007) - poderia vir a causar aumento do desmatamento (e maior emissão de CO₂) ou uma escalada do preço de matérias primas (milho, mandioca etc.) usadas como fonte alimentar decisiva na dieta das populações mais pobres. Um outro problema relacionados aos biocombustíveis é que dadas as previsões acerca de

²⁶ - O trabalho de Runge e Senauer *How Biofuels could starve the poor* foi objeto de discussão em fóruns internacionais e também nos jornais brasileiros nos ano de 2007.

alterações climáticas e as incertezas quanto aos impactos de tais alterações na produtividade do setor agrícola²⁷, a oferta futura de biocombustíveis poderia vir a ser comprometida. Some-se a isto a volatilidade do mercado de commodities agrícolas que pesa contra os biocombustíveis enquanto opção energética de oferta estável. Assim, a instabilidade (política e de preços) associada ao petróleo não desaparece quando se toma, em hipótese, os biocombustíveis enquanto opção energética.

Dentre outras opções, a energias solar e eólica aparecem como fontes limpas, porém ainda em fase de desenvolvimento tecnológico que possibilite sua disseminação (ganhos de escala). A energia eólica tem dado mostras de já estar no limiar de competitividade. No entanto, cabe destacar que todas as fontes energéticas renováveis dependem de condições climáticas favoráveis para que se tornem realmente opções de oferta estável. Uma mudança no regime dos ventos ou de chuvas (em razão do aquecimento global) pode comprometer a produtividade e os preços da energia eólica e do setor agrícola responsável pela oferta de biocombustíveis. Sem falar que qualquer país tem um *mix* de opções entre energia corrente (disponibilizada para uso) e energia ociosa (aquela que garante o abastecimento em casos de condições econômicas ou climáticas adversas). As fontes renováveis dificilmente são boas opções para o segundo caso.

Esta problemática da necessidade de expansão da oferta de energia e transição para uma matriz de baixo carbono reascendeu a polêmica acerca do uso de energia nuclear. Considerada limpa no que se refere ao balanço de CO₂, a energia nuclear apresenta o inconveniente econômico de altos custos (ainda que decrescentes nas últimas décadas); inconvenientes geopolíticos, dado o risco do uso para armas nucleares; e o inconveniente social referente ao risco de acidentes de grandes proporções.

Apresentamos até aqui um resumo sobre as principais questões que envolvem a política relacionada às mudanças climáticas. A discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e sobre os mecanismos de mitigação explicitam um pouco do peso que o debate econômico tomou na agenda da política das mudanças climáticas contemporânea. No entanto, aspectos éticos quanto à distribuição dos esforços de mitigação e de critérios técnicos para o estabelecimento de metas de redução fazem o problema extrapolar os limites de uma racionalidade puramente econômica. A questão

²⁷ Países que até então tinham vantagens comparativas no cultivo de determinadas lavouras poderiam vir a perder tais vantagens.

da divisão de responsabilidades entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e pobres aliada às questões mudança de matriz energética mostram a complexidade do que está em jogo nas negociações internacionais sobre mudança climática.

Numa época em que o mundo desenvolvido está imerso em uma crise econômica sem precedentes, a questão climática, além dos obstáculos já existentes, ainda corre o risco de ser relegada a segundo plano. Isto é mais um sintoma acerca do conflito de valores que envolvem discussões entre desenvolvimento sustentável e crescimento econômico. Mas também há oportunidades de mudança: Viola (2009, 2009b) aponta que se, por um lado, a crise financeira global fez despencar os investimentos no desenvolvimento de técnicas produtivas mais limpas e tornou o preço de fontes alternativas de combustíveis pouco competitivas em relação aos preços do petróleo (em forte queda devido ao declínio da demanda); por outro lado, os pacotes de estímulo econômico anunciados no período pós-2008 destinaram alta porcentagem de recursos a setores e atividades pouco intensivos em carbono. Outro fator importante é que a globalidade das questões climática e financeira pode abrir espaço para a institucionalização de práticas multilaterais de resolução de conflitos (a coordenação das ações de Bancos Centrais em 2008 seria um exemplo) e a um ambiente político que favoreça a cooperação entre países, ainda que no curto prazo o protecionismo comercial e a paralisação de negociações referentes ao clima sejam mais perceptíveis.

Em resumo, as questões referentes ao clima podem ser organizadas em três eixos de discussão: *tecnológico* – sobre a emergência de soluções que viabilizem a substituição de energias de origem fóssil pelas renováveis; *econômico* – sobre os custos [e instrumentos] econômicos desse processo; *político* – sobre os arranjos políticos internacionais que poderiam apressar a superação da era fóssil e a mitigação eficiente do processo de aquecimento global (VEIGA, 2010, p. 54).

Aímola (2008), tentando esboçar as posições dos países nas negociações climáticas no regime pós-Kyoto (a partir de 2012) argumenta que o resultado final da batalha de perspectivas relacionadas às questões ambientais podem ser distribuídas em um espectro de visões que tratam sobre a rapidez com que o clima tem mudado e a velocidade com a qual se pode implementar respostas adequadas às mudanças climáticas esperadas. Isto significaria que as percepções dos países apoiam-se em duas visões de futuro: a evolução das tecnologias de controle de emissões e a evolução do clima.

O objetivo desta seção foi passar em revista as principais controvérsias relacionadas à discussão sobre a relação entre as necessidades de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico levantada pela problemática das mudanças climáticas. Na próxima seção nos deteremos nas especificidades do caso brasileiro a fim de entendermos os temas de maior saliência para a experiência brasileira e mesmo para a cobertura jornalística que este trabalho investigou.

2.2 - O caso do Brasil - entre a aspiração por desenvolvimento sustentável e a necessidade de crescimento econômico

Na seção anterior, um resumo das principais controvérsias acerca da política das mudanças climáticas foi apresentado. Nosso objetivo neste capítulo é dar um panorama de como algumas das questões controversas tocam a realidade brasileira e fornecer um quadro resumido de qual tem sido as opções e tendências políticas do Brasil no que se refere à compatibilização entre as aspirações por desenvolvimento sustentável e crescimento econômico. Esta tarefa se faz necessária na medida em que o caso brasileiro é singular: o país goza de uma matriz energética limpa, abundância de recursos naturais, um perfil de emissões de GEE que foge ao padrão das economias mais modernas e um perfil de emissões *per capita* fortemente distorcido pelas desigualdades de renda no país. Na primeira seção (2.1) será mostrada qual tem sido a posição brasileira nos fóruns internacionais sobre mudanças climáticas e um quadro resumido do perfil de CO₂ da economia brasileira; depois (2.2) algumas considerações sobre o desmatamento serão necessárias com o intuito de um melhor entendimento sobre a singularidade do caso brasileiro, tendo em vista ser o desmatamento a maior fonte emissões do país; e por último (3.3) as ambiguidades e as tendências da política energética serão expostas, de forma não exaustiva, já que, sem a expansão da oferta de energia, uma taxa de crescimento econômico que viabilize a construção de uma sociedade mais moderna e menos desigual não será realizada.

2.2.1 – Perfil de emissões e posição política nos fóruns internacionais

Na primeira conferência internacional sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo (1972), o Brasil era expressamente contrário ao reconhecimento do tema, pois via nele uma ameaça a soberania nacional (VIOLA, 2002). Já em 1992, o país havia dado uma guinada rumo ao reconhecimento da importância das questões ambientais e sediava a RIO-92, fórum no qual foi implantada a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Em 1997, o país participou ativamente das negociações acerca do protocolo de Kyoto e foi, ao lado dos EUA, o idealizador da proposta relativa ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). No entanto, à época, o país se mostrou contrário à proposta de inclusão de algum mecanismo que dispusesse acerca da regulação de florestas. Em geral, seguindo sua tradição de uma diplomacia focada no multilateralismo, o Brasil contribuiu para as negociações que culminaram no acordo de Kyoto, mas manteve firme a posição de que o aquecimento global foi majoritariamente provocado pelos países desenvolvidos e cabia a eles os maiores esforços na mitigação do problema.

Assim, o país não está comprometido com metas vinculatórias de redução; e nas negociações internacionais tem se posicionado ao lado de outros países emergentes²⁸ (em especial, China e Índia) na defesa do entendimento de que o princípio das “responsabilidades comuns porém diferenciadas” exige países em desenvolvimento de se comprometerem com metas de redução de CO₂ e de que o mundo não desenvolvido tem o direito de buscar maiores patamares de renda (e emissão *per capita*) que possibilitem maior bem-estar econômico para suas populações, que ainda se encontram majoritariamente em condições de pobreza.

Para entender melhor a complexidade que envolve o caso brasileiro apresentamos abaixo uma tabela que compara o perfil dos maiores emissores mundiais de CO₂ em números relativos a 2007.

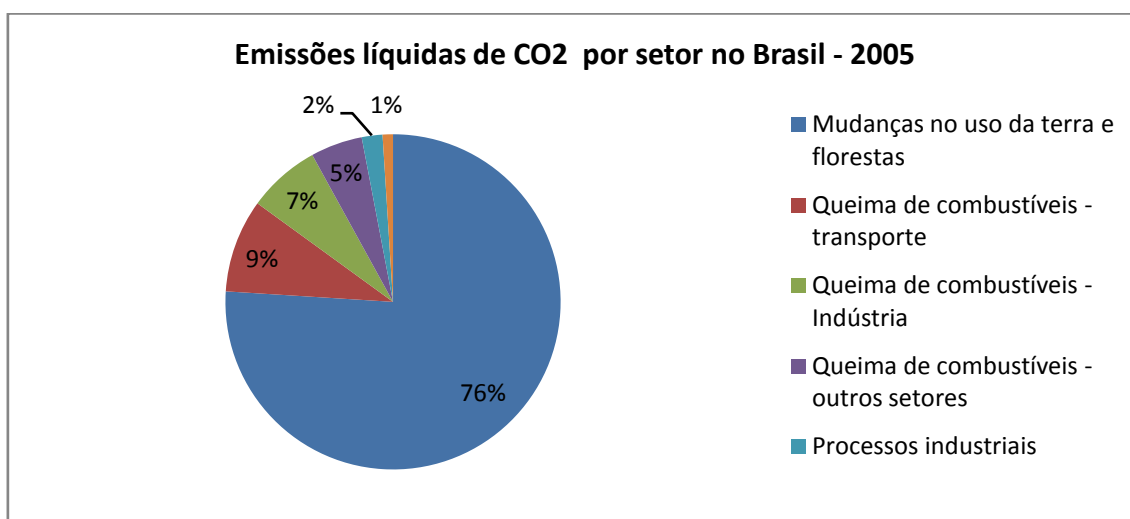
²⁸ - Andrade e Costa (2008) dividem os países signatários do Protocolo de Kyoto entre grupos de interesse. O Brasil é colocado dentro do grupo “G77+China”. Tal grupo se caracteriza pela defesa de compensações financeiras pelos esforços de mitigação e oposição ao estabelecimento de metas aos países em desenvolvimento. Não se incluem nesse grupo os países do Leste Europeu (comprometidos com metas) e os países da OPEP. Viola e Franchini (2011) classificam as principais potências envolvidas nas questões climáticas quanto ao perfil das tendências e políticas ambientais já aplicadas. Nesta classificação, o Brasil (ao lado da China e do México) é considerado como moderadamente reformista, em oposição aos moderadamente conservadores (EUA, Canadá, África do Sul e Indonésia), fortemente conservadores (Índia, Rússia e Arábia Saudita) e os Fortemente reformistas (Coreia do Sul, União Européia, Japão, Suíça, Noruega, Israel, Singapura, Taiwan)

TABELA 1 – Indicadores econômicos e ambientais

Ranking	Países	População (milhões)	PIB (bilhões-US\$)	PIB per capita (US\$ mil)	Emissões totais (bilhões de Ton.)	% de emissões globais	Emissões/unidade de PIB (mil dólares)	Crescimento anual de emissões	Emissões per capita (ton. CO2)
	China	1300	4.000	3.000	6	22%	1,5	8	5,5
	EUA	300	14.500	48.000	5,7	20%	0,4	1	19
	UE	490	17.000	35.000	4,2	15%	0,3	0,5	8
	Índia	1100	1.300	1.100	1,9	8%	1,4	10	1,7
	Rússia	142	1.400	10.000	1,4	5,5%	1	5	10
	Indonésia	237	460	2.000	1,3	5%	2,5	10	6
	Brasil	190	1300	6.600	1	4%	0,8	3	5
	Japão	127	5.000	3.900	0,8	3%	0,15	0,3	6

Fonte: VIOLA (2009)

É possível ver que a situação brasileira é bastante diferente (e mais confortável) do que a dos outros BRICs e a Indonésia. A economia brasileira é menos intensiva em carbono (menor emissão por unidade de PIB) e o ritmo de crescimento das emissões e a emissão *per capita* também são menores. No entanto, dada a particularidade relacionada à desigualdade de renda e desequilíbrio interregional do país, os indicadores acima podem vir a esconder problemas internos no que se refere ao escopo de políticas necessárias à transição para uma economia de baixo carbono.



Fonte: Marcovitch (2010, p.103)

No Brasil, a maior parcela das emissões líquidas é proveniente da conversão das florestas para uso agropecuário - 76% das emissões de CO2 em 2005 (MARCOVITCH, 2010). Só o desmatamento na Amazônia corresponde a 36% das

emissões nacionais. Isto indica um desequilíbrio na distribuição das emissões em relação aos setores e regiões da economia. Os estados amazônicos representam aproximadamente 45% das emissões, com 11% da população e cerca de 6% do PIB apenas. O resto do Brasil tem 55% das emissões, 89% da população e 94% do PIB (VIOLA, 2009). Tais números mascaram os índices de intensidade de CO₂/PIB e de emissão *per capita* do país, já que “na Amazônia brasileira emitem-se 5 toneladas por 1.000 dólares de PIB, três vezes as emissões por unidade de produto da China. De outro lado, as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste emitem 3 toneladas por habitante e 0,4 toneladas por 1.000 dólares de PIB. A intensidade de carbono nesta parte do Brasil é relativamente baixa, similar à dos EUA, e as emissões per capita são equivalentes a um terço das registradas na União Européia e a um sexto das emissões por habitante nos EUA” (IDEM, p.28,29). A assimetria da distribuição regional das emissões no Brasil é uma das mais extremas do mundo.

Morello et al. (2011) analisam o perfil das emissões brasileiras pela ótica das faixas de renda (e não por setores econômicos) e aponta que, no Brasil, as famílias se distribuem por classe de renda de maneira oposta àquela que o teor de CO₂ se distribui por tais classes, isto é, *muitos emitem pouco e poucos emitem muito*²⁹. Apontam também que a desigualdade na distribuição de renda é 4,16 vezes maior que a desigualdade na distribuição de CO₂ e concluem que uma política de redução da pobreza não se mostra carbono intensiva, já que a superação da linha de pobreza por uma família é uma ascensão social com custo carbono inferior aos demais avanços de renda na pirâmide social.

A baixa intensidade de carbono do PIB brasileiro se explica pela alta participação das energias renováveis na matriz energética – em 2007, 46% da matriz brasileira era composta de energias renováveis. Esta composição da matriz energética singulariza o Brasil perante seus pares em desenvolvimento e em relação ao mundo desenvolvido. Estes têm na dependência de recursos fósseis (petróleo, carvão e gás

²⁹- O resultado restringe-se a *consumo domiciliar e transporte terrestre*. O trabalho aponta o “efeito lenha” e o “efeito gasolina” como chave explicativa para a conclusão. A faixa de renda mais baixa (<400,00R\$) usa a lenha (altamente poluente) como insumo energético. Neste caso, maior pobreza associa-se a maior emissão. Porém, superada essa faixa de renda diminui-se a emissão domiciliar e começa o “efeito gasolina” (devido ao maior uso de meios de transporte baseado em combustíveis fósseis). Daí a lógica é quanto maior renda, maior a emissão. Os autores ainda apontam que pesquisas internacionais que adotam este tipo de análise - contribuição individual em termos de emissão *per capita* – sugerem que “quando se considera a erradicação da pobreza, tem-se que o aumento nas emissões de um terço da população mundial, os mais pobres, poderia ser contrabalançado pela redução nas emissões dos 16% mais ricos (Morello et. al, 2011, p. 93)

natural) o maior problema em relação ao perfil de emissões. Tal situação faz com que nestes países a agenda política de mitigação das mudanças climáticas esteja imbricada com a agenda para o desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitem maior eficiência energética. No Brasil, em razão de maior parte das emissões estarem ligadas ao uso da terra, as agendas de mitigação e descarbonização parecem estar desconectadas (CINDES, 2011).

Tal desconexão pode ser vista no desenvolvimento do perfil energético do setor industrial brasileiro. Mendonça e Gutierrez (2000) afirmam que, no período entre 1970 e 1995, a adoção da energia hidráulica como fonte amplamente majoritária (quase 90% à época) e o Proalcool³⁰ resultaram numa sensível melhora da qualidade da produção de energia sob o ponto de vista da sustentabilidade climática. Porém, o efeito de tais políticas foi sendo contrabalançado pela ineficiência energética³¹ endêmica à economia brasileira. Os autores afirmam que, no período posterior ao milagre econômico (pós-1978), o setor industrial brasileiro tem apresentado constante aumento de intensidade energética, a despeito do perfil de baixo carbono das fontes de energia do país. Dito de maneira mais simples, a geração de energia no Brasil emite pouco CO₂, porém, a ineficiência do uso acaba por pressionar as emissões – energia limpa, só que mau usada. Abramovay (2010) afirma que, com exceção da Arábia Saudita, o Brasil é o país do G20 que menos reduziu a intensidade energética no período entre 1990-2005.

No período 1990-2002, o crescimento das emissões industriais brasileiras foi de 61%, no mesmo período a média mundial foi de 18%. O setor de ferro e aço é de longe o principal emissor de CO₂ na indústria brasileira. Assim, quando se olha o perfil energético do país a situação é confortável; já quando se olha a tendência futura a situação fica mais preocupante, tendo em vista que o crescimento econômico e a modernização produtiva que lhe é inerente tende a aumentar a participação da indústria no PIB e nas emissões de GEE.

Outro motivo de preocupação é a questão de em que medida as alterações climáticas futuras afetarão a economia do país. Pode-se resumir as alterações climáticas no território brasileiro em quatro grandes eixos: (i) aumentos de temperatura em todas

³⁰ - “Em 1975 o governo brasileiro deu início ao Programa Brasileiro de Etanol, o Pró-alcool. O programa consistia em desenvolver o uso do etanol ou do etil álcool como combustível. Ele podia ser utilizado para substituir o methyl tert-butyl ether (MTBE) da gasolina ou utilizado na forma pura como combustível de veículos automotores” (MASIERO e LOPES, 2008)

³¹ - É necessário distinguir entre intensidade energética e intensidade de carbono. A intensidade energética é calculada como a razão entre a quantidade de energia e o produto de uma economia (Energia/Produto). A intensidade de carbono é a razão entre as emissões de CO₂ e o produto de uma economia (CO₂/Produto). Ou seja, baixa intensidade de CO₂ não significa necessariamente eficiência energética.

as regiões; (ii) diminuição de chuvas no Leste da Amazônia e na região Nordeste; (iii) aumento de chuvas no Sul, Centro-Oeste e Oeste da Amazônia; e (iv) aumento da frequência de eventos climáticos extremos - inundações, vendavais, secas etc. (MARCOVITCH, 2010). Se levarmos em conta que nossa matriz energética (por ser renovável) tem seu desempenho totalmente atrelado às condições climáticas, isto pode acarretar instabilidade do abastecimento de energia, além de perda de safras (de alimentos e biocombustíveis) e aumento de custos associados a um planejamento que porventura não leve em conta a probabilidade de que tais alterações se confirmem.

Féres (2010) aponta ainda que as alterações climáticas têm efeito líquido negativo no setor agrícola brasileiro; e que devido à alteração da distribuição de condições favoráveis de determinados cultivos entre as regiões do país, a desigualdade de renda interregional tende a se acentuar. Destaca também que dada a composição da pauta de exportações do país (intensiva em commodities agrícolas), as mudanças climáticas podem afetar o balanço de pagamentos e reverberar sobre toda estrutura macroeconômica. Nobre (2008) destaca que o Brasil tem forte dependência de recursos naturais, pois 50% de seu PIB está associado ao uso de tais recursos.

Como exposto na seção anterior, o desempenho exportador do Brasil não será possivelmente afetado apenas por condições climáticas adversas. Há também propostas de mecanismos tarifários como forma de taxar o carbono embutido no produto de países que não estejam comprometidos com metas de redução. Devido à baixa intensidade de CO₂ na matriz produtiva brasileira e a baixa abertura comercial do país, os impactos tendem a ser maiores em outros países (China e Índia, por exemplo)³² - tais diferenças na magnitude dos impactos são o indício da diferença no perfil de emissões existentes entre o Brasil e os outros BRICS. Os setores nacionais mais afetados por tais medidas de ajuste na fronteira são a Agricultura (-10,3%) e Energia (-4,1%). No entanto, se somadas tais perdas a outras referentes às crescentes medidas não-tarifárias (regulamentos e certificados ambientais), o impacto pode ser maior.

Seroa da Mota (2011b) afirma que regulações técnicas podem vir a ser mais eficientes do que as medidas de ajuste (tarifárias), já que estas últimas para terem impactos significantes deveriam ser excessivamente altas, o que pode gerar outros

³² Como exposto na seção anterior, quando o ajuste é feito por conteúdo de carbono no produto, o comércio mundial é mais afetado (10,2%) do que quando o ajuste é feito mediante a quantidade de carbono embutida no similar nacional (3,6%) do país que está propondo as tarifas (no caso, EUA e/ou União Européia). No primeiro caso, as perdas do Brasil seriam da ordem de 2,4% - 15,8% para a China; e 7% para Índia e Rússia (SEROA DA MOTA, 2011b).

inconvenientes não esperados. Somadas as adversidades climáticas às adversidades políticas (medidas protecionistas), o impacto sobre o setor exportador pode vir a ser alto. Daí a recomendação de que as mudanças para práticas produtivas sustentáveis sejam vistas como estratégia comercial em um cenário futuro cercado de incertezas quanto às intempéries climáticas e seus impactos sobre as regras do comércio internacional.

Por último deve ser destacada a alteração substantiva do perfil das emissões brasileiras. Se em 2005, os setores de energia e indústria correspondiam juntos por aproximadamente 18,6% das emissões; em 2010, tais setores já correspondiam por 37% das emissões (VIOLA; FRANCHINI, 2011). Dentre os motivos da mudança destaque-se o crescimento da indústria (em termos absolutos e na composição do PIB), o maior uso de usinas termelétricas altamente poluentes após o racionamento de 2001 e a queda drástica no desmatamento no período entre 2005-2009 (o que diminui a parcela das emissões associadas ao uso da terra). Como saldo geral, houve no Brasil aumento de 65,2% das emissões antrópicas líquidas de CO₂ no período de 1990-2005 (AVZARADEL, 2011).

Para terminar, cabe resumir esta seção em três tópicos que levantam questionamentos sobre o caso brasileiro:

- Dadas as diferenças de perfil de carbono entre o Brasil e outros países em desenvolvimento, e tendo em vista que tais diferenças implicam em diferentes estratégias mitigatórias, é de se questionar o alinhamento do Brasil a países como China e Índia nas negociações internacionais (VIOLA; FRANCHINI, 2011).

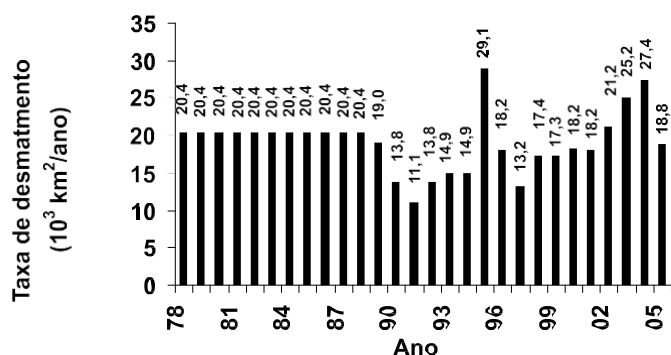
- Se por um lado a matriz energética e o PIB brasileiros são majoritariamente baseados no uso de recursos renováveis, cabe a preocupação sobre quais serão os impactos das alterações climáticas previstas sobre o desempenho da oferta de energia no país e os impactos relacionados ao desempenho do setor agrícola.

- O perfil energético limpo não tem se traduzido em eficiência no uso da energia. Assim, a situação deixa transparecer tendências ruins no perfil de emissões, já que o crescimento econômico tende a alvancar a participação da Indústria no perfil das emissões de GEE.

2.2.2 – Desmatamento – muito carbono, pouca renda

Quando se trata da discussão acerca do direito (ou da necessidade) de países pobres e em desenvolvimento de aumentar suas emissões de GEE com o fim de alavancar suas economias e o bem estar das populações ao redor do mundo que ainda vivem no limiar da pobreza e gozam de pouco acesso à energia, as atividades ligadas ao uso da terra inspiram considerações cuidadosas.

Conforme apresentado por Mozzer (2011), as emissões relacionadas ao uso da terra e ao setor agropecuário representam 34% das emissões mundias de GEE. O Brasil é o maior responsável por esta cifra. As emissões líquidas de CO₂ no bioma da Amazônia cresceram 83% entre 1990-2005, o que contribuiu com 51,5% das emissões líquidas totais do país (AVZARADEL, 2011). Abaixo um gráfico do comportamento do desmatamento³³ no período recente:



No entanto, quando aplicado ao caso brasileiro, o argumento da necessidade de aumento das emissões de CO₂ justificado pela necessidade do aumento da renda nacional parece não se confirmar. Viola (2002) afirma haver no Brasil relação imediata entre ritmo de crescimento econômico e aumento do desmatamento. No entanto, pondera que cerca de 80% da população está vinculada a atividades produtivas que não dependem de altas emissões de carbono e que atividades econômicas desmatadoras representam menos de 10% do PIB.

³³- Gráfico extraído do trabalho de Fearnside (2006). Taxas anuais de desmatamento na Amazônia brasileira obtidas de dados do satélite LANDSAT. As taxas de 1978 a 1988 são uma média durante este período antes do começo do monitoramento anual (Fearnside, 1993). Taxas de 1989 em diante são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, incluindo estimativas revisadas para o período 2002-2004 (INPE, 2006). A taxa para 1993 e 1994 é uma média durante aquele período (nenhuma estimativa existe para 1993).

O estudo de Margulis (2003) dá um retrato de como o desmatamento na Amazônia combina o uso pouco rentável da terra, alta emissão de gases GEE e sustentação baseada em um processo complexo que envolve ilegalidade³⁴ e especulação no uso da terra e baixa agregação de renda nas regiões envolvidas. Ele aponta que, na Amazônia, a economia agropecuária ganha viabilidade através de ganhos indiretos advindos da precária regularização fundiária e da grilagem de terras públicas, da contratação irregular da mão de obra e do processo permanente de abertura de novas áreas a baixo custo. O motor do processo de desmatamento é a viabilidade financeira dos grandes e médios pecuaristas, porém agentes intermediários (madeireiros, por exemplo) têm baixos custos de oportunidade e são responsáveis por boa parte do desmatamento. As atividades intermediárias são viabilizadas em parte pela garantia de venda futura da terra para exploração da pecuária³⁵.

A pecuária é a principal atividade econômica na região e também a principal responsável pelas emissões de GEE. Porém, Fearnside (2006) ressalta os baixos retornos relacionados à renda dos trabalhadores envolvidos e o fato de que a maior parte do desmatamento oriundo das atividades pecuárias é feito em pastagens pouco produtivas. Isto pode ser traduzido no fato de que, no período 1997-2006, a pecuária foi responsável por 70% do desmatamento, mas gerou apenas 20% do valor líquido do conjunto das atividades agropecuárias (MARCOVITCH, 2010). No ano de 2006, 69% do desmatamento foi de responsabilidade da criação de gado; 12% da Soja; 5% do arroz e 3% para o milho³⁶.

Rivero et. al (2009) apontam que a soja e o desmatamento estão ligados de forma indireta, porém apresentam efeitos sinérgicos. O autor sugere que o aumento de infra-estrutura de transporte na região amazônica (dando viabilidade logística à soja) acaba por reforçar todas as atividades existentes na região, já que impacta (diminuindo custos) de forma sistêmica toda a produtividade da região. Ressalta também que o uso destinado ao cultivo agrícola ou pastagens não são concorrentes. O que acontece é a expansão da fronteira agrícola. Entre 1990-2006, houve um aumento do rebanho bovino na região da ordem de 6,74% ao ano (no resto do país essa taxa foi de 0,57%). No

³⁴ Cerca de 53% da terra da Amazônia não tem titularidade e, portanto, não tem status legal claro, estando na prática à mercê de abusos (VEIGA et. al, 2009)

³⁵ - "A pecuária tipicamente sucede o extrativismo madeireiro, o retorno total da terra é a soma de ambas as atividades" (MARGULIS, 2003, p.82)

³⁶ - No entanto, a lucratividade da criação de gado foi de 26US\$/ha/ano, já a média dos cultivos agrícolas foi de 302US\$/ha/ano (Strassburg *apud* MARCOVITCH, 2010)

mesmo período³⁷, o cerrado perdeu 20% de sua vegetação original, a área destinada ao plantio da soja creceu 95% e as áreas destinadas ao cultivo de outras lavouras não diminuíram, ou seja, houve aumento da área total de lavouras (MARCOVITCH, 2010).

O aumento do preço da carne e da soja no mercado internacional explica, em larga medida, o impulso desmatador pré-2005. Já no período entre 2005-2009 houve forte queda nas taxas de desmatamento devida à maior fiscalização, aprofundamento da política de criação de reservas florestais, restrições governamentais ao financiamento de atividades irregulares e ação de ONGs (ABRAMOVAY, 2010). No entanto, as taxas de desmate voltaram a subir a partir de 2010.

As estimativas dos impactos das mudanças climáticas nas diversas regiões do país constataam a tendência do fenômeno de “savanização” da floresta (MARCOVITCH, 2010). Tal fenômeno pode vir a impactar o regime pluviométrico de outras regiões do país e assim mudar a distribuição dos cultivos agrícolas no país. Levando em conta a tendência de alteração do regime hidrológico da região nordeste (aumento da seca) e a tendência de aumento do cultivo de matérias primas para a produção de biocombustíveis (SCHUTTE e BARROS, 2010), a tendência é de que o desmatamento na Amazônia prossiga em uma espiral de alta.

É consenso que, dentre as opções de mitigação das mudanças climáticas, a redução do desmatamento é a mais custo efetiva (VIOLA, 2002; SEROA DA MOTA, 2010), além de ser instrumento de diminuição da pobreza e preservação da biodiversidade (VEIGA et al, 2009; JUVENAL, 2010). Ou seja, deixar de emitir (mitigar) uma tonelada de CO₂ na Amazônia é mais barato do que deixar de emitir CO₂ na no setor energético ou industrial e pode vir a ter um efeito benéfico na renda da população da floresta. A manutenção da biodiversidade na floresta é um grande ativo do país, que poderia vir a ser usada de forma sustentável em setores mais intensivos em tecnologia e menos em carbono, gerando mais renda e melhor qualidade do trabalho (VIANA et al, 2009). Deve-se destacar que o desmatamento pesa mais que as mudanças climáticas na diminuição da biodiversidade. Além de políticas regulatórias (maior fiscalização, criação de áreas de preservação etc.) tem sido discutido o uso de incentivos econômicos, nos quais agentes desmatadores e moradores da região de florestas

³⁷ - Na verdade, 1990-2005

receberiam uma determinada renda como forma de desestímulo às atividades desmatadoras³⁸.

Em resumo, o Brasil tem opções de mitigação indisponíveis ao mundo desenvolvido e aos BRICs. A redução do desmatamento parece ser um negócio estratégico para o país a longo prazo. No entanto, conforme exorta Abramovay (2010), deve-se cuidar para que a redução do desmatamento na Amazônia não mascare o aumento do desmatamento em outros biomas, tal como o ocorrido no cerrado e na caatinga.

³⁸ - Trata-se do mecanismo de REDD (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation). O mecanismo foi aprovado em 2010 durante a COP16, realizada no México. A lógica do mecanismo consiste em remunerar proprietários de terras com base nos ganhos que teriam com atividades desmatadoras. Margulis (2003) e Moutinho (2013) apontam que tal política é mais custo efetiva do que reduções de emissões em outros setores econômicos e poderiam impactar de forma positiva a distribuição de renda na região Amazônica.

2.2.3 – A ambiguidade da política energética brasileira

A matriz energética brasileira é considerada limpa, dada a alta participação de fontes renováveis em sua composição. Tendo em vista que o país tem experimentado nos últimos anos um aumento da taxa de crescimento econômico e que este movimento é bandeira política de praticamente todo o espectro político nacional - já que o crescimento parece ser condição para a realização de políticas sociais e investimentos que alterem o quadro de concentração de renda e pobreza no país –, a primeira questão que se coloca aos formuladores de políticas é a questão de se haverá energia que possibilite o ritmo atual (e talvez a aceleração do ritmo) de crescimento econômico e depois a decisão de qual será a fonte desta expansão da oferta de energia. Não custa lembrar que energia é um insumo de praticamente toda e qualquer atividade econômica. Seu encarecimento repercute sobre os preços de toda a economia e sobre decisões de investimentos dos cidadãos comuns, empresários e do próprio governo.

Tabela 2- Comparação da participação percentual de diversas fontes de energia: Brasil, OCDE e mundo

Fonte	Brasil	OCDE	Mundo
Petróleo	37,4	40,6	35,0
Biomassa	31,1	4,2	10,5
Hidráulica	14,9	2,0	2,2
Carvão Mineral	6,0	20,4	25,3
Gás Natural	9,3	21,8	20,7
Urânio	1,4	11,0	6,3
Renováveis	45,1	6,2	12,7

Fonte: Maron Vichi (2009)

*Dados referentes à 2007

Uma boa notícia é que, em 2007, o aumento da oferta se deu, principalmente, com um maior crescimento do uso de fontes renováveis (+7,6%) em relação às fontes não renováveis - petróleo e derivados, gás natural, carvão mineral e urânio (+3,7%). Assim, a energia renovável atingiu 45,1% da matriz brasileira naquele ano, colocando o país numa posição invejável e única entre os países de maior consumo no mundo (MARON VICHI, 2009)

Como dito na primeira seção deste capítulo, a evolução do perfil energético brasileiro apresentou um comportamento dual no período pós-1970: a abundante disponibilidade de recursos hídricos para uso hidrelétrico e o desenvolvimento do etanol da cana de açúcar como alternativa ao petróleo deu à energia brasileira o status de

energia limpa. No entanto, o país apresenta grande ineficiência no uso dessa energia. Embora tenha havido um aumento acentuado da intensidade energética, essa foi compensada pelo efeito positivo causado pela mudança da composição setorial da indústria e pelo deslocamento continuado em direção ao uso de fontes energéticas menos emissoras de CO₂ (MENDONÇA; GUTIERREZ, 2000).

Soma-se a este problema um outro de ordem também estrutural. A composição da oferta de energia pode ser dividida em dois grupos: energia firme e energia média³⁹. A energia firme é a capacidade ociosa – a reserva para períodos nos quais os reservatórios das hidrelétricas (e do sistema como um todo) fiquem muito abaixo de sua capacidade. A energia média (uso corrente) é aquela ofertada em períodos normais. Para expandir sua economia o Brasil necessita de investimentos nos dois tipos de oferta⁴⁰. No ano de 2007, apareceu de novo o risco de “apagão” devido à falta de capacidade ociosa. Para expandir sua economia o Brasil deve expandir sua oferta de energia média, porém deve também aumentar sua capacidade ociosa a fim de aumentar a confiabilidade do sistema. Cabe aos formuladores de políticas decidir o *mix* adequado de distribuição dos investimentos em uma e outra e escolher qual será a fonte usada. E aí começam os problemas.

Se nossa matriz energética renovável é uma boa notícia para o meio ambiente e para a sociedade em geral, quando a conversa é sobre energia firme (ociosa) nossa alta dependência de recursos renováveis (que variam sua capacidade em função do clima) acaba se tornando motivo de preocupação. Marcovitch (2010), ao analisar o impacto das mudanças climáticas sobre as bacias hidrográficas e regimes hidrológicos do país, projeta que nos próximos anos o principal impacto será a queda de confiabilidade do sistema hidroelétrico e fortes impactos regionais no que diz respeito à geração hidrelétrica e cultivo de oleaginosas. A recomendação é que a expansão do sistema deve basear-se preponderantemente em energia firme. E para este tipo de energia, fontes renováveis baseadas em recursos naturais (biomassa e hidráulica, por exemplo) podem não ser a melhor opção.

Inúmeros especialistas apontam que o modelo de expansão de energia no Brasil não leva em conta critérios ambientais, sendo focado no critério de menor preço

³⁹ - “Energia firme corresponde à maior quantidade (ou mercado) que o sistema hidrelétrico pode atender, devido à pior condição hidrológica, que por sua vez é caracterizada pelo pior período crítico (período em que o reservatório vai do nível mais cheio ao mais vazio, sem que haja seu preenchimento total). Energia média indica a quantidade de energia (ou mercado) que o sistema pode atender devido à condição hidrológica média” (MARCOVITCH, 2010, p.83).

⁴⁰ - Basta lembrar o racionamento de energia realizado em 2001 em razão do baixo nível dos reservatórios.

(ROSA, 2007; GOLDEMBERG e LUCON, 2007; VIANA et al, 2009; ABRAMOVAY, 2010). Os leilões de energia realizados em 2007 premiaram o baixo custo de investimento das termelétricas, sem levar em consideração tratar-se da opção mais poluente⁴¹.

Castro e Dantas (2010) apontam o paradoxo de que os leilões de energia no Brasil - ao permitirem que no mesmo certame haja competição entre diferentes fontes de energia (renováveis e não renováveis) - podem resultar num conflito com o planejamento de longo prazo, já que os resultados do leilão podem privilegiar o aumento da participação de energias fósseis – o que de fato tem ocorrido. Apontam ainda que o custo de abatimento de emissões de CO₂ no setor elétrico brasileiro ainda é bastante competitivo. Tolmasquim et al (2007) alega que o recurso às usinas térmicas se deu em razão da demora no licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos de grande porte na região Amazônica. O planejamento energético prevê leve aumento da participação de energias fósseis⁴² (VIOLA; FRANHINI, 2011), porém caso o cenário no qual o planejamento foi feito não se confirme, as usinas térmicas podem vir a ter participação maior que a prevista (ROSA, 2007).

A opção de uso de energia hidráulica apresenta outros conflitos, além das questões de reservatório das hidrelétricas. Tal opção é a mais barata e caracterizada como limpa. No entanto, movimentos ambientalistas e outros setores da sociedade objetam que o processo de construção desses empreendimentos de grande porte na região Amazônica poderiam causar outros problemas ambientais (perda de biodiversidade, fauna e flora) e sociais (deslocamento de populações atingidas pelas barragens). Sem falar que o dinamismo econômico de tais obras pode vir a estimular o desmatamento na região. No caso de Belo Monte, o governo optou pela construção de usinas a fio d'água em oposição às usinas de grande reservatório⁴³. Tal escolha é uma opção para a expansão da energia média, mas não toca o problema relativo à capacidade

⁴¹ - Rosa (2007) aponta as irracionalidades dos leilões de energia realizados em 2007, destacando o prejuízo financeiro das empresas estatais; o resultado favorável aos empreendimentos termelétricos, que oferecem energia mais cara e suja, porém tem custos de implantação menores e podem entrar em funcionamento em menor tempo. Dado os problemas de licenciamento ambiental com os empreendimentos hidrelétricos, a solução de energia térmica pareceu melhor.

⁴² - Segundo Castro e Dantas (2010), a previsão de aumento das fontes fósseis na oferta de energia elétrica é de 11% em 2008 para 17% em 2017.

⁴³ - As usinas a fio d'água têm menor impacto ambiental e social por não possuírem grandes reservatórios. Calou (2011) se mostra contrária a opção por usinas à fio d'água. Ela destaca que a média de área alagada por potência instalada caiu drasticamente e que pesando o fato de usinas hidrelétricas de grande porte ajudarem na manutenção de uma matriz preponderantemente limpa, possibilitarem uma melhor complementaridade entre energia firme e média, tal opção é a mais barata para o país.

ociosa, já que tais modelos não armazenam energia. Sem falar que persistem os inconvenientes sociais e ambientais. Talvez o debate sobre mega-projetos hidrelétricos na Amazônia seja o que melhor ilustra os conflitos entre demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável⁴⁴.

Apenas 30% do potencial hidrelétrico brasileiro foi utilizado. As hidrelétricas tem a seu favor o fato de serem disparadamente a melhor opção do ponto de vista econômico – e se feitas com grande reservatório atacam também o problema da confiabilidade do sistema. Porém, os custos ambientais, historicamente negligenciados, impõe a necessidade de um debate mais aprofundado sobre que tipo de fonte usar.

Em 2007, os biocombustíveis entraram no debate político nacional como solução econômica e ambientalmente viável na expansão da oferta de energia no país. Os biocombustíveis são combustíveis renováveis derivados de matéria-prima biológica e incluem o etanol, o biodiesel, o biogás (metano). Destes, o etanol é o biocombustível mais utilizado e cuja produção mais cresce no mundo, com um aumento de 4,4 bilhões de barris em 1980 para 46,2 bilhões de barris em 2005 (MARON VICHI, 2009). O Brasil é o maior produtor de cana de açúcar (matéria prima do etanol brasileiro). A produtividade do etanol brasileiro decorre da longa experiência no país em seu uso como combustível alternativo à crise do petróleo na década de 70. Posteriormente, houve declínio da produção decorrente da queda dos preços do petróleo. Porém, em 2003, o Brasil começou a adotar progressivamente legislação que obriga um percentual de mistura do etanol à gasolina. Houve também no país um impulsionamento da produção e disseminação de motores híbridos (*flex fuel*), dando aos consumidores a possibilidade de opção entre o uso de etanol e gasolina. A possibilidade de maior segurança energética e uma diminuição das emissões de CO₂ no setor de transportes foram os argumentos mais propalados para a legitimação das novas medidas.

Conforme descrito por Schutte e Brarros (2010), já em 2005, mais da metade dos veículos produzidos no país portavam tecnologia flex-fuel, e hoje este nível supera

⁴⁴ - “Em termos econômicos, a energia hidráulica apresenta vantagens importantes: os custos operacionais são baixíssimos em comparação com o investimento inicial. Além disso, a independência em relação aos combustíveis fósseis torna esta fonte praticamente insensível às flutuações do preço do petróleo. O mesmo não pode ser dito, por exemplo, do etanol, que depende de insumos (fertilizantes, transporte etc.) influenciados pelo preço das commodities.

Como desvantagens, pode-se citar o custo elevado de implementação das usinas, se comparado a outras fontes, o tempo relativamente longo entre a concessão e a entrada em operação e a dependência de um regime regular de chuvas, além do forte impacto socioambiental causado pela inundação de grandes áreas, com o conseqüente deslocamento de comunidades inteiras e a destruição do habitat natural de espécies nativas e endêmicas” (MARON VICHI, 2009, p.63).

90%. A garantia de um mercado consumidor potencial em expansão fez com que, entre 2002 e 2003 e 2008 e 2009, a produção brasileira de etanol crescesse 110% (IICA, 2008, p. 14). Em 2008, o Brasil foi o primeiro país do mundo a usar mais etanol do que gasolina para alimentar a frota de automóveis. O setor sucroalcooleiro chega a representar mais de 1/4 da produção agrícola nacional. Entretanto, Rathman et al. (2005) e Masiero e Lopes (2008) ponderam que a competitividade do etanol frente ao petróleo se dá por causa da tributação excessiva e controle de preços sobre a gasolina e diesel realizados pelo estado brasileiro – o que na prática funciona como subsídio ao etanol.

Há muita controvérsia sobre o balanço de carbono da primeira geração de biocombustíveis (VIANA et. al, 2009). Não é necessário aqui tomar partido dos lados que contendem acerca do caráter sustentável ou não do etanol⁴⁵. Argumentos de outra ordem pró-etanol dizem respeito ao efeito democratizador na oferta de energia mundial, já que mais de 100 países (majoritariamente pobres e em desenvolvimento) poderiam se tornar exportadores de energia – ao contrário do mercado de petróleo dominado por poucos produtores, localizados em regiões politicamente instáveis. Assim, os biocombustíveis representariam uma possibilidade de estímulo à economia rural ao redor do mundo, tendo impactos benéficos sobre a distribuição de renda internacional e intranacional (RATHMAN et al., 2005; SCHUTTE e BARROS, 2010)⁴⁶.

Outra controvérsia envolvendo os biocombustíveis é o suposto conflito entre o uso da terra destinado ao cultivo de matérias primas para energia ou para produção de alimentos. No período 2003-2007 houve expansão de 30% da área colhida de cana de açúcar no Brasil. O período de expansão da cana (2003-2007) coincidiu com o aumento da oferta de alimentos, sendo que em 2004-2005 a produção de grãos foi crescente enquanto a área plantada diminuiu (VIOLA e FRANCHINI, 2011; JANK e NAPPO, 2009).

⁴⁵ - A obra organizada por Ricardo Abramovay *Biocombustíveis – a energia da controvérsia* (2009) apresenta textos em defesa e ataque ao uso de biocombustíveis como opção de substituição ao petróleo. Na bibliografia usada neste trabalho aparece o mesmo conflito e ataques ao lado oponente. Para fins do presente trabalho, mais importante é apresentar e reconhecer o debate entre acadêmicos especializados no assunto. Como veremos mais à frente, os biocombustíveis receberam grande visibilidade dos jornais no período analisado nesta pesquisa.

⁴⁶ - Na média, o cultivo de dendê, por exemplo, gera um emprego a cada dez hectares de uso; a soja gera um emprego a cada cem hectares de uso (Sachs, 2007). Goldemberg e Moreira (2005) apontam que “a utilização de biomassa, além de ser competitiva comercialmente como fonte de combustível líquido, permite empregar muito mais pessoas que a opção petróleo” (p.23)

Porém, a escalada dos preços dos alimentos a partir de 2006 levou à desconfiança acerca da compatibilidade entre o uso de terras para biocombustíveis e alimentos a nível internacional. No biênio 2007-2008 houve grande crescimento no preço de alimentos como trigo (130%), arroz (98%) e milho (38%). Este crescimento não pode ser atribuído exclusivamente à questão dos biocombustíveis, afirmam Maron Vichi (2009)

Já a análise de Runge e Senauer (2007) amplamente citada na mídia internacional e nacional vai na direção contrária. Os autores apontam que a expansão da produção de biocombustíveis pode afetar o perfil de consumo de alimentos, disponibilidade calórica e insegurança alimentar nas regiões mais pobres do mundo. Ao afetar as opções disponíveis de uso da terra, tal expansão pode causar perda de biodiversidade e cobertura natural, competição com pastagens e outros usos, impactando também os preços da terra.

Essa alta de alimentos tem efeito ambíguo: países exportadores de alimentos (em geral, pobres e em desenvolvimento) se beneficiam financeiramente da alta. Já populações que dependem de matérias primas comuns aos biocombustíveis ficam em uma situação de insegurança alimentar. O rápido crescimento dos mercados de biocombustíveis estão aumentando a demanda por commodities que até então eram destinadas exclusivamente para alimentos. Sempre houve algum tipo de transmissão de preços entre energia e alimentos (e commodities agrícolas em geral), já que os combustíveis fósseis constam na planilha de custos dos produtores agrícolas. A preocupação agora é que de “efeito transmissão” a situação caminhe para uma competição entre terras para alimentos ou energia.

Naylor et al (2007) afirma que é provável que a expansão dos biocombustíveis continuem enquanto o preço do petróleo permanecer alto. Aponta ainda outros fatores que, mesmo em um novo período de baixa do petróleo, poderiam favorecer a expansão em países como Brasil, China, Indonésia, União Européia e EUA: desenvolvimento de setores rurais; apoio político de produtores rurais, atração de investimento externo e reservas, e a necessidade de criação de um mercado de biocombustíveis que possibilite a substituição do uso de combustíveis fósseis.

Além de poderem vir a representar uma ameaça à segurança alimentar das populações mais pobres, os biocombustíveis ainda enfrentam a desconfiança internacional por serem uma possível razão para o aumento do desmatamento. No caso brasileiro, a produção de cana de açúcar se concentra majoritariamente na região Centro-Sul do país, estando longe da Amazônia (seu cultivo é inviável em tal bioma).

No entanto, o que pode estar ocorrendo é o deslocamento - em função da expansão da cana - de outras atividades agropecuárias para aquela região, tornando os biocombustíveis novos vetores de desmatamento (VIOLA e FRANCHINI, 2011).

Outro problema relacionado aos biocombustíveis é a construção de um mercado internacional que assegure regularidade e padronização da oferta. Os biocombustíveis ainda não são produzidos em uma escala capaz de representar alternativa ao uso de combustíveis fósseis. Sem uma estrutura de oferta regular, estável e comercialmente competitiva, uma transição à economia de baixo carbono ainda não é possível. Não só os biocombustíveis sofrem desse problema. Outras fontes renováveis limpas (eólica e solar, por exemplo) ainda estão em fase de maturação tecnológica e financeira, não apresentando viabilidade de preços e escala para assegurar oferta estável (GOLDEMBERG, 2007).

Silva et al. (2003) afirmam que a energia eólica já atingiu maturidade suficiente em alguns países, colocando-a em condições competitivas com as fontes tradicionais não renováveis. Nos últimos anos a capacidade eólica mundial cresceu num ritmo anual de 27,75%, sendo tal segmento um dos de maior crescimento no mundo⁴⁷. A energia solar também tem sido desenvolvida (não com o sucesso das eólicas) e pode vir a representar uma opção de fonte energética viável na próxima década. Porém, até o momento, “os custos de implantação destas usinas [solares] ainda são elevados, fazendo com que o preço final da energia fique em torno de US\$ 0,10 a 0,14/kWh, bastante acima, por exemplo, da energia hidráulica, que tem um custo de US\$ 0,04/kWh” (MARON VICHI, 2009, p.765).

No que se refere às fontes renováveis de energia (biomassa, eólica e solar, por exemplo), conforme apresentado por Goldemberg (2007), todas elas enfrentam problemas de natureza parecidas: dependem de incentivos governamentais para adquirirem competitividade frente às alternativas fósseis e não estão disponíveis na escala necessária que assegure estabilidade e segurança na oferta de energia. Falta também a institucionalização de um mercado que assegure a oferta em nível internacional. Sem falar que, por serem baseadas em recursos naturais, poderão ser afetadas pelas mudanças climáticas que elas visam combater. Tal situação impõe à comunidade internacional a tarefa de uma transformação de arranjos produtivos,

⁴⁷ - Atualmente há cerca de 15 GW de energia eólica instalada no mundo, dos quais 10 GW está na Europa. A Dinamarca já produz 14% de seu consumo de energia elétrica através do vento (SILVA et al., 2003). Das opções de energia renovável, a eólica é que mais cresce no mundo (MARON VICHI, 2009)

instituições políticas de negociação etc. e às comunidades nacionais a difícil escolha entre um *mix* de opções políticas diferenciadas⁴⁸.

A última controvérsia a ser levantada acerca das opções de fornecimento de energia trata do uso de energia nuclear. A polêmica acerca de tal uso é de longa data e renasceu com maior vigor a partir do momento em que as mudanças climáticas entraram na agenda política internacional. À favor de seu uso conta o fato de ser limpa (pelo menos em matéria de carbono); já dispor de avanços tecnológicos que viabilizem escala produtiva; de não variar conforme mudanças climáticas (o que viabiliza seu uso seja como energia média, seja como energia firme) e custos operacionais decrescentes. Contra a fonte nuclear pesam questões de ordem de segurança quanto ao destino dos resíduos, o risco de desvio de uso para fins não-pacíficos, alto custo financeiro (se comparado à fontes convencionais) e a própria polêmica acerca de seu uso que envolve fatores de ordem psicológica e social (o que pode vir a acarretar custos políticos e de imagem).

O principal fator que limita a expansão da energia nuclear atualmente é a produção de combustível menor que a demanda, o que vem ocorrendo desde a década de 1990 (MARON VICHI, 2009). Porém, desde 2006, quase 50 países anunciaram a construção de usinas nucleares (SOCOOW; GLASER, 2009). A energia nuclear está em crescimento principalmente na Ásia (ZALESKI; 2009). Por outro lado, vários países desenvolvidos tem desincentivado o recurso à fonte nuclear, seja por questões de segurança, seja pelos altos custos.

É interessante notar que todos os problemas relacionados ao caso brasileiro colocados em relevo neste capítulo permeiam decisões cercadas de aspectos pragmáticos, éticos e morais. A adoção ou não de metas vinculatórias de redução de emissões nos países em desenvolvimento levanta questões sobre a distribuição de esforços no combate às mudanças climáticas e se é justo pedir àqueles que historicamente pouco contribuíram para o problema que participem de forma mais intensa na resolução do problema. Por outro lado, atualmente são os países em desenvolvimento os que mais emitem CO₂ de forma corrente e neles há grandes

⁴⁸ - Por exemplo, o Brasil dispõe do uso de fontes hidráulicas em uma magnitude indisponível a todas as outras regiões do mundo. Quase toda a matriz energética francesa é baseada em energia nuclear devido à falta de viabilidade produtiva e comercial de outras fontes. No Brasil há terras disponíveis para o desenvolvimento de agrocombustíveis, no Japão e na Rússia não. Cada país apresenta um mix diferenciado de opções possíveis e a escolha feita por eles afeta a escolha dos outros. Se vários países estimularem os agrocombustíveis, o aumento da escala da oferta (e a queda nos preços) podem torná-los boas opções para países que até então não viam os biocombustíveis como opção factível.

oportunidades de mitigação a baixos custos – como é o caso da redução do desmatamento na Amazônia brasileira.

Na questão energética tais conflitos também estão presentes. O maior uso de fontes hidrelétricas é visto como melhor opção do ponto de vista pragmático; no entanto, há objeções quanto à insustentabilidade social e ambiental de tais empreendimentos. A energia nuclear levanta questões relacionadas ao risco doméstico e geopolítico. E precificar risco - além de tarefa difícil – pode ser inadequado do ponto de vista político⁴⁹. As más condições de trabalho do setor sucroalcooleiro, o risco de alta dos preços dos alimentos (e a insegurança alimentar sobre as populações mais pobres do mundo) e a suspeita quanto ao aumento do desmatamento levantam objeções de caráter ético e econômico ao uso intensivo dos biocombustíveis como alternativa ao uso de combustíveis fósseis.

Todas as questões mencionadas nesta seção receberam visibilidade por parte dos dois maiores jornais brasileiros e vários especialistas (muitos deles citados aqui) foram convocados a se manifestar seja como fontes em reportagens, seja em artigos de opinião.

⁴⁹ - Sachs (2007) afirma que o debate sobre energia nuclear tem implicações morais e políticas, e não pode ser deixado unicamente aos cientistas.

Capítulo 3 - Estratégias Metodológicas

Como afirmado anteriormente, o objeto de investigação do presente trabalho é o debate sobre como se estruturam na vida social e política ordinária as demandas sociais por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Um debate ganha existência fenomênica quando sujeitos sociais se lançam a uma troca argumentativa, estando sempre implicados em um formato institucional e um espaço social que modula e perpassa as formas comunicativas propícias à realização e manutenção desta “troca de razões” ao longo do tempo. Neste trabalho as páginas de dois grandes jornais nacionais foram escolhidas para investigação de como o debate sobre as problemáticas políticas e econômicas referentes à política das mudanças climáticas ganham existência empírica.

Para a execução desta análise vamos combinar em uma mesma estratégia metodológica elementos dos estudos empíricos sobre deliberação política (STEENBERGEN et. al, 2003; THOMPSON, 2008) e elementos da *Análise de Conteúdo*, já amplamente usadas em estudos da Comunicação - conforme apontam Bauer e Gaskell (2002). Com isso, nossa estratégia tomou um caráter metodológico híbrido, pois buscou ao mesmo tempo uma descrição quantitativa dos padrões da cobertura jornalística investigada e uma análise qualitativa que nos possibilite considerações sobre a construção de sentido acerca de demandas (valores) sociais que carecem de uma interpretação mais concreta na *práxis* política. Entendemos que as páginas dos jornais são um dos “lugares” dentre vários outros onde a indeterminação conceitual e o caráter abstrato de nossos valores sociais partilhados intersubjetivamente tomam uma existência simbólica e semântica concretas. No mais, este hibridismo metodológico provém da necessidade imposta pelo próprio objeto a ser estudado, pois, ao entendermos a questão ambiental como perpassada por discursos de ordem pragmática, ética e moral, surge a necessidade não só de uma quantificação descritiva do “estado da arte” em que se encontra o debate, mas também das implicações simbólicas (intangíveis, mas ainda sim objetivadas em práticas e textos) deste para a vida social mais ampla.

Por isso, no presente capítulo será explicado (3.1) de que forma esta pesquisa se insere nos estudos sobre deliberação política e também delinear-se-à as peculiaridades de nossa estratégia em relação ao escopo de pesquisa mais amplo da área; (4.2) também será apresentado o modo como foi construído o *corpus* de textos

jornalísticos analisados bem como uma explicitação dos itens de análise da ficha de codificação aplicada ao conjunto de textos coletados

3.1 – Adequando-se aos estudos sobre deliberação política

Thompson (2008) assinala que a pesquisa empírica em deliberação política deve prover elementos para ajudar a teoria normativa a responder questões que dizem respeito ao conflito entre valores consagrados pela teoria, bem como descortinar as condições sociais que favorecem a prática da deliberação pública. Bächtiger *et. al* (2009) e Black *et. al* (2009) diferenciam os estudos sobre deliberação política em análises de orientação microssociológica e macrossociológicas. As análises “micro” se debruçam sobre interações concretas e sobre as características de um determinado processo, no qual se procura pelos padrões normativos previstos na teoria a fim de se testar os possíveis efeitos benéficos do processo deliberativo. Geralmente este tipo de investigação usa medidas de análise direta de conteúdo a fim de julgar o desempenho dos participantes em um determinado processo. Já as análises de cunho “macro” se voltam para os antecedentes e os resultados do processo deliberativo a fim de julgar sua qualidade como um todo. Este tipo de abordagem teria o inconveniente da dificuldade de confiança no julgamento qualitativo geral acerca do processo.

Em geral, estudos empíricos de perspectiva deliberacionista se debruçam sobre debates parlamentares que visam uma tomada de decisão (STEENBERGEN *et. al*, 2003; STEINER *et al.*, 2004) ou sobre processos deliberativos em minipúblicos onde se avalia as características e a qualidade da troca de razões entre cidadãos ordinários em algum ambiente específico (BLACK *et al.*, 2009; GALLEY, 2007; ACKERMAN e FISHKIN, 2004). Há também estudos que partem do referencial teórico deliberacionista para a investigação de processos de debate de temas controversos realizados no ambiente dos meios de comunicação (MAIA, 2008, 2012; RINKE e WESSLER, 2011; WESSLER *et. al*, 2008; SIMON e XENOS, 2000; PAGE, 1996). Como denominador comum, todas essas investigações desenvolvem códigos de análise a partir de elementos extraídos dos princípios normativos oriundos das elaborações teóricas e, assim, avaliam práticas de argumentação como sendo mais ou menos deliberativas. Há uma preocupação em identificar empiricamente a ocorrência de processos deliberativos em meio ao conjunto de todas outras práticas correntes na política contemporânea

(coalizões partidárias, barganhas, militância, marketing político, propaganda ideológica etc.).

A presente investigação se alinha aos estudos de perspectiva “micro” na medida em que se volta para o espaço social constituído pelos veículos jornalísticos impressos e aplica uma análise de conteúdo aos materiais jornalísticos coletados. No entanto é necessário estabelecer algumas diferenças da análise aqui realizada em relação ao escopo mais amplo de pesquisas da área. Primeiro, nossa análise não é um teste acerca de se há ou não deliberação. Nosso entendimento da deliberação pública como mecanismo central de concerto para situações problemáticas que exigem cooperação entre partes (discursos) antagônicas (BOHMAN, 2009) é uma escolha metateórica que orienta nossa perspectiva sociológica sobre as democracias contemporâneas.

Segundo, não estamos avaliando um processo de tomada de decisão nem a performance (capacidade) de atores sociais quando implicados em um processo deliberativo. Nosso objeto de análise quantitativa e qualitativa são textos jornalísticos publicados em um período determinado (primeiro semestre de 2007) acerca de temáticas relacionadas à política das mudanças climáticas e questões ambientais correlatas. Nestes textos estão confeccionadas narrativas acerca daqueles fatos e acontecimentos relacionados a processos políticos de tomada de decisão e também sobre discursos e atitudes de variados atores sociais; porém, dado que o material simbólico dos *media* não é uma representação (cópia) de algum elemento da realidade social, mas ele mesmo é parte integrante daquela realidade, a investigação sobre o processo deliberativo pré-estruturado pelos *media* é uma análise de como o debate ambiental toma uma forma peculiar – forma deliberativa dispersa no tempo e no espaço - nas páginas dos jornais. Assim, os princípios normativos erigidos pela teoria devem se adequar aos processos de mediação feitos pelo jornalismo para que se capture a complexidade do debate, que, quando objetivado nos textos jornalísticos, ganha uma espacialidade e temporalidade diferentes das interações face-a-face sobre as quais se debruçam a maioria das pesquisas (seja as de mini-públicos, seja as de processos parlamentares).

Por último, deve-se destacar que, apesar de embasados por uma teoria normativa do processo político, não estamos avaliando a “qualidade” nem dos atores envolvidos, nem da cobertura jornalística. Nosso intuito não é dizer se o debate ou a cobertura estão bons ou satisfatórios, nem dizer se determinados argumentos estão corretos ou errados, muito ou pouco embasados (sofisticados). Na presente análise,

investiga-se como a normatividade embutida nos discursos de vários atores sociais implicados na questão ambiental se estrutura empiricamente nos textos jornalísticos, orientando os argumentos apresentados e mesmo as escolhas seletivas (referentes à cobertura jornalística) realizadas pelos jornais analisados.

Feitas essas ressalvas, o DQI (*Discourse Quality Index*) desenvolvido por Steenberger et. al (2003) foi flexibilizado e readequado aos nossos interesses de pesquisa. O DQI visa “capturar o comportamento de discurso observável” (IDEM, p.23). Sua operação consiste em codificar proferimentos em debates parlamentares, classificando-os conforme as categorias extraídas da ética do discurso habermasiana. Essas categorias são: Participação, nível de justificação, conteúdo da justificação (referências a determinadas concepções de bem comum), nível de respeito (por grupos e suas demandas) e política construtiva.

Destaque-se primeiramente que a unidade de análise foi dupla: *proferimentos* de fontes e o *texto jornalístico* como um todo. Isto se dá porque um texto não é um objeto material do tipo que o todo é a soma das partes. Assim, caso ficássemos apenas com os proferimentos emitidos por fontes, jornalistas, articulistas etc. poderíamos perder o sentido do texto e da cobertura jornalística em sua completude. Tal estratégia de análise também é fecunda na medida em que possibilitou ver como, em alguns casos, o perfil temático dos textos se desvia do perfil temático dos proferimentos em se tratando de um mesmo assunto.

Por não estarmos interessados na investigação de um processo de tomada de decisão por parte do sistema político formal, a categoria “participação” terá caráter apenas descritivo, ou seja, serão codificados os tipos de fontes acionadas pelo jornalismo dentro do texto analisado. O objetivo aqui foi identificar quais atores sociais ganham mais ou menos visibilidade dentro do debate mediado e, a partir daí, tecer considerações qualitativas sobre o caráter desta “participação” e da visibilidade dispensada pelos jornais. Como ocorrido em vários outros casos - conforme pesquisas na área (CARVALHO e BURGESS, 2005; ANDI, 2007; PAGE, 2006; OLAUSSON, 2009; YUN, 2012) - houve predomínio de especialistas e autoridades governamentais como fontes noticiosas. No entanto, seguindo orientação de Galley (2007), vamos codificar o “tipo de fonte” (*resourcing*) que os atores acionados pelo jornalismo usam em suas opiniões e discursos. Isto pode ser útil para que possamos apreender como determinados tipos de discursos (acadêmico, político, filosófico, senso comum etc.) se materializam na voz de determinadas fontes. Na próxima seção, quando apresentarmos

a ficha de análise, serão apresentados os tipos de fontes a serem codificadas, bem como as opções de codificação para o conteúdo dos proferimentos.

Visando capturar os princípios normativos de reciprocidade (reconhecimento de igual valor de outros grupos e demandas) e a reflexividade de opiniões - mas levando-se em conta a mediação realizada pelos profissionais do jornalismo sobre a “fala” das fontes bem como outras escolhas seletivas na construção do texto jornalístico - serão analisados os conteúdos temáticos ressaltados no segundo capítulo capítulo deste trabalho. Foram codificados “eixos temáticos” com o intuito de averiguar quais temas e discussões têm ganho maior relevo pela cobertura jornalística. Assim, a medição acerca dos contra-argumentos e da referência aos discursos de outros atores (que no DQI serviria para capturar níveis de “reciprocidade” e “reflexividade”) será aqui agrupada em um único conjunto de códigos de análise que trata dos vários temas explorados no texto jornalístico.

Em suma, nossa investigação ancorada nos princípios normativos tem como objeto a cobertura jornalística, e não o comportamento dos atores, posto que suas falas e argumentos estão sendo constantemente mediados, tendo em vista a construção da totalidade do texto⁵⁰. Com isto, a codificação de eixos temáticos e dos atores acionados como fontes jornalísticas nos dá a possibilidade de tecer considerações acerca da cobertura como um todo, tendo em vista parâmetros de pluralidade de vozes e de continuidade argumentativa imbricada na cobertura jornalística ao longo do tempo. O interesse maior de pesquisa foi descobrir o perfil de distribuição das fontes, das estratégias argumentativas e de que forma as diferentes questões relacionadas às mudanças climáticas aparecem ao longo da cobertura analisada e que tipo de relação social configuram.

Descritos o caráter de participação (tipos de fontes acionadas) e os eixos temáticos, será analisado o tipo de argumentação expressa no texto, seja no nível dos proferimentos, seja no nível do sentido geral do texto. Para fins de análise e em consonância com a fundamentação teórica realizada, classificamos os argumentos como de ordem *pragmática, ético/moral e mista*. Este tipo de análise propiciou a oportunidade de avaliar melhor as relações entre ciência, política e mídia na medida em que argumentos que exploram valores ético/morais extrapolam as especialidades técnicas de determinadas áreas do conhecimento (economia, ciências físico-químicas etc.) e ajudam

⁵⁰ Na próxima seção será apresentada a ficha de codificação e este assunto será melhor explicado.

a entender os critérios de validade de determinados proferimentos. Por não estarmos investigando um processo de tomada de decisão, o indicador “política construtiva” (presente no DQI) será desconsiderado. Assim, a presente análise pode ser dividida em dois conjuntos de variáveis (qualitativas e quantitativas) que guiam nossa estratégia metodológica.

Variáveis descritivas/quantitativas	Variáveis Qualitativas
- Participação (tipos de fontes e autoria de artigos de opinião)	- Reflexividade/Reciprocidade temática (referente ao texto como um todo)
- Gêneros jornalísticos ⁵¹	
Eixos temáticos	
- Descrição percentual da cobertura destinada a determinados temas (eixos temáticos)	Tipos de argumentação - Pragmática - Ético-moral - Mista (elementos pragmáticos e ético/morais)

Na próxima seção, será apresentado o modo de construção do *corpus* de textos analisados e uma explicitação detalhada dos componentes da ficha de codificação usada na análise do material recolhido.

3.2 – Corpus e Ficha de codificação

Assim como a maioria das pesquisas que usam, em alguma medida, a Análise de Conteúdo para investigação de padrões de cobertura jornalística e também em conformidade com as pesquisas que, usando o referencial teórico deliberacionista, investigam a cobertura jornalística acerca de temas controversos, a presente pesquisa passou primeiramente pela etapa de construção de um *corpus* formado de textos jornalísticos que tratam da temática ambiental no hiato temporal escolhido (JAN/JUN 2007) e, posteriormente, a aplicação de uma ficha de análise que permitiu a codificação de determinados elementos textuais a fim de possibilitar a construção de dados gerais (e posterior agregação estatística) acerca da temática investigada.

Geralmente, usa-se algum software para busca automática guiada por palavras-chave referentes à temática pesquisada. Tendo em vista que as opções de contratação de

⁵¹ As opções de codificação deste item serão apresentadas na próxima seção.

um serviço de clipping pareceram inviáveis do ponto de vista financeiro e também por não garantir uma busca fidedigna⁵², preferiu-se uma busca manual feita no site da empresa EBC Serviços (Empresa Brasil de Comunicação)⁵³. A EBC disponibiliza em seu site um acervo de edições dos maiores jornais diários e revistas semanais do Brasil do período de 2003 em diante. Há a opção de busca por palavras-chave, mas esta se mostrou bastante falha, motivo que nos levou à opção de uma busca manual para que nos certificássemos que, dentro do período escolhido para análise, nenhum texto acerca da temática ambiental ficasse de fora.

O corpus analisado soma 287 textos. A escolha do primeiro semestre do ano de 2007 se dá pela constatação de que este ano é tido como um período em que a questão ambiental ganhou bastante relevância na cobertura jornalística a nível internacional e também na agenda de grandes fóruns internacionais de discussão (MCDONALD, 2009; VIOLA, 2009; YUN, 2012). A divulgação de dois relatórios do IPCC confirmando a causa antrópica do aquecimento global, a conferência das partes (COP) realizada na Indonésia, o nobel ganhado por Al Gore e o IPCC e uma cúpula do G8 focada exclusivamente na negociação sobre mudanças climáticas foram alguns dos eventos que corroboram a afirmação de que o ano de 2007 representa um marco na entrada definitiva das mudanças climáticas na agenda das instituições políticas internacionais. Assim, tal período se mostrou o mais indicado para análise de como a questão ambiental ganhou as páginas dos jornais e as particularidades da visibilidade dispensada pelos media ao assunto.

A ficha de codificação a ser empregada na análise se divide em 3 seções: (i) codificação de aspectos formais e descritivos (Gênero, editoria, data, título etc.); (ii) codificação dos eixos temáticos presentes nos textos ; (iii) codificação dos tipos de fontes e (iv) codificação dos tipos de argumentação realizadas tanto a nível do texto como um todo quanto os proferimentos das fontes. Apresentaremos a seguir os elementos da ficha. A codificação dos aspectos formais-descritivos das matérias têm os seguintes elementos:

⁵² Ambos os orçamentos feitos com as empresas Fábrica de Ideias (DF) e Ideia Fixa (MG) apresentaram o valor de 2600,00. Neste tipo de serviço há sempre a ocorrência de textos não captados pelo buscador.

⁵³ <http://clipping.radiobras.gov.br/>. A EBC gentilmente disponibilizou um acesso gratuito ao acervo.

Aspectos formais-descriptivos

T.1 - Data de publicação (dd/mm/aaaa)
T.2 – Nome do Jornal 2.1 – Folha de São Paulo 2.2 – O Globo
T.3 – Título da matéria
T.4 – Caderno (aplicável à matérias e reportagens, exceto as de primeira página) 4.1 – Política/O País 4.2 – Economia/Dinheiro 4.3 – Internacional/Mundo 4.4 - Ciência
T.5 – Formato (Gênero) 5.1 – Notícia/Reportagem 5.2 – Artigo assinado (colunistas não fixos) 5.3 – Coluna assinada (colunistas fixos) 5.4 – Editorial 5.5 – Entrevista 5.6 – Nota
T.6 – Primeira página (aplicável somente à matérias e reportagens) 6.1 – Sim 6.2 – Não

Esta primeira seção de codificação tem caráter meramente descritivo e nos ajuda a ter um panorama de “onde” e “quando” o debate analisado aparece no jornal. É necessário destacar que os textos de caráter opinativo - artigos de colunistas não fixos (5.2), artigos de colunistas fixos (5.3) e editoriais (5.4) - e matérias que constaram na primeira página não receberam nenhuma marcação quanto ao caderno. Apenas notícias (5.1), entrevistas (5.5) e notas (5.6) receberam marcação quanto à sua localização no jornal.

A etapa posterior de codificação trata dos “eixos temáticos” que foram sintetizados a partir da revisão bibliográfica realizada no segundo capítulo deste trabalho. Os “eixos temáticos” codificados podem ser entendidos como a temática principal do texto analisado. No entanto, dada a amplitude da questão ambiental e sua inexorável multidisciplinaridade, os textos apresentam sempre um aspecto multitemático, o que leva à necessidade de uma codificação que admita mais de um tema a ser codificado em um mesmo texto. Os eixos temáticos são os seguintes:

Eixos temáticos

T.10 – Relações entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental

10.1 – alusão à compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável

10.2 - alusão à incompatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável

10.3 – Não é possível afirmar sobre a compatibilidade ou incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável

T.11 – Divisão de responsabilidades

11.1 – Países em desenvolvimento não devem assumir metas obrigatórias de redução de emissões

11.2 – Países em desenvolvimento devem assumir metas obrigatórias de redução de emissões

T.12 – Interdependência entre comércio internacional e política de mitigação das mudanças climáticas

12.1 – O uso de instrumentos tarifários e não tarifários (justificados em bases ambientais) é injusto pois penaliza países exportadores intensivos em carbono (em geral, pobres e/ou em desenvolvimento)

12.2 – O uso de instrumentos tarifários e não tarifários (justificados em bases ambientais) é necessário para evitar o “vazamento de carbono”

12.3 – Outras problemáticas relacionadas às relações entre política climática e comércio internacional

T.13 – Inter-relações entre política ambiental e política energética

13.1 – O Brasil deve estimular a produção de biocombustíveis tendo em vista seus efeitos positivos (redução de emissões, redução da pobreza e diversificação da matriz energética)

13.2 – O Brasil não deve estimular a produção de biocombustíveis tendo em vista seus efeitos maléficos (perigo à segurança alimentar, trabalho escravo, aumento do desmatamento etc.).

13.3 – A política energética brasileira privilegia o crescimento econômico e/ou a segurança energética às custas da sustentabilidade ambiental da matriz energética

13.4 – A política energética brasileira privilegia o crescimento econômico e/ou a segurança energética sem comprometer a sustentabilidade ambiental da matriz energética

13.5 – Caráter positivo da energia nuclear e/ou Brasil deve aumentar sua produção de energia nuclear

13.6 – Caráter negativo da energia nuclear e/ou Brasil não deve aumentar sua produção de energia nuclear

T.14 – Tematização de fontes de emissões

- 14.1 – Emissões ligadas à matriz energética
- 14.2 – Emissões ligadas ao desmatamento e/ou setor agropecuário
- 14.3 – Emissões ligadas aos meios de transporte
- 14.4 – Emissões ligadas ao setor industrial
- 14.5 – Outras fontes de emissões

T.15 – Mecanismos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas

- 15.1 – Taxação (impostos sobre atividades consideradas poluentes e/ou precificação do carbono)
- 15.2 – Mecanismos de mercado e incentivos econômicos (negociações sobre permissões e compensações)
- 15.3 – Transferência de recursos para desenvolvimento de tecnologias mais limpas
- 15.4 – Substituição de combustíveis fósseis
- 15.5 – Mudanças de práticas de consumo
- 15.6 – Ênfase em medidas de adaptação
- 15.7 – Outros

T.16 – Expectativa quanto aos fóruns políticos de discussão e de tomada de decisão

- 16.1 – Otimismo (A comunidade internacional está combatendo os problemas climáticos de maneira eficaz)
- 16.2 – Pessimismo (A comunidade internacional não está combatendo os problemas climáticos de maneira eficaz)
- 16.3 – Posição Mista (A comunidade internacional tem os meios para combater, de forma eficaz, os problemas climáticos e/ou a comunidade internacional já deu passos importantes, mas ainda está aquém de uma política eficaz no que se refere à mudanças climáticas)

T.17 – Tematização dos impactos relacionados aos problemas ambientais

- 17.1 – Menção apenas de impactos de ordem econômica (custos, diminuição do PIB, assimetria sobre faixas de renda etc.)
- 17.2 – Menção de impactos sociais, ambientais e políticos (desertificação, extremos climáticos, fluxos migratórios, guerras, instabilidade política, fome, falta de água etc.)
- 17.3 – Tematização mista (impactos de ordem econômica, social, ambiental e política).

T.18 – Avaliação quanto à situação brasileira

- 18.1 – A política nacional e a posição brasileira nos fóruns internacionais são satisfatórias no que se refere às aspirações de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico
- 18.2 - A política nacional e a posição brasileira nos fóruns internacionais são insatisfatórias no que se refere às aspirações de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico
- 18.3 – O Brasil deve adotar metas vinculantes de redução de emissões de CO₂
- 18.4 - O Brasil não deve adotar metas vinculantes de redução de emissões de CO₂
- 18.5 – O Brasil deve adotar uma política de redução integral do desmatamento
- 18.6 – O Brasil não deve adotar uma política de redução integral do desmatamento

O primeiro item de codificação (T.10) é sem dúvida o de maior interesse e se aplica tanto a proferimentos individuais como à análise do texto como um todo. Nele tentamos extrair como o texto jornalístico apresenta a tensão entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. As opções – compatibilidade ou incompatibilidade – nem sempre estão explícitas no texto, e a codificação foi feita mediante um julgamento sobre a totalidade do texto. Notamos que houve pouca alusão à incompatibilidade entre as demandas (fato que receberá considerações qualitativas à luz dos resultados finais da pesquisa). No entanto, a alusão à compatibilidade é sempre trazida à tona em conjunto com ressalvas de caráter crítico em relação à realidade vigente que perpassa outros eixos temáticos de análise. Foi separado um item que codificasse o caso em que não é possível afirmar sobre a compatibilidade ou não entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Em geral, quando os textos mencionavam propostas concretas e mencionavam possibilidades econômicas de mitigação, o texto foi discriminado no item 10.1 (alusão à compatibilidade...). Quando a matéria tinha um caráter mais factual e descritivo e não tratava de questões mais gerais (ou seja, não apelava para valores normativos mais amplos nem propostas de solução) os textos foram codificados como 10.3 (não é possível afirmar...). O equilíbrio observado nessa categoria⁵⁴ propiciará uma análise acerca de em que medida o texto jornalístico sobre mudanças climáticas tem tratado de questões mais amplas e abstratas – e, por isso, sobre a normatividade embutida nos argumentos e textos sobre questões climáticas. É necessário ressaltar que este é o único eixo temático que recebeu codificação em todos os textos.

O próximo eixo passível de codificação é a “Divisão de responsabilidades”. Com certeza esta temática é a mais polêmica e problemática em se tratando das discussões sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. As opções de codificação tratam da adoção ou não de metas vinculatórias de redução de emissões por parte de países não pertencentes ao Anexo I do protocolo de Kyoto. Neste eixo, a codificação será feita apenas quando o texto ou o proferimento for explícito quanto à determinada posição pela adoção ou não.

No terceiro eixo temático serão codificados proferimentos ou textos que de alguma forma façam relações entre comércio internacional e mitigação de emissões de CO₂. As opções tratam da questão acerca da legitimidade ou não de medidas restritivas

⁵⁴ 154 textos (53,65%) foram classificados como 10.1; 127 textos (44,25%) receberam o código 10.3.

de comércio por parte de países desenvolvidos justificadas em bases ambientais. Menções negativas a respeito da possibilidade e aplicabilidade de tais medidas são codificadas como 12.1; menções positivas e mesmo descritivas a respeito da possibilidade de aplicação dessas medidas de restrição recebem o código 12.2. O código 12.3 foi aplicado quando outras problemáticas referentes às relações entre comércio internacional e mudanças climáticas foram mencionadas.

O quarto eixo codificado é a tematização das inter-relações entre política ambiental e política energética. Essas duas questões estão permanentemente imbricadas, dado que o uso de combustíveis fósseis é a maior fonte de emissões de CO₂, e qualquer política de mitigação passa pela “descarbonização” da matriz energética mundial. A construção desse eixo se fez de modo a capturar os debates que estavam na agenda da política energética em 2007 no Brasil: aumento dos investimentos em biocombustíveis, recurso à energia nuclear e uma avaliação da sustentabilidade ou não da matriz energética como um todo⁵⁵. Esse eixo está dividido em seis tipos de itens. Menções positivas ou negativas acerca do caráter dos biocombustíveis (13.1 e 13.2); avaliações, ainda que implícitas, acerca da sustentabilidade ou não da matriz energética (13.3 e 13.4); e menções positivas ou negativas acerca do uso de energia nuclear (13.5 e 13.6).

O quinto eixo codificado é a tematização das fontes de emissões. Em análises preliminares esse tema tem sido recorrente e se apresenta geralmente correlacionado com outros temas. A necessidade de se estabelecer um código específico para as fontes de emissões se dá porque cada fonte de emissão enreda uma discussão diferenciada. As opções de codificação são: emissões ligadas à matriz energética (14.1); emissões ligadas ao desmatamento e/ou setor agropecuário (14.2); emissões ligadas aos meios de transporte (14.3); emissões ligadas ao setor industrial (14.4); e outras fontes de emissões (14.5). A codificação deste item não é excludente, ou seja, um mesmo texto pode ser passível de codificação em mais de um item.

O sexto eixo temático trata dos “Mecanismos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas”. Este eixo possibilitou entender o modo com que a questão ambiental é entendida dentro de um contexto institucional mais amplo, posto que a preferência por determinados mecanismos em detrimento de outros ilustram uma determinada mentalidade que estrutura a percepção do problema. As opções de

⁵⁵ - Neste eixo foi capturada outra questão de grande saliência no contexto político nacional em 2007. Em várias das matérias analisadas, a discussão acerca da liberação de licença ambiental para empreendimentos hidrelétricos na região amazônica (Santo Antonio e Jirau) engendrava avaliações mais amplas quanto ao rumo da política energética.

codificação são: Taxação - impostos sobre atividades consideradas poluentes e/ou precificação do carbono (15.1); Mecanismos de mercado e incentivos econômicos - negociações sobre permissões e compensações (15.2); transferência de recursos para desenvolvimento de tecnologias limpas (15.3); Substituição de combustíveis fósseis (15.4); Mudanças de práticas de consumo (15.5); Ênfase em medidas de adaptação (15.5); Ênfase em medidas de adaptação (15.6); e Outras medidas de mitigação (15.7)

O desempenho dos fóruns internacionais sobre política das mudanças climáticas, as correlações de forças políticas implicadas e as avaliações sobre os acordos e negociações receberam atenção da cobertura dos jornais. Partindo das considerações feitas no primeiro capítulo de que o debate sobre a questão ambiental (e as instituições onde ele toma forma) não é uma realidade paralela (representação) à questão ambiental, mas sim parte do problema e da realidade que ela implica, fez-se necessário a elaboração de um eixo temático a ser codificado que trate da “Expectativa quanto aos fóruns políticos de discussão e de tomada de decisão”. As opções variam entre Otimismo (16.1), Pessimismo (16.2) e posição mista (16.3).

Outro eixo temático discriminado na análise foi a questão do modo como os jornais tematizam os impactos presentes e futuros previstos pela ciência das mudanças climáticas. Há três opções de codificação: menção *apenas* de impactos de ordem econômica (custos, diminuição do PIB, assimetria sobre faixas de renda etc); menção de impactos de ordem social, ambiental e política (fluxos migratórios, guerras, instabilidade política)⁵⁶; e tematização mista (17.3) - impactos de ordem econômica, social, ambiental e política.

O último eixo temático da lista de codificação diz respeito à “Avaliação quanto à situação brasileira”. Há seis opções de codificação que variam sobre a avaliação (se satisfatória ou não) da política nacional relacionada às mudanças climáticas (18.1 e 18.2); se o Brasil deve ou não se comprometer com metas precisas e vinculatórias de redução de CO₂ (18.3 ou 18.4); e se o Brasil deve ou não adotar uma política de redução integral do desmatamento (18.5 e 18.6). Exceto pela questão da redução integral do desmatamento, os quatro primeiros itens deste eixo intersectam tanto questões domésticas quanto questões internacionais.

Portanto, a ficha de codificação aplicada ao conjunto dos textos analisados abrange nove eixos temáticos que tratam das questões mais relevantes e gerais

⁵⁶ - O item 17.2 da ficha de codificação representa aquilo que a literatura internacional classifica como enfoque alarmista da cobertura sobre mudanças climáticas

relacionadas à questão das mudanças climáticas e das relações (compatíveis ou não) entre as demandas sociais por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. As posições políticas (e suas correspondentes linhas de argumentação) relacionadas a cada um desses eixos guardam similaridades teóricas acerca de determinadas “visões de mundo” e do problema ambiental em si. Nos jornais, essas concepções tomam forma fenomênica através das escolhas seletivas (de temas, termos, abordagens etc.) realizadas pelos profissionais responsáveis pela cobertura jornalística e nas falas das fontes acionadas e confeccionadas no texto. Investigar um período mais longo de cobertura e reunir um conjunto de textos significativos possibilitou que, através da análise de conteúdo empregada e da agregação estatística dos itens codificados, tivéssemos acesso a regularidades temáticas e argumentativas que extrapolam a empiria de “falas” individuais de um debate face a face (o parlamentar, por exemplo) e sua agenda pré-definida.

Como dito anteriormente, a codificação é feita sempre tendo em vista o sentido expresso no texto como um todo. Isto se dá pela necessidade de adequarmos a perspectiva teórica aqui adotada às particularidades da instituição na qual o debate toma forma (o jornal). As fontes acionadas pelo jornalismo são convocadas a se expressarem não só dentro de um contexto mais amplo já instituído pela historicidade em que a questão ambiental se apresenta, mas também dentro de um contexto menos amplo marcado pelas escolhas seletivas realizadas pelos profissionais dos *media* (escolhas estas que são indisponíveis às fontes) em um determinado momento. Os “proferimentos” são confeccionados à luz da completude do texto e dele extraem seu sentido. Assim, por exemplo, a fala de um determinado parlamentar presente em uma reunião da “Comissão de Meio ambiente e desenvolvimento sustentável” defendendo uma determinada posição política em relação ao problema, quando convocada a fazer parte de um texto jornalístico (em forma de citação) pode se estruturar a luz de uma temática mais ampla que aquela discutida na reunião da comissão e, em alguma medida, ter seu sentido modificado. A aplicação dos eixos temáticos nos textos e nos proferimentos das fontes possibilitou uma investigação que chegasse de forma mais próxima e menos genérica que outras pesquisas aos sentidos acionados, construídos e tensionado no (e pelo) jornal; e ver em que medida os tipos de fontes e tipos de argumento se relacionam com as tendências editoriais mais amplas.

O intuito da codificação dos tipos de fontes é saber quais atores transitam e ganham visibilidade no ambiente dos *media* e, a partir daí, caracterizar que eixos

temáticos são enfatizados por eles e que tipo de argumentação praticam. A partir disso, pudemos qualificar melhor as características do processo deliberativo estruturado na cobertura jornalística e ver como discursos originários de outros espaços sociais e materializados em variadas instituições ganham forma/conteúdo nas vozes de variados atores sociais convocados pelos jornais a se manifestarem a respeito de temas concernentes às mudanças climáticas. É necessário ressaltar que mesmo que o proferimento de determinada fonte seja vago e impreciso (e impossibilite codificação concernente a algum eixo temático) a fonte será codificada e fará parte dos dados descritivos da pesquisa. Segue abaixo as opções de codificação:

Tipos de Fontes

A.20- Agentes oficiais do Governo/Estado 20.1 – Agentes oficiais do Executivo (ou órgãos anexos) 20.2 – Agentes oficiais do legislativo ou Estados da federação (base aliada)
A.21- Agentes oficiais de Estados estrangeiros 21.1 – Oficiais de Países desenvolvidos 21.2 – Oficiais de Países pobres e/ou em desenvolvimento
A.22- Membros de órgãos políticos internacionais (ONU, OMC)
A.23 – agentes políticos fora do governo 23.1 – Agentes políticos fora do governo (deputados, senadores e governadores de oposição) 23.2 – Agentes políticos não investidos
A.24 – Cientistas 24.1 – Cientistas das áreas biológicas, físico-químicas e exatas 24.2 – Cientistas das áreas humanas e sociais 24.3 – membros do IPCC
A.25 – Agentes da sociedade civil organizada 25.1 – Agentes ligados a movimentos ambientalistas 25.2 – Agentes ligados a movimentos não ambientalistas
A.26 – Cidadãos comuns
A.27 – Celebidades e artistas
A.28 – Agentes do setor empresarial 28.1 – Atores do setor empresarial
A.29 – Agentes do Judiciário e/ou Ministério Público

Por último, foram codificados os tipos de argumentação implícitos e explícitos nos textos e nos proferimentos. As opções variam entre argumentações de cunho pragmático (10.1), ético/moral (10.2) e argumentação mista (10.3). É necessário ressaltar que a porosidade entre as formas argumentativas dificultou o processo de codificação. Apenas 176 (61,3%) dos textos foram codificados como tendo implicitamente sido construído sobre algum viés argumentativo. Apenas 28 proferimentos (12,6%) dos 221 codificados permitiram discriminação em algum tipo de argumentação. Isto se deve ao fato de que via de regra os proferimentos são pequenos e fragmentados.

A ficha de análise aplicada aos textos possibilitou a avaliação quantitativa e qualitativa de como o jornalismo (e seu anseio por “fatos objetivos” e atualidade) lida com o difícil problema climático que diz respeito a consequências futuras, ao modo como entendemos o mundo e a quão importante é o bem estar econômico em meio a um conjunto de outros valores socialmente e historicamente partilhados (a sustentabilidade ambiental, os processos democráticos de decisão, a soberania das nações, a diminuição das desigualdades intra e internacionais etc.).

O tratamento dos dados foi feito através do uso de um software⁵⁷ desenvolvido especialmente para a pesquisa. O programa possibilitou o cruzamento das entradas de cada ítem de codificação com qualquer outro tipo de ítem. O funcionamento do programa se assemelha a um survey no qual os ítems presentes no texto são marcados como um questionário de múltipla escolha. Nos anexos deste trabalho constam fotografias das telas de trabalho do software que tratam da entrada dos textos, da tela de codificação e da tela de resultados de análise. O fato de o programa ter sido construído especialmente para a realização desta pesquisa contribuiu em muito para que os resultados fossem mais detalhados.

⁵⁷ A linguagem utilizada no programa é PHP e tipo de base de dados é MYSQL. Consta no anexo fotografias mostrando o funcionamento do programa.

Capítulo 4 - As mudanças climáticas nos jornais – entre o processo político e o acontecimento midiático

Foi dito anteriormente que o objeto de pesquisa do presente trabalho é um debate. Um debate tem caráter sempre processual, ou seja, ao contrário de objetos (ou coisas) que estão sempre localizados no espaço e definidos no tempo, debates são processos que não se resumem a uma localidade específica, nem podem ser mensurados em termos de uma duração cronológica. Assim, por exemplo, pode-se dizer que existe um debate sobre “mudanças climáticas”, “crise financeira”, “legalização do aborto ou drogas” etc. sem a necessidade de se especificar um local ou uma data onde, porventura, sujeitos tenham de fato trocado argumentos sobre o tema. Debates (ou polêmicas) têm uma existência *sui generis*. Porém, tal característica não prescinde da experiência de sujeitos implicados em situações problemáticas que requerem debates. Dito de outra forma, o tema (a questão) de um debate é sempre algo no mundo que têm caráter disjuntivo e problemático na experiência pública ou privada de sujeitos que partilham um pano de fundo cultural e institucional em comum. E falar do caráter problemático da experiência nos remete a situações que frustram as expectativas de sujeitos quanto ao desenrolar rotineiro e previsível de práticas sociais formal e informalmente institucionalizadas – tais situações são *acontecimentos*.

Neste capítulo, continuando a discussão apresentada no primeiro capítulo, serão expostas algumas particularidades e achados de nossa investigação tendo em vista a busca de um diálogo com alguns dos aspectos mais salientes das teorias do jornalismo. Será mostrado como a cobertura sobre mudanças climáticas está implicada em uma rede de fenômenos climáticos e políticos externos à instituição midiática e como a interação entre tais fenômenos e o jornalismo (enquanto prática social e instituição política) tensiona os formatos/gêneros e os discursos em trânsito no debate pré-estruturado pelas páginas dos jornais.

O capítulo está dividido em três seções: primeiro (4.1) a noção de acontecimento será exposta de forma a problematizar a relação entre jornalismo e mudanças climáticas; depois (4.2) veremos como a forma e o conteúdo da cobertura é tensionado por especificidades externas aos media; e por último, (4.3) veremos como o caráter processual do debate público ganha um caráter de acontecimento nas páginas dos jornais.

4.1 – Mudanças climáticas enquanto acontecimento midiático – notícias de hoje, fatos do amanhã

Em se tratando da cobertura noticiosa acerca das problemáticas políticas envolvidas na questão ambiental, abordar conceitualmente o acontecimento é necessário na medida em que a matéria prima (o acontecimento) e o produto simbólico (a notícia) característico da instituição que estamos a analisar (o jornalismo) aparece fenomenicamente não como um debate – e sua estrutura argumentativa/proposicional de caráter dialógico – mas sim como um conjunto de narrativas noticiosas tecidas à luz de ocorrências empíricas nas quais estão implicadas nossas instituições políticas, econômicas, científicas etc.

Em suma, a forma do texto jornalístico é a *narrativa* (TUCHMAN 1993; SCHUDSON, 1993; SODRÉ, 1996, 2009; WEAVER, 1993; LEAL, 2008). E o jornalismo tende a prestigiar instituições políticas e sociais, e não “questões” (COOK, 2011); abordar mais *eventos* do que *processos* (TUCHMAN, 1980); dar ênfase mais em *acontecimentos* do que *problemáticas* (TRAQUINA, 2002).

“A limitação espacial do acontecimento é um traço que o distingue do processo” (BABO-LANÇA, 2006, p.27). E pode-se mesmo dizer que, ainda que ambos sejam limitadas no tempo, a duração do processo se alarga sobremaneira sobre a limitação temporal do acontecimento. Porém isto não significa uma dicotomia entre os fenômenos, como se processos fossem destituídos de qualquer ocorrência relacionada à experiências dos sujeitos; e acontecimentos fossem fenômenos isolados, sem qualquer imbricamento com uma situação e contexto que lhes são anterior.

No caso do presente do trabalho, a política das mudanças climáticas é um processo que se alarga há pelo menos uma década. Os processos de pesquisa e levantamento de dados são ainda anteriores. Já a cobertura midiática sobre mudanças climáticas – que é parte do processo político em curso – apresenta temporalidade diferenciada. Pesquisas internacionais mostram que a cobertura desta questão apresentou oscilações durante a década de 90, só entrando em uma espiral de alta a partir de 2003. Os eventos de 2007 (relatórios do IPCC e rodada de negociações) representaram picos de cobertura e colocaram as mudanças climáticas em posição de destaque no jornalismo político e econômico ao redor do mundo (SAMPEI e AOYAGI-USUI, 2008).

No primeiro semestre de 2007, a cobertura jornalística sobre mudanças climáticas feitas por *Folha de São Paulo* e *O Globo* apresentou oscilações que acompanham eventos políticos externos às instituições jornalísticas. Na análise, foi possível distinguir quatro picos de cobertura que remetem a uma dinâmica de cobertura atrelada a processos e acontecimentos políticos externos aos media. Tais picos compreendem os seguintes períodos:

- 29/01/2007 a 11/02/2007: o relatório do IPPC⁵⁸ publicado em dois de fevereiro desencadeou o emprego de uma cobertura alarmista, caracterizada pela “tematização de impactos”⁵⁹. Neste período foram publicados 37 textos que se ligavam a temas relacionados às mudanças climáticas.

- 26/03/2007 a 08/04/2007: período ainda marcado pela divulgação de um segundo relatório do IPCC e pela discussão acerca da viabilidade dos biocombustíveis. Alimentou a discussão a publicação do artigo de Fidel Castro denunciando que a política de incentivo ao etanol proposta por George Bush geraria fome ao redor do mundo. O artigo coincidiu com a vinda de Bush ao Brasil para discutir parcerias comerciais entre Brasil e EUA acerca do comércio de biocombustíveis. O período compreende a publicação de 38 textos.

- 30/04/2007 a 13/05/2007: período marcado pela tensão política entre Marina Silva (então ministra do Meio ambiente) e o governo Lula. A demora na liberação do licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos na região amazônica irritou o governo e criou um clima favorável à construção de uma narrativa focada nos bastidores da política ambiental. A tematização de fontes de emissões – em especial o desmatamento (14.2) – e de medidas de mitigação se devem ao enfoque do último relatório do IPCC, que versava sobre medidas de mitigação disponíveis para o combate às mudanças climáticas. Este período soma um total de 43 textos publicados.

- 28/05/2007 a 10/06/2007: período marcado por uma cobertura de enfoque mais político, devido à reunião da cúpula do G8, realizada na Alemanha e voltada para discussão de um acordo sobre medidas de mitigação e combate às mudanças climáticas. A tematização de questões internas voltadas à política energética (biocombustíveis, energia nuclear e os licenciamentos ambientais das hidrelétricas na Amazônia) também foi significativa. Este período soma um total de 44 textos publicados.

⁵⁸ Intitulado AR4. O relatório cravou a certeza acerca do aquecimento global e de sua causa antrópica.

⁵⁹ Eixo Temático 17 na ficha de codificação.

Os quatro picos de cobertura identificados somam um período de 56 dias (30,95% do período pesquisado) e 162 textos publicados. Ou seja, 56,44% da cobertura sobre mudanças climáticas esteve concentrada em menos de um terço do período analisado. Essa assimetria na frequência da cobertura é reveladora de como a entrada da política das mudanças climáticas depende de fatores externos aos veículos jornalísticos. A publicação de um relatório fechando a controvérsia sobre a existência das mudanças climáticas, a vinda de Bush ao Brasil no mesmo período em que o polêmico líder cubano ataca os EUA e o etanol, que era a bandeira política de mitigação do governo Lula no ano de 2007; o impasse entre ministros e a greve no Ibama etc. Vários acontecimentos contribuíram para que as mudanças climáticas entrassem em um contexto mais amplo de política doméstica e internacional. E os jornais seguiram atrás na construção de uma abordagem que dialogava (ainda que transmutada em oficialismo) com outros fóruns políticos da sociedade. Um entendimento sobre esses processos políticos capturados e narrados em forma de acontecimento midiático é de grande impotência para o entendimento das particularidades da cobertura jornalística sobre mudanças climáticas

Queré (2005, 2012) aborda o acontecimento enquanto categoria analítica passível de explicar o modo pelo qual sujeitos sociais estão implicados, por um lado, em uma dimensão serial (contínua) da vida social e, por outro, em situações contingenciais que rompem aquela mesma continuidade e demandam reorientação (e por isso mudança) dos sujeitos. O autor trata o acontecimento através de uma concepção realista e pragmatista – o que significa não reduzir a experiência às suas qualidades imediatas, nem perder de vista a dimensão simbólica (portanto, de significado) implicada em situações problemáticas que instabilizam a serialidade do cotidiano individual e coletivo.

O autor desenvolve tal abordagem como opção e crítica às teorias sociológicas do agir, que tendem a “associar a ação a sujeitos movidos por razões de agir, por motivos ou interesses, e menos a uma afecção por acontecimentos e por mudanças, nos objetos ou nas situações, no decurso da própria experiência” (IDEM, 2005, p.59). Ele ainda distingue entre “acontecimentos-existências” e “acontecimentos-objeto” – os primeiros ligados a “mudanças contingentes que se produzem concretamente no nosso entorno” (2012, p.24); os segundos “já objetos de consciência, de pensamento, de discurso, de investigação e de julgamento. A grande diferença entre os dois tipos é o grau de simbolização” (IDEM), maior nos segundos do que nos primeiros.

Esse grau diferenciado de simbolização se articula com aquilo que Queré (2005, 2010) postula como poder hermenêutico do acontecimento. Para ele, o acontecimento desempenha função mais importante que a motivação dos sujeitos na medida em que “quando um acontecimento se produziu, qualquer que tenha sido a sua importância, o mundo já não é o mesmo: as coisas mudaram” (2005, p.61). Tal mudança aparece como “descontinuidade só perceptível num fundo de continuidade” (IDEM) e, por ser perceptível, “faz falar... e tensiona sentidos existentes” (FRANÇA, 2012b).

Desse ponto de vista, os acontecimentos tornam-se eles próprios, fonte de sentido, fonte de compreensão e fonte de redefinição da identidade daqueles que afetam. Nessa perspectiva, em que o acontecimento vem antes dos sujeitos e das situações, é o que ele se torna através de seu percurso, e os efeitos de sentido que produz, que contribuem para individualizá-lo. É nesse sentido que se pode falar em um poder hermenêutico do acontecimento (Queré, 2010, p.35)

Tal processo de redefinição de identidades se liga ao aspecto temporal da vida social na medida em que o acontecimento faz emergir um passado novo, que não existia antes de sua ocorrência, já que ele carrega consigo um aspecto de necessidade e contingência, ou seja, daquilo que foi mas poderia não ter sido; e também reordena expectativas acerca do possível, o que implica uma reconfiguração do futuro. Apoiando-se no pragmatismo de G. H. Mead, Queré (2005) explica como o acontecimento organiza a temporalidade individual e coletiva:

É preciso que se produza o acontecimento para que haja um passado do acontecimento. Um passado relativo, em exclusivo, a esse acontecimento e à maneira pela qual ele é percebido, identificado e descrito. O mesmo raciocínio é válido para o contexto.

O paradoxo é ainda maior para tudo que emerge de novo enquanto descontínuo: ‘Se o novo emerge, não pode haver aí uma história de continuidade da qual ele seja parte integrante’ [Mead]... É por isso que o acontecimento esclarece o seu passado e o seu futuro, melhor ainda, é por isso que o passado e o futuro são relativos a um presente evenemencial (p.62)

Mas conforme se depreende dessa análise, o caráter hermenêutico do acontecimento é desencadeado não por um processo monológico no interior da consciência dos indivíduos mas por processos e interações simbólicas cooperativas ou conflituosas, nas quais se busca “um meio de investigação realizada para resolver uma situação” (IDEM, 2010, p.36). Essa “investigação” (que já denota um caráter processual) tira o acontecimento de sua dimensão existencial (sensível, empírica),

extrapolando-a para o domínio simbólico, ou seja, da comunicação. “Ao ser apreendido enquanto passado, o acontecimento pertence ao domínio das ideias, deixando o domínio da existência” (IDEM, 2012, p. 26). E por se apresentar fenomenicamente enquanto ocorrência daquilo que sujeitos julgavam impossível ou inesperado, “não só nosso conhecimento do que é possível, mas também nossas retrospectões e as nossas projeções se modificaram a luz do acontecimento” (IDEM, 2005, p.63). Assim, terminada a duração da ocorrência empírica (o acontecimento-existencial), os sujeitos implicados nas situações problemáticas e conformados às instituições sociais à sua volta se lançam (e são lançados) em um processo hermenêutico de reordenação de sentidos (acontecimento-objeto), de memórias e expectativas.

O processo das mudanças climáticas ganha um aspecto de acontecimento, quando captado pelo tratamento jornalístico do fenômeno. O relatório do IPCC, em fevereiro de 2007, ganhou destaque da imprensa brasileira e mundial. A previsão de ocorrência de eventos climáticos extremos num futuro distante e o fato de que os países mais pobres serão os mais afetados por tais eventos possibilitou um tratamento dramatizador por parte do jornalismo. É interessante a antecipação disursiva dos fatos futuros feita pelos jornais. A linguagem da probabilidade - que fundamenta a pesquisa científica - foi substituída pelo drama e pelo factualismo da narrativa noticiosa.

Charaudeau (2006) afirma que não é tanto o acontecimento enquanto tal que interessa a uma disciplina de sentido, mas o que se pode designar de *processo evenemencial*. Tal processo seria justamente a inserção - de caráter simbólico e narrativo - da anormalidade (o inesperado, a ruptura) do acontecimento dentro de uma textura causal que lhe dê sentido. Tal inserção se dá via inscrição simbólica através de dispositivos de registro e investigação. De forma sinônima, Babo-Lança (2006) usa o termo “percurso eventivo” para dar conta tanto do acontecimento em sua dimensão existencial quanto dos processos posteriores de construção de sentido e inteligibilidade que acarretam não só alterações na ordem do sentido como também agenciam sujeitos em suas ações práticas (em resposta) relacionadas aos acontecimentos. Ambos - e também Queré (2005) - entendem os *media* como instituições que participam desse processo evenemencial ou eventivo.

Na verdade, dada a reconfiguração espaço-temporal provocada pelas tecnologias da comunicação de massa típicas da modernidade e a credibilidade institucional alcançada pelas instituições midiáticas, é mesmo difícil separar o acontecimento de suas formas midiáticas (MOUILLAUD, 2002; CHARAUDEAU,

2006). “A noção de acontecimento já exprime uma intervenção dos meios” (FRANÇA, 1998, p.32). Há uma simbiose entre forma(to) e conteúdo.

Mas não se deve tomar por equivalentes o acontecimento e o acontecimento jornalístico (ANTUNES, 2007). Mouillaud (2002) afirma que a “mídia não está face-a-face com o caos do mundo. Está situada no meio de uma cadeia de longas transformações que lhe entregam (...) um real já domesticado” (p.51). Para ele, “o acontecimento é uma unidade cultural e que já está codificado no interior do espaço da informação” (p.56). Porém, se mantém a diferença entre acontecimento (ocorrência empírica que afeta sujeitos) e informação (produto simbólico específico do jornalismo). Contudo, acontecimento e informação não são instâncias autônomas – “o acontecimento sempre possui a forma da informação” (p.57). E a narrativa noticiosa seria o gênero no qual o acontecimento ganha inteligibilidade.

Há outros operadores institucionais que também se debruçam sobre os acontecimentos (a política, o direito, a academia, a religião etc.), mas também estes atendem às especificidades dos seus dispositivos comunicacionais inerentes (a lei, a jurisprudência, o artigo científico, o sermão etc.) na conformação de um sentido. Porém nenhum deles goza da *visibiliade* social proporcionada pelos *media*, nem tomam eles o acontecimento como matéria prima de exploração.

Tal visibilidade é um componente da experiência pública à respeito de determinado problema social – e com as mudanças climáticas não é diferente. A magnitude da cobertura jornalística sobre mudanças climáticas pode ser tomada, grosso modo, como índice de atenção das instituições políticas nacionais e internacionais. Boykoff e Roberts (2007) pontuam que pesquisas de opinião mostram que as mudanças climáticas ainda apresentam pouca importância para o público mais amplo. Para Sampei e Aoyagi Usui (2008), o aumento da preocupação com o aquecimento global cresce em menor magnitude do que a cobertura jornalística sobre o tema e a cobertura midiática apresenta impacto de curto prazo.

Na verdade a magnitude da visibilidade dispensada não é homogênea. Anderson (2009) afirma que a cobertura sobre mudanças climáticas tem caráter episódico – estando ligada a acontecimentos climáticos e políticos de grande repercussão. Os quatro grandes picos de cobertura detectados em nossa análise e sua relação com acontecimentos “fabricados” pelo sistema político mostram um pouco de como os textos noticiosos fazem estender no tempo e no espaço o instante do processo político.

O jornalismo participa do processo evenemencial na medida em que, ocorrido o acontecimento, fontes (muitas vezes testemunhas oculares) são acionadas; especialistas ou agentes oficiais são entrevistados; “cadernos especiais” ou “semana especial de reportagens” são confeccionadas etc. Babo-Lança (2006) afirma que os media propiciam uma *accountability pública*⁶⁰, intervindo na construção discursiva dos acontecimentos e na estabilização de uma definição comum dos mesmos. Quando incorporados na agenda midiática, os acontecimentos propiciam uma intensa *prosa social e pública* (ANTUNES e VAZ, 2006) e engendram, pela própria especificidade do dispositivo,

...uma *fala pública* que não é o somatório das falas isoladas dos indivíduos, nem é a fala coletiva e organizada dos grupamentos sociais, nem é a fala soberana dos meios de comunicação. O dispositivo midiático é um lugar de convocação e coordenação entre os sujeitos e suas falas, do estabelecimento de uma dimensão pública: o dispositivo midiático, ao fazer tais falas convergirem, *projeta-as noutro plano e ali as põem em permanente circulação e rebatimento*, instando os sujeitos a se tornarem seus interlocutores [grifo próprio] (IDEM, p. 50)

Com isso, se estabelece um complexo processo de interações mediadas pela linguagem e pelos dispositivos comunicacionais utilizados que visa buscar explicações, razões e justificativas que dêem sentido aos acontecimentos e os inscrevam dentro da normalidade (de sentido e ação) característica de uma comunidade estável. Esse processo interacional que visa a busca de explicações e justificativas através da coordenação de várias vozes *projetadas noutro plano* tem a forma de um processo mais ou menos deliberativo, conformado às especificidades do suporte no qual o material simbólico é inscrito – no caso da presente pesquisa, a página do jornal e o padrão narrativo do gênero noticioso.

As especificidades das mudanças climáticas e do correspondente tratamento noticioso se relacionam e problematizam a fundamentação teórica até aqui resumida.

⁶⁰ - O termo *accountability* tem sido traduzido costumeiramente como “prestação de contas”. Horochovski (2008) pontua que o conceito de *accountability* é central no espectro de teorias procedimentais da democracia, acentuando que o conceito diz respeito a mecanismos não-eleitorais de controle entre cidadãos e políticos e se inscreve no jogo dos *checks and balances* que caracterizam as configurações institucionais das democracias contemporâneas. Quando aplicado às relações entre sociedade civil e Estado (*accountability vertical*), o conceito diz respeito a mecanismos que reforcem transparência, controle e responsividade na formulação de políticas públicas e discussão de temas periféricos ao sistema político formal. Maia (2006) trabalha a questão de como o potencial de visibilidade dos media pode se caracterizar como um mecanismo de *accountability política*, na medida em que a cobertura da imprensa acerca de questões políticas pode desencadear um processo de tematização pública de questões problemáticas, convocando agentes oficiais e representantes da sociedade civil a expressarem suas opiniões no espaço de visibilidade mais amplo proporcionado pelos media.

Como dito no primeiro capítulo, pouco (ou nada) do que sabemos sobre mudanças climáticas provém de nossa experiência ordinária. Estamos sempre na dependência de uma comunidade de cientistas, professores, ativistas e jornalistas etc. (cada um destes constrangidos pelas especificidades de seus domínios de ação e dispositivos de comunicação). Não obstante, há constrangimento intrínseco à própria questão: as mudanças climáticas se referem à experiências sensíveis futuras e, por isso, passíveis de uma interpretação pública.

Foi possível ver na cobertura analisada a simbiose entre formatos e conteúdos utilizados pelos jornais para o tratamento da questão. Em Fevereiro e Abril predominou na cobertura o noticiário de caráter alarmista. Metade das notícias que tratam da “tematização de impactos sociais, ambientais e políticos” (17.2) se encontram nesse período. No primeiro pico de cobertura, a tematização de fontes de emissões (14) e medidas de mitigação (15) ocorreram em 22 textos. O desmatamento foi colocado como problema central devido ao fato de ser a maior fonte de emissões nacionais; e as medidas de mitigação relacionadas ao desmatamento (maior regulação, reflorestamento etc.) receberam atenção significativa. É interessante notar que aproximadamente 50% de todas as ocorrências acerca do desmatamento e da tematização de impactos são construídas em Notícias (5.1) e que a maioria das ocorrências não permite uma afirmação sobre a compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (10.3)⁶¹. Isso revela que o tipo de abordagem realizada nesses eixos apresenta um caráter mais factual, não abordando questões e valores mais amplos

O processo de interpretação dos acontecimentos climáticos se relaciona também com a incerteza intrínseca à própria questão. Por exemplo, quando da passagem do Furacão Katrina pela costa leste-sul dos EUA, em 2005, muito se indagou sobre se tal ocorrência (de ordem sensível) seria epifenômeno das mudanças climáticas em curso – a questão ainda está em aberto. No Brasil, a alteração dos regimes pluviométricos e picos de temperatura mais extremados que a média histórica nos períodos de verão coloca a questão se o Brasil já estaria sofrendo as consequências das alterações climáticas. A posição brasileira nas negociações sobre mudanças climáticas vinha sendo criticada como inadequada ao novo contexto caracterizado pela certeza acerca do aquecimento global e pelas oportunidades políticas e econômicas relacionadas à

⁶¹ - 23 das 52 ocorrências de tematização de impactos ambientais e sociais (17.2) ocorreram em Notícias (5.1). Em 20 delas, não foi possível afirmar sobre a compatibilidade ou incompatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (10.3). Já a tematização de emissões ligadas ao desmatamento (14.2) ocorreu em 11 casos simultâneos ao código (10.3).

geopolítica internacional. Nos casos onde a política nacional foi avaliada de forma explícita, predominou a opinião de insatisfação quanto ao desempenho brasileiro⁶². Acidentes climáticos (sempre com alto teor de noticiabilidade) pululam e demandam interpretações ao redor do mundo. Aliás, o debate sobre mudanças climáticas tensiona mesmo a ideia/categoria de “acidente” como algo inevitável, natural. Esse tensionamento faz do problema uma questão política, tirando-lhe seu aspecto inevitável e inserindo-lhe na corrente da organização/legislação política de nossos processos produtivos até então tidos como não problemáticos. Prova disso é a mudança no perfil das fontes acionadas pelo jornalismo sobre mudanças climáticas. Se até meados da década de 90 predominava o perfil “científico” da cobertura, a institucionalização das negociações durante a década trouxe um perfil político às fontes e à cobertura como um todo. Os resultados da nossa análise apontam que acadêmicos e oficiais (nacionais e internacionais) respondem por 80% das fontes acionadas pelo jornalismo no caso brasileiro.

Esse tensionamento reverbera também sobre “onde” o jornal vai inscrever sua cobertura sobre mudanças climáticas – se questão (caderno) de ciência, de política, de economia etc. Tensiona também o “como” (o gênero) no qual o jornal trata da problemática. No conjunto de textos noticiosos pesquisados, a alta porcentagem de artigos de opinião, editoriais e entrevistas (de agentes especializados e oficiais) mostra que a porosidade semântica e prática entre problemáticas relacionadas às mudanças climáticas - enquanto *acontecimento* ou *processo* - influi na forma (“como” e “onde”) e no conteúdo da cobertura.

A cobertura feita em formato noticioso⁶³ e entrevistas somam 58,8% (143 notícias, 10 notas e 16 entrevistas); já a cobertura opinativa (editoriais e artigos de opinião) somam 41, 2% - sendo 34 artigos/colunistas não fixos, 53 artigos de colunistas fixos e 31 editoriais. A alta parcela de cobertura feita em gêneros opinativos e as diferenças no perfil temático entre os dois tipos de cobertura corroboram a tese de que as mudanças climáticas tensionam a escolha dos formatos noticiosos. O exemplo acima

⁶² Nas 38 ocorrências de tematização das ocorrências dos eixos 18.1 e 18.2 que avaliam a satisfação quanto à posição brasileira nas negociações internacionais e a nível da política interna, 27 avaliam de forma negativa e apenas 11 de forma positiva. Grande parte dessa avaliação negativa se encontra em artigos de opinião de colunistas fixos (12 ocorrências) e em editoriais (5 ocorrências). No entanto, se olhadas apenas as ocorrências desse eixo em Notícias/Reportagens (5.1), predomina uma avaliação positiva da posição brasileira. Isto se explica pelo predomínio de fontes oficiais no gênero Notícia. Se olharmos o conteúdo dos proferimentos das fontes em relação à avaliação, os números se invertem. 11 proferimentos avaliam positivamente o governo, apenas 2 negativamente.

⁶³ Incluindo notícias (5.1), entrevistas (5.5) e notas (5.6).

mencionado sobre a distribuição de opiniões acerca da avaliação da posição brasileira ilustra bem essa tensão.

O maior percentual de notícias foi inscrito nos cadernos de Ciência (51,33%). Os cadernos Brasil/Política, Economia/Dinheiro e Mundo/Internacional correspondem por 11%, 33%, 22% e 15,33%, respectivamente. O predomínio de fontes oficiais e científicas combinado com uma cobertura noticiosa inscrita como tema de Ciência revela bastante sobre a compreensão social do problema e da forma como mídia e atores políticos enquadram interpretações e soluções.

Se considerarmos que as mudanças climáticas aparecem na cobertura dos jornais enquanto facticidade e por isso assumem características de um acontecimento, a mídia e outras instituições vão logo desencadeando um processo evenemencial, ainda que sem acontecimento espaço-temporalmente localizável.

Por exemplo, é comum ouvir que o 11 de Setembro é o acontecimento do século XXI (até agora, obviamente). Por outro lado, vários líderes e instituições (ONU, por exemplo) já disseram que o aquecimento global é a questão do século XXI. O acidente nas torres gêmeas pode ser localizado em uma data e local específicos; já a “questão do século XXI”, em termos lógicos, não poderia - posto que é um processo. No entanto, pelo significado do próprio enunciado, o processo é mensurado temporalmente (“do século XXI”). Quando se diz que 2007 foi o ano das mudanças climáticas (VIOLA, 2009) não se está a dizer que várias catástrofes climáticas ocorreram naquele determinado período de tempo. Quer dizer sim que em 2007 várias instituições políticas internacionais e nacionais se voltaram para o debate da questão, que a mídia dispendeu uma maior cobertura ao tema (ao acontecimento?), que o IPCC emitiu vários comunicados afirmando que já não há mais dúvidas da causa antrópica do aquecimento global etc. Assim, um debate (uma questão) pode vir a receber, como recurso próprio à sua inteligibilidade, uma “localização” temporal mais ou menos arbitrária a fim de ser possível a identificação de um regime de ação prática (fóruns, políticas públicas, cobertura noticiosa etc.) relacionadas ao problema/processo em questão. Os relatórios do IPCC e as análises de jornais procuraram sempre mencionar datas específicas para a ocorrência dos eventos extremos (a partir de 2050) e em que data as emissões de CO₂ deveriam começar a declinar (2020), caso a comunidade internacional quisesse resolver problema.

Em termos de compreensão (de carácter sempre hermenêutico) da dimensão evenemencial do debate sobre problemas ambientais, podemos ver no aparecimento e na

legitimação do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, consagrado no protocolo de Kyoto, uma reinterpretação das relações internacionais segundo algo que até então (1997) não tínhamos conhecimento. A própria mensuração da quantidade de CO2 emitidas pelas economias nacionais⁶⁴ é uma prática que surge à luz da compreensão e legitimação do problema. Tomado enquanto “acontecimento-tema”, o processo do aquecimento global gerou uma nova interpretação das relações econômicas e políticas entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento, bem como reordena expectativas quanto ao futuro político e econômico da comunidade internacional.

Em suma, mudanças climáticas, aquecimento global, rodadas de negociações e debates etc. existem enquanto *processos* contínuos no tempo. Mas sua facticidade simbólica se inscreve nos dispositivos comunicacionais ora como acontecimentos, ora como temas. Molotch e Lester (1993) acentuam que, em determinados momentos, “questões” podem ascender, devido à sua repercussão, ao estatuto de acontecimentos e ganhar espaço nos jornais. França (2012) aponta que, a depender da magnitude da repercussão envolvida em um acontecimento ou tema, tal repercussão pode vir a fazer parte da experiência do público leitor e ganhar feição mesma de um acontecimento-existencial.

Exemplo desse trânsito entre o processo e o acontecimento foi a luta política acerca do processo de licenciamento de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia durante o primeiro semestre de 2007. Os jornais dramatizaram a “luta” entre Lula e Marina Silva. De um lado o governo queria agilidade na liberação dos licenciamentos para as hidrelétricas no rio Madeira. Do outro lado, o Ibama (órgão anexo ao ministério do Meio Ambiente) alegava a necessidade de estudos de impactos mais aprofundados e de melhor qualidade. Essa questão extrapolou seus limites mais concretos na medida em que o governo sinalizava que, caso a demora na aprovação do licenciamento continuasse, o estímulo ao uso de energia nuclear e térmica seria a alternativa para assegurar a expansão da oferta de energia. A ministra Marina Silva manifestou-se (nos jornais) contrária ao uso de nucleares e à pressão sobre o Ibama. A avaliação da política

⁶⁴ - O despreparo do Brasil e dos países da América Latina em geral para prover inventários de emissões e dados meteorológicos ao IPCC recebeu atenção da cobertura jornalística da imprensa brasileira.

energética feita nas páginas dos jornais (ítems 13.3 e 13.4 da ficha de codificação) apoiou as críticas ao governo⁶⁵

Babo Lança (2006) problematiza essa relação entre acontecimento e temas (processos) no contexto de uma recepção elaborante por parte do público. Esta recepção compreende, segundo a autora, um processo de subida em generalidade e dessingularização na passagem dos acontecimentos aos problemas. O acontecimento - ao tomar o formato narrativo e, portanto, inserido em uma intriga (que envolve processos, personagens, intenções etc.) – pode ser remetido a outros acontecimentos anteriores tidos como da mesma categoria. Essa operação leva a que a situação problemática em curso possa ser avaliada e compreendida em termos mais gerais, ou seja, não mais como uma particularidade de determinados sujeitos, mas como traço de uma intencionalidade social abrangente. “Não se tratará mais destes agentes e destas vítimas, mas de tipos de atores ou de toda a gente (a subida em generalidade é um processo de aquisição do anonimato e de dessingularização)” (IDEM,p.97).

Assim, compreende-se que, se a notícia tem a forma da narrativa, e não de argumentos proposicionais (à maneira de debates), a inserção do acontecimento em uma intriga permite que a estória relatada faça parte de um contexto mais amplo que supera as particularidades de uma situação contingente e permite ao acontecimento ser tratado enquanto questão (processo) pública. Esta generalização reduz a indeterminação do acontecimento porque o inscreve em uma trama e abre chance (e “espaço na página”) a processos interpretativos (ANTUNES, 2008; LEAL, 2008).

A ficha de análise aplicada tentou captar essa generalidade no eixo temático que trata das “relações entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável”. Apenas nos formatos noticiosos (5.1) predomina o ítem que não permite uma afirmação entre compatibilidade ou não entre os valores que concorrem na questão. Pelo próprio formato, os gêneros opinativos (artigos e editoriais) permitem uma análise mais aprofundada e permitem uma estratégia discursiva menos factual e mais focada em

⁶⁵ No total do período analisado, 17 textos apontam para insustentabilidade da matriz energética e 9 textos defendem as políticas governamentais. No período em que queda de braço entre governo e MMA recebeu maior atenção da mídia (25/04 à 15/05), 9 críticas ao governo foram publicadas (2 notícias e 7 artigos de colunistas fixos), enquanto apenas 3 menções em defesa do governo ocorreram (2 artigos de colunistas fixos e um editorial de *O Globo*). Já a distribuição dos proferimentos das fontes é equilibrada – 4 fontes criticaram a política energética enquanto 3 a defenderam. A crítica à política energética é majoritariamente feita entre colunistas fixos dos jornais (12 textos contra e 3 à favor); e em todos os outros formatos há equilíbrio entre menções contra e à favor. Esta crítica por colunistas fixos foi quase que toda feita na coluna “Panorâma Econômico” da colunista Miriam Leitão, que apresentou um comportamento engajado contra as hidrelétricas na região Amazônica.

discussões gerais e, portanto, mais abstratas. Essa construção discursiva acerca da “compatibilidade” predominante nos gêneros opinativos acaba por influenciar a tematização de outros eixos temáticos menos abstratos: as medidas de mitigação (15), por exemplo. Neste eixo⁶⁶, os mecanismos de mercado (15.2) predominaram sobre outras opções de mitigação e ocorreram de forma simultânea à afirmação da compatibilidade (10.1). Das 25 menções de mecanismos de mercado como forma de mitigação, em 18 delas o texto afirma ou deixa transparecer a alusão à compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Isto revela como, no texto do jornal, o caráter abstrato de nossos valores se mescla discursivamente com determinadas medidas concretas de opção política (nesse caso, as medidas de mitigação)

Na próxima seção, algumas especificidades acerca das notícias envolvendo temáticas ambientais serão problematizadas à luz das relações entre acontecimentos jornalísticos e noticiabilidade (ou valores notícia) com o intuito de esclarecermos melhor a forma/conteúdo e as implicações sociais relacionadas às relações entre jornalismo e política.

⁶⁶ - Do corpus analisado, 30% (86 textos) tematizam medidas de Mitigação. 25 textos (30%) tematizam ou recomendam mecanismos de mercado – o que corresponde a mais que o dobro do que qualquer outra medida de mitigação codificada.

4.2- Cobertura jornalística sobre mudanças climáticas: tensões na forma e no conteúdo

Em geral, as teorias do jornalismo tentam responder à questões como “*Por que as notícias são como são?*” e “*Por que algumas ocorrências são notícias e outras não?*”. Há uma extensa bibliografia que trata do assunto. Traquina (1993, 2002) acentua que as teorias que explicam a notícia a partir da rotina de produção dos jornalistas (Gatekeeper, teoria organizacional, etnoconstrutivistas etc.) combatem a ideia de uma distorção intencional feita pelos jornalistas ao mesmo tempo em que questionam as notícias enquanto representações (descrições) fidedignas do real.

Cook (2011) ressalta que as notícias são produtos de negociações entre interesses de fontes e jornalistas. Tuchman (1988), em extensa revisão bibliográfica, ressalta que tais abordagens veem o jornalista inserido em um contexto simbólico e econômico que toma a forma de constrangimentos sobre a prática e a escrita jornalística e, por isso, estarão refletidos no conteúdo e na forma da notícia. Assim, a notícia não seria um produto intencional da personalidade do jornalista, mas fruto de um conjunto de procedimentos internos e externos à instituição em que ele está inserido. A exigência de objetividade (premissa cara e fundadora da especificidade da atividade jornalística) é problematizada à luz dos mesmos constrangimentos.

Contra a premissa do realismo ingênuo, que reza a correspondência entre fato e descrição, cabendo ao jornalista um relato neutro axiologicamente, a “objetividade” é vista na teoria a partir de um procedimentalismo no qual a “verdade” dos fatos é vista como uma corroboração entre os rastros disponíveis (registros, documentos, testemunhas etc.) e uma narrativa inteligível (ETTEMA e GLASSER, 2011); ou como um ritual estratégico – via apresentação de possibilidades de conflito, provas auxiliares, uso de aspas, texto confeccionado conforme uma pirâmide invertida (lead) – que visa manter a credibilidade da comunidade jornalística (TUCHMAN, 1993).

Ressalte-se que tal “objetividade procedimental” influi também na substância, no conteúdo. Isto porque, ao favorecer certos tipos de eventos, questões e fontes cria-se um viés estrutural, não intencional (COOK, 2011). Faz também com que a objetividade se transmute em oficialismo – “o oficial como factual” (TUCHMAN, 1988). Tal fenômeno questiona a ideia clássica do jornalismo como instituição contra (ou quarto) poder.

Na cobertura analisada, predominou o fenômeno do oficialismo seja nas fontes acionadas, seja em temas pontuais em que o governo enfrentava algumas críticas. Os resultados da análise mostram que 56% das fontes acionadas eram oficiais⁶⁷. Se somadas as fontes científicas (28%) vê-se que grande parte do debate foi realizada através da legitimação discursiva dos domínios da política e da ciência. Nos artigos de opinião de colonistas não fixos, predomina também essa distribuição. Dos 34 artigos, 18 são de autoria de fontes oficiais e 8 de cientistas – o que corresponde 76% da autoria dos artigos.

Voltando-se para o formato, Schudson (1993) afirma que “o poder dos media não está apenas (e nem sequer primariamente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem” (p.279). O autor afirma ainda que a objetividade, enquanto paradigma dominante do jornalismo desde o final do século XIX, não é uma fé ingênua nos fatos, mas sim o resultado de um processo gradual de objetivação e socialização de procedimentos de investigação jornalística em um mundo no qual, devido aos profissionais das relações públicas e lobbys, nem os “fatos” merecem tanta confiança.

Sodré (1996, 2009) ressalta também a interdependência entre forma e conteúdo ao postular um parentesco de gênero textual entre a retórica da narrativa clássica e a moderna notícia de jornal. O “lead” (enquanto procedimento de texto e prática) é o resultado do entendimento de que a verdade do texto jornalístico não pertence ao domínio de uma “verdade lógica”, mas sim de uma “caução da veracidade, entendida como verossimilhança” (2009, p.47). A objetividade jornalística seria então “um conjunto de normas profissionais...” que visa a “produção de ‘veracidades’, sujeita à apresentação de provas demonstrativas... que corroborem os enunciados como prioritariamente pertencentes à ordem do real histórico” (p.159).

Por isso, dizer que a notícia é uma narrativa não significa desqualificá-la enquanto peça de ficção (TUCHMAN, 1993b), mas sim ressaltar o aspecto procedimental de sua construção, bem como negar uma noção de correspondência entre texto e realidade. “A notícia é um gênero, um modo distinto de descrever e relatar

⁶⁷ Entende-se como fontes oficiais os Agentes oficiais do Executivo ou órgãos anexos (20.1); Agentes oficiais do legislativo ou Estados da federação de partidos da base aliada (20.2); Oficiais de países desenvolvidos (21.1); Oficiais de Países pobres e/ou em desenvolvimento (21.2); Membros de órgãos políticos internacionais (22.1); Agentes políticos da oposição (23.1) e agentes políticos não investidos (23.2).

experiências (WEAVER, 1993); “um modo específico de contar uma estória” (SODRÉ, 1996, p.132).

A atualidade, outra premissa cara aos valores-notícia da comunidade jornalística, é também problematizada nos estudos do jornalismo. Mouillaud (2002, p.69) destaca que “no jornal, os acontecimentos, tornando-se informação, também perdem a relação de próximo e de distante que os separa territorialmente”. Antunes (2007, 2008) pondera que a atualidade pode ser compreendida como a coexistência temporal de ítems (dispersos espacial e temporalmente) em um mesmo suporte, o jornal. A atualidade seria não uma qualidade dos acontecimentos, mas do discurso informativo. E o relato jornalístico estimularia uma sensação de simultaneidade entre os momentos da produção e recepção da notícia. O jornal permitiria assim uma confluência de tempos (ANTUNES e VAZ, 2006), já que sua operação narrativa aponta para uma dimensão configuracional dos acontecimentos em detrimento da dimensão cronológica das ocorrências – “a ordem prima sobre a sucessão” (BABO-LANÇA, 2006, p.305).

Os valores de *objetividade* (seja em uma versão empirista ingênua, seja como procedimentalismo) e *atualidade* ficam tensionados na cobertura sobre problemáticas políticas e econômicas relacionadas às mudanças climáticas. Os textos em geral (noticiosos ou opinativos) oscilam entre uma reconstrução narrativa do passado (práticas políticas e econômicas historicamente legitimadas) e uma narrativa sobre consequências futuras. Os comunicados do IPCC estão baseados em cenários prospectivos, construídos com base em probabilidades elaboradas a partir de um conjunto de dados pretéritos. Simplificando: não há “fatos atuais em si” nas mudanças climáticas. Ora se reinterpreta ocorrências empíricas (catástrofes climáticas etc.) à luz de um conhecimento especializado, ora se projetam consequências futuras advindas do aumento da concentração de CO₂ na atmosfera. Como dito anteriormente, o caráter processual e de longo prazo dos fenômenos físico-químicos e da própria epistemologia envolvida nos estudos de tais fenômenos - realizados pela comunidade acadêmica - escapam e tensionam os formatos nos quais o jornalismo tenta enquadrar a atualidade/realidade das mudanças climáticas.

Mas há também a dimensão política da questão. Como dito no primeiro capítulo, a ação e a inação dos corpos políticos nacionais e transnacionais quanto às mudanças climáticas participam na gestão e na fronteira dos problemas. As rodadas de negociações (COPs), os comunicados do IPCC ou as declarações de políticos e cientistas (tudo isto ocorrências de ordem social) são tomados pelo jornalismo como

dignos de noticiabilidade (devido a seu caráter evenemencial ou acontecimental). Neste ponto, a “reinterpretação do passado” até então não problemático e os fatos possíveis - porque baseados em probabilidade - do amanhã (inundações, guerras, catástrofes em geral etc.) são tidos como notícias, ou seja, são inscritos na ordem da atualidade e ganham verossimilhança ao corroborarem na construção de uma narrativa lastreada num conjunto de registros portadores de temporalidades diversas e características discursivas outras que não aquelas próprias do texto jornalístico (artigos acadêmicos, programas políticos etc). Há sempre uma dependência estrutural entre o jornalismo e os sistemas de registro existentes, e não só aos fatos “brutos” (MEDITSCH, 2010).

A análise aqui empreendida aponta que a cobertura noticiosa sobre mudanças climáticas e problemáticas políticas envolvidas são parte de um conjunto de ocorrências empíricas externas às instituições midiáticas. Porém são reconstruídas discursivamente enquanto acontecimento, ainda que sem fatos espaço-temporalmente localizáveis. Os jornais antecipam fenômenos e dão visibilidade a processos; e acabam por trazer ao público uma experiência simbólica de enfoque político/científico acerca do problema.

Rodrigues (1993) pontua que a noticiabilidade de acontecimentos se dá quando de sua adequação a três registros de noticiabilidade – o excesso, a falha e a inversão. Para ele, o discurso do acontecimento jornalístico é o “relato da marca de dissolução da identidade das coisas, dos corpos, do devir” e uma “forma de regulação do imprevisível” (p.29). Pela capacidade tecnológica e pela posição institucional historicamente legitimada, o discurso jornalístico se constituiria como dispositivo de notabilidade, ou seja, faz de si mesmo um acontecimento. Perspectiva similar é a de Benneti (2010) para quem o jornalismo deve ele mesmo ser entendido como acontecimento, já que em determinadas situações ele vem a tratar de fenômenos capazes de gerar a sensação de experiência compartilhada, organizar a experiência temporal do homem contemporâneo e produzir supostos consensos. Tal capacidade “construtivista” do jornalismo se relaciona com sua capacidade de agendamento - de converter temas, processos ou questões em acontecimentos e de constituir públicos para domínios da vida social até então socialmente invisíveis. As mudanças climáticas apresentam esse caráter de invisibilidade empírica, porém antecipada e visível nos jornais enquanto problema político e social. Nos jornais, as mudanças climáticas já “acontecem”⁶⁸.

⁶⁸ - Isso é visível até na flexão dos verbos usados nas matérias. O título de uma nota publicada em 31/01/2007 na Folha de São Paulo dizia: *Clima deixa até 3,2 bilhões de pessoas sem água em 2080*.

Molotch e Lester (1993) diferenciam entre acontecimentos de rotina (coletivas de imprensa, inaugurações etc.) – que podem ou não ser intencionados/construídos pelos media - e acontecimentos acidentais ou escândalos. Estes últimos revelariam traços não intencionais de vidas privadas e instituições sociais. De forma relativamente similar, Charaudeau (2006) distingue entre acontecimentos programados, acidentais e suscitados. Ambas as reflexões trabalham a questão de em que medida os jornais, constrangidos por suas necessidades de credibilidade institucional e lucro comercial, ora operam como testemunhas privilegiadas de um mundo caótico, mas que ganha ordem e inteligibilidade seletiva (não sintética) na narrativa noticiosa; ora o próprio sistema jornalístico intervém no mundo construindo acontecimentos, pautas e situações, fazendo desenrolar o processo evenemencial de interpretação dos acontecimentos⁶⁹.

Essa tensão entre noticiabilidade inerente e noticiabilidade construída ou induzida de ocorrências sociais se apresenta em diversos aspectos da cobertura noticiosa sobre mudanças climáticas e problemas políticos correlatos. O caráter acidental dos fenômenos naturais são “desnaturalizados” na medida em que concepções das relações entre vida social (práticas produtivas, por exemplo) e natureza são reinterpretadas à luz do processo evenemencial desencadeado pelos fóruns políticos e científicos empenhados no debate da questão. Pela própria natureza interdisciplinar da questão ambiental e por se tratar de um regime de consequências que perpassa vários domínios da vida social (a produção econômica, a estabilidade social, as mudanças na lei, os padrões das gerações futuras etc.), vários acontecimentos (catástrofes, declarações oficiais, fóruns acadêmicos e políticos, programas políticos etc.) ganham as páginas dos jornais, dividindo-se entre os cadernos de economia, política e ciência.

Vaz e França (2009) distinguem entre acontecimentos legítimos e legitimados. Legítimos seriam aqueles acontecimentos em que seu poder de mudança e regime de afetação dos sujeitos pré-existe à exposição midiática, provocando um quadro de sentido que necessita de explicação. Já o acontecimento legitimado seriam aquelas ocorrências em que sua existência e importância não se dão por características próprias, mas sim pelas estratégias de exposição realizadas pelos media. No acontecimento legítimo há uma obrigação de dar um formato para aquilo que se apresenta como

⁶⁹ Para uma tipologia do acontecimento jornalístico, ver Berger e Tavares (2010)

imprevisível, inesperado e sem explicação aparente. No acontecimento legitimado é a escolha do formato que desencadeia um regime de afetação dos sujeitos.

No caso das mudanças climáticas, o processo de legitimação perpassa mais a adoção de determinadas políticas do que acontecimentos climáticos ou políticos ligados às mudanças climáticas. A afirmação da compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável lastreia o proferimento das fontes, dos articulistas e da própria política governamental como um todo. No caso dos artigos de opinião e editoriais, dos 118 textos opinativos 67,80% (80 textos) foram codificados como implicitamente aludindo à compatibilidade entre os valores. Como dito anteriormente, apenas nas Notícias (5.1) o enfoque da compatibilidade não predomina sobre a impossibilidade de se afirmar sobre a compatibilidade ou não (10.3). O enfoque da incompatibilidade (10.2) está presente em apenas em 6 textos analisados (2,1%)⁷⁰.

Outras questões latentes entram na cobertura midiática e são encadeadas de forma a dar inteligibilidade e remodelar expectativas. No ano de 2007, a imprensa brasileira dispensou visibilidade à discussão (processo) sobre a viabilidade e as consequências éticas acerca do uso de energia nuclear como opção de fonte energética renovável; a discussão sobre a magnitude do esforço do Estado em controlar o desmatamento; a demora do governo em ter um plano concreto de ação acerca de mudanças climáticas; a visita de George Bush ao Brasil para tratar, prioritariamente, sobre biocombustíveis e as inúmeras viagens do presidente Lula ao redor do mundo para defender o uso intensivo dos mesmos; o já mencionado artigo de Fidel Castro reascendendo a polêmica sobre o conflito entre produção de biocombustíveis e alimentos; a crise dentro do IBAMA e demora na liberação de licenças ambientais e o já mencionado jogo de forças e os bastidores de conflitos políticos internos dentro do governo entre Marina Silva e ministros de outras pastas, criando uma aparência de luta entre os “pró sustentabilidade” (MMA) e os maus “pró crescimento econômico” (governo). Assim, as mudanças climáticas - enquanto *processo físico-químico* de longo prazo e enquanto *processo político* de debate e negociação constrangido pelo tempo – tornadas acontecimento jornalístico “fizeram falar”, pediram esclarecimentos de autoridades, agendaram temáticas correlatas. Foram inscritas na atualidade do discurso informativo porque portadoras (legítimas e legitimadas) de critérios de noticiabilidade, seja em sua dimensão de ruptura de um contexto de ação pré-existente, seja na

⁷⁰ No próximo capítulo consta uma exposição detalhada de todos os eixos temáticos codificados.

dimensão de continuidade de várias instituições responsáveis por processos de interpretação e tomada de decisão.

Processos e acontecimentos foram enquadrados em gêneros jornalísticos que lhe permitiram um tratamento noticioso atual e credível, ainda que a factualidade da questão transitasse na luta política (processo) pelo tratamento da questão e por eventos (COPs, comunicados do IPCC, viagens presidenciais etc) que já são construídos para adaptar-se aos formatos e exigências de procedimento da prática jornalística. Procedimentos políticos (busca de consenso), científicos (busca da verdade) e jornalísticos (busca de verossimilhança entre fatos e relatos numa intriga) foram hipostasiados em narrativas e artigos de opinião, tornando-se parte do processo evenemencial desencadeado por acontecimentos externos e internos à prática jornalística.

Na próxima seção, será explorada essa dimensão acontecimental do debate público mediado acerca das mudanças climáticas e de que maneira é possível enxergar os jornais como suporte e dispositivo de um debate generalizado que implica sujeitos, falas, documentos e ocorrências dispersas no tempo e no espaço, dando existência àquela *esfera pública abstrata* da qual falamos no primeiro capítulo.

4.3 - O debate sobre mudanças climáticas enquanto acontecimento

A tensão entre o processo do debate e o instante do acontecimento jornalístico nos remete ao estatuto do espaço público e de como os jornais configuram tal “espacialidade”. Queré (2006) afirma que o espaço público não é um lugar, instituição ou objeto, mas sim uma espécie de poder formador (regime de ação) aplicado à configuração e resolução de situações problemáticas. Correia (2000) e Gomes (2008) entendem que é impossível não relacionar o aparecimento do espaço público com o aparecimento dos media. Mouillaud (2002, p.25) postula que um “conjunto de marcas fizeram da página do jornal não apenas um texto, mas uma ‘área espacial’... e o jornal diário se tornou um substituto para o espaço público”. Leal et al. (2010) fala sobre “textos que entremeiam os sujeitos”. Tais abordagens sempre dão a entender que o fato de não ser um local específico não tira realidade e objetividade à categoria espaço ou esfera pública. Elas sugerem que a materialidade de tal espaço se manifesta em produtos simbólicos conformados aos dispositivos que lhe dão visibilidade (textos, filmagens, fotos etc.)

Se por um lado os media noticiosos se debruçam prioritariamente sobre acontecimentos; por outro, eles próprios, pela característica de seu dispositivo, estão imbricados em processos. Há muito de ruptura e de inesperado nas ocorrências noticiadas, mas há muito de rotina também. E como dito na seção anterior, o dispositivo midiático faz de si mesmo acontecimento, doando caráter evenemencial à ocorrências rotineiras e inesperadas. Tuchman (1988) pontua alguns estudos sobre os media que mostram como a auto-referenciação do discurso informativo – que apela para seu próprio material e atores enquanto fonte credível – contribui para a legitimação institucional do jornalismo e outorga a si mesma atributos noticiáveis.

Enquanto instituição, a mídia produz um tipo de interação simbólica diferente daquelas interações interpessoais. Ettema (2007) entende que na interface entre mídia e política a análise deve ser feita de um ponto de vista interorganizacional e interinstitucional. O autor exemplifica tal ponto de vista analisando como os editoriais (enquanto voz oficial do jornal) podem participar daquilo que ele qualifica como “deliberação institucional”. Os artigos de opinião e as reportagens confeccionam outras “falas”, dando-lhes também um caráter institucional na medida em que estão inseridas em um formato narrativo já standardizado pela comunidade de jornalistas. A “voz” das instituições (oficiais e extra-oficiais) - quando inscritas no dispositivo de notabilidade

que é o jornalismo - ganha uma feição (uma força) vinculatória de outra ordem de magnitude do que as falas das interações interpessoais. A forma das interações entre os agentes dos media e dos agentes de outras esferas de ação da vida social são mediadas pelas instituições das quais eles fazem parte.

No semestre de cobertura analisado foi possível ver como editoriais e artigos de opinião participaram do jogo político. No primeiro semestre de 2007, 31 editoriais trataram de temas relacionados à política das mudanças climáticas. Dois deles afirmaram a necessidade de que os países em desenvolvimento aceitem metas vinculatórias de redução de emissões (nenhum afirmou o contrário). Paradoxalmente, nas relações entre meio ambiente e política energética, a voz institucional do jornal legitimando a política oficial aparece forma clara: 9 editoriais apresentam os benefícios do estímulo aos biocombustíveis e apenas um ressalta o caráter maléfico dos mesmos. Sobre a construção da usina de Angra 3, cinco editoriais aprovam o uso de nucleares e nenhum editorial defende posição contrária. Apenas na avaliação da sustentabilidade ou não da matriz energética houve equilíbrio, porém pouco tratamento editorial: uma avaliação positiva e uma avaliação negativa⁷¹.

Já nos artigos de opinião (colunistas fixos e não fixos), 17 artigos apresentam caráter pró-biocombustíveis, enquanto apenas 4 apresentam viés contrário ao uso intensivo dos mesmos. No caso da energia nuclear, 6 artigos defendem o uso enquanto apenas 2 se mostram contrários.

Mesmo as notícias (5.1) e entrevistas (5.5) apresentam o mesmo perfil pró-biocombustíveis (13.1) e pró-nucleares (13.5). A análise revelou que 19 notícias apresentam enfoque favorável ao uso de biocombustíveis, enquanto 7 notícias apresentam os malefícios da expansão dos mesmos⁷². Já a energia nuclear foi avaliada positivamente em 7 notícias e negativamente apenas em uma. Nas entrevistas, 4 entrevistados deram parecer favorável e apenas um contrário.

Esse jogo entre o oficialismo das fontes e o apoio editorial à determinadas empreendimentos da política energética pareceu paradoxal na medida em que, a nível interno, a posição governamental é legitimada, porém a política como um todo é criticada - em especial a resistência do Brasil em se aliar nas negociações internacionais

⁷¹ - Em geral, a avaliação da política energética ganhou caráter concreto na polêmica acerca da construção das usinas hidrelétricas no rio Madeira

⁷² Somados as ocorrências dos dois códigos temos que 26 notícias (18,2% do total de notícias) trataram da problemática relacionada aos biocombustíveis. Nas entrevistas, 5 entrevistados deram parecer favorável aos biocombustíveis; apenas um se mostrou contrário à expansão do cultivo da cana.

com países altamente intensivos em carbono como China e Índia e a não aceitação que o reflorestamento fosse contado no mecanismo de Kyoto. Cinco editoriais avaliaram como insatisfatória (18.2) a política brasileira no que se refere à mudanças climáticas; nenhum deu parecer favorável ao governo. Nos artigos de opinião de colunistas não fixos, as fontes oficiais foram às páginas dos jornais e equilibraram as posições: 4 artigos indicando o caráter satisfatório da posição brasileira (todos de agentes do governo) e 4 artigos criticando a política governamental. Nos artigos de colunistas fixos a insatisfação foi geral: 12 artigos criticando o governo e nenhum avaliando positivamente a posição brasileira quanto à política das mudanças climáticas. O espaço destinado a textos opinativos manifesta uma disputa pela opinião e pela legitimidade da política governamental ou da contestação dela.

Estes resultados mostram que os jornais não devem ser vistos como entidades monolíticas e que determinados espaços acabam por mostrar tendências ideológicas e temáticas contrárias aos resultados da análise geral. Editoriais, artigos de opinião e o oficialismo e cientificismo das fontes travam um diálogo que podemos entender como a “deliberação institucional”, acima citada. Ainda que a pluralidade das fontes seja bastante limitada, um conjunto de questões concretas (adoção de metas, Angra 3, expansão dos biocombustíveis, usinas no Rio Madeira etc.) criam o ambiente discursivo para que questões mais amplas ligadas à abstrações quanto à compatibilidade entre crescimento e desenvolvimento sustentável e quanto satisfação ou não política governamental tomem forma discursiva e desencadeiem um debate mais amplo e ligado ao jogo da política institucional.

O poder do dispositivo de notabilidade dá à visibilidade midiática uma dimensão sociológica, na medida em que tal visibilidade faz parte e é incorporada à experiência coletiva e individual de seus públicos; e uma dimensão política, posto que a visibilidade se torna recurso (capital) político dos media em suas negociações com outras instituições e domínios de ação (GOMES, 2004, 2008; MAIA, 2008; THOMPSON, 2008). Ou seja, a visibilidade dos acontecimentos jornalísticos dão uma marcação rítmica (SODRÉ, 2009) ao cotidiano formal e informal das instituições sociais, ao mesmo tempo em que ela mesma é parte de processos de negociações entre os jornais e outras instituições.

Em suma, o poder de visibilidade dos media noticiosos se apresenta à realidade social como fenômeno instabilizador da serialidade característica das instituições sociais formais e informais, ou seja, guarda em si mesmo uma dimensão acontecimental. E ao

mesmo tempo, apresenta uma dimensão processual, na medida em que a mídia (enquanto instituição) negocia e dialoga com outras instituições (em especial, o sistema político) das quais muitas vezes retira sua legitimidade e, em outros momentos, questiona a fluidez processual dessas instituições (escândalos, acidentes, críticas a uma posição governamental etc.), desencadeando um processo evenemencial pela própria potência tecnológica e credível do dispositivo midiático e a prosa social que ele engendra. As críticas feitas nos jornais à burocracia interna do Ibama são um exemplo de como a mídia pode vir a desestabilizar a continuidade das práticas de determinada instituição.

No caso da cobertura jornalística sobre mudanças climáticas temos então que o fenômeno moderno da visibilidade midiática ao projetar-se sobre processos rotineiros de pesquisas científicas, fóruns acadêmicos, negociações políticas, personagens isolados ou mesmo situações problemáticas de ordem inter e intra partidária, altera o caráter de continuidade (e normalidade) de tais processos, inserindo-lhes numa trama típica das narrativas noticiosas e insta os atores sociais (personagens na narrativa) a falar, questionar, dar explicações, se defender etc.

O que na fala deles é argumento, tese, proposição etc. inscreve-se na narrativa enquanto *relato*. Aquilo que longe dos holofotes midiáticos era processo, quando materializado simbolicamente no jornal torna-se acontecimento social (registro, ruptura) e entra na disputa política. O que na experiência dos sujeitos anônimos se inscreve categoricamente como acidente (inundações, furacões, secas, quebras de safra etc.), no debate político-científico “textualizado” nos jornais se inscreve como problema político. Na trama noticiosa, a “dessingularização” e a “subida em generalidade”⁷³ não se dão apenas pelo uso institucionalizado da linguagem formal e proposicional dos domínios da Ciência e da Política, mas também porque a “espacialidade” e a “temporalidade atual” do jornal é por si mesma dilatada, generalizante.

Por isso, ao se tomar a cobertura noticiosa sobre mudanças climáticas enquanto um debate pré-estruturado (também) pelos media, fez-se necessário destacar tal debate enquanto acontecimento midiático. O fenômeno debate será sempre da ordem dos processos. E os media, mesmo que inseridos em processos sociais mais abrangentes, aparecem na realidade social enquanto dispositivo especializado em acontecimentos - ele mesmo acontecimento por excelência. O debate sobre mudanças climáticas nos

⁷³ Mencionadas na primeira seção

media, enquanto objeto de pesquisa, deve ter em conta essa dimensão acontecimental (bem como o processo evenemencial que desencadeia) e suas formas narrativas a fim de que o objeto analisado não perca a especificidade de seu caráter político *processual* (enquanto instituição social) e de seu caráter de *acontecimento*, devido à especificidade do dizer narrativo do jornalismo.

Capítulo 5 - A política das mudanças climáticas nos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*

Este capítulo visa a exposição detalhada dos dados obtidos a partir da ficha de codificação aplicada ao conjunto de textos analisados. A pesquisa compreendeu o período delimitado entre 01/01/2007 a 30/06/2007. O *corpus* de pesquisa foi composto por 287 textos. A forma de exposição seguirá a ordem da ficha de codificação: (5.1) aspectos formais descritivos; (5.2) eixos temáticos; (5.3) perfil das fontes; e (5.4) tipo de argumentação.

5.1 – Aspectos formais descritivos

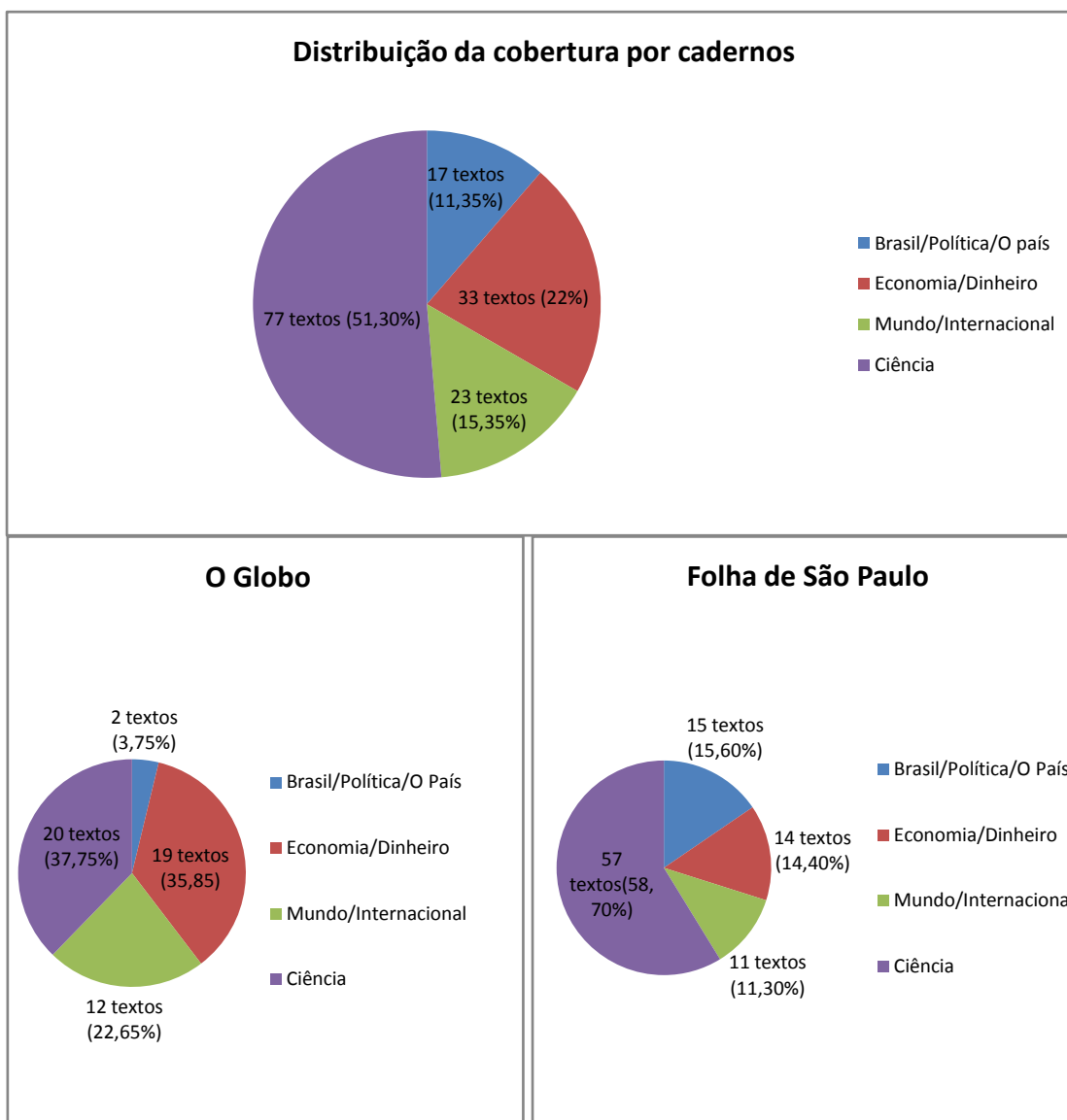
Nesta seção é possível ver “onde” e “quando” os jornais analisados tematizaram questões relacionadas às mudanças climáticas. O item data (T.1) será mostrado de forma a dar um panorama da distribuição da cobertura entre os meses analisados:

Tabela 3 – Distribuição da cobertura por mês analisado

Mês	Nº textos Folha	Nº textos O Globo	Total
Janeiro/2007	15	16	31
Fevereiro/2007	27	22	49
Março/2007	18	14	32
Abril/2007	32	27	59
Mai/2007	29	22	51
Junho/2007	34	31	65
Total	155	132	287

Como se pode ver, apesar da oscilação, a cobertura apresentou forma crescente. Os três últimos meses responderam por aproximadamente 61% da cobertura⁷⁴. *Folha de São Paulo* respondeu por 54% da cobertura e *O Globo* por 46%. Nos gráficos a seguir veremos a distribuição da cobertura por cadernos.

⁷⁴- No capítulo anterior, foram apresentados 4 picos de cobertura que respondiam por duas semanas cada: 29/01/2007 a 11/02/2007 (37 textos); 26/03/2007 a 08/04/2007 (38 textos); 30/04/2007 a 13/05/2007 (43 textos); e 28/05/2007 a 10/06/2007 (44 textos). Estes picos respondem por 56,44% do total de textos e por 30,95% do período pesquisado (56 dias)



A cobertura foi inscrita predominantemente no caderno de Ciências dos dois jornais. *O Globo* apresentou cobertura ínfima no caderno de Política/O País. Como ressaltado no capítulo 3, textos opinativos (artigos e editoriais) e matérias de primeira página não foram codificadas em nenhum caderno⁷⁵.

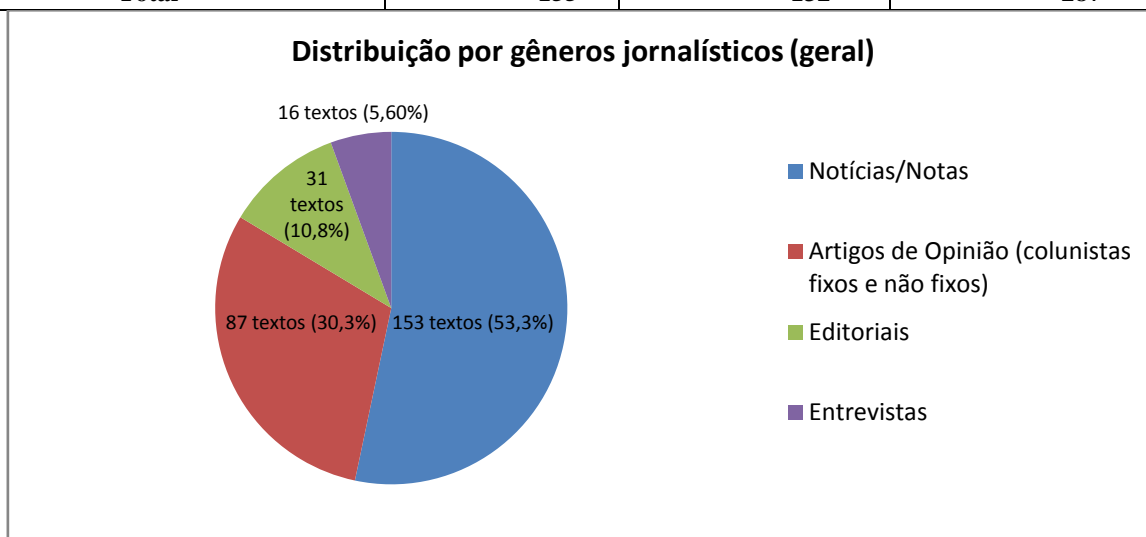
A seguir, veremos a distribuição da cobertura por formatos/gêneros⁷⁶.

⁷⁵ - A tabela acima representa apenas o conjunto de textos correspondente a notícias (5.1), entrevistas (5.5) e notas (5.6).

⁷⁶ - A tabela representa o corpus inteiro. As matérias de primeira página estão contabilizadas como notícias

Tabela 4 – Distribuição da cobertura por formatos

Formato/Jornal	Folha	O Globo	Total
Notícias (5.1)	86	57	143
Artigos colunistas não fixos (5.2)	15	19	34
Artigos colunistas fixos (5.3)	19	34	53
Editoriais (5.4)	14	17	31
Entrevistas (5.5)	13	3	16
Notas (5.6)	8	2	10
Total	155	132	287



Vê-se que grande parte da cobertura aconteceu em gêneros opinativos. Somados, artigos de opinião e editoriais reúnem 41,1 % da cobertura. Mais à frente veremos as diferenças de perfil temático entre a cobertura de caráter noticioso e a de caráter opinativo e as particularidades relacionadas aos gêneros.

No semestre analisado, 19 matérias relacionadas à política das mudanças climáticas ganharam primeira página (10 na *Folha* e 9 em *O Globo*). Foi possível discernir um padrão mais ou menos claro de qual tipo de matérias receberam o status de primeira página. De Janeiro à Abril, em vista dos relatórios do IPCC acerca dos impactos sociais e ambientais decorrentes do aquecimento global, as matérias apresentaram tom alarmista focado na tematização de tais impactos. No segundo trimestre, as negociações internacionais figuraram como tema preferido para a capa do jornais.

Em *O Globo*, as primeiras páginas foram mais focadas em assuntos domésticos: Biocombustíveis, a devastação na Amazônia e a retomada de Angra 3 foram assuntos destacados pelo jornal. *Folha de São Paulo* focou mais as relações internacionais: seis capas trataram diretamente da participação do Brasil em fóruns

políticos e científicos. Ainda sobre processos políticos de caráter internacional, a resposta de Lula a Fidel Castro defendendo o uso dos biocombustíveis também recebeu destaque por parte do jornal. A reforma do Ministério do Meio ambiente que estava no meio da intriga acerca da demora da liberação das licenças ambientais para projetos hidrelétricos na Amazônia também recebeu uma capa. Três matérias de capas trataram dos impactos ambientais e sociais divulgados nos relatórios do IPCC.

Os principais eixos temáticos codificados nos conjunto das 19 matérias de capa foram: 3 textos fizeram menção positiva do uso de biocombustíveis (13.1); 5 textos trataram de fontes de emissões - três deles acerca do desmatamento (14.2); 6 textos tematizaram impactos futuros acerca dos eventos climáticos⁷⁷ - só um deles com enfoque mais econômico (17.1); e 3 textos mencionaram medidas de mitigação, nos quais se abordava a necessidade de mudanças de práticas de consumo (15.5).

Tendo em vista que o período analisado foi de 26 semanas, o número de matérias de capa voltadas para o tratamento da política das mudanças climáticas pode ser considerado alto (média de quase uma por semana). O mesmo vale para o conjunto total dos textos analisados que evidenciam uma média de 1,58 matérias por dia. O semestre analisado neste trabalho está, no que se refere à magnitude da cobertura, em acordo com a tendência internacional mencionada no primeiro capítulo. O ano de 2007 representa um pico de cobertura midiática sobre mudanças climáticas a nível internacional e o jornalismo brasileiro acompanhou esse fenômeno (ANDI, 2007).

⁷⁷ ONU: *clima aumentará desigualdade no Mundo* foi a manchete de capa de *O Globo* em 07/04/2007

5.2 – Eixos temáticos

Nesta seção apresentaremos os dados referentes à quais foram os eixos temáticos mais recorrentes, em que formato foram inscritos e de que modo se relacionam com o perfil mais amplo da cobertura sobre política das mudanças climáticas realizada pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Como assinalado no terceiro capítulo, a ficha de codificação foi aplicada tanto ao sentido do texto como um todo quanto ao proferimento das fontes. Nesta seção serão explorados os resultados referentes ao texto como um todo e, na próxima seção (5.3), o perfil temático apenas dos proferimentos. A ordem das subseções desta seção seguirá a ordem dos eixos temáticos da ficha de codificação apresentada no terceiro capítulo.

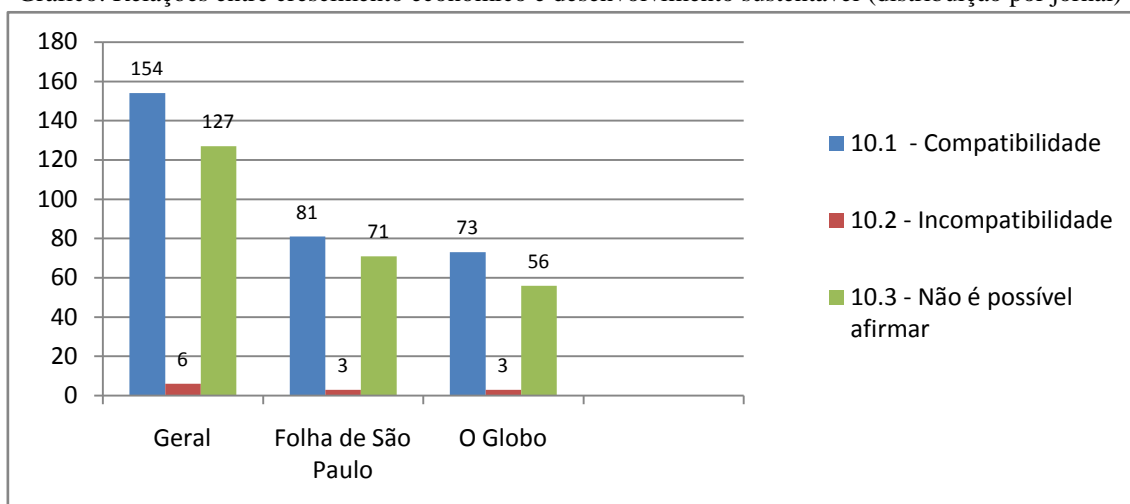
5.2.1 – *Relações entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável(T.10)*

Este eixo foi o mais importante para a pesquisa. Nele tentou-se captar nos textos uma compreensão mais geral acerca dos problemas envolvidos na política das mudanças climáticas. Na fundamentação teórica exposta nos dois primeiros capítulos, aspectos filosóficos, econômicos e políticos relacionados às demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável foram tratados a fim de que o processo político das mudanças climáticas em curso, a nível nacional e internacional, nos fornecesse uma dimensão mais abstrata acerca de valores sociais amplamente aceitos, mas que carecem de uma interpretação concreta na prática política e administrativa. Nas páginas dos jornais, o caráter ideal e simbólico dessas demandas/valores se materializaram em textos, argumentos e narrativas, propiciando a análise de como jornalistas, políticos, cientistas e o público mais amplo formado pela comunidade de leitores entendem os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Cada texto recebeu um dos três códigos possíveis nesse eixo⁷⁸. A seguir os dados referentes à temática das relações entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável:

⁷⁸ - são eles: alusão à compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (10.1); alusão à incompatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (10.2); Não é possível afirmar sobre a compatibilidade ou incompatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (10.3)

Gráfico: Relações entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (distribuição por jornal)



O enfoque acerca da compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável representa 53,65% (154 textos) da cobertura. Em 44,25% dos casos (127 textos) não foi possível afirmar a compatibilidade ou não das demandas. O enfoque da incompatibilidade teve ocorrência mínima (6 textos ou 2,10% da cobertura).

Se são estatisticamente irrelevantes tais ocorrências acerca da incompatibilidade (10.2), pode-se interpretar que a cobertura analisada não contemplou visões mais radicais que atestam a impossibilidade de coexistência entre o sistema capitalista (e o consumismo que ele engendra) e uma forma de desenvolvimento sustentável que não coloque em risco a existência humana na terra⁷⁹.

Foi possível enxergar padrões que mostram como a premissa da compatibilidade se relaciona com outros eixos temáticos. Aproximadamente 38,5% dos casos de 10.1 (compatibilidade) ocorreram em notícias; e quase 52% dos casos ocorreram em textos opinativos. Dos 16 entrevistados, 13 fizeram alusão compatibilidade entre as demandas concorrentes. Quando se olha para as ocorrências de

⁷⁹ - Dois artigos de opinião merecem destaque por sua crítica contundente à abordagem predominante no que se refere às relações entre capitalismo e desenvolvimento sustentável. Em 30/01/2007 um artigo na Folha assinado pelo economista Gilberto Dupas, intitulado *O mundo começou e acabará sem o homem*, denunciava a inconsistência das abordagens que tratam a mitigação das mudanças climáticas pelo viés tecnológico. Dupas denuncia que o modelo capitalista é baseado inexoravelmente no consumo exacerbado e depredação de recursos naturais e sem mudanças radicais o problema não será resolvido. Na mesma *Folha de São Paulo* o geógrafo da UFRJ, Carlos W. Porto Gonçalves, criticou de forma geral o tipo de abordagem em que são enquadradas as mudanças climáticas e, de forma mais concreta, atacou o modelo de política usado no estímulo aos biocombustíveis. Para ele, o cultivo baseado na monocultura e o desmatamento provocado fazem com que os biocombustíveis sejam fonte de perpetuação das desigualdades no campo e não resolvem o problema das emissões de dióxido de carbono (CO₂).

10.3 (não é possível afirmar), os números quase que se invertem. Aproximadamente 65,5% dos casos de 10.3 ocorreram em Notícias e 26,8% em textos opinativos.

Tais achados são um indício da tensão entre forma e conteúdo na cobertura sobre mudanças climáticas. A notícia e sua obrigação de factualismo acaba não comportando uma reflexão mais ampla acerca de valores abstratos. Muito das notícias sobre mudanças climáticas é da ordem do empírico (ainda que baseado em probabilidades matemáticas de futuras alterações nos ecossistemas globais); mas muito da política sobre mudanças climáticas diz respeito a um concerto ético e pragmático acerca de quais medidas tomar, como distribuir custos e como incorporar o interesse das gerações futuras. E nestes casos, os atores convocados pelo jornalismo (em especial colunistas não fixos) são instados a uma reflexão mais ampla acerca de processos políticos e físico-químicos de longo prazo que não cabem nas formas rígidas do texto noticioso. A análise apenas dos artigos de colunistas não fixos (5.2) corrobora a interpretação oferecida. Dos 34 artigos de colunistas não fixos (5.2), 26 fazem alusão à compatibilidade; e em apenas 3 não foi possível afirmar nada sobre o assunto⁸⁰. Tomando todo o conjunto de textos opinativos (artigos e editoriais), 67% (80 textos) fazem alusão á compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Mais à frente, a relação desse eixo com outros aspectos codificados voltará a ser analisado.

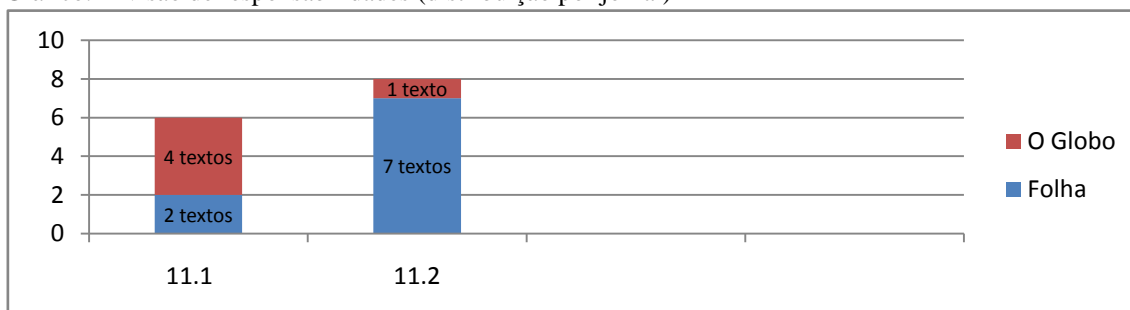
5.2.2 – Divisão de responsabilidades (T.11)

Este eixo de análise toca a controversa acerca da divisão de responsabilidades. O protocolo de Kyoto consagrou o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Este princípio tem sido interpretado na comunidade internacional como uma isenção dada aos países pobres e em desenvolvimento. Tais países não estão comprometidos com metas vinculatórias. Porém, dado que uma tonelada de CO₂ emitida nos EUA ou na Europa causa o mesmo dano em qualquer parte do mundo, e dado o baixo desempenho de Kyoto e o fato de China (maior emissor) e Índia apresentarem economias altamente intensivas em carbono, a discussão acerca de se tais países devem ou não adotar metas de redução é a grande controvérsia da política das mudanças climáticas. Os códigos possíveis são: Países em desenvolvimento não devem

⁸⁰ - Os outros 3 fazem alusão à incompatibilidade (10.2), dois dos quais mencionados na nota anterior.

assumir metas obrigatórias de redução de emissões (11.1) e Países em desenvolvimento devem assumir metas obrigatórias de redução de emissões (11.2). A seguir vemos os dados referentes a este eixo:

Gráfico: Divisão de responsabilidades (distribuição por jornal)



A divisão de responsabilidades foi poucas vezes explicitamente mencionada⁸¹. Apenas 14 textos tocaram a questão. Em 4 notícias, o enfoque legitimou a recusa dos países em desenvolvimento em adotar metas – uma delas na *Folha* e 3 em *O Globo*. Dois artigos de colunistas não fixos também reiteraram a posição – um em cada jornal. Nos dois, os autores são agentes oficiais diretamente ligados ao governo brasileiro⁸².

A crítica à recusa dos países em desenvolvimento foi feita majoritariamente fora dos textos noticiosos. Apenas duas notícias apresentaram enfoque a favor da adoção de metas (ambas na *Folha*). Dois artigos de colunistas fixos (5.3) criticaram a postura dos países em desenvolvimento (um em cada jornal). Dois editoriais de *Folha de São Paulo* criticaram a política dos países em desenvolvimento. Ainda em Janeiro, um desses editoriais contrastava o comprometimento europeu com a mitigação das mudanças climáticas com a recusa brasileira e dos demais países em desenvolvimento. A abordagem de *Folha* tentou mostrar que a redução do desmatamento e o impulso dos biocombustíveis fazem da questão climática uma oportunidade para o Brasil. Já em Junho, ao final da cúpula do G8 realizada na Alemanha, o jornal avalia o resultado pífio das negociações e afirma que o princípio das “responsabilidades comuns, porém

⁸¹ - Mais à frente, no eixo 18, a questão das metas de redução voltam a aparecer na análise, só que aplicada ao caso brasileiro

⁸² - Em 23/02/2007 na *Folha* de São Paulo, o chefe de assuntos estratégicos da Presidência da República, Oswaldo Oliva Neto, critica os países desenvolvidos por estarem tentando culpar os países em desenvolvimento por um problema que eles criaram. Em 07/06/2007, Sérgio Barbosa, representante especial do Itamaraty para a mudança do clima, assina artigo em *O Globo* refutando a crítica dos países desenvolvidos. Ele alega que o Brasil já “faz sua parte”, já que sua matriz energética é limpa, o etanol brasileiro é eficiente em carbono e o desmatamento vinha caindo progressivamente. Ele reitera que o país fará esforços de mitigação, mas tais esforços serão voluntários.

diferenciadas” está se tornando obsoleto e inviabilizando a eficácia de qualquer acordo, já que Brasil, Índia e China estão entre os maiores emissores de CO2.

5.2.3 - *Interdependência entre comércio internacional e política das mudanças climática (T.12)*

As consequências da política das mudanças climáticas sobre as relações comerciais internacionais foram tematizadas em apenas 12 textos. Apenas uma notícia de *O Globo* fez menção da injustiça relacionada ao “protecionismo verde”. Nela, o então ministro das relações exteriores Celso Amorim reiterou a crítica e a recusa brasileira de que cláusulas ambientais (mecanismos tarifários e não tarifários) sejam institucionalizadas na OMC. Na posição contrária (12.2), duas notícias da Folha retrataram a necessidade de o Brasil já começar a se ajustar para não perder competitividade. Em *O Globo*, dois artigos da colunista de economia Miriam Leitão criticaram o alarde acerca dos biocombustíveis e mencionaram que os consumidores e governantes dos países desenvolvidos querem garantias de que o biocombustível brasileiro não gera desmatamento. Afirma ainda que se o Brasil quiser realmente exportar biocombustíveis para o resto do mundo terá que se ajustar às exigências internacionais já vigentes e outras que ainda serão realizadas. Além disso, a colunista lembra do perigo do *tradeoff* entre alimentos e energia.

Sete artigos trataram de outras questões relacionadas ao comércio internacional e mudanças climáticas (12.3): duas notícias e duas entrevistas na *Folha* e três artigos de colunistas fixos em *O Globo*. Em uma das entrevistas, Pascal Lamy, dirigente da OMC, alertou para a importância de que questões climáticas e comerciais sejam pensadas de forma integrada. Quando perguntado sobre a incoerência da maioria dos países – que adotam uma postura na OMC e outra no PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente) – Lamy ressaltou que a ONU não dispõe de meios institucionais para evitar as contradições na política interna dos países. Ressaltou ainda que vários subsídios e isenções destinadas a produtos ambientalmente corretos estão sendo pensados no âmbito da travada negociação de Doha.

5.2.4 - *Inter-relações entre mudanças climáticas e política energética (T.13)*

Neste eixo, a disputa simbólica sobre os rumos do desenvolvimento sustentável no Brasil e suas relações com o crescimento econômico toca a experiência concreta que o país passava em 2007. O bom desempenho econômico do país à época contrastava com as previsões de que não haveria energia suficiente para sustentar aquele bom momento. Como visto na revisão de literatura apresentada no capítulo 2, o Brasil possui um perfil energético singular: matriz relativamente limpa, baixa emissão per capita e grande parte de suas emissões ligadas ao uso da terra e não a setores modernos e intensivos em tecnologia. No entanto, o país enfrentava riscos de abastecimento, seja pela baixa capacidade ociosa do sistema, seja pela dependência de fontes naturais, que estão sempre sujeitas à intempéries climáticas.

Três tópicos de discussão foram codificados neste eixo: o caráter benéfico ou maléfico dos biocombustíveis (13.1 e 13.2, respectivamente); a discussão sobre se a expansão da matriz energética compromete ou não o perfil limpo da matriz energética (13.3 e 13.4, respectivamente); e a polêmica de longa data acerca do caráter positivo ou negativo do uso de energia nuclear (13.5 e 13.6) – polêmica reavivada quando da entrada das mudanças climáticas nas relações internacionais.

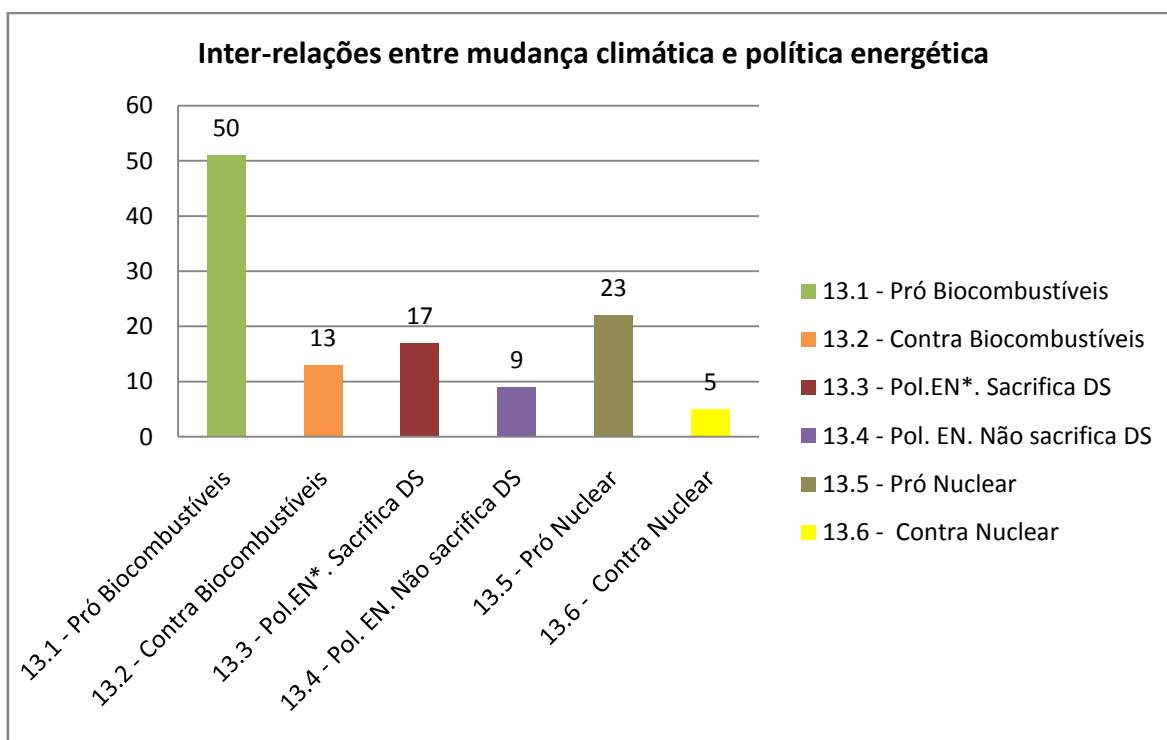
O imbróglio energético-ambiental caracterizado nesse eixo engendrou grande atenção por parte do jornalismo brasileiro. Tais questões se misturaram ao jogo de interesses da política institucional e trouxeram a discussão sobre o desenvolvimento sustentável para a ordem do dia. O formidável desempenho do etanol biocombustível brasileiro fez o Brasil aspirar uma remodelação do mercado mundial de energia. O presidente Lula viajou o mundo inteiro naquele ano em busca de parcerias e de convencimento dos líderes mundiais de que os biocombustíveis eram a melhor solução para a crise climática. A vinda de George Bush ao Brasil para tratar de parcerias no ramo dos biocombustíveis foi um acontecimento midiático. O artigo de Fidel Castro e as críticas de Hugo Chávez afirmando ser o etanol um genocídio em escala planetária – já que, segundo ambos, a escalada dos preços dos alimentos à época era devida à destinação de terras para os biocombustíveis – fez não só crescer a polêmica, mas também engendrou outras temáticas, tais como as relações diplomáticas na América Latina.

Na questão da expansão da oferta de energia, a demora no licenciamento ambiental para a construção de duas hidrelétricas no rio Madeira (Santo Antonio e Jirau)

e a greve do Ibama geraram um impasse político capturado pelos jornais na forma de um embate entre Governo e Ministério do Meio Ambiente (MMA). De um lado, Lula e os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil) e Silas Rondeau (Minas e Energia) reclamando da demora e dizendo abertamente que o crescimento do Brasil não pode ser “sabotado” por causa do bagre (tipo de peixe que supostamente estaria ameaçado com a construção das usinas). Do outro lado, reconhecida mundialmente pelo ativismo ambiental, a ministra Marina Silva dizendo que já não é mais possível pensar o crescimento econômico à parte do desenvolvimento sustentável. O imbróglio permaneceu durante os seis meses analisados. Neste período, o governo acenou que caso a demora nas licenças continuasse, parte da expansão da oferta viria via energia nuclear.

Esses três debates ocorreram simultaneamente durante o período analisado. E através da análise foi possível ver um complexo jogo discursivo em que agentes oficiais, atores não oficiais (mas convocados a manifestar sua opinião nos jornais) e os próprios jornais se manifestaram disputando o sentido concreto e administrativo dos valores do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável.

Este eixo de análise ocorreu em 117 textos (40% do *corpus*). A seguir, os dados referentes às discussões acima mencionadas.



*Política energética sacrifica desenvolvimento sustentável

No que se refere à energia e mudanças climáticas, o etanol biocombustível foi de longe o assunto que mais recebeu visibilidade por parte dos jornais. As menções pró e contra somaram 54% da cobertura codificada neste eixo e 22% do conjunto geral analisado. A assimetria na distribuição das opiniões foi sintomática. Enfoques destacando o caráter benéfico dos biocombustíveis estiveram presentes em 51 textos. Enfoque ressaltando os aspectos maléficos dos biocombustíveis (13.6) constaram em 13 textos. A distribuição por jornal foi a seguinte:

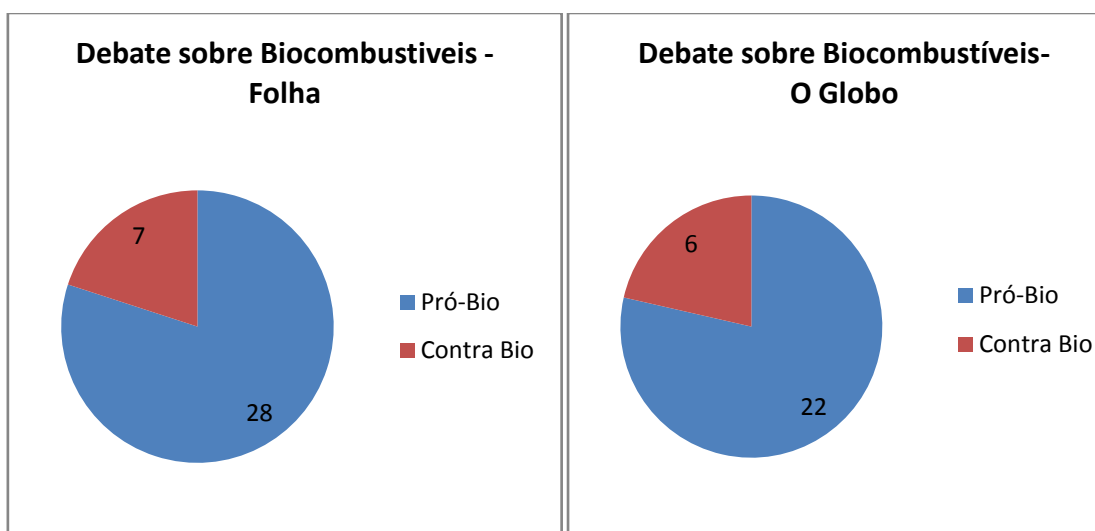


Tabela 5: Debate sobre Biocombustíveis (distribuição por formato)

Formato/código	Folha de São paulo		O Globo	
	Pró bio (13.1)	Contra Bio (13.2)	Pró-Bio (13.1)	Contra Bio (13.2)
Notícias (5.1)	14	5	5	2
Artigos col. Não fixos (5.2)	3	1	5	1
Artigos colonistas fixos (5.3)	3	0	6	2
Editoriais	3	1	6	0
Entrevistas	5	0	0	1
Notas	0	0	0	0
Total	28	7	22	6

Como se pode ver, a cobertura de ambos os jornais apresentam traços semelhantes. Exceto por uma entrevista em *O Globo*, em todos os formatos predomina uma cobertura favorável à expansão dos biocombustíveis. A querela dos biocombustíveis ganhou atenção dos jornais a partir das “farpas” de Fidel Castro contra Bush. Em 31/03/2007, matéria de capa da *Folha* intitulada *Lula rebate Fidel e diz que cultivo de cana não irá aumentar a fome* mostra o argumento do presidente da

República rebatendo o colega cubano. Lula criticou os subsídios americanos ao etanol feito a partir do milho (muito mais ineficiente que o brasileiro feito da cana). Em 08/06/2007, às vésperas da cúpula do G8 na Alemanha, Lula assina artigo na Folha intitulado *Desafios para a cúpula do G8* deixando bem claro qual seria seu discurso nas negociações: responsabilizar os países ricos pelo problema climático e mostrar a solução – os biocombustíveis. Lula menciona o impacto redistributivo que os biocombustíveis teriam caso fosse institucionalizado um mercado internacional. Desqualifica a crítica de que a oferta de alimentos estaria comprometida apontando o caso brasileiro como exemplo de compatibilidade entre biocombustíveis e geração de alimentos.

É notável o “engajamento” editorial de *O Globo* quando o assunto foi biocombustíveis (6 editoriais favoráveis). Em um deles, no dia 18/02/2007 e intitulado *Torcida à favor*, *O Globo* toca o assunto do biodiesel, que ainda depende de maturação tecnológica para ganhar competitividade e defende o estímulo da produção, argumentando o caráter redistributivo dos biocombustíveis e mencionando a vitalidade do setor que, segundo o jornal, é sempre uma boa notícia – o agronegócio. Somados os textos opinativos do jornal, 17 textos enfatizam as benesses do combustível oriundo da cana.

A posição que enfatiza os possíveis aspectos maléficos dos biocombustíveis recebeu cobertura de magnitude bem inferior em ambos os jornais. Somados todos os gêneros textuais, 13 textos mencionam aspectos negativos (7 deles em notícias). Uma das notícias intitulada *Combustíveis limpos, alimentos mais caros* foi um bom exemplo de como a narrativa jornalística ao confeccionar opiniões de pessoas separadas espaço-temporalmente configura um tipo de deliberação mediada pelo fazer jornalístico. Nesta matéria, a alta dos preços dos alimentos é apresentada e legitimada na opinião de economistas que explicam o fenômeno. No entanto, uma fonte pró-biocombustível é convocada e afirma que os ganhos de produtividade e disseminação tecnológica no setor irão reverter a tendência momentânea de alta vigente à época. Em editorial do dia 06/04/2007 intitulado *Álcool x Alimentos*, *Folha* apresenta resultados de um trabalho⁸³ acadêmico amplamente divulgado na mídia internacional e alerta para o perigo que os biocombustíveis podem representar para a oferta de alimentos. Na visão do jornal, o

⁸³ Trata-se do trabalho de Runge e Senauer (2007), também usado como referência neste trabalho.

conciliamento entre álcool e alimentos depende de uma regulação eficaz e bem planejada – coisas difíceis de acontecerem no Brasil, afirmou o jornal.

Outro aspecto interessante da discussão sobre biocombustíveis foi o perfil das fontes nos gêneros artigos de colunistas não fixos (5.2) e entrevistas (5.5). Entre os defensores dos biocombustíveis figuram 5 agentes oficiais ligados ao governo, 2 agentes da oposição, 3 cientistas (um do IPCC e dois ligados às ciências humanas e sociais), um oficial de órgão internacional e um ambientalista. Como vimos, o espaço para posições contrárias aos biocombustíveis foi pequeno. As manifestações contrárias foram proferidas por acadêmicos ligados às ciências humanas e sociais

Quando o foco da cobertura foi a avaliação da sustentabilidade da matriz energética o perfil e a distribuição das opiniões foi mais equilibrado. No período analisado, os textos que tematizam impasses políticos relacionados à política energética⁸⁴ somam 26 textos. A avaliação negativa (13.3) consta em 17 textos; enquanto uma avaliação defendendo os projetos e a manutenção da sustentabilidade da matriz como um todo somam 9 textos. A distribuição das avaliações nos jornais se deu da seguinte forma:

Tabela 6: Avaliação da política energética (distribuição por formato)

Formato/código	Folha de São paulo		O Globo	
	PE* compromete DS** (13.3)	PE não compromete DS (13.4)	PE compromete DS (13.3)	PE não compromete DS (13.4)
Notícias (5.1)	2	0	1	2
Artigos col. Não fixos (5.2)	0	1	1	2
Artigos colunistas fixos (5.3)	2	0	10	3
Editoriais	0	0	1	1
Total	4	1	13	8

*PE: Política energética

** DS: Desenvolvimento sustentável

A cobertura desse eixo esteve bem mais concentrada nas páginas de *O Globo* do que nas de *Folha*. Para se ter uma noção de como o imbróglio acerca das usinas do Madeira recebeu um tratamento similar ao tratamento rotineiro que o jornalismo político dispensa ao sistema político formal, vê-se em Janeiro matéria de *Folha de São Paulo* do dia 23/01/2007 intitulada *Meio ambiente vence a batalha e projetos polêmicos do setor elétrico não entram* na qual o ministro de Minas e Energia Silas Rondeau

⁸⁴ - Dos 26 textos notificados neste eixo, apenas 5 não trataram (seja como temática principal seja apenas em menções periféricas) da questão relacionada às hidrelétricas na Amazônia. Pode-se dizer que o impasse concreto das usinas de Jirau e Santo Antônio desencadeou um processo mais amplo de discussão sobre os rumos da política energética.

explica o porque de a criação de reservas em região amazônica para a construção de hidrelétricas e o projeto que retomaria Angra 3 não entrarem no planejamento do PAC. A área das reservas fazia parte de reservas indígenas e ambientais.

No período entre os dias 25/04/2007 e 15/05/2007, 12 textos tematizaram os problemas entre Governo e MMA acerca das hidrelétricas na Amazônia. Em 25/04/2007, a coluna de Miriam Leitão em *O Globo* aborda o parecer contrário dado pelo IBAMA acerca das obras do Madeira. A jornalista afirma que o ministro de Minas e Energia alega desconhecer os laudos técnicos. Segundo a jornalista, o ministro disse que, já que o impasse iria continuar, o jeito seria contratar térmicas a carvão ou usina nuclear para o complemento da oferta de energia. Nas palavras da colunista, isso seria uma espécie de “ameaça” aos agentes mais ambientalistas do Ministério do Meio Ambiente. No dia posterior, editorial de *O Globo* critica de forma veemente a burocracia e a demora do Ibama em avaliar o caso. O jornal manifesta que é louvável a preocupação com os impactos ambientais e que trâmites burocráticos do órgão devem ser mais simplificados de forma a dar agilidade ao processo, porém o texto faz ressalva quanto a ação de setores puramente ideológicos contrários ao progresso.

Mais um dia e a coluna de Miriam leitão volta a tratar do problema no artigo intitulado *MMA x MME*. Em geral os textos da colunista⁸⁵ de *O Globo* foram bastante críticos e denunciavam abertamente a vontade do governo de “atropelar” o Ibama. Em 06/05/2007, matéria intitulada *Protagonista do impasse entre Lula e Marina, o bagre pode desaparecer* traz a opinião contrária de um pescador da região que seria atingido pela construção das usinas. Enfim, se na questão dos biocombustíveis a posição dos jornais e do governo coincidiram, na questão das usinas claramente a cobertura jornalística deu visibilidade e turbulência aos planos do governo, que teve de vir às páginas dos jornais se explicar e prestar esclarecimentos. E pode-se dizer que o governo o fez no espaço onde foi possível. Dos quatro artigos de colunistas não fixos onde esta controvérsia foi tratada, a defesa de que a política energética não compromete o desenvolvimento sustentável foi realizada em 3 textos de autoria de fontes ligadas ao governo. Apenas um texto (de autoria de oficial de órgão internacional) critica os rumos tomados pelo Brasil em matéria de energia. Em resumo, uma narrativa foi construída a partir da criação de personagens e dramatização de uma “batalha” entre agentes do governo.

⁸⁵ - Durante três dias seguidos (25/04 a 27/04), a jornalista disparou fortes críticas contra o “desenvolvimentismo” insustentável do governo.

A necessidade de aumento da oferta de energia trouxe para agenda do governo e da mídia a questão acerca do uso da energia nuclear. Os textos que trataram diretamente da questão somam 28 ocorrências. Assim como no debate sobre biocombustíveis, o desequilíbrio nas ocorrências em favor da energia nuclear mostrou uma cobertura de caráter oficialista, legitimando a decisão governamental de retomar a construção de usina de Angra 3. A seguir os dados referentes aos eixos:

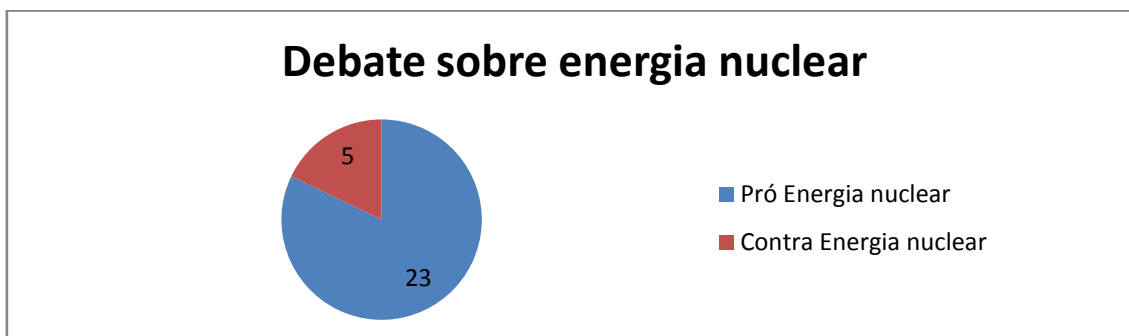


Tabela 7 - Debate sobre energia nuclear (distribuição por formato)

Formato/código	Folha de São paulo		O Globo	
	Pró EN (13.5)	Contra EN (13.6)	Pró EN (13.5)	Contra EN (13.6)
Notícias (5.1)	3	1	4	0
Artigos col. Não fixos (5.2)	1	0	3	1
Artigos colunistas fixos (5.3)	1	0	1	1
Editoriais	0	0	5	0
Entrevistas	4	1	0	0
Notas	1	1	0	0
Total	10	3	13	2

Na controvérsia nuclear, o perfil temático da cobertura foi parecido. *Folha* tematizou a energia nuclear em 13 textos e *O Globo* em 15 textos. Nos dois jornais, menções contrárias á energia nuclear foram demasiadamente minoritárias. Merece destaque a entrevista concedida por Patrick Moore, fundador do Greenpeace. Agora “convertido” à energia nuclear, Moore expôs suas razões para a defesa da polêmica fonte energética e disse que os ambientalistas contrários às nucleares ainda têm uma mentalidade da guerra fria. Outras matérias favoráveis às nucleares usaram o argumento de que muitos ambientalistas - Moore seria o melhor exemplo – se converteram às benesses da polêmica fonte energética tendo em vista o cenário das mudanças climáticas, pouco saliente em décadas passadas nas quais ambientalistas expressavam aversão às nucleares.

Mesmo com a assimetria na cobertura houve casos interessantes nos quais os jornais propiciaram um debate mediado em que vozes de opinião contrárias diglariaram

argumentos acerca do uso de Energia Nuclear. Em 13/04/2007, artigo de opinião na *Folha* assinado por Luiz Sérgio, deputado federal (PT) e intitulado *O novo momento da energia nuclear* fez a defesa do uso das nucleares com argumentação baseada no fato de que o Brasil dispõe de amplas reservas de urânio, domina a tecnologia de enriquecimento e, dado o perigo imposto pelas mudanças climáticas, o país não poderia prescindir do uso de tal fonte. Quatro dias depois, em nota no painel do leitor da *Folha*, o físico José Goldemberg (considerado um dos maiores especialistas em mudanças climáticas no Brasil) rechaçou a argumentação do deputado, que respondeu no mesmo painel, dois dias depois. Seguem as cartas na íntegra:

O senhor Luiz Sérgio ("O novo momento da energia nuclear", "Tendências/Debates", 13/4) pode ser um excelente metalúrgico especializado em construção naval -e foi prefeito de Angra dos Reis-, mas os argumentos que usa a favor da energia nuclear são equivocados: 1. O fato de o Brasil ter a sexta maior reserva de urânio significa, para ele, que somos uma grande potência nuclear. Mas minério de urânio precisa sofrer um longo processo até que o urânio possa ser usado em reatores. A comparação se parece com a idéia de que minério de ferro é a mesma coisa que um automóvel ou que bauxita (de onde se produz alumínio) é o mesmo que um motor a jato; 2. Repetir o raciocínio de Lovelock -que energia nuclear é boa pois não emite CO2- é até perverso. Em primeiro lugar, Lovelock, que foi sempre um "esquisitão", se revelou mal informado e tem se manifestado até contra energia eólica, o sonho dos ecologistas, porque arruinam a paisagem da região em que mora na Inglaterra; 3. Se o senhor Luiz Sérgio está motivado em reduzir o aquecimento global, deveria preocupar-se com o desmatamento na Amazônia, cuja destruição emite 200 milhões de toneladas de carbono/ano. Um reator como o de Angra evita a emissão de 2 milhões de toneladas de carbono/ano. Bastaria diminuir aquele desmatamento em 1% para obter o mesmo resultado." JOSÉ GOLDEMBERG , professor da Universidade de São Paulo (São Paulo, SP)

Nuclear

Em relação à carta do professor José Goldemberg ("Painel do Leitor", 17/4) sobre meu artigo de 13/4, informo que em nenhum momento disse que ter grandes reservas de urânio por si só nos transformava em "potência nuclear". O que disse é que somos detentores da "sexta maior reserva conhecida de urânio no mundo. Temos tecnologia e profissionais capacitados para executar todas as atividades exigidas na cadeia de produção necessária para o uso pacífico da energia nuclear". Chamar o cientista James Lovelock de "esquisitão" não me parece uma crítica séria com base em fatos ou teses científicas. O governo federal conseguiu, em 2006, reduzir pelo segundo ano consecutivo o desmatamento na Amazônia Legal. Mas essa iniciativa não substitui a necessidade de ampliar a participação da energia nuclear na geração elétrica."

LUIZ SÉRGIO, deputado federal, líder do PT na Câmara (Brasília, DF)

Outro fato que merece atenção é de novo a postura editorial "engajada" de *O Globo*. Durante o período analisado, o jornal publicou cinco editoriais nos quais fazia defesa aberta da energia nuclear. Em um deles afirmava que qualquer opinião contrária

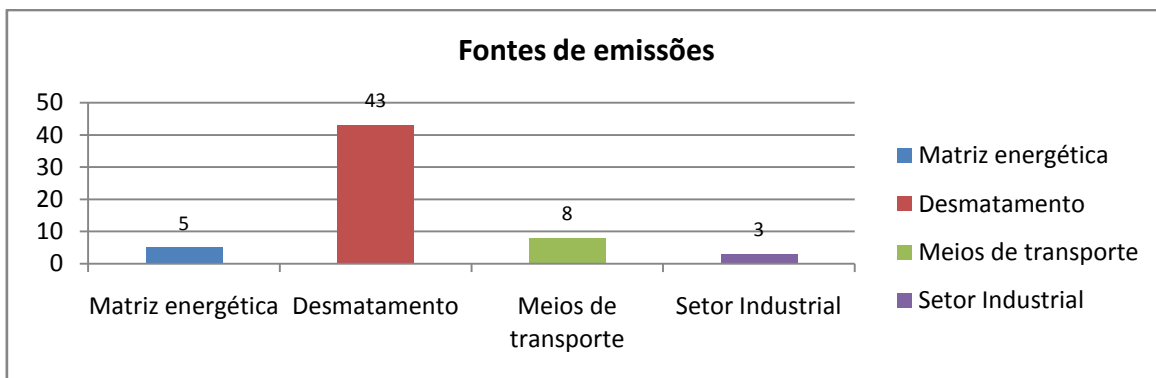
às usinas nucleares não passava de ranço ideológico. No dia posterior à decisão favorável à construção de Angra 3 pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), o editorial intitulado *Decisão certa* parabenizava o órgão colegiado responsável pela ratificação da decisão que, aliás, já era publicamente dada como certa pelo presidente Lula semanas antes da decisão. Se os jornais não propiciaram uma distribuição das opiniões mais equilibrada, o colegiado do CNPE - desfalcado das cadeiras destinadas a integrantes da sociedade civil e sem a presença de representantes do MMA - se configurou em uma reunião de “cartas marcadas”, sendo a decisão pró Angra 3 unânime. No dia posterior à decisão, matéria de capa em *O Globo* trouxe proferimentos prós e contra à usina – dentre eles a opinião abertamente contrária à decisão proferida pela ministra Marina Silva .

Quando analisado o perfil das fontes na autoria de artigos não fixos (5.2) e entrevistas (5.5) que tocam a problemática da energia nuclear, vê-se que a defesa desta fonte foi feita em 3 casos por agentes ligados ao governo, em 2 por fontes científicas, uma por agente de órgão internacional, uma por agente da oposição e outra por um ambientalista. As duas manifestações contrárias foram feitas por um ambientalista e pela ministra Marina Silva em entrevista à *Folha*.

Os três debates capturados nesse eixo, tocam os problemas concretos com que o Brasil se deparou no ano de 2007 no que se refere à necessidade de oferta de energia que viabilize o crescimento econômico e a necessidade de manter o perfil sustentável da matriz. Angra 3 aprovada, hidrelétricas no rio madeira licenciadas, expansão do uso de térmicas etc., enfim, como vimos no segundo capítulo, se o perfil energético do Brasil ainda é razoavelmente limpo, a tendência de carbonização da matriz esteve presente nas páginas dos jornais no primeiro semestre de 2007.

5.2.4 – *Tematização de fontes de emissões (T.14)*

As principais fontes de emissões no Brasil foram tematizadas em 59 textos (20,55% do *corpus* analisado). Como era de se esperar, o desmatamento foi o ítem mais tematizado neste eixo – 43 ocorrências (73% dos casos). As emissões associadas à matriz energética constaram em 5 textos; as ligadas aos meios de transporte ocorreram em 8 textos; e aquelas oriundas do setor industrial em 3 textos.



A tematização das emissões se distribui entre textos noticiosos e opinativos. Das 59 ocorrências, 27 se encontram em notícias. Outras 27 constam em textos opinativos – 10 em artigos de colunistas não fixos (5.2); 12 em artigos de colunistas fixos (5.3) e 5 em editoriais (5.4). Nas entrevistas constam duas menções e nas notas três.

Por ser a fonte mais relevante, o desmatamento (14.2) merece considerações mais detalhadas. É interessante notar que por ser a maior fonte de emissões e por fazer parte de problemas concretos no caso brasileiro – seja pelo programa de combate ao desmatamento em vigor em 2007, seja por causa da recusa do Brasil em aceitar que as florestas entrem em alguma mecanismo de regulação internacional -, o desmatamento apresenta constante visibilidade na cobertura analisada. Foram 14 menções no período Janeiro/Fevereiro; 15 menções em Março/Abril e 14 menções em Maio/Junho.

Em 26/01/2007 foi tema de primeira página em *O Globo*. Matéria intitulada *O mapa da devastação Amazônica* mostrou um estudo do IBGE que retratava o perfil e o modo de desmate na região Amazônica. Descrito no segundo capítulo deste trabalho, o processo em que madeireiros abrem a mata para a posterior chegada da pecuária foi divulgado seguido de comentários da ministra Marina Silva pontuando a melhora no combate ao desmatamento. Já em 23/05/2007, matéria de *Folha de São Paulo* retrata o fracasso do Brasil em ganhar adesão a um mecanismo de compensação voluntária para países que preservem matas. Até 2007, o Brasil era expressamente contrário a algum mecanismo internacional que regulasse a preservação de florestas em troca de créditos de carbono. Os países desenvolvidos não se mostraram muito interessados em contribuir de forma voluntária em um mecanismo que não fornecia nenhuma contrapartida de controle e verificação.

A distribuição da tematização do desmatamento entre os formatos apresenta o seguinte perfil:

Tabela 8 – Tematização de emissões ligadas ao desmatamento (distribuição por formato)

Formato/código	Emissões ligadas ao desmatamento	
	Folha de São Paulo	O Globo
Notícias (5.1)	12	8
Artigos col. Não fixos (5.2)	4	5
Artigos colunistas fixos (5.3)	2	9
Editoriais (5.4)	1	0
Entrevistas (5.5)	0	0
Notas (5.6)	2	0
Total	21	22

A tabela acima mostra que quase metade das ocorrências⁸⁶ (46,5% ou 20 textos) em que o desmatamento é tematizado foram registradas em textos noticiosos. É interessante notar que ao se cruzar as ocorrências do desmatamento (14.2) com outros eixos temáticos alguns resultados interessantes aparecem. Das 20 ocorrências do desmatamento em notícias, onze delas ocorrem em simultâneo a tematização de impactos (eixo 17) – sendo que 7 dessas ocorrências abordam consequências não econômicas (item 17.2). Já quando o desmatamento é correlacionado com mecanismos de mitigação baseados instrumentos de mercado (15.2), nove ocorrências aparecem em simultâneo⁸⁷. Tais resultados indicam que a cobertura noticiosa relacionada a tematização das emissões oriundas do desmatamento se liga ao enfoque “alarmista” da tematização dos impactos e, ao ocorrerem empiricamente associadas a opções de mitigação baseadas em mecanismos de mercado, já transparecem uma determinada compreensão de fundo acerca do problema.

Outro ponto notado no perfil de ocorrências relacionadas ao desmatamento é sua relação com a avaliação da posição brasileira (ítems 18.1 e 18.2). Há quatro ocorrências simultâneas a uma avaliação positiva da posição brasileira (18.1) – três delas feitas em notícias. E há nove ocorrências em simultâneo a uma avaliação negativa da posição brasileira (18.2) – todas elas ocorridas em textos opinativos. Tais resultados indicam que o factualismo e o oficialismo que caracterizaram o material analisado (em especial na porção noticiosa da cobertura) afetam de forma considerável a análise do texto como um todo. Já nos textos de opinião, o desmatamento foi acionado enquanto fundamentação de uma crítica mais geral à posição brasileira nas negociações.

⁸⁶ - Excluídas as duas ocorrências em notas (5.6).

⁸⁷ - Dessas nove ocorrências, cinco delas em notícias (5.1) e quatro em textos opinativos (5.2, 5.3 e 5.4).

5.2.5 - Mecanismos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas(T.15)

As medidas de mitigação foram o segundo tópico mais tematizado pelos jornais no semestre analisado. Tais medidas são mencionadas em 83 textos (29% do *corpus*). Os números mostram que o tema da taxação de rotinas produtivas intensivas em carbono é praticamente ausente na cobertura nacional. As medidas de mitigação apoiadas em mecanismos de mercado (compensações, subsídios e comércio de carbono) foram os itens mais recorrentes nesse eixo.

Gráfico – Medidas de mitigação e adaptação

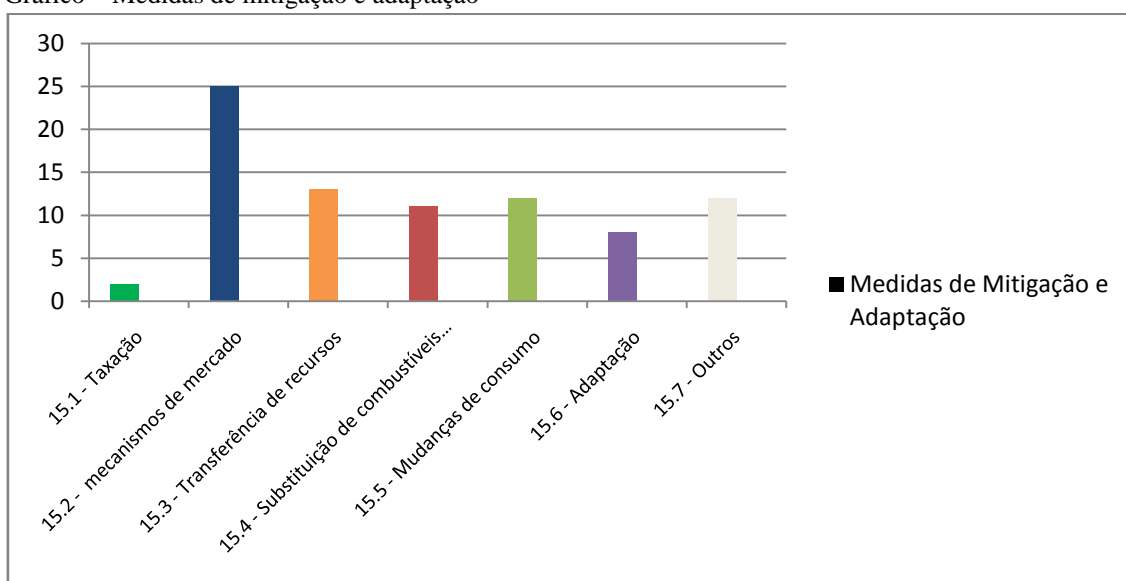


Tabela 9 – Tematização de medidas de mitigação e adaptação (distribuição por formato)

Formato/código	Medidas de Mitigação e Adaptação		
	Folha de São Paulo	O Globo	Total
Notícias (5.1)	32	13	45
Artigos col. Não fixos (5.2)	6	8	14
Artigos colunistas fixos (5.3)	3	9	12
Editoriais (5.4)	0	1	1
Entrevistas (5.5)	10	1	11
Notas (5.6)	0	0	0
Total	51	32	83

Apesar de amplamente citados, os mecanismos de mitigação ocupam um lugar periférico na cobertura. Nenhum deles foi objeto de matérias de primeira página no período analisado (não como tema central da matéria). É sintomático também o pouco debate sobre medidas de adaptação. Por causa da grande desigualdade de renda, por ter expressiva parte da população morando em zonas costeiras e pela grande dependência de setores econômicos ligados à agricultura, o Brasil será bastante afetado pelas

mudanças climáticas e as medidas de adaptação visam reduzir a vulnerabilidade do país às consequências que, dada a concentração de CO₂ na atmosfera, já se tornam inevitáveis. Esta ausência da adaptação é reflexo também da falta de políticas e estudos sobre o tema. Nisso, mais uma vez vemos como o jornalismo acaba ficando à reboque da agenda de outros domínios da vida social.

Os mecanismos de mercado foram inscritos de forma difusa sobre toda cobertura. É interessante notar que, se correlacionadas as ocorrências de medidas de mitigação (T.15) com a avaliação acerca da compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (10.1), vemos que em 52 textos (62,65% de T.15) os eixos aparecem em simultâneo. Quando a mesma operação é realizada apenas com os mecanismos de mercado (15.2) a medida sobe para 72% (18 textos). Isso sugere que a prevalência dos mecanismos de mercado como opção viável de mitigação atesta uma compreensão da compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável ancorada no emprego desses mecanismos. Outro ponto interessante é que, em 9 casos, mecanismos de mercado aparecem tematizados simultaneamente a ítems do eixo 17 (tematização de impactos).

Esses mecanismos também se encontram bastante tematizados quando o assunto é a posição brasileira nas negociações internacionais. A recusa brasileira em aceitar um mecanismo de compensação para países que demonstrem preservar suas florestas foi amplamente criticada em artigos de opinião. Em artigo publicado em 04/03/2007 intitulado *Quem sabe faz a hora*, Rubens Ricupero (ex-diplomata, economista e colunista de *Folha* em 2007) acusa a diplomacia brasileira de sofrer de “síndrome de Estocolmo”⁸⁸. Na reunião em Estocolmo (1972), o Brasil e os países em desenvolvimento se mostravam totalmente contrários a qualquer regime internacional para a regulação de problemas ligados às mudanças climáticas. Ricupero exemplifica a “síndrome” com a recusa brasileira acerca do mecanismo de regulação de florestas. Para ele, o Brasil seria o maior beneficiado do mecanismo, posto que estaria distribuindo os custos de combate ao desmatamento com o resto do mundo. Márcio Santilli (chefe de uma ONG socioambiental) em artigo na *Folha* intitulado *Clima e Florestas – é hora de avançar* explora o mesmo argumento de Ricupero. Santilli afirma que deixar de compartilhar os custos de combate ao desmate seria um desastre político.

⁸⁸ - Como dito no primeiro capítulo, a primeira grande reunião para a discussão da crise climática aconteceu em Estocolmo em 1972.

Em *O Globo* as questões de mitigação receberam cobertura de caráter mais nacional. Em 14/01/2007 matéria intitulada *Brasil lucra com Kyoto* apresentou os ganhos financeiros que o país vinha tendo com projetos aceitos no MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). A matéria ressaltou que apesar dos ganhos, ainda havia muitas oportunidades não exploradas no país. Em 06/06/2007, *O Globo* noticiou a criação da Bolsa Floresta. Trata-se de um mecanismo que remunera as famílias moradoras de área de florestas que ajudem a manter a mata de pé.

5.2.6 - Expectativa quanto às negociações internacionais (T.16)

Expectativas quanto aos fóruns internacionais e política das mudanças climáticas foram pouco codificadas. O item Otimismo (16.1) não teve nenhuma ocorrência. Não é para menos: é opinião inconteste que o Protocolo de Kyoto está longe de chegar a resultados que possam ser considerados minimamente otimistas. A recusa norte americana e dos países em desenvolvimento mais expressivos (Índia, China e Brasil) em aceitar metas vinculantes não dá muita razão para expectativas otimistas quanto aos fóruns. No entanto, deve-se esclarecer que a codificação desse eixo foi aplicada a casos concretos nos quais algum texto opinativo ou noticioso apontava para o futuro sucesso ou fracasso do regime de negociação. Isto não significou uma avaliação sobre se Kyoto funciona ou não. Ao contrário do debate norte-americano, no Brasil não há qualquer defesa de regime de negociações bilaterais em troca do multilateralismo vigente nas negociações internacionais. Mesmo fracassando, o desenho institucional de Kyoto – que envolve a participação de 192 países – continua sendo a esperança de articulistas, agentes do governo e cientistas. Vejamos em que formatos ocorreram as avaliações:

Tabela 10 – Expectativas quanto aos fóruns internacionais (distribuição por formatos)

Formato/código	Folha de São paulo		O Globo	
	Pessimismo (16.2)	Posição Mista (16.3)	Pessimismo (16.2)	Posição mista (16.3)
Notícias (5.1)	0	1	0	1
Artigos col. Não fixos (5.2)	1	1	0	1
Artigos colunistas fixos (5.3)	1	1	1	0
Editoriais (5.4)	0	2	1	0
Entrevistas (5.5)	0	3	0	0
Notas (5.6)	0	0	0	0
Total	2	8	2	2

Vê-se que 9 das ocorrências desse eixo encontram-se em textos de opinião. Em editorial publicado um dia antes (03/05/2007) do lançamento do segundo relatório do IPCC intitulado *Miopia Global, O Globo* afirma que se persistir o impasse acerca da adoção de metas por parte dos países em desenvolvimento não resta esperar muita coisa das negociações internacionais sobre mudanças climáticas.

Nas posições mistas (16.3), merecem destaque a entrevista realizada por *Folha* em 25/06/2007 com John Ashton, embaixador britânico para o clima. Ashton afirmou que o capital e as tecnologias necessárias para a mitigação do problema já estão disponíveis, faltando então o “empurrão” político – se referindo ao fracasso da cúpula do G8 ocorrida no início daquele mês. Em geral a posição mista quando proferida em artigos de opinião é feita por agentes de órgãos internacionais. Aliás, nas três entrevistas de *Folha* que mencionam expectativas mistas quanto às negociações, os entrevistados são oficiais de órgãos internacionais ligados à questão. A expectativa mista em relação a um regime que visivelmente não tem atingido resultados satisfatórios parece ser mais um constrangimento do cargo do que propriamente uma avaliação crítica das negociações.

5.2.7 - *Tematização dos impactos relacionados às mudanças climáticas(T.17)*

A tematização de impactos relacionados às mudanças climáticas já foi analisada em parte no capítulo anterior. Vimos que os impactos são uma espécie “gancho” para que jornais confeccionem uma narrativa alarmista mais próxima dos valores-notícia institucionalizados na comunidade jornalística. Este eixo foi notado em 68 textos (23,7% do corpus analisado). Nele, diferenciamos entre impactos de ordem econômica (17.1); impactos de social, ambiental e política (17.2) e tematização mista (17.3). Em 3 dos quatro picos de cobertura detectados nesta análise, a tematização de impactos (T.17) foi recorrente – 18 ocorrências em 29/01/2007 a 11/02/2007; 9 ocorrências em 26/03/2007 a 08/04/2007; e 9 ocorrências em 30/04/2007 a 13/05/2007. Os dois primeiros picos correspondem a semanas em que relatórios do IPCC foram divulgados⁸⁹. Como esperado, a tematização de impactos não econômicos foi amplamente majoritária.

A seguir os números acerca da tematização deste eixo.

⁸⁹ - Nos meses de Fevereiro e Abril encontram-se 50% das ocorrências de impactos sociais, ambientais e políticos (17.2)

Gráfico – Tematização de impactos (T.17)

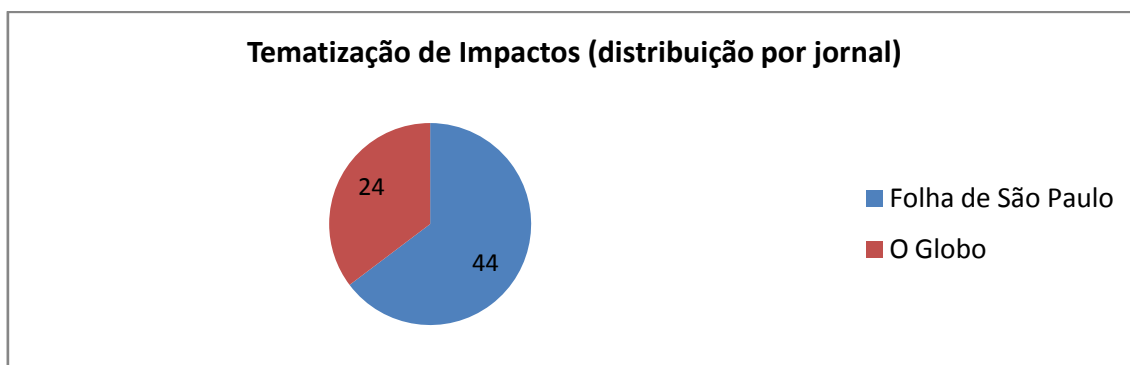
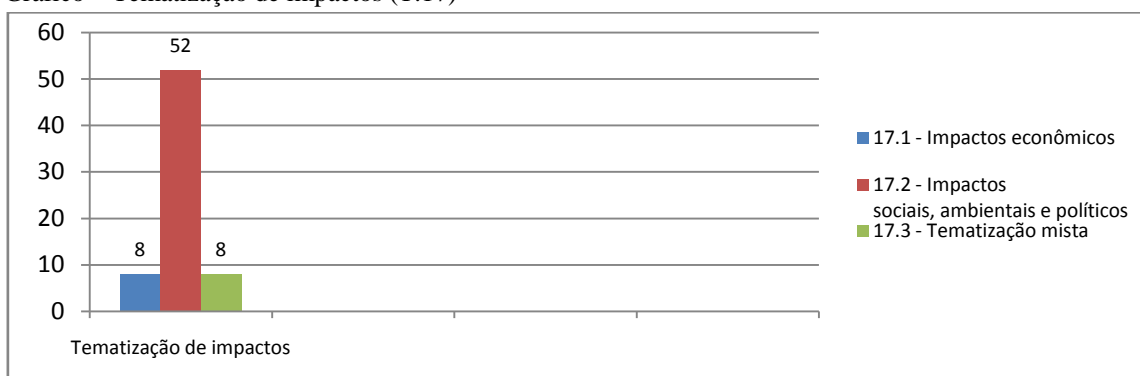


Tabela 11 – Tematização de impactos (distribuição por formato)

Formatos	Tematização de impactos relacionados às mudanças climáticas (T.17)		
	Impactos Econômicos (17.1)	Impactos sociais, ambientais e políticos (17.2)	Tematização mista dos impactos (17.3)
Notícias (5.1)	6	23	2
Artigos col. Não fixos (5.2)	0	7	4
Artigos colonistas fixos (5.3)	0	7	1
Editoriais (5.4)	1	10	1
Entrevistas (5.5)	1	3	0
Notas (5.6)	0	2	0
Total	8	52	8

No dia 02/02/2007 o IPCC divulgou o relatório (AR4) que desfechou golpe à incerteza dos céticos quanto ao problema climático: o aquecimento global é uma realidade e sua causa é antrópica. No dia posterior, *Folha* e *O Globo* trataram dos resultados do relatório em seus editoriais e matéria de capa da *Folha* abordava os resultados do relatório. *Cientistas preveem futuro sombrio para a terra* era a manchete. Matéria de *O Globo* focava mais a questão social, ligando-a às preocupações domésticas, já que o sertão nordestino será uma das áreas mais afetadas pelas mudanças climáticas. O período que compreende o primeiro pico (29/01/2007 a 11/02/2007) de cobertura na imprensa brasileira tematiza bastante os aspectos e desdobramentos dos impactos climáticos que constam no relatório.

Em 07/04/2007, após a divulgação do segundo relatório do IPCC (um complemento ao primeiro relatório), O Globo publicou matéria de capa de *título ONU: Clima aumentará desigualdade no Mundo*. O texto trouxe talvez o aspecto mais problemático das mudanças climáticas e das negociações para o combate do problema: as populações dos países mais pobres (os menos culpados pelos problemas) serão os mais atingidos pelas consequências econômicas, sociais e ambientais do acúmulo de CO₂ na atmosfera. Em Maio daquele ano, os resultados dos relatórios ainda continuavam reverberando fortemente sobre a cobertura. Em 04/05/2007, Folha traz matéria intitulada *Salvar planeta custa 2% do PIB mundial* abordando custos de mitigação e o impacto econômico sobre a economia mundial caso nada seja feito.

Em 69% dos casos em que a tematização não econômica (17.2) ocorreu, a notação acerca da impossibilidade de se afirmar a compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (10.3) também foi notada. E só na metade desses casos, opções de mitigação (T.15) foram cotematizadas⁹⁰. Em geral, essa parte da cobertura é mais factual, descritiva e não aborda questões mais gerais e abstratas acerca dos rumos das negociações. Já quando a tematização é feita sobre os aspectos econômicos, a situação é bem diferente. Das 8 ocorrências desse eixo (17.1), 7 deixam implícito a compatibilidade entre os valores concorrentes (10.1). E em todas elas mecanismos de mitigação (T.15) são cotematizados. Isto revela que o modo de abordagem da questão dos impactos e o formato jornalístico usado já implicam uma compreensão mais abstrata e valorativa acerca do problema.

É interessante notar como o enfoque alarmista – notificado no eixo T.17 – foi cedendo espaço ao longo do semestre pesquisado para o debate doméstico acerca da política energética e outros temas (mecanismos de mitigação, por exemplo). Até meados de Março a tematização de impactos correspondia pela maior parcela da cobertura – aproximadamente 62% dos textos faziam menção de impactos. A partir daí, o enfoque alarmista vai dando lugar às questões domésticas e internacionais, e os impactos perdem parcela relativa de sua participação na cobertura – apenas 29%⁹¹. Já a tematização de

⁹⁰ - Quando a análise foca apenas a cobertura noticiosa (5.1) dos impactos, a porcentagem de correlação entre impactos não econômicos (17.2) e a impossibilidade de afirmar algo sobre a relação entre as demandas em jogo (10.3) chega a 87% - em 20 das 23 notícias notificadas como 17.2, o item 10.3 aparece simultaneamente.

⁹¹ - Para verificar esse movimento na composição da cobertura, dividimos o período analisado em 2 partes: 01/01/2007 a 15/03/2007 e 16/03/2007 a 30/06/2007. Esses períodos contém 97 e 190 textos publicados, respectivamente. No primeiro período textos notificados nos itens 17.1, 17.2, 17.3 e 14.2 (emissões desmatamento) somam 56 textos, ou seja, 57,7% . No segundo período a cobertura se torna mais intensa, porém a notificação dos mesmos eixos somam 55 textos (29%), ou seja, tais eixos

questões energéticas (T.13) ocorreu em 36% dos casos até meados de Março, passando a corresponder por quase metade da cobertura no período seguinte.

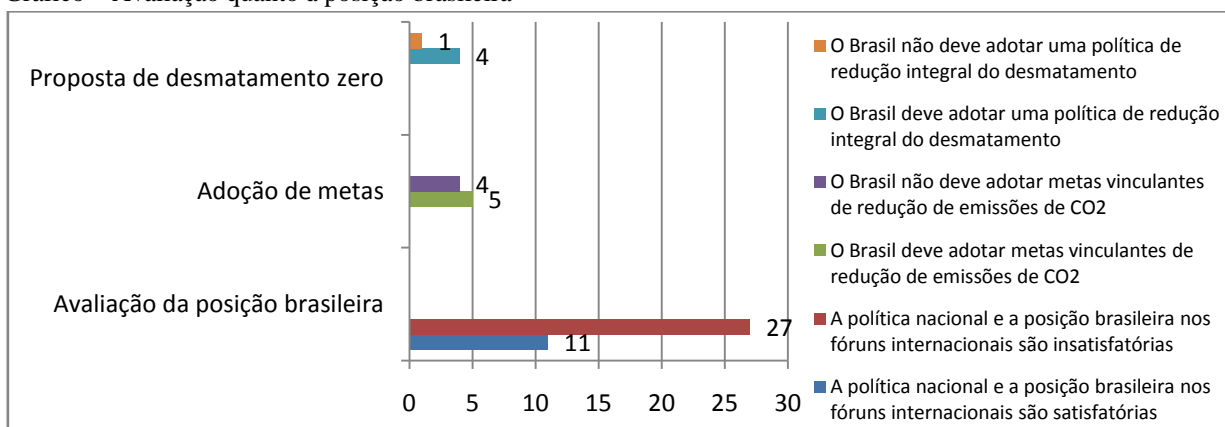
É interessante notar também o perfil de articulistas e entrevistados que abordam impactos das mudanças climáticas. Artigos de colunistas não fixos e entrevistas somam 15 textos. Em 7 deles o agente que “fala” se inscreve como cientista. Quatro fontes oficiais ligadas ao governo tematizam os impactos e dois agentes de órgãos internacionais estrangeiros também mencionam tópicos relacionados a este eixo de análise.

5.2.8 - Avaliação quanto à situação brasileira (T.18)

Neste eixo são analisadas questões mais gerais acerca da qualidade da política nacional relacionada às mudanças climáticas, seja em seu desempenho doméstico seja nas rodadas de negociações internacionais. Este eixo é composto por seis ítems de codificação que tocam três questões pertinentes: avaliação acerca de se a política nacional e posição em fóruns internacionais são satisfatórias ou não (18.1 e 18.2); assertivas sobre se o Brasil deve ou não adotar metas vinculantes de reduções de CO2 (18.3 e 18.4); e assertivas se o Brasil deve ou não adotar uma política de redução integral do desmatamento (18.5 e 18.6).

Este eixo temático teve 52 ocorrências no período analisado (18,1% do *corpus*). Vejamos a seguir características gerais acerca da tematização que toca avaliações acerca da posição brasileira no que se refere à política das mudanças climáticas.

Gráfico – Avaliação quanto à posição brasileira



temáticos, apesar de manterem menções em números absolutos, perderam parcela de participação na cobertura, cedendo espaço a temas domésticos e internacionais.

Avaliação quanto á posição brasileira (distribuição por jornal)



A cobertura dispensada por *Folha* e *O Globo* teve a mesma magnitude. As avaliações negativas da posição brasileira se destacam em relação aos outros ítems. Foram 27 avaliação contrárias (18.2) ante 11 ponderações positivas (18.1) a respeito do caso brasileiro. A distribuição dessas avaliações entre jornais e gêneros foi a seguinte:

Tabela 12 – Avaliação da posição brasileira (distribuição por formatos)

Formato/código	Folha de São Paulo		O Globo	
	Posição brasileira é satisfatória (18.1)	Política brasileira é insatisfatória (18.2)	Posição brasileira é satisfatória (18.1)	Política brasileira é insatisfatória (18.2)
Notícias (5.1)	2	2	3	0
Artigos col. Não fixos (5.2)	2	1	2	3
Artigos columnistas fixos (5.3)	0	4	0	8
Editoriais (5.4)	0	4	0	1
Entrevistas (5.5)	2	1	0	2
Notas (5.6)	0	1	0	0
Total	6	13	5	14

No caso da avaliação mantém-se o equilíbrio de cobertura notado no conjunto geral do eixo. Em cada um dos jornais foi possível codificar 19 avaliações da posição brasileira. E o perfil de crítica também é parecido: 13 avaliações negativas na *Folha* contra 6 avaliações positivas; 14 avaliações negativas em *O Globo* ante 5 pareceres favoráveis.

Quando se atenta para o perfil das fontes que realizaram avaliação positiva da posição brasileira – nos textos de articulistas não fixos e entrevistas - vê-se que 4 agentes ligados ao governo foram às páginas dos jornais defender a posição oficial. Dois deles na *Folha* (um deles foi o presidente Lula) e dois em *O Globo*. Em duas entrevistas na *Folha*, agentes ligados a entidades ambientalistas também deram parecer favorável. É nítido como o oficialismo da cobertura sobre mudanças climáticas –

fenômeno visto em várias pesquisas da área – afeta a distribuição das opiniões. Além disso, nas 5 notícias (5.1) que tratam de forma implícita da avaliação positiva da posição brasileira prevalecem a posição de fontes oficiais em defesa do governo.

O perfil de contestação da posição brasileira se deu em textos de caráter opinativo. Destaque para os 8 artigos de colunistas fixos em *O Globo* – 7 deles da colunista Miriam Leitão. Dois editoriais de *O Globo* e quatro de *Folha* também se manifestaram abertamente contrários à posição brasileira de se aliar a países altamente poluentes e de perfil energético muito diferente do brasileiro (China e Índia).

Figuram entre os críticos da posição oficial um artigo escrito por superintendente do Ibama tratando de aspectos domésticos relacionados à falta de um modelo de tributação que estimule o desenvolvimento sustentável. Dois agentes de órgãos internacionais e dois acadêmicos ligados às ciências humanas e sociais também se posicionaram contrários à resistência brasileira em adotar metas de redução de CO₂. Completa a lista de críticos um político ligado à oposição (o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso) e um agente ligado a entidade ambientalista.

Enfim, se nos aspectos concretos que tocam a questão energética o oficialismo da cobertura – em textos opinativos e noticiosos - legitimou as ações em curso do governo; quando o assunto é uma avaliação de caráter mais geral acerca de como o Brasil tem se posicionado na política das mudanças climáticas, os jornais se mostraram como espaços de contestação da posição oficial, ainda que tal espaço também seja amplamente ocupado por vozes ligadas ao governo. Grosso modo, pode-se dizer que há um paradoxo relacionado à distribuição das opiniões: em questões domésticas, os jornais acompanharam (nos editoriais e distribuição dos artigos de colunistas não fixos) a posição oficial, já em questões de política externa relacionada às mudanças climáticas, os jornais contestaram a posição oficial. No próximo capítulo, este paradoxo será melhor abordado.

Na controvérsia sobre a adoção de metas há equilíbrio na distribuição das opiniões, mas diferenças nos formatos onde tais posições se manifestam. As posições à favor e contra a adoção de metas somam 9 ocorrências . Vejamos os dados referentes a essa questão.

Tabela 13 – Debate sobre metas de redução de CO2 no Brasil (distribuição por formatos)

Formato/código	Folha de São Paulo		O Globo	
	O Brasil deve adotar metas de redução (18.3)	O Brasil não deve adotar metas de redução(18.4)	O Brasil deve adotar metas de redução (18.3)	O Brasil não deve adotar metas de redução(18.4)
Notícias (5.1)	1	3	0	0
Artigos col. Não fixos (5.2)	0	0	1	1
Artigos colunistas fixos (5.3)	0	0	1	0
Editoriais (5.4)	1	0	0	0
Entrevistas (5.5)	0	0	1	0
Notas (5.6)	0	0	0	0
Total	2	3	3	1

Nas 3 matérias de Folha em que a codificação apontou como contrária à adoção de metas prevalece a versão de fontes oficiais ligadas ao governo (20.1). Nos espaços destinados à opiniões externas ao jornal (artigos de colunistas não fixos e entrevistas), dois acadêmicos ligados à ciências sociais e humanas recomendam que o Brasil adote metas de redução de CO2.

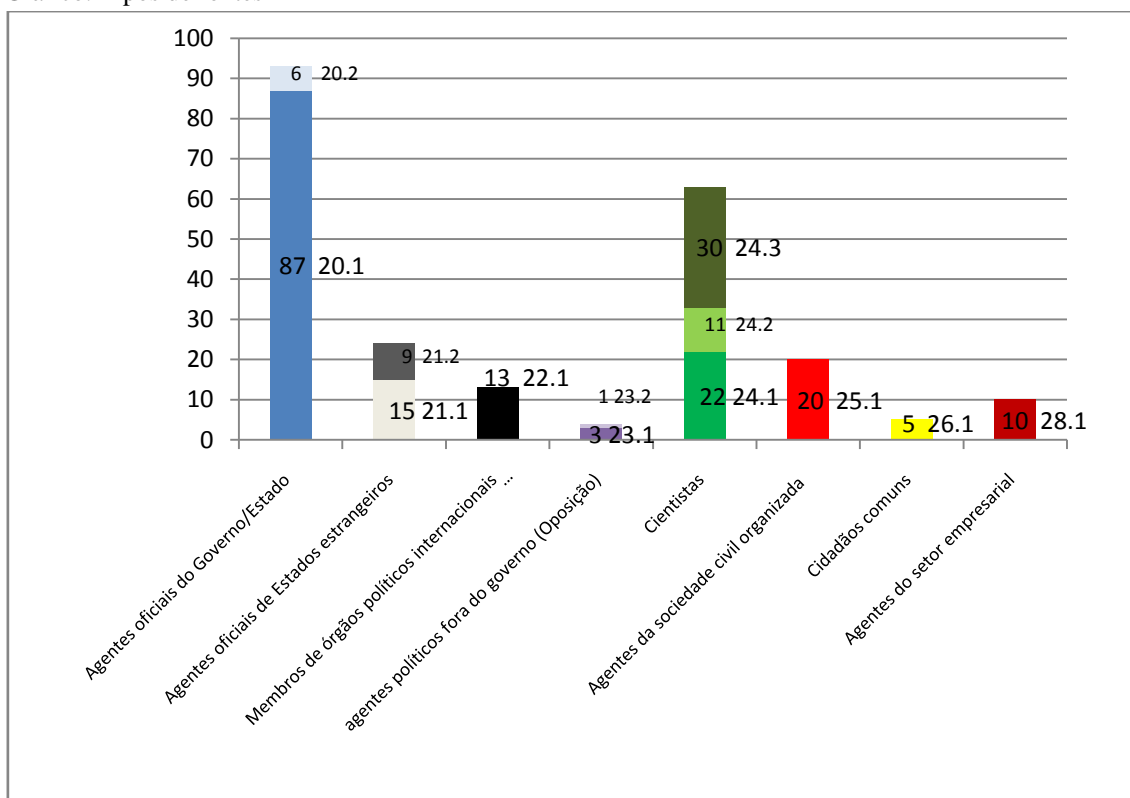
A proposta de desmatamento zero foi pouco tematizada nos jornais. Apenas 5 ocorrências foram codificadas. Mais uma vez a colunista Miriam Leitão recomenda que o Brasil adote o desmatamento integral, argumentando que as atividades ligadas ao desmate geram pouca renda e são responsáveis por um sem número de ilegalidades que colocam o Brasil no atraso no que se refere à transição para uma economia de baixo carbono. Completa o pedido por redução integral do desmatamento um editorial de *Folha* publicado em 14/01/2007. A recusa de desmatamento zero foi feita por Thelma Krug, à época secretária nacional de mudanças climáticas, em uma entrevista à *Folha*. Ela afirmou que é necessário sim algum nível de desmatamento e contou que ao assumir o cargo ligado ao ministério do meio ambiente perguntou à ministra Marina Silva qual seria o nível tolerado de desmatamento. Ficou sem resposta.

Apresentados até aqui os principais resultados relacionados aos eixos temáticos codificados no período analisado, passaremos, na próxima seção, a apresentar o perfil das fontes acionadas pelo jornalismo e quais opiniões e temas mais recorrentes elas trataram.

5.3 – Tipos de Fontes e conteúdo dos proferimentos

No período analisado, 233 agentes foram convocados por jornalistas a se manifestarem enquanto fontes em notícias sobre política das mudanças climáticas. Nesta seção será apresentada a distribuição dos tipos de fontes bem como o perfil temático dos proferimentos por ela emitidos. Ressalte-se mais uma vez que a análise apresentada nesta seção se refere somente aos proferimentos das fontes feitas em Notícias (5.1). A distribuição da autoria de artigos de opinião (5.2) e entrevistas (5.5) será apresentada na próxima subseção. Ressalte-se também que em vários casos o proferimento da fonte não foi passível de codificação – nestes casos a fonte foi apenas contabilizada. Os tipos de fontes se distribuíram do seguinte modo:

Gráfico: Tipos de fontes



O gráfico mostra claramente o predomínio das fontes oficiais na cobertura analisada. Oficiais ligados ao governo somam 93 participações (39,9% do total). Se somados os agentes oficiais de países estrangeiros (21.1 e 21.2), oficiais de estados estrangeiros (22.1), agentes ligados à oposição (23.1 e 23.2), a participação oficial

atinge 134 proferimentos ou 57,5% das participações. As fontes ligadas às ciências somam 64 participações (27,45%) – 23 proferimentos de cientistas de áreas físico-químicas e exatas (24.1); 11 proferimentos de cientistas das ciências humanas e sociais (24.2); e 30 proferimentos de cientistas membros do IPCC (24.3). Os agentes ligados a entidades ambientalistas somam 20 proferimentos (8,6%); cidadãos comuns participaram em apenas 5 ocasiões; e empresários em 10 ocorrências.

Porém, das 233 ocorrências de fontes em textos noticiosos, apenas em 134 casos o proferimento foi passível de codificação em alguns dos eixos temáticos da ficha de codificação. Vejamos qual o perfil temático dos proferimentos das fontes acionadas em cada um dos eixos temáticos.

Tabela 14 – Perfil temático dos proferimentos

Eixo Temático	Tipos de fontes	Nº de ocorrências	Total de ocorrências
10.1 - Alusão à compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável	20.1	13	18
	20.2	1	
	21.1	1	
	22.1	1	
	24.3	2	
10.2 - Alusão à incompatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável	20.1	1	1
11.1 - Países em desenvolvimento não devem assumir metas obrigatórias de redução de emissões	20.1	2	6
	21.2	3	
	22.1	1	
11.2 - Países em desenvolvimento devem assumir metas obrigatórias de redução de emissões	20.1	1	4
	21.1	3	
12.1 - O uso de instrumentos tarifários e não tarifários (justificados em bases ambientais) é injusto pois penaliza países exportadores intensivos em carbono (em geral, pobres e/ou em desenvolvimento)	20.1	1	1
12.2 - O uso de instrumentos tarifários e não tarifários (justificados em bases ambientais) é necessário para evitar o “vazamento de carbono”	20.1	1	2
	28.1	1	
12.3 - Outras problemáticas referentes às relações entre política climática e comércio internacional	21.2	1	1
13.1 - Caráter positivo da produção de biocombustíveis (redução de emissões, redução da pobreza e diversificação da matriz energética)	20.1	15	22
	22.1	1	
	24.1	2	
	24.2	2	
	24.3	1	
	28.1	1	
13.2 - Caráter negativo da produção de biocombustíveis (trabalho escravo, aumento do desmatamento, insegurança alimentar etc.).	20.1	1	9
	21.2	3	
	22.1	1	
	24.1	1	
	24.2	1	
	28.1	1	

13.3 - A política energética brasileira privilegia o crescimento econômico e/ou a segurança energética às custas da sustentabilidade ambiental da matriz energética	20.1	2	4
	25.1	1	
	26.1	1	
13.4 - A política energética brasileira privilegia o crescimento econômico e/ou a segurança energética sem comprometer a sustentabilidade ambiental da matriz energética	20.1	2	3
	26.1	1	
13.5 - Caráter positivo da energia nuclear	20.1	11	15
	20.2	1	
	24.1	3	
13.6 - Caráter negativo da energia nuclear	20.1	5	11
	24.1	3	
	25.1	2	
	28.1	1	
15.2 - Mecanismos de mercado e incentivos econômicos (negociações sobre permissões e compensações)	20.1	1	8
	20.2	2	
	21.2	1	
	24.1	1	
	24.3	2	
	25.1	1	
15.3 - Transferência de recursos para desenvolvimento de tecnologias limpas	20.1	1	3
	21.2	1	
	28.1	1	
15.4 - Substituição de combustíveis fósseis	20.1	1	3
	21.1	1	
	24.2	1	
15.6 - Ênfase em medidas de adaptação	22.1	1	1
16.2 - Pessimismo (A comunidade internacional não está combatendo os problemas climáticos de maneira eficaz)	25.1	1	1
16.3 - Posição Mista (A comunidade internacional tem os meios para combater, de forma eficaz, os problemas climáticos e/ou a comunidade internacional já deu passos importantes, mas ainda está aquém de uma política eficaz no que se refere à mudanças climáticas)	21.1	1	2
	22.1	1	
17.1 - Menção <u>apenas</u> de impactos de ordem econômica (custos, diminuição do PIB, assimetria sobre faixas de renda)	21.1	1	2
	24.1	1	
17.2 - Menção de impactos sociais, ambientais e políticos (desertificação, extremos climáticos, fluxos migratórios, guerras, instabilidade política, fome etc.)	20.1	1	1
18.1 - A política nacional e a posição brasileira nos fóruns internacionais são satisfatórias no que se refere às aspirações de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico	20.1	10	11
	24.3	1	
18.2 - A política nacional e a posição brasileira nos fóruns internacionais são insatisfatórias no que se refere às aspirações de desenvolvimento sustentável e crescimento econômico	23.2	1	2
	20.1	1	
18.3 - O Brasil deve adotar metas vinculantes de redução de emissões de CO2	23.2	1	1
18.4 - O Brasil não deve adotar metas vinculantes de redução de emissões de CO2	20.1	1	2
	22.1	1	
Total			134

O perfil temático dos proferimentos acompanhou alguns dos resultados relacionados à codificação dos textos apresentados na seção anterior. Se os textos noticiosos foram construídos em sua maioria sem uma consideração mais ampla acerca da compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, ainda sim neles as fontes acionadas apresentaram proferimentos que deixavam transparecer a relação de compatibilidade. As fontes oficiais ligadas ao governo (20.1 e 20.2) foram responsáveis pela maioria dos proferimentos que faziam alusão à compatibilidade entre as demandas/valores concorrentes (14 das 18 ocorrências).

Nas notícias que abordavam a questão da divisão das responsabilidades (T.11), houve equilíbrio na distribuição dos proferimentos. Destaque para os três proferimentos emitidos por oficiais de países em desenvolvimento (21.2) rechaçando a adoção de metas por parte dos países em desenvolvimento; e para os três proferimento emitidos por oficiais de países desenvolvidos favoráveis à adoção de metas pelos países em desenvolvimento.

Nas notícias relacionadas à política energética, grande parte da defesa feita em prol da expansão dos biocombustíveis foi feita por agentes ligados ao governo (20.1). A crítica aos biocombustíveis foi de apenas 9 proferimentos contra 22 favoráveis. A discussão sobre se a política energética estaria comprometendo a sustentabilidade da matriz energética acompanhou a tendência geral dos textos analisados na seção anterior – 4 menções afirmando o descompromisso com a sustentabilidade da matriz e 3 menções afirmando o compromisso entre as demandas.

Na controvérsia sobre as usinas nucleares, a assimetria nos proferimentos das fontes realizadas em textos noticiosos foi menor do que no caráter geral da cobertura, mas ainda sim permaneceu o predomínio de proferimentos favoráveis às nucleares. E assim como no caso dos biocombustíveis, a defesa da energia nuclear foi feita majoritariamente por oficiais ligados ao governo. A crítica às usinas foi realizada em 5 proferimentos de agentes oficiais (todos eles da ministra Marina Silva) e três proferimentos de acadêmicos ligados às ciências sociais e humanas. Assim como na análise dos textos como um todo, também nos proferimentos vê-se que os jornais ficaram à reboque das fontes oficiais e que os textos noticiosos reproduziram o oficialismo característico da cobertura como um todo.

Os mecanismos de mercado (15.2) foram as opções de mitigação mais citadas pelas fontes dos textos noticiosos e responderam pela metade dos proferimentos que

abordaram tais opções. Nos proferimentos que manifestaram expectativas quanto às negociações internacionais não constaram nenhum de fonte ligada ao governo. Um agente ligado à entidade ambientalista manifestou pessimismo (16.2); e dois oficiais estrangeiros manifestaram posição mista (16.3).

Nas notícias que tocavam aspectos mais gerais da política nacional relacionadas às mudanças climáticas, os proferimentos das fontes acionadas contrabalancearam a avaliação negativa detectada na cobertura como um todo. Nos textos noticiosos, onze proferimentos avaliaram a posição brasileira de forma positiva – dez deles de agentes ligados ao governo (20.1). Apenas duas fontes deram parecer contrário. Uma fonte ligada à oposição (o ex presidente FHC) se manifestou favorável à adoção de metas vinculatórias pelo Brasil. Duas fontes se manifestaram de forma contrária – uma ligada ao governo (o ministro de relações exteriores, Celso Amorim) e um membro de órgão internacional.

5.3.1 – Perfil de fontes em artigos de opinião e entrevistas

A seguir será mostrado o perfil das fontes que foram autoras de artigos de opinião (5.2) e objetos de entrevista (5.5) durante o período analisado.

Tabela 15 - Perfil de fontes de Artigos de colunistas não fixos (5.2) e entrevistas (5.5)					
Tipo de fontes	<i>Folha de São Paulo</i>		<i>O Globo</i>		Total de fontes por tipo
	Artigos colunistas não fixos (5.2)	Entrevistas (5.3)	Artigos colunistas não fixos (5.2)	Entrevistas (5.3)	
20.1	4	3	4	-	11
20.2	2	-	2	-	4
21.1	-	1	-	-	1
21.2	-	-	-	-	-
22.1	2	2	1	-	5
23.1	-	-	2	-	2
23.2	-	-	1	-	1
24.1	2	2	1	-	5
24.2	-	1	5	2	8
24.3	-	2	-	1	3
25.1	4	2	2	-	8
28.1	1	-	1	-	2
Total	15	13	19	3	50

Na cobertura de caráter opinativo, merece destaque a prevalência das fontes ligadas ao governo e às ciências. Os acadêmicos ligados às ciências físico-químicas foram fontes em 5 textos; os ligados às ciências humanas e sociais em 8 textos e os

membros do IPCC em 3 textos, num total de 16 casos – 8 artigos de opinião e 8 entrevistas. As fontes ligadas ao governo somaram 15 ocorrências – 12 autorias de artigos de opinião e três entrevistas.

O perfil temático dos artigos de colunistas não fixos e entrevistas reflete a distribuição das fontes. A alusão à compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável ocorreu em 39 casos (78% dos artigos de colunistas não fixos e entrevistas). Quatro fontes afirmaram à incompatibilidade entre o crescimento econômico vigente e o desenvolvimento sustentável (três em artigos e uma em entrevista). Nos outros sete casos, não foi possível afirmar a compatibilidade ou não das demandas concorrentes.

Sobre a divisão de responsabilidades (T.11): em dois artigos foi reafirmada a posição de que países em desenvolvimento não devem adotar metas de redução, posto que não foram eles que criaram o problema e a vinculação a tais metas minaria sua capacidade de crescimento mais rápido. Não houve afirmações contrárias. Porém, o caso se inverte nas entrevistas. Duas afirmações recomendam a adoção de metas de redução por parte dos países em desenvolvimento, já que, dado o seu ritmo de crescimento, sua omissão na participação das reduções inviabilizaria qualquer resultado mais agressivo.

No que toca às controvérsias sobre a política energética, mais uma vez o oficialismo deu o tom da legitimação das ações do governo no espaço de opinião dos jornais e das entrevistas. Treze textos fizeram menção favorável à expansão dos biocombustíveis; apenas três apontaram os malefícios. Três artigos defenderam a política energética (13.4), deixando entender que a sustentabilidade da matriz energética não está em risco. Apenas um condenou as ações do governo na área. Nenhum dos entrevistados avaliou a política energética. O apoio às usinas nucleares foi mais uma vez detectado: quatro artigos e quatro entrevistados favoráveis e apenas três menções contrárias – duas em artigos e uma em entrevista.

Nos artigos de opinião, das 10 ocorrências de menções de fontes de emissões de CO₂ (T.14), nove trataram do desmatamento (14.2). As medidas de mitigação foram mencionadas em 15 artigos⁹² e onze em entrevistas. A menção das consequências (impactos) de ordem social, ambiental e política relacionadas às mudanças climáticas

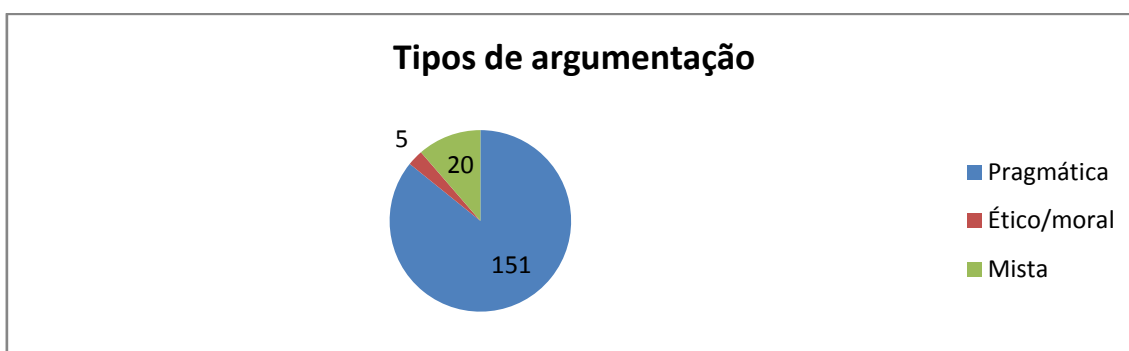
⁹² - Os Mecanismos de mercado (15.2) foram mencionados em 4 casos; a taxação (15.1) de carbono ocorreu em 1 caso; Mudanças nas práticas de consumo (15.5) também em 4 casos; duas menções enfatizando a necessidade de medidas de Adaptação; e 3 ocorrências mencionando outras medidas de mitigação.

ocorreu em dez textos; enquanto a tematização mista (17.3) – englobando custos econômicos relacionados aos impactos – ocorreu em apenas três artigos de opinião.

Avaliações quanto à posição brasileira (18.1 e 18.2) demonstraram equilíbrio nos artigos de opinião. Quatro menções favoráveis e quatro contrárias. Nas entrevistas constam três avaliações contrárias e duas à favor. O mesmo equilíbrio aparece na questão da adoção de metas pelo Brasil. Uma menção à favor e outra contrária em artigos de opinião. Nas entrevistas aparece uma recomendação pela adoção de metas no Brasil e nenhuma contrária. Como dito anteriormente, a secretária de Mudanças climáticas rechaçou a ideia de desmatamento zero – única ocorrência sobre o assunto em entrevistas.

5.4 – Perfil da argumentação na cobertura sobre mudanças climáticas

Em 176 dos 287 textos analisados foi possível codificar o tipo de argumentação implícito nos argumentos e narrativas. Esta codificação corresponde 61,3% dos textos. A argumentação pragmática joga com vários elementos da situação em questão e aborda custos, oportunidades, dificuldades de implementação de políticas etc – é um tipo de argumentação centrada nos elementos fáticos do problema tratado. Já a argumentação ético/moral extrapola os elementos da situação e apela para valores socialmente partilhados para sustentar alguma opinião ou descrição. Argumentações mistas são aquelas que misturam abordagens de custo/benefício e elementos éticos amplamente aceitos. Vejamos a distribuição dos tipos de argumentação.



Argumentações pragmáticas ocorreram em 151 casos (85,8%) nos quais foi possível codificar algum tipo de argumentação. Este número corresponde a 52,6% do corpus analisado. Segue abaixo uma tabela que mostra a distribuição da argumentação pragmática nos formatos jornalísticos

Tabela 16 – Argumentação pragmática (distribuição por formato)

	Nº de ocorrências de argumentação Pragmática	Percentual de argumentações pragmáticas em relação ao conjunto total dos textos por formato
Notícias	49	34,25% das Notícias
Artigos de colunistas não fixos (5.2)	18	53% dos Artigos de colunistas não fixos
Artigos de colunistas fixos (5.3)	42	79,25% dos Artigos de colunistas fixos
Editoriais (5.4)	24	77,4% dos Editoriais
Entrevistas (5.5)	14	87,5% das Entrevistas
Notas	4	40% das Notas
Total	151	

É visível que o caráter pragmático das argumentações se concentram na porção opinativa da cobertura. Mais uma vez o formato de de tal espaço favorece uma argumentação mais elaborada na qual vários elementos de uma situação tida como problemática podem ser confeccionados de forma a fornecer uma compreensão mais geral e abstrata do problema.

Merece destaque o fato de que em 70,8% dos casos notificados como fazendo alusão à compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (10.1) foram notificados como sendo estruturados em uma argumentação pragmática. Nos jornais, o desenvolvimento sustentável toma feição pragmática no modo de compreensão de suas relações com as demandas por crescimento econômico.

Outro ponto importante é o fato de que dos 14 textos que abordam a divisão de responsabilidades (T.11), em 12 deles a posição sustentada é feita de forma pragmática, ou seja, a defesa de se os países em desenvolvimento devem ou não adotar metas é feita sempre apelando para o lado pragmático da questão. Os defensores da adoção alegam que o problema não será resolvido se não houver maior comprometimento por parte do mundo em desenvolvimento; os refratários das metas alegam que países em desenvolvimento não têm condições tecnológicas e financeiras de arcar com os custos das metas – sem falar que sua dependência de setores exportadores intensivos em carbono colocaria em risco a competitividade de tais países. Outro ponto é que em 78% dos textos que tratam dos problemas relacionados à política energética e desenvolvimento sustentável são ancorados em argumentação pragmática. E por último, nas onze ocorrências de avaliação positiva da posição brasileira (18.1), sete são estruturadas de forma pragmática; enquanto das 27 ocorrências que criticam o governo, 23 são feitas de forma pragmática. Assim, as principais controvérsias no período de cobertura analisado apresentaram um jogo de argumentação no qual opiniões opostas se valeram de elementos concretos da situação e, a partir daí, desenvolveram um raciocínio pragmático acerca de quais seriam as melhores opções políticas para o país.

Argumentações ético-morais foram raras. Apenas em cinco casos os agentes acionados pelo jornalismo remetem somente a valores éticos para abordar os problemas climáticos – todos eles em artigos de opinião. Os 20 casos de argumentação mista estão distribuídos da seguinte forma: duas Notícias (5.1), dez artigos de colunistas não fixos (5.2), cinco artigos de colunistas fixos (5.3), dois editoriais (5.4) e uma entrevista (5.5). Pelo baixo valor das argumentações ético-morais e mistas as correlações com os eixos

temáticos codificados na análise são de pouca relevância estatística. Talvez o único caso que merece menção é a defesa de que o Brasil adote metas de redução de CO₂ (18.3) - já que dos oito casos ocorridos quatro foram sustentados apelando para elementos éticos e pragmáticos da questão. Vê-se que o caráter dessa reivindicação se dá não só nos termos da oportunidade econômica que a questão representa, mas também em uma dimensão ética na qual a posição oficial é convocada a manifestar um compromisso com a luta global contra as mudanças climáticas.

No próximo capítulo, os dados apresentados neste capítulo serão tratados de forma a mostrar algumas das principais características das controvérsias abordadas pelos jornais acerca das políticas das mudanças climáticas.

6 – A Deliberação pública estruturada pelos jornais e os impasses do desenvolvimento sustentável

A análise do material publicado no primeiro semestre de 2007 pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* acerca da política das mudanças climáticas mostrou que a cobertura dispensada tem apresentado tendências parecidas àquelas apontadas nas pesquisas internacionais. O enfoque *alarmista* tem sido em geral o “gancho” para um tipo de cobertura que narra as consequências futuras relacionadas ao problema a partir de uma dinâmica temporal que combina a “pontuação rítmica” característica da atividade jornalística (em especial a de jornais diários), o caráter processual das negociações políticas sobre mudanças climáticas e a temporalidade dilatada da pesquisa acadêmica sobre o aquecimento global.

O *oficialismo* das fontes – predominante nos gêneros notícia, entrevistas e artigos de opinião – colocou à sombra não só as contestações acerca das políticas governamentais que tocam os impasses políticos relacionados à construção de uma sociedade mais sustentável como também colocou à reboque da agenda política oficial os assuntos tratados nos jornais. A pouca tematização de medidas de adaptação, de emissões ligadas ao transporte e de mecanismos de mitigação ligados ao desenvolvimento de uma economia de baixo carbono (mas intensiva em tecnologia) revela que a agenda da cobertura midiática, ao ser majoritariamente pautada pela agenda do discurso oficial, deixa o debate público nacional sobre mudanças climáticas divorciado de uma agenda de políticas de mitigação mais consistente⁹³. A maior tematização das emissões ligadas ao desmatamento e dos mecanismos de mitigação ligados a este tipo de emissão mostra como a pauta jornalística se imbrica com as questões prementes dos problemas concretos que a economia brasileira vive e, por isso, acaba por deixar de fora temas mais amplos e atentos às futuras mudanças de rotinas produtivas e mercados ensejadas pela transição a uma economia sustentável.

Pode-se dizer que, se a cobertura midiática não tomou um tom definitivamente nacionalista, ela transitou em uma situação paradoxal na medida em que, nos aspectos ligados à política doméstica, ações governamentais foram legitimadas discursivamente nos jornais, porém com forte contestação da posição do país nas negociações internacionais.

⁹³ - Como dito no segundo capítulo: no Brasil, em razão de maior parte das emissões estarem ligadas ao uso da terra, as agendas de mitigação e descarbonização parecem estar desconectadas.

Neste capítulo, serão analisados três aspectos julgados mais relevantes para o entendimento dessa complicada relação social e política estruturada nas páginas dos jornais e que implicou a “fala” institucional (do jornal, do governo, da ONU etc.) e o contexto mais amplo da política das mudanças climáticas e das aspirações ao desenvolvimento sustentável.

Na primeira seção, (5.1) será mostrada como a alusão à compatibilidade entre as demandas/valores em jogo na políticas da mudanças climáticas permeou uma ampla gama de opiniões e notícias, dando um perfil paradoxal aos resultados da análise empreendida. Depois, (5.2) uma análise comparada acerca da distribuição das opiniões nos formatos noticiosos e opinativos mostrará quais características a deliberação mediada nas páginas dos jornais apresentou e de que modo o os gêneros/formatos da cobertura afetaram a distribuição das opiniões; e, por último, (5.3) o aspecto transmajoritário da alusão ao desenvolvimento sustentável e o oficialismo da cobertura serão objetos de algumas considerações.

6.1 – A afinidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável realizada no jornal – o perfil paradoxal da cobertura sobre mudanças climáticas

Como apresentado no capítulo anterior, textos que fizeram alusão à incompatibilidade entre demandas por desenvolvimento sustentável e crescimento econômico tiveram participação irrisória no corpus analisado (2,1%). Predominou uma compreensão implícita acerca da compatibilidade entre as demandas concorrentes (53,56%). A magnitude dessa compreensão apaziguadora entre valores sociais em conflito na prática se deu por intermédio de uma alta participação de textos opinativos na composição da cobertura (41,1%)⁹⁴. Neles, uma reflexão mais generalizante feita em uma linguagem mais relaxada do que a do factualismo das notícias permitiu que a compatibilidade (conflituosa na prática) fosse realizada e antecipada no texto.

Cruzando as ocorrências textuais do eixo temático que alude à compatibilidade (10.1) com os outros eixos que constam na ficha de codificação, é possível ver que vários daqueles eixos se relacionam em magnitude considerável com a alusão à compatibilidade. Merecem destaque as questões controversas relacionadas à política energética (T.13) e a avaliação da posição brasileira (T.18). A seguir, um quadro formado pelos eixos em que a compatibilidade apresenta um grau de ocorrência simultânea acima de 65%⁹⁵ no total de ocorrências dos outros eixos.

⁹⁴ - O percentual de alusão à compatibilidade (10.1) nos textos noticiosos (5.1) é de 41,25%. Já nos textos opinativos – artigos de opinião (5.2 e 5.3) e editoriais (5.4) – o percentual sobe para 67,8%.

⁹⁵ - Este percentual foi escolhido arbitrariamente como parâmetro de alto grau de correlação. Em razão da já mencionada predominância do ítem 10.1 e devido ao fato de que vários outros ítems da ficha de codificação apresentaram poucas ocorrências de codificação, um percentual de 50% geraria uma correlação excessivamente ampla, o que de certa forma impossibilitaria uma análise mais acurada.

Tabela 17 – Relação entre eixo 10.1 (compatibilidade) e outros eixos temáticos da análise			
Eixos temáticos	[A] Conteúdo do eixo (nº de ocorrências no corpus)	[B] Nº de ocorrências de 10.1 (alusão à compatibilidade) no eixo	[B]/[A]
11.1	Países em desenvolvimento não devem ter metas de redução (6)	5	83%
11.2	Países em desenvolvimento devem ter metas de redução (8)	6	75%
12.2 e 12.3	Necessidade do uso de instrumentos tarifários e não tarifários para evitar vazamento de carbono e outras problemáticas relacionadas ao comércio internacional (11)	8	72,7%
13.1	Caráter positivo dos Biocombustíveis (51)	46	90,1%
13.4	Política energética não compromete DS (9)	6	66,6%
13.5	Caráter positivo da Energia Nuclear (22)	15	68,1%
15.2	Mecanismos de Mercado (25)	18	72%
15.5	Mudanças de práticas de consumo (12)	8	66,6%
16.3	Posição Mista sobre negociações (10)	8	80%
17.1 e 17.3	Tematização de impactos apenas de ordem econômica e Tematização mista de impactos (16)	13	81,25%
18.1	Posição brasileira é satisfatória... (11)	10	90,9%
18.2	Posição brasileira é insatisfatória (27)	24	88,9%
18.3	Brasil deve adotar metas de redução (5)	5	100%
18.4	Brasil não deve adotar metas (4)	3	75%
18.5	Brasil deve adotar política de redução integral do desmatamento (4)	4	100%
18.6	Brasil não deve adotar política de redução integral do desmatamento (1)	1	100%
40.1	Argumentação pragmática (151)	109	72,1%
40.3	Argumentação mista (20)	14	70%

*DS: Desenvolvimento sustentável

A tabela mostra que mesmo posições antagônicas formuladas nos textos deixam implícita a relação de compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. No debate sobre divisão de responsabilidades, por exemplo, as duas posições em jogo transparecem a mesma compreensão de fundo acerca das demandas concorrentes. Os países em desenvolvimento alegam que a compatibilidade passa por um maior esforço de mitigação por parte dos países ricos e principalmente pela transferência de tecnologias. Os defensores da adoção de metas mostram que o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” não pode ser interpretado como alforria para o aumento das emissões de CO₂. Em artigo do dia 14/03/2007, coluna em *O Globo* mencionava que o alinhamento da posição brasileira com os países em desenvolvimento era injustificável. Mencionou também o fato de que o peso do Brasil nas emissões mundiais é maior que seu peso econômico, argumentando que as atividades desmatadoras não contribuem para a melhoria dos indicadores sociais e que, dada a assimetria do perfil de emissões por classe de renda

no país, dizer que a adoção de metas inviabiliza a redução da pobreza é algo contraditório e desatento às condições econômicas do país.

Os argumentos pró-biocombustíveis alegam que tal tecnologia é o caminho para que a sociedade abandone o uso de combustíveis fósseis. Para seus defensores, os biocombustíveis são a manifestação da compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Já as manifestações contrárias aos biocombustíveis não demonstraram uma afinidade eletiva com a premissa da compatibilidade – talvez por causa do pouco espaço em material opinativo (o que favoreceria uma reflexão mais ampla), mas também porque a expansão dos biocombustíveis é vista como incompatível com o desenvolvimento sustentável, dado o risco de insegurança alimentar e estímulo ao desmatamento.

A defesa oficial do não comprometimento da sustentabilidade da matriz energética em vista da necessária expansão da oferta também foi confeccionada nos jornais sob a premissa da compatibilidade. A defesa das hidrelétricas na região amazônica e a aprovação da construção de Angra 3 foram tematizadas nos jornais como opções limpas e custo efetivas, e por isso não deveriam ser interpretadas como perda de qualidade da matriz energética. No mais, o discurso oficial se apoiou fortemente na tese de que as economias dos países desenvolvidos são muito mais intensivas em carbono que a brasileira.

A ocorrência simultânea da alusão à compatibilidade com os mecanismos de mercado (15.2) e com a tematização de impactos econômicos e mistos (17.1 e 17.3) deixa ver que a maneira de abordagem do problema e a seleção dos elementos concretos da situação (custos, por exemplo) trazidos à tona nos textos se imbricam nos argumentos expostos e alternativas de mitigação recomendadas. Dito de outro modo, a maneira com que os problemas das mudanças climáticas são tematizados transparece uma compreensão de fundo mais geral da questão e já aponta que tipo de solução virá a ser recomendada.

Nos jornais, a indeterminação conceitual do desenvolvimento sustentável vai sendo preenchida pela disputa nos enfoques e nas opiniões dos diversos agentes em trânsito na cobertura sobre mudanças climáticas. Pode-se dizer que tal disputa é a antecipação de que tipo de compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável será construída. Um bom exemplo disso é a entrevista publicada no dia 05/05/2007 em *Folha de São Paulo* e intitulada *Para cientista, saída é injetar tecnologia nos países pobres*. Nela um dos coordenadores dos trabalhos do IPCC

afirma que a solução tecnológica é a mais viável e rebate críticas que alegam que políticas de mitigação cortam empregos. Para ele, haverá uma mudança na composição do emprego em favor de setores mais avançados em tecnologias de baixo carbono. Ele cita ainda o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) como instituição que permite a compatibilização entre combate às emissões de CO₂ e oportunidade de ganhos financeiros.

A avaliação da posição brasileira no que se refere à política das mudanças climáticas (T.18) foi amplamente permeada por discursos acerca da compatibilidade entre as demandas concorrentes. Tanto as avaliações positivas quanto as avaliações negativas foram fundamentadas na premissa da compatibilidade. Os oficiais governamentais alegando sempre que a adoção de metas fere o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Quando cobrados acerca da recusa em relação às metas e das emissões relacionadas ao desmatamento, prevaleceu entre os agentes governamentais a opinião de que os países ricos estavam tentando disfarçar seu fracasso em cumprir as metas estabelecidas em Kyoto. De maneira mais simples, o argumento foi o de que os países ricos criaram e se beneficiaram do problema e agora querem repartir os custos de combate. Como dito no segundo capítulo, quando a concentração de CO₂ é vista pelo prisma do fluxo de emissões, torna-se difícil sustentar que países em desenvolvimento (Brasil, Índia e China) não devem contribuir de forma vinculante; já quando o problema das emissões é visto por um prisma do “estoque” de emissões, o histórico abismo econômico e social existente (do qual as diferenças de *emissões per capita* são indício) entre países desenvolvidos e não desenvolvidos favorece a recusa dos últimos.

Em resumo, se na cobertura específica sobre o impasse acerca das hidrelétricas na Amazônia, a narrativa noticiosa foi construída de forma a rotular personagens – Marina Silva e o Ibama sendo os “bons” e Lula e Silas Rondeuau sendo os “maus”; ou os paladinos do desenvolvimento sustentável contra seus detratores -, a análise mais geral do *corpus* e a alta ocorrência do eixo acerca da compatibilidade (10.1) em simultâneo aos mais variados eixos (em especial naqueles de conteúdo expressamente antagônico) mostra que há uma disputa incessante em torno da formulação concreta acerca do significado do desenvolvimento sustentável. Esta disputa tem nos artigos de opinião e editoriais um “espaço” mais adequado à reflexão.

A afinidade das ocorrências de alusão à compatibilidade com as argumentações pragmáticas e mistas (40.1 e 40.3) mostra o quão aberta ainda está a definição do

conceito (ou do lema político). O pacto entre gerações implícito na ideia de desenvolvimento sustentável revela a disputa política que, nos jornais, toma a forma de uma disputa simbólica – dos argumentos, das críticas, das estatísticas, do histórico das emissões, do fluxo das emissões etc. Cada um dos agentes convocados pelo jornalismo e os próprios jornais (em seus editoriais e na palavra de seus colunistas fixos) foram selecionando diferentes elementos da situação e confeccionando-os de forma a dar inteligibilidade e “concretude simbólica” às demandas por um tipo crescimento econômico que fosse compatível com o desenvolvimento sustentável.

6.2 – O desenvolvimento sustentável entre a Opinião e a Notícia – formas e conteúdos da deliberação mediada sobre mudanças climáticas

As diferenças no perfil temático e das fontes entre a parcela da cobertura realizada nas Notícias e nos textos de opinião levou à formulação da questão acerca de qual “espaço” possibilitou um ambiente mais deliberativo. Ou seja, em que parte do jornal a “troca de razões” que caracteriza o processo deliberativo foi mais intensa e que características tal processo apresentou.

Como já mencionado, as notícias (excluídas notas e entrevistas) compõem um conjunto de 143 textos. Os artigos de opinião (colunistas fixos e não fixos) e editoriais somam um conjunto de 118 textos. Assim, a parte opinativa e noticiosa que servirá de referencial de análise nesta seção compreende 90,95% do corpus analisado (261 textos). A análise será feita apenas nos eixos que permitem uma posição clara e distinta das outras opiniões. Tratam-se das temáticas mais controversas no caso brasileiro: a questão da divisão de responsabilidades e sua relação com a avaliação da posição brasileira frente à questão das mudanças climáticas (eixos T.11 e T.18)⁹⁶; a controvérsia sobre biocombustíveis (13.1 e 13.2); a avaliação da política energética (13.3 e 13.4); e os prós e contras da energia nuclear (13.5 e 13.6).

Agrupamos o conjunto das opiniões diferenciando-as entre aquelas inscritas em notícias (5.1) e aqueles distribuídos nos gêneros opinativos do jornal (5.2, 5.3 e 5.4). A relação de proporção entre posturas pró e contra foi usada como parâmetro para termos uma compreensão de “onde” no jornal o caráter de acontecimento midiático das mudanças climáticas e os processos políticos e científicos implicados nela tomam a forma de um processo deliberativo mediado pelas instituições jornalísticas investigadas. Vejamos o caso da divisão de responsabilidades e da avaliação da posição brasileira.

⁹⁶ No eixo 18 analisamos apenas: (18.1) avaliação positiva da posição brasileira; (18.2) avaliação negativa da posição brasileira; (18.3) Brasil deve adotar metas de redução de CO₂; e (18.4) Brasil não deve adotar metas de redução de CO₂.

Tabela 18 – Eixos Divisão de responsabilidades (T.11) e avaliação da posição brasileira (18.1 e 18.2) distribuídos por Notícias (5.1) e artigos de opinião (5.2)

		Eixos temáticos: contra adoção de metas e favoráveis à posição brasileira				Eixos temáticos: à favor da adoção de metas e contrários à posição brasileira			
		11.1	18.1	18.4	Total	11.2	18.2	18.3	Total
Notícias	Notícias (5.1)	4	5	3	12	2	2	1	5
	Proferimentos de Fontes	6	11	2	19	4	2	1	7
TOTAL					31				12
Opinião	Artigos de opinião colunistas não fixos (5.2)	2	4	1	7	0	4	1	5
	Artigos de opinião colunistas fixos (5.3)	0	0	0	0	2	12	1	15
	Editoriais	0	0	0	0	2	5	1	8
TOTAL					7				28

Neste caso é possível enxergar que no material noticioso predominou uma abordagem contrária à adoção de metas por parte do Brasil e dos países em desenvolvimento. Isto se explica pela predominância de fontes oficiais (em especial os agentes ligados ao governo) nas notícias (5.1). As onze fontes governamentais convocadas nas matérias codificadas como avaliando positivamente a posição brasileira (18.1) desequilibraram o perfil temático do material noticioso.

Já na porção opinativa da cobertura, predominou um enfoque favorável à adoção de metas pelo Brasil e demais países em desenvolvimento e uma avaliação negativa da posição brasileira nas negociações internacionais (18.2). Nesta parte, o desequilíbrio na distribuição das opiniões veio dos artigos de colunistas fixos. Merece destaque a coluna “panorâma econômico” da jornalista Miriam Leitão, que criticou fortemente, durante todo o semestre analisado, a posição do governo brasileiro em se aliar a países como Índia e China nas rodadas de negociação.

Em resumo, o quadro acima sinaliza que o material noticioso apresentou uma disposição mais equilibrada⁹⁷ de opiniões contrárias com enfoque pró-governo. Se por um lado, a parte opinativa da cobertura apresentou maior desequilíbrio (menos

⁹⁷ - O cálculo realizado para mensurar o grau de equilíbrio nas parcelas de cobertura analisada é simples: calcula-se a razão entre a opinião predominante e a opinião minoritária em determinada parcela de cobertura. Por exemplo, no caso acima analisado: 31/12 (Notícias) e 28/7 (Opinião). Quanto maior a razão entre as opiniões antagônicas, maior o desequilíbrio. Neste caso os valores são 2,58 e 4, respectivamente. Por isso, neste caso, a parcela noticiosa é mais equilibrada. Esta operação será repetida para os outros três casos analisados nesta seção.

pluralidade), por outro lado, pode se interpretar que este mesmo espaço serviu como esfera de contestação ao oficialismo predominante na cobertura como um todo. Ou seja, visto por um prisma de pluralidade “intra-formato”, a parcela opinativa apresentou menor pluralidade que a parcela noticiosa. Vista de um prisma mais geral (da cobertura como um todo), a parcela opinativa da cobertura assegurou um espaço crítico ao oficialismo, aumentando relativamente a pluralidade da cobertura. Passemos para a controvérsia acerca dos biocombustíveis.

Tabela 19: Debate sobre Biocombustíveis - distribuído por Notícias (5.1) e artigos de opinião (5.2 e 5.3) e editoriais (5.4)

Debate sobre Biocombustíveis			
		13.1 – Pró Bio	13.2 – Contra Bio
Notícias	Notícias (5.1)	19	7
	Proferimento de Fontes	22	9
TOTAL		41	16
Opinião			
Opinião	Artigos de colunistas não fixos (5.2)	8	2
	Artigos de colunistas fixos (5.3)	9	2
	Editoriais (5.4)	9	1
TOTAL		26	5

A defesa dos biocombustíveis já foi comentada na seção anterior. Na parcela noticiosa e opinativa predomina amplamente o enfoque pró biocombustíveis. Porém a porção noticiosa apresenta distribuição mais equilibrada que a porção opinativa⁹⁸. Apesar do predomínio pró-biocombustíveis (e por extensão, pró discurso oficial), o enfoque crítico aos biocombustíveis teve maior visibilidade no espaço das notícias do que no das opiniões. O desequilíbrio geral na distribuição dos eixos temáticos foi amenizado pela convocação de fontes contrárias aos biocombustíveis (13.2) mesmo em textos em que a análise como um todo indicava sentido pró-biocombustíveis.

A seguir a distribuição dos eixos relacionados à avaliação da política energética.

⁹⁸ - A razão é de 2,56 (41/16) para a parcela noticiosa e 5.2 (26/5) para a parcela opinativa.

Tabela 20 - Debate sobre a relação entre Política Energética e Desenvolvimento Sustentável - distribuídos por Notícias (5.1) e artigos de opinião (5.2 e 5.3) e editoriais (5.4)			
		13.3–Política energética compromete DS*	13.4 - Política energética não compromete DS
Notícias	Notícias (5.1)	3	2
	Proferimento de Fontes	4	3
TOTAL		7	5
Opinião	Artigos de colunistas não fixos (5.2)	1	3
	Artigos de colunistas fixos (5.3)	12	3
	Editoriais (5.4)	1	1
TOTAL		14	7

*Desenvolvimento sustentável

Neste eixo, tanto a parcela noticiosa como a opinativa criticou a condução da política energética. Esta discussão foi a que apresentou maior equilíbrio, já que a diferença entre a razão encontrada nas avaliações contrárias e à favor da política energética foi menor do que nos outros casos analisados⁹⁹. Os dados referentes às notícias mostram o equilíbrio da cobertura tanto no sentido dos textos como um todo quanto na análise dos proferimentos emitidos pelas fontes convocadas na cobertura. Novamente, deve-se destacar que a avaliação da política energética foi enunciada nos textos dentro um contexto marcado pelo impasse entre o Ministério do Meio Ambiente e o governo do Presidente Lula. Ao contrário dos biocombustíveis, que foram tratados como questão de interesse nacional (uma oportunidade para o Brasil); no caso das hidrelétricas na região amazônica era mais nítida a identificação de quem perde e quem ganha com a situação. Novamente o desequilíbrio na parte opinativa foi acentuado pela postura “engajada” da jornalista Miriam Leitão que, ao longo do período, publicou vários textos criticando o imediatismo e o oportunismo da política energética.

Por último vejamos a composição dos eixos temáticos inscritos na discussão sobre energia nuclear

Tabela 21 - Debate sobre Energia Nuclear distribuídos por Notícias (5.1) e artigos de opinião (5.2 e 5.3) e editoriais (5.4)			
		13.1 – Pró Nuclear	13.2 – Contra Nuclear
Notícias	Notícias (5.1)	7	1
	Proferimento de Fontes	15	11
TOTAL		22	12
Opinião	Artigos de colunistas não fixos (5.2)	4	1
	Artigos de colunistas fixos (5.3)	2	1
	Editoriais (5.4)	5	0
TOTAL		11	2

⁹⁹ - A razão é de 1,4 (7/5) para a parcela noticiosa e 2 (14/7) para a parcela opinativa. A diferença entre elas é de 0,6. Este é o menor valor encontrada nos quatro casos analisados e demonstra que a controvérsia sobre a política energética foi a mais equilibrada dos casos analisados.

O debate sobre energia nuclear foi o mais desequilibrado¹⁰⁰. Na parcela opinativa apenas dois textos apresentaram argumentos contrários à polêmica fonte energética. Por outro lado, o “engajamento” editorial de *O Globo* acentuou o desequilíbrio – cinco editoriais favoráveis em seis meses de cobertura. Mais uma vez, a parcela noticiosa da cobertura apresentou maior equilíbrio, ainda que com predominância pró-nuclear. Colaborou para o maior equilíbrio a convocação de fontes contrárias às nucleares mesmo em notícias nas quais o sentido do texto como um todo sinalizava um enfoque pró-nuclear.

Este maior equilíbrio provocado pela norma de “balanceamento” de opiniões foi nítido em dois casos que merecem destaque. No dia da reunião (25/06/2007) que decidira sobre a construção de Angra 3, matéria de *Folha de São Paulo* apresentou bastidores da reunião e convocou cinco fontes para comentar a aprovação, já dada como certa a meses. No texto, três opiniões contrárias – duas de cientistas e uma de agente do setor empresarial – contra duas à favor (ambas de fontes governamentais). No dia após a reunião, matéria de capa de *O Globo* intitulada *Após 21 anos, Lula retomará Angra 3* convocou quatro fontes a se manifestarem acerca da energia nuclear – duas favoráveis (ambas governamentais) e duas contrárias (um cientista e um ambientalista). Em resumo, o caráter mais equilibrado da cobertura feita em formato de notícias sinalizou, no caso das nucleares, que o pluralismo “intra-formato” se manifestou na porção noticiosa da cobertura.

Nas quatro controvérsias apresentadas, a parcela noticiosa (5.1) da cobertura apresentou uma distribuição mais equilibrada das opiniões antagônicas. Se no enfoque contestador do discurso oficial encontrado na parcela opinativa que tratou das controvérsias sobre a adoção de metas e avaliação da posição brasileira (1º caso) e na controvérsia sobre a sustentabilidade da matriz energética (3º caso) o discurso oficial foi contrabalanceado pelas vozes de outros agentes - em especial a voz do jornal em forma de editoriais e na opinião de seus articulistas fixos; nos outros dois casos, as posições governamentais foram apoiadas, seja implicitamente no sentido do texto como um todo, seja explicitamente nas fontes convocadas nas notícias e na autoria dos artigos de opinião.

¹⁰⁰ - A razão é de 1,83 para a parcela noticiosa e 5 para a parcela opinativa.

O oficialismo da cobertura é inegável sob várias formas de análise. No entanto, quando analisamos sob um prisma “intra-formato” vemos que, primeiro, os jornais não podem ser vistos como entidades discursivas monolíticas. Ou seja, o oficialismo da cobertura não significou monolitismo. Em menor proporção, houve espaço para opiniões contrárias às do discurso oficial. E alguns espaços (formatos) tomaram a forma de redutos de contestação da posição oficial.

Segundo, ao analisarmos a composição dos variados gêneros temos de ter em mente diferenças básicas entre a cobertura feita segundo os parâmetros dos valores-notícia a muito institucionalizados na prática jornalística e a flexibilidade dos gêneros opinativos. Isto significa que as notícias escapam em maior magnitude à intencionalidade do jornalista e, de resto, da instituição jornalística como um todo. Já os textos de opinião estão mais atrelados às intenções de seus autores. Nossa análise mostrou que na parte opinativa a disputa é mais acirrada e desequilibrada. E alguns autores influem diretamente no caráter da cobertura. O “engajamento” da coluna de Miriam Leitão contrária às obras na Amazônia e o “engajamento editorial” de *O Globo* na questão da energia nuclear ilustram bem como as análises entre mídia e política devem estar atentas às diferenciações internas intra e extra formatos dos veículos jornalísticos.

Ao entendermos os jornais como dispositivos que engendram debates e estruturam uma espécie de esfera pública abstrata, temos de ter em mente essas particularidades relacionadas à distribuição das opiniões entre os formatos e de que modo os constrangimentos e o grau de intencionalidade intrínsecos a cada formato do jornal, quando vistos ou de um prisma geral ou de um prisma “intra-formato”, fazem parte de uma relação mais complexa no qual posições minoritárias e majoritárias se entrelaçam no curso de uma cobertura mais ampla que extrapola as contingências ordinárias vividas pelos jornais e pelos atores sociais convocados a se pronunciarem sobre determinados temas. Como mencionado no capítulo 4, a cobertura sobre mudanças climáticas deve ser vista tanto em seu aspecto de acontecimento midiático quanto fazendo parte de uma gama de relações institucionais e políticas mais amplas que extrapolam as normas do tratamento jornalístico do tema.

6.3 – O aspecto transmajoritário do desenvolvimento sustentável e o oficialismo da política das mudanças climáticas nos jornais

A análise apresentada até aqui mostrou que a cobertura midiática sobre mudanças climáticas empreendida em 2007 nos dois jornais investigados apresentou um perfil no mínimo paradoxal: os jornais legitimaram o empreendimento governamental pró-biocombustíveis e pró energia nuclear, apresentaram uma avaliação equilibrada acerca da sustentabilidade da matriz energética e contestaram a recusa do Brasil em adotar metas de redução de CO₂ – e de resto, apresentaram uma avaliação negativa da posição brasileira nas negociações internacionais.

Se na seção anterior, olhamos o debate estruturado pelos media através da composição dos gêneros jornalísticos. Nesta seção vamos apresentar a composição dos eixos temáticos correspondentes às fontes acionadas na cobertura. Primeiramente, veremos o perfil dos proferimentos dos agentes internacionais de países desenvolvidos e de órgãos multilaterais (21.1 e 22.1); depois o perfil dos agentes acadêmicos (T.24) e por último o perfil temático relacionado aos agentes ligados a entidades ambientalistas (25.1). A intenção é investigar a relação entre a posição majoritária (transmutada em oficialismo¹⁰¹) na cobertura e o caráter transmajoritário do desenvolvimento sustentável realizado discursivamente nos jornais.

Houve pouca contestação por parte das fontes oficiais de origem internacional. As fontes internacionais emitiram 28 proferimentos em textos noticiosos; foram entrevistadas em três ocasiões e autoras de três artigos de opinião. Foram registradas cinco menções contrárias à adoção de metas por parte dos países em desenvolvimento (11.1 e 18.4)¹⁰² ante três favoráveis (11.2). Houve apoio aos biocombustíveis em dois casos e um apoio ao uso de energia nuclear. Uma avaliação negativa da posição brasileira (18.2) foi registrada e nenhuma positiva ocorreu. O perfil das falas dos agentes internacionais foi bastante moderado porque essas autoridades demonstraram claramente certa indisposição de entrar em conflito público com o governo brasileiro. Quando vieram ao Brasil para reuniões com autoridades do governo, oficiais de órgãos

¹⁰¹ - Para fins analíticos, a posição majoritária é entendida aqui como oficial seja porque as fontes oficiais (ligadas ao governo) predominaram na cobertura, seja porque em um país democrático o governo é eleito por um procedimento político majoritário e tem respaldo jurídico e político para implementar seu plano de governo.

¹⁰² - Quatro delas eram gerais e falavam dos países em desenvolvimento (11.1), uma delas tratou especificamente se o Brasil deveria ou não adotar metas (18.3).

internacionais deixaram claro em entrevistas que vieram ouvir o que o Brasil tem a propor para o resto do mundo e ver o que o Brasil está fazendo em matéria de mudanças climáticas. Em entrevista à *Folha*, Achim Steiner (diretor executivo do PNUMA) quando questionado acerca da posição brasileira no combate às mudanças climáticas apontou que o Brasil tem avançado em questões domésticas relacionadas às mudanças climáticas. Para ele, o fato de o Brasil se mostrar contrário à adoção de metas e à mecanismos de regulação de florestas acaba ofuscando os avanços do governo no combate ao problema. Depois se limitou a dizer que o Brasil deve sair da “defensiva” nas negociações. Para ele, as negociações devem deslocar-se da abordagem “você primeiro” para a abordagem “eu também”. Em resumo, a fala dos agentes internacionais tem caráter conciliador que visa manter a capacidade de cooperação internacional. O conteúdo desses proferimentos é mais um constrangimento do cargo que ocupam do que propriamente uma análise crítica.

O perfil temático das fontes científicas é o que mais se assemelha a uma oposição ao discurso oficial. Proferimentos de autoridades científicas (T.24) em notícias registraram 64 ocorrências e ainda foram autoras de oito artigos de opinião e objeto de 8 entrevistas. Depois das fontes governamentais (T.20), a “voz” da ciência é a que recebeu maior visibilidade e espaço na cobertura analisada. Nas controvérsias domésticas, elas apresentaram um perfil balanceado: sete menções favoráveis aos biocombustíveis (13.1) e seis contrárias (13.2); cinco menções favoráveis à energia nuclear (13.5) e quatro contrárias (13.6). Já na questão da divisão das responsabilidades (T.11) e na avaliação da posição brasileira (T.18) as fontes científicas tomaram um teor mais contestador: três avaliações negativas (18.2) e uma positiva (18.1); e duas recomendações que o Brasil adotasse metas de redução¹⁰³. Juntos, as autoridades científicas, os articulistas e os editoriais proporcionaram uma “voz” contestadora da política externa referente às mudanças climáticas. É sintomática a irrisória participação de políticos e agentes ligados à oposição na cobertura analisada.

Já o perfil da fala de atores ligados a movimentos ambientalistas além de pouca participação na cobertura apresentou pouca capacidade de contestação, porém foi equilibrada em questões domésticas. Atores ambientalistas foram convocados a se manifestar nas notícias em 20 ocasiões; tiveram 6 artigos publicados e foram entrevistados em duas ocasiões. O perfil temático dessa categoria foi o seguinte: uma

¹⁰³ Uma delas feita de maneira mais geral englobando os países desenvolvidos (11.2) e a outra referente especificamente ao caso brasileiro (18.3).

ocorrência pró biocombustíveis e uma contra; uma avaliação negativa da política energética; uma menção pró-nuclear e duas contrárias.

O perfil temático dos proferimentos confeccionados em notícias acompanha de perto o perfil temático dos artigos de opinião de colunistas fixos (5.3) e dos editoriais (5.4). Juntos eles formam o quadro mais amplo dos resultados mostrados no capítulo anterior. Ainda que minoritárias, houve críticas aos biocombustíveis e à energia nuclear. A contestação equilibrou a avaliação da política energética, pesando levemente a balança contra o discurso oficial. Já na avaliação da posição brasileira e na questão da divisão de responsabilidades os agentes não governamentais inscreveram uma avaliação negativa, recomendando a adoção de metas pelo Brasil e países em desenvolvimento. Como esta dissonância na avaliação da política doméstica e externa pode ser interpretada?

A interdisciplinaridade envolvida nas mudanças climáticas, os diversos contextos sociais das economias nacionais, o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” (que lastreia o desenho institucional do protocolo de Kyoto) retiram unidade temática da política das mudanças climáticas. Já o conceito de desenvolvimento sustentável toma um caráter universalista na medida em que abrange uma relação política que extrapola os elementos fáticos (concretos) de qualquer situação. É um pacto entre as gerações presentes e futuras. Tal pacto não está fundado em um vínculo de etnia, identidade partidária, nacionalidade ou nível de renda etc – o dióxido de carbono (CO₂) também não faz tais distinções. O desenvolvimento sustentável está fundado em um vínculo entre cidadãos. As gerações futuras são tomadas como dignas do mesmo valor da geração presente. O conceito (ou o lema político) extrapola os constrangimentos do jogo político ordinário.

No entanto, nas situações concretas permanecem os problemas, os custos e todos os elementos que dificultam a tomada de decisão. É a necessidade da decisão se dá em grande medida pelos custos da inação. Os governos (eleitos ou não) são sempre cobrados a fazer algo. Coexistem no mesmo espaço público a transcendência do conceito de desenvolvimento sustentável e os constrangimentos práticos com os quais se deparam autoridades políticas, científicas, jornalistas e o público em geral. Os jornais fazem parte deste espaço público. Eles também enfrentam pressões internas relacionadas às especificidades de suas rotinas e de sua relação com domínios da vida social a seu redor. No “papel” também coexiste a transcendência das demandas por sustentabilidade seja na forma de críticas à não adoção de metas por parte dos países em

desenvolvimento, seja na voz do discurso oficial que enxergou nos biocombustíveis e na energia nuclear opções concretas que satisfaziam a demanda por uma matriz energética sustentável e capaz de garantir a expansão econômica necessária a um país tão marcado por desigualdades de renda e pobreza. Aliás, como foi visto na revisão bibliográfica e em algumas matérias publicadas, o combate à pobreza é uma forma de enfrentamento das mudanças climáticas.

A dissonância entre a legitimação do discurso e da ação governamental a nível doméstico e a crítica à posição do Brasil nas negociações internacionais pode até ser vista como um jogo de interesses entre jornais, agentes governamentais, empresários etc. Mas em vista da referência bibliográfica usada e dos resultados avaliados, interpretamos esta dissonância como algo que escapa à intencionalidade política de algum grupo social ou inclinação ideológica de determinado jornal. Essas coisas existem e fazem parte da situação, mas não devem ser tomadas como determinantes que expliquem a cobertura midiática e a política sobre mudanças climáticas.

Já não há mais incerteza sobre a causa antrópica das mudanças climáticas, mas ainda há muita incerteza sobre os custos da ação (e da inação) e de quais são os melhores mecanismos de combate. O conceito de desenvolvimento sustentável é o mesmo para todos, mas envolve opções de política diferenciadas para as partes em negociação - nenhum país do mundo tem o potencial hidrelétrico disponível no Brasil. A indeterminação do conceito e das políticas concretas não são atributos de algum tipo de intencionalidade política manipuladora da vida social. São atributos do problema e implicam todos aqueles debruçados sobre a questão. Estão em disputa no referencial teórico usado e no conjunto de matérias analisadas neste trabalho. Estão em disputa na prática política. Estão tensionadas nos gêneros jornalísticos que caracterizaram a cobertura analisada.

As questões domésticas enfrentadas no Brasil estão permeadas de facticidades ligadas às características do sistema político e das instituições jornalísticas (e aqui não vamos entrar no mérito se biocombustíveis e energia nuclear eram mesmo as melhores opções). As questões internacionais extrapolam as especificidades desse contexto. O desenvolvimento sustentável também extrapola esse contexto. As gerações futuras não votam nem escrevem artigos de opinião em jornais. Elas não são um elemento fático da situação. Estão sim (sendo) incorporadas no valor nascente (e nas discussões sobre) desenvolvimento sustentável. Existem enquanto objeto simbólico. São de ordem comunicacional. Não estão inscritas em posições majoritárias ou minoritárias presentes

nos parlamentos ou no perfil temático da cobertura midiática. Mas estão presente na fundamentação discursiva. É em nome delas que se critica. E é em nome delas que a energia nuclear voltou à pauta política e midiática.

A legitimação interna do discurso oficial e a crítica externa são faces de uma mesma relação social e estão incrustadas na mesma contelação de valores que permeiam a vida social e institucional brasileira. Aliás, o desequilíbrio na distribuição das opiniões visto em alguns formatos contribuiu para a pluralidade da cobertura como um todo, na medida em que resguardou um “lugar” de contestação do discurso oficial. Em outros casos, o desequilíbrio pró-oficialismo engolfou mesmo as opiniões contrárias. O desequilíbrio das opiniões em determinados formatos podem significar maior equilíbrio da cobertura, quando analisada em uma perspectiva mais ampla. Posições majoritárias e minoritárias “trocaram cadeiras” no período analisado.

O aquecimento global é o “acontecimento” que implicou e afetou cursos de ação até então tidos como não problemáticos. O desenvolvimento sustentável é parte da reorientação política. É de ordem hermenêutica, evenemencial. É o valor que requer novas concepções acerca do mercado, da democracia e de nossa relação com a natureza e com o mundo social. Ele compete por atenção em meio a um conjunto de outros valores (o crescimento econômico é só um deles). Há quem questione, se com tantos problemas presentes (a pobreza em especial), porque redirecionar tantos recursos e tanta energia política com problemas que só irão se manifestar no final do século. Há tanto mal estar social entre pessoas que convivem em uma mesma época, por que tanta preocupação com o bem estar das gerações futuras?

A aceitação de tantos valores – às vezes antagônicos na prática político-administrativa – dá ao desenvolvimento sustentável e sua manifestação simbólica nos jornais um caráter transmajoritário no qual ora o oficialismo é legitimado em situações concretas, ora é criticado quando na perspectiva universalista das negociações internacionais. A disputa pelo conceito está pulverizada em vários domínios da vida social. Nos jornais vimos uma porção desse debate. E como dito no primeiro capítulo, em se tratando das controvérsias sobre mudanças climáticas, o debate é parte da “coisa” debatida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas internacionais apontam que devido a uma série de fatores o ano de 2007 pode ser tido como ano das mudanças climáticas. Este trabalho analisou a cobertura de dois grandes jornais brasileiros à respeito da questão no primeiro semestre daquele ano. Naquele período dois relatórios do IPCC foram publicados e pela primeira vez uma reunião do G8 foi convocada para tratar exclusivamente da política das mudanças climáticas. Bush reconheceu que o problema existe. No Brasil, a continuação da usina de Angra 3 foi aprovada, o licenciamento das usinas no Madeira foi aprovado após impasse político entre Ministério do Meio Ambiente e governo. Enfim, vários fatos foram implicando a ação de domínios da política, do jornalismo e da ciência. No conjunto dos 287 textos analisados, uma relação social foi manifesta, um processo político foi captado e um acontecimento midiático foi construído.

Em consonância com tendências vistas ao redor do mundo, em um primeiro momento predominou o enfoque alarmista. Uma gama de notícias sobre os “fatos do amanhã” foram publicadas. Bilhões de pessoas vão passar fome e ficar sem água, as geleiras do Groenlândia estão derretendo mais rápido que o previsto. A floresta amazônica vai virar savana. As enchentes de início do ano vão ficar tão frequentes que já nem merecem mais o nome de “acidente”.

Posteriormente a cobertura tomou enfoque mais político. No ambiente doméstico, o “boom” dos biocombustíveis fez falar. Fontes oficiais, articulistas e editores, todos apresentando as oportunidades oriundas do novo combustível em uma época na qual o esgotamento das reservas de petróleo já começa a ser tematizado. O impasse político sobre as hidrelétricas no rio Madeira - além de toda a discussão sobre se o país deveria continuar a investir em empreendimentos hidrelétricos de grande porte - engendrou também as discussões acerca de até que ponto o governo pode pressionar e quase “atropelar” procedimentos legais estabelecidos para a proteção de biomas e estudos de impacto ambiental de projetos econômicos. A volta da energia nuclear à pauta política e midiática obrigou a uma reflexão acerca de valores conflitantes na vida social: crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e segurança. Como a política pode realizar aspirações tão nobres, porém conflituosas na prática?

No enfoque mais voltado às negociações internacionais, a divisão de responsabilidades e a posição brasileira quanto a tal divisão tomaram rumo diferente da cobertura sobre assuntos domésticos. Nesta matéria, ainda que à sombra do oficialismo

majoritário, editores, articulistas e acadêmicos criticaram a recusa do Brasil em adotar metas de redução de CO₂ e em aceitar que mecanismos internacionais incluíssem a preservação de florestas. Para alguns deles, o Brasil “parou” em Estocolmo. Nossa matriz energética limpa, a biodiversidade de nossa fauna e flora, nossa tradição de multilateralismo em matérias internacionais e os baixos custos de mitigação encontrados no país pesam contra nosso alinhamento a países como China e Índia, dizem a maioria dos críticos.

Constatou-se também que, na cobertura sobre mudanças climáticas, conteúdos e formas ficaram tensionadas. O factualismo das notícias e o normativismo das opiniões mesclaram-se em meio a um conjunto de problemas concretos que pediam cobertura jornalística e ação política. A reflexão sobre se desenvolvimento sustentável e crescimento econômico são ou não compatíveis foi constrangida pelos valores-notícia, pela temporalidade dilatada dos processos físico-químicos de longo prazo e pela temporalidade de processos políticos administrados por políticos que disputam votos a cada quatro. Todas essas temporalidades foram confeccionadas nas notícias do dia.

A correlação entre o enfoque da compatibilidade e os mecanismos de mercado como opção de mitigação mostrou que o enfoque dado pelo jornal se atrela a uma gama de valores sociais circundantes e são constrangidos por normas profissionais e busca de credibilidade (e lucro) por parte dos jornais, já deixando transparecer que tipo de crítica ou apoio será proferido e que soluções serão recomendadas. Na tematização acerca do desmatamento o quadro foi parecido. A tematização feita no material noticioso se imbricou com o “alarmismo” da tematização dos impactos e com o oficialismo dos proferimentos feitos nas notícias. Já a tematização do desmatamento ocorrida no material opinativo foi acionada como elemento concreto de uma crítica mais ampla e generalizante da posição brasileira no que se refere à política das mudanças climáticas. São muitos os fatores agindo no resultado final publicado a cada manhã.

A falta de visibilidade a temas como o “vazamento de carbono”, o protecionismo verde e medidas de adaptação mostra como a pauta midiática acaba por ficar à reboque da pauta política. Do mesmo jeito que os eixos temáticos mais encontrados revelam muito sobre o tipo de debate estruturado, a falta de alguns temas importantes é também reveladora da falta de capacidade da classe política e de outras instituições sociais em planejar o futuro.

A análise do conjunto dos textos mostrou uma cobertura marcada pela presença de fontes oficiais (nos proferimentos e nos artigos de opinião) e por fontes acadêmicas.

A maior parte do material noticioso foi inscrita no caderno de Ciência. Outra grande parte confeccionada em artigos de opinião. Na política e na cobertura jornalística sobre mudanças climáticas a fronteira entre o político e o científico são instáveis. O oficial (produto da decisão política) e a “verdade” (produto do processo científico) se entremeiam na Opinião. A compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável não é um fato que possa ser noticiado. É de ordem hermenêutica, ou seja, habita no texto. Dá sentido a (e legítima) práticas existentes e reorganiza expectativas do futuro. E pela incerteza relacionada ao tema, faz falar.

E tais vozes dispersas no tempo e no espaço - quando confeccionadas segundo práticas jornalísticas vigentes - formaram um debate público de caráter abstrato. Público não só pela abrangência da circulação espacial dos jornais, mas também e principalmente por causa da relação social dialógica materializada em narrativas e argumentos confeccionados no jornal. Abstrato porque no texto as contingências fáticas que limitam nossa ação política são extrapoladas pelo caráter generalizante de nossos valores comuns. E como em qualquer debate, constrangimentos institucionais modelaram a forma do processo e suas características. Constatou-se que ora a distribuição das opiniões entre formatos afetou o nível de pluralidade das questões, ora alguns espaços serviram de “lugar” cativo para a contestação. E sem contestação não há debate.

Houve maior equilíbrio de posições nas notícias e maior acirramento no material opinativo. Por isso a constatação mais geral que os jornais não devem ser vistos como entidades monolíticas, ainda que a análise tenha revelado um oficialismo exarcebado. Quando mudaram os temas, mudaram os enfoques e a distribuição das opiniões. Ou seja, o debate não aconteceu num vácuo institucional e normativo. De novo, em se tratando de mudanças climáticas, o debate é parte da “coisa” debatida. Ele faz caducar nossas velhas categorias de majorias e minorias (típicas das instituições majoritárias da democracia), de direita e de esquerda - quem diria que um governo de esquerda seria publicamente contestado por planejar construir empreendimentos hidrelétricos em região amazônica, retomar a construção de uma usina nuclear e defender massivamente a expansão do plantio da cana (monocultura altamente lucrativa para o agronegócio) -, e de resto tensionar a ideia básica de soberania nacional. Lembremos que uma tonelada de CO₂ emitida a mais na China anula o benefício equivalente da redução do desmatamento.

É uma situação que pede cooperação interpessoal, interpartidária e internacional. Por isso a ideia de deliberação pública foi acionada. Não se trata de acomodar interesses. Aliás, constatada a certeza da origem antrópica do aquecimento global, quais são mesmo nossos interesses em comum? A incerteza sobre custos e oportunidades permanece. E nessa atmosfera de incerteza, os jornais convocam agentes do governo, agentes internacionais, cientistas, ambientalistas etc. A fala deles é para preencher a incerteza. Os governos precisam agir, a oferta de energia precisa aumentar, o petróleo vai acabar. Este é o contexto dos proferimentos, das opiniões, dos editoriais, das capas etc.

Constatamos também situação paradoxal em que os resultados gerais da pesquisa apontaram a legitimação da política governamental a nível doméstico e contestação a nível externo. Este paradoxo não foi interpretado como fruto de alguma intencionalidade por trás da cobertura. Aliás, como apresentado no primeiro capítulo, caso parecido ocorreu na Índia e na Coreia do Sul. Foi dito na introdução que o fato de países em desenvolvimento enfrentarem problemas muito diferentes e mais complexos do que aqueles enfrentados por países desenvolvidos motivou a realização deste trabalho. E esta diferença influenciou diretamente no debate. Este hiato entre a concretude (facticidade) da política doméstica e a globalidade das relações internacionais e das aspirações por desenvolvimento sustentável (norma) se manifestou na distribuição das opiniões confeccionadas na cobertura analisada e foi interpretado como traço da feição transmajoritária da deliberação pública parcialmente estruturada pelos jornais e do próprio conceito-lemma do desenvolvimento sustentável.

Na falta de uma experiência concreta das mudanças climáticas, os jornais são e foram responsáveis por fornecer uma experiência de ordem simbólica que transitou entre o caráter de acontecimento midiático e de processo político. Neles a compatibilidade entre crescimento econômico e compatibilidade foi ora realizada discursivamente em forma de apoio a políticas governamentais ora tensionada pela crítica à recusa brasileira em adotar metas de redução de gases GEE. No jornal, o globalismo do desenvolvimento sustentável se imbricou com o localismo de nossos problemas energéticos de curto prazo. Se não votam nem escrevem artigos de opinião, as gerações futuras tomaram forma simbólica em uma discussão que está longe do fim.

No mais, algumas últimas ponderações devem ser feitas para que se entenda melhor de que forma a cobertura sobre mudanças climáticas se relaciona com o mundo da política. De 2007 pra cá, o Brasil lançou um programa sobre mudanças climáticas no

qual o governo se comprometeu com metas não vinculatórias, mas que poderão ser objetos de verificação internacional¹⁰⁴. A descoberta do petróleo na camada pré-sal (combustível fóssil) deixou em segundo plano o investimento governamental em biocombustíveis. E a eclosão de crise financeira internacional no segundo semestre de 2007 reduziu em grande magnitude a atenção do sistema político e midiático às mudanças climáticas. E as rodadas de negociação para um regime pós Kyoto estão fragilizadas pelo mau desempenho do protocolo.

¹⁰⁴ - Trata-se do Plano Nacional de mudanças climáticas (Lei nº12.187/2009).

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. Senac, 2009.
- _____. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 87, p. 97-113, 2010.
- ACKERMAN, B. ; FISHKIN, J. 2004. **Deliberation Day**. New Haven, CT: Yale Univ. Press.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI). **Mudanças Climáticas na Imprensa Brasileira: uma análise de 50 jornais no período de julho de 2005 a junho de 2007**. Disponível em: <http://www.andi.org.br/_pdfs/MudancasClimaticas.pdf> Acesso em: 11 de Dezembro de 2011.
- ALMEIDA, TOGEIRO. O debate internacional sobre instrumentos de política ambiental e questões para o Brasil. 1997. Disponível em <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ii_en/mesa1/3.pdf> Acessado em 30/06/2007.
- AÍMOLA, Luis . Alguns cenários exploratórios sobre o regime após o Protocolo de Quioto. In: DUPAS, Gilberto. (Org.). **Meio Ambiente e Crescimento Econômico: Tensões Estruturais**. 1a ed. São Paulo: UNESP, 2008, v. , p. 50-80.
- ANDERSON, Alison. Media, politics and climate change: towards a new research agenda. **Sociology Compass**, v. 3, n. 2, p. 166-182, 2009.
- ANDRADE, José Célio Silveira; COSTA, Paulo. **Mudança Climática, Protocolo de Kyoto e Mercado de Créditos de Carbono: desafios à governança ambiental global**. 2008.
- ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 43-60, 2006.
- _____. Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. **Revista em Questão**. Porto Alegre, v.13, n. 1, 2007.
- _____. Acontecimento, temporalidade ea construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. **Contemporanea-Revista de Comunicação e Cultura**, 2009.
- ARRAES, R.A., DINIZ, M.B., DINIZ, M.J.T., 2006. Curva ambiental de Kuznets e desenvolvimento econômico sustentável. **Revista de Economia e Sociologia Rural** 44 (3), 525-547.
- ARROW, Kenneth J., FISHER, Anthony C. Environmental Preservation, Uncertainty, and Irreversibility. **Quarterly Journal of Economics**, 1974, , 312-319.
- AVRITZER, Leonardo. Introdução. In: MARQUES, Ângela C. **S A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- _____, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, 2000, n.50, pp25-46.
- AVZARADEL, Ana Carolina. Inventário brasileiro de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa não controlados pelo protocolo de Montreal. **MUDANÇA DO CLIMA NO BRASIL**, p. 77-89, 2011.
- BABO-LANÇA, Isabel. **A configuração dos acontecimentos públicos: o caso República e as manifestações nos Açores em 1975**. Coimbra: Minerva, 2006.
- BÄTTIG, Michèle; BERNAUER, Thomas. National institutions and global public goods. **International Organization**, v. 63, n. 2, 2009.
- BAUER, M. W. & GASKELL, G. (Orgs.) (2002). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes.

BENHABIB, Seyla. Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: WERLE, Denilson Luis; MELO Rúrion Soares (Orgs.). **Democracia Deliberativa**. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. da Silveira (orgs.) . **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis, Insular, p. 143-167, 2010.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. da Silveira (orgs.) . **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis, Insular, p. 121-143, 2010.

BILLETT, Simon. Dividing climate change: global warming in the Indian mass media. **Climatic Change**, v. 99, n. 1-2, p. 1-16, 2010.

BLACK, Laura W.; BURKHALTER, Stephanie; GASTIL, John; STROMER-GALLEY, Jennifer. Methods for Analyzing and Measuring Group Deliberation. In: HOLBERT, L. (Ed.), **Sourcebook of Political Communication Research: Methods, Measures, and Analytical Techniques**. New York: Routledge, 2009.

BOHMAN, James. O que é a Deliberação Pública? Uma abordagem dialógica. In: **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais** / Ângela Cristina Marques (organização e tradução). – Belo Horizonte : Autêntica , 2009.

BORSANI, Hugo. **Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina, 1979-1998**. Editora UFMG, 2003.

BOYKOFF, Maxwell T.; BOYKOFF, Jules M. Climate change and journalistic norms: A case-study of US mass-media coverage. **Geoforum**, v. 38, n. 6, p. 1190-1204, 2007.

BOYKOFF, Maxwell T.; ROBERTS, J. Timmons. Media coverage of climate change: Current trends, strengths, weaknesses. **Human Development Report**, v. 2008, p. 3, 2007.

BRUNDTLAND, G. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CALOU, Silvia M. Energia e mudanças climáticas: Otimismo e ameaças no fronte brasileiro. **MUDANÇA DO CLIMA NO BRASIL**, p. 143-160, 2011.

CARVALHO, Anabela; BURGESS, Jacquelin. Cultural circuits of climate change in UK broadsheet newspapers, 1985–2003. **Risk Analysis**, v. 25, n. 6, p. 1457-1469, 2005.

_____. Ideological cultures and media discourses on scientific knowledge: re-reading news on climate change. **Public Understanding of Science**, v. 16, n. 2, p. 223-243, 2007.

CASTRO, Nivalde José; DANTAS, Guilherme de A. O Planejamento do Setor Elétrico Brasileiro eo Contexto Mundial de Mudanças Climáticas. **Grupo de Estudos do Setor Elétrico**. Rio de Janeiro, 2010

CENTRO DE ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CINDES). Mitigação de mudanças climáticas e comércio.: riscos e ameaças para as exportações brasileiras. Disponível em < http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=14&view=finish&cid=506&catid=4 > Acessado em 30 de Junho de 2013.

CORREIA, João Carlos. O poder do jornalismo ea mediatização do espaço público. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 27, p. 193-212, 2000.

CHAMBERS, Simone. A teoria democrática deliberativa. In: **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Ângela Cristina Marques (organização e tradução). – Belo Horizonte : Autêntica , 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHRISTIANO, Thomas. **A importância da deliberação pública**. In: WERLE, Denilson Luis; MELO Rúrion Soares (Orgs.). *Democracia Deliberativa*. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

COHEN, Joshua. **Procedimento e Substância na Democracia deliberativa**. In: WERLE, Denilson Luis; MELO Rúrion Soares (Orgs.). *Democracia Deliberativa*. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

_____. Deliberação e Legitimidade democrática. In: **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Ângela Cristina Marques (organização e tradução). – Belo Horizonte : Autêntica , 2009.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 203-247.

DIETZ, Simon; MADDISON, David J. New frontiers in the economics of climate change. **Environmental and Resource Economics**, v. 43, n. 3, p. 295-306, 2009.

DUPAS, G. (Ed.). **Meio-ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: Unesp, 2008.

DOULTON, Hugh; BROWN, Katrina. Ten years to prevent catastrophe?: Discourses of climate change and international development in the UK press. **Global Environmental Change**, v. 19, n. 2, p. 191-202, 2009.

ELSTER, Jon. O mercado e o fórum: Três variações na teoria política. In: WERLE, Denilson Luis; MELO, Rúrion Soares. **Democracia Deliberativa**. São Paulo: Singular, Esfera Pública, 2007, p. 223-251.

ETTEMA, James S. Journalism as reason-giving: Deliberative democracy, institutional accountability, and the news media's mission. **Political Communication**, v. 24, n. 2, p. 143-160, 2007.

_____; GLASSER, Theodore L. A íntima dependência mútua entre fato e valor. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 249-276, 2011.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazônica**, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006.

FONSECA, Larissa Nacif; RIBEIRO, Eduardo Pontual **Preservação ambiental e crescimento econômico no Brasil**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2003.

FRANÇA, Vera R. 1998. V. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

_____. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. (orgs). **Acontecimento: Reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 40-50.

_____. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica ISSN 1982-2553, v. 12, n. 24, 2012b.

GOLDEMBERG, José; MOREIRA, José Roberto. Política energética no Brasil. **estudos avançados**, v. 19, n. 55, p. 215-228, 2005.

_____. Ethanol for a sustainable energy future. **science**, v. 315, n. 5813, p. 808-810, 2007.

_____; LUCON, Oswaldo. Energia e meio ambiente no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 7-20, 2007.

- GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. ; MAIA, R. C. M.. **Comunicação e Democracia** - Problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.
- GOODIN, Robert E. Sequencing Deliberative Moments. **Acta Política**, 40, 2005, 182-196.
- GUTMANN, Amy. (1995). A desarmonia da democracia. **Lua Nova**, 36: 5-37
- GUTMANN, A. & THOMPSON, D. 2007. O que significa democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 17-78, jan.-mar. Disponível em: <http://www.upenn.edu/president/images/president/pdfs/significa-democracia-2007.pdf>
- _____, Amy; THOMPSON, Dennis. Democracia Deliberativa para além do processo. In: **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Ângela Cristina Marques (organização e tradução). – Belo Horizonte : Autêntica , 2009.
- HABERMAS. Jürgen. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. In: **Revista de Estudos Avançados da USP**, São Paulo, nº 7, v. 3, set./dez. 1989, pp. 4-19.
- _____, Jürgen. O espaço público – 30 anos depois. In: **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas do Unicentro Newton Paiva**, n.12. Belo Horizonte, abril 1999. pp.7-28.
- _____, Jürgen. **Direito e Democracia** – entre facticidade e validade. Tradução: Flavio Beno Siebeneichler.v. II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Brasileiro, 2003.
- _____, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Trad. Flávio R. Koethe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003c.
- _____, Jürgen. 2004. **Verdade e justificação**. Loyola, São Paulo.
- _____. Jürgen. Três modelos normativos de democracia. In: **A inclusão do Outro**. São Paulo: Editora Loyola, p.277-292, 2004b.
- _____, Jürgen. Comunicação política na sociedade midiática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Libero**, n.21, 2008, p. 9-22.
- _____, Jürgen. **Fundamentação Linguística da Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2010. 350p.
- HARGRAVE, Jorge. SEROA DA MOTA, Ronaldo. LUEDEMANN, Gustavo. ANÁLISES DE CUSTO BENEFÍCIO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **MUDANÇA DO CLIMA NO BRASIL**, p. 313-330, 2011.
- HELD, David; HERVEY, Angus. Democracy, climate change and global governance: Democratic agency and the policy menu ahead. **The Governance of Climate Change**, p. 89-110, 2011.
- HELM, Dieter. Climate-change policy: why has so little been achieved?.**Oxford Review of Economic Policy**, v. 24, n. 2, p. 211-238, 2008.
- HENDRIKS, Carolyn M. Integrated Deliberation: Reconciling Civil Society's Dual Role in Deliberative Democracy. **Political Studies**, v. 54, p. 486-508, 2006.
- HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Accountability e seus mecanismos: um balanço teórico. IN: **6o Encontro da ABCP. Unicamp, Campinas**, 2008.
- Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA). Caderno de Estatísticas do Agronegócio Brasileiro, 2008. Disponível em: <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/Agronegocio/CadernoEstatisticas_03-2009.pdf>

- IPEA. **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. Ipea, 2011.
- JAMIESON, Dale. Ethics, public policy and global warming. Spring 1992. **Science, Technology, & Human Values**, Vol. 17, No. 2. pp. 139-153. Disponível em <http://www.environment.as.nyu.edu/docs/IO/1192/ethics_pub_policy.pdf>
- JANK, Marcos Sawaya; NAPPO, Márcio. Etanol de cana-de-açúcar: uma solução energética global sob ataque. **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. São Paulo: SENAC, 2009.
- JURAS, Ilidia da Ascensão Garrido Martins. **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo: fundamentos, histórico e estatística**. 2007.
- JUVENAL, Thaís L. Redd e o desafio da proteção da cobertura florestal global. **MUDANÇA DO CLIMA NO BRASIL**, p. 375-385, 2011.
- KNIGHT, Jack; JOHNSON, James. Agregação e Deliberação: sobre a possibilidade da legitimidade democrática. In: WERLE, Denilson Luis; MELO Rúrion Soares (Orgs.). **Democracia Deliberativa**. São Paulo: Esfera Pública, 2007.
- LEAL, B. S. . Telejornalismo e autenticação do real. **E-Compós (Brasília)**, v. 11, p. 1-13, 2008.
- LEAL, Bruno et al. Agendamento, enquadramento e noticiabilidade. In: BENETTI, M; FONSECA, V. **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, p. 187-219, 2010.
- LENZI, C. L. A política democrática da sustentabilidade: os modelos deliberativo e associativo de democracia ambiental. Campinas. **Ambiente e sociedade**, Vol. XII nº 1 2009 19-36.
- MAIA, Rousiley C.M. Mídia e diferentes dimensões da Accountability. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, p. 02-27, 2006.
- _____. **Mídia e Deliberação**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008b. v. 1. 380 p.
- _____. **Mediated deliberation and political talk**. Deliberation, the media and political talk. New York: Hampton Press. 2012.
- MANIM, Bernard. Legitimidade e deliberação política. In: WERLE, Denilson Luis; MELO Rúrion Soares (Orgs.). **Democracia Deliberativa**. São Paulo: Esfera Pública, 2007.
- MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Ângela Cristina Marques (organização e tradução). – Belo Horizonte : Autêntica , 2009, pp.207-237.
- MANSBRIDGE, Jane; BOHMAN, James; CHAMBERS, Simone; ESTLUND, David; FOLLESDAL, Andreas; FUNG, Archon; LAFONT, Cristina; MANIN; Bernard; MARTÍ, José Luis. The place of self-interest and the role of power in deliberative democracy. **Journal of Political Philosophy**., v. 18, n. 1, pp. 64-100, 2010.
- MARCOVITCH, Jacques; MARGULIS, S.; DUBEUX, CBS. Economia da mudança do clima no Brasil: custos e oportunidades. **São Paulo: IBEP Gráfica**, 2010.
- MARGULIS, Sergio. Causas do desmatamento da Amazônia brasileira. **Banco Mundial**, Brasil, Julho, 2003.
- MARQUES, A. C. S.; MENDONCA, R. F.; MAIA, R. C. M. O sistema deliberativo e seus espaços discursivos; a articulação entre diferentes modos de comunicação. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 16., 2007, Curitiba. Anais. v. 1, p. 1-16.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero (FACASPER)**, v. 21, p. 23-36, 2008.

_____. As interseções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In: **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais** / Ângela Cristina Marques (organização e tradução). – Belo Horizonte : Autêntica , 2009.

MASIERO, Gilmar; LOPES, Heloisa. Etanol e biodiesel como recursos energéticos alternativos: perspectivas da América Latina e da Ásia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.51, n. 2, julho-dezembro, pp.60-79, 2008.

MARON VICHI, Flavio. Energia, meio ambiente e economia: o Brasil no contexto mundial. **Quim. Nova**, v. 32, n. 3, p. 757-767, 2009.

MAY, Peter H. Como superar as contradições entre crescimento e sustentabilidade: inovações institucionais nos Brics. In: DUPAS, Gilberto. (Org.). **Meio Ambiente e Crescimento Econômico: Tensões Estruturais**. 1a ed. São Paulo: UNESP, 2008.

MCKIBBIN, Warwick; WILCOXEN, Peter J. **Climate change policy after Kyoto: a blueprint for a realistic approach**. Brookings Institution Press, 2002.

MCDONALD, Susan. Changing climate, changing minds; applying the literature on media effects, public opinion, and the issue-attention cycle to increase public understanding of climate change. **Int J Sustain Commun**, v. 4, p. 45-63, 2009.

MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso; GUTIERREZ, Maria Bernadete Sarmiento. **O efeito estufa eo setor energético brasileiro**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos Macroeconômicos, 2000.

MENDONÇA, R. F. 2011. "Teoria crítica e deliberação: diálogos instáveis" . Paper apresentado no *20º Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Porto Alegre.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. O discurso da justiça climática no contexto brasileiro: possibilidades e perspectivas. **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. Ipea: Brasília, p. 259-274 ,2011.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. **Jornalismo: Questões, teorias, estórias**. Lisboa: Vega, p. 34-51, 1993.

MORELLO, Thiago Fonseca; SCHMID, Vítor; ABRAMOVAY, Ricardo. Rompendo com o tradeoff entre combate à pobreza e mitigação do efeito estufa – ocaso do consumo domiciliar de energéticos no Brasil. **MUDANÇA DO CLIMA NO BRASIL**, p. 91-110, 2011.

MOUILLAUD, M; PORTO, S. D. **O jornal: da forma ao sentido**. Editora Universidade de Brasília, 2002.

MOUTINHO, Paulo. Desmatamento na Amazônia: desafios para reduzir as emissões de gases de efeito estufa do Brasil. <http://www.ipam.org.br/biblioteca>>. Acesso em 30/06/2013.

MOZZER, Gustavo B. Agropecuária no contexto da economia e baixo carbono. **MUDANÇA DO CLIMA NO BRASIL**, p. 111- 125, 2011.

NAIDIN, L. C.; GADELHA, M. F.; LEMME, M. C. Políticas Climáticas e Efeitos Sobre o Comércio. **CINDES, Rio de Janeiro**, 2009.

NAYLOR, Rosamond L. et al. The ripple effect: biofuels, food security, and the environment. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v. 49, n. 9, p. 30-43, 2007.

NEBLO, M. Thinking through Democracy: Between Theory and Practice of Deliberative Politics. **Acta Política**, n. 40, 2005, 169-81.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentado e problemática ambiental. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 47, p. 137-156, 1999.

NOBRE, Carlos A. Mudanças Climáticas eo Brasil—Contextualização. **Parcerias estratégicas**, v. 13, n. 27, p. 07-18, 2008.

NORDHAUS, William D. After Kyoto: Alternative mechanisms to control global warming. **The American economic review**, v. 96, n. 2, p. 31-34, 2006.

_____. Economic issues in a designing a global agreement on global warming. In: **Keynote Address at the Climate Change Conference, Copenhagen, Denmark, March**. 2009. p. 10-12.

OLAUSSON, Ulrika. Global warming—global responsibility? Media frames of collective action and scientific certainty. **Public Understanding of Science**, v. 18, n. 4, p. 421-436, 2009.

PAGE, Benjamin. **Who deliberates? Mass media in modern democracy**. Chicago : The University of Chicago Press, 1996.

PEREIRA S.P. & MAY. P.H. Economia do aquecimento global. In: MAY. P.H ; LUSTOSA M.C.; VINHA V.da. (Ed) **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2003. p.219-244.

PETERS, Hans Peter; HEINRICHS, Harald. Legitimizing Climate Policy. The ‘Risk Construct’ of Global Climate Change in the German Mass Media. **International Journal of Sustainability Communication**, v. 3, n. 1, p. 14-36, 2008.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n.6, 2005.

_____. Prefácio. In: BABO-LANÇA, I. **A configuração dos acontecimentos públicos: o caso República e as manifestações nos Açores em 1975**. Coimbra: Minerva, 2006.

_____. “O caráter impessoal da experiência”. In: LEAL, B.; MENDONÇA, C.; GUIMARÃES, C. (orgs) **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 39-56.

_____. A dupla vida do acontecimento. In: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. (orgs). **Acontecimento: Reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 21-38.

RATHMANN, Régis et al. Biodiesel: uma alternativa estratégica na matriz energética brasileira. **II Seminário de Gestão de Negócios**, v. 1, 2005.

RINKE, E. M.; WESSLER, H. "Comparing the Deliberativeness of Television News in Germany, the US, and Russia" *Paper presented at the annual meeting of the International Communication Association, TBA, Boston, MA Online <APPLICATION/PDF>*. 2011-12-01 from http://www.allacademic.com/meta/p491438_index.html.

RIVERO, Sérgio et al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, v. 19, n. 1, p. 41-66, 2009.

ROCHA, J, M. A ciência econômica diante da problemática ambiental. Caxias do Sul: Estudos do IPES, 2004.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, p. 27-33, 1993.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental: algumas considerações. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 141-152, set. 1991.

_____. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. Campinas: UNICAMP. IE, 1999. (**Texto para Discussão, n. 68**)

_____. Economia ou economia política da sustentabilidade? Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, set. 2001. 28p. (**Texto para Discussão, n. 102**).

ROSA, Luiz Pinguelli. Geração hidrelétrica, termelétrica e nuclear. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 39, 2007.

RUNGE, C. Ford; SENAUER, Benjamin. How biofuels could starve the poor. **Foreign affairs**, p. 41-53, 2007.

SAMPEI, Yuki; AOYAGI-USUI, Midori. Mass-media coverage, its influence on public awareness of climate-change issues, and implications for Japan's national campaign to reduce greenhouse gas emissions. **Global Environmental Change**, v. 19, n. 2, p. 203-212, 2009.

SACHS, Ignacy. A revolução energética do século XXI. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 21-38, 2007.

SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa, Portugal: Vega, p. 278-293, 1993

SCHUTTE, Giorgio Romano; BARROS, Pedro Silva. A geopolítica do etanol. **Boletim de**, p. 33, 2010.

SEROA DA MOTTA, Ronaldo. **Desafios ambientais da economia brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1997.

_____. A política nacional sobre mudança do clima: aspectos regulatórios e de governança. **MUDANÇA DO CLIMA NO BRASIL**, p. 31-42, 2011.

_____. A regulação das emissões de gases de efeito estufa no Brasil. **MUDANÇA DO CLIMA NO BRASIL**, p. 211-232, 2011b.

SHALIZI, Zmarak; LECOQ, Franck. To mitigate or to adapt: is that the question? Observations on an appropriate response to the climate change challenge to development strategies. **The World Bank Research Observer**, v. 25, n. 2, p. 295-321, 2010.

SILVA, Ennio Peres et al. Recursos energéticos, meio ambiente e desenvolvimento. 2003. Disponível em <http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_01/A4_SilvaCamargo_port.PDF> Acessado em 30 de Junho de 2013.

SILVA, F. C. (2004), "Democracia deliberativa: Avaliando os seus limites". Comunicação apresentada no II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em <<http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/203/203.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2011.

SIMON, Adam; XENOS, Michael, "Media framing and effective public deliberation", In: **Political Communication**, 17, p. 363-376, 2000.

SOCOLOW, Robert H.; GLASER, Alexander. Balancing risks: nuclear energy & climate change. **Daedalus**, v. 138, n. 4, p. 31-44, 2009.

SODRÉ, Muniz. A forma da notícia. In: _____. **Reinventando a cultura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

- _____. (2009) A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes.
- STEENBERGEN, Marco R.; BÄCHTIGER, André, SPÖRNDLI, Markus; STEINER, Jürg. Measuring deliberation: a discourse quality index. **Comparative European Politics**, Houndmills, v. 1, n. 1, p. 21-48, março 2003.
- STEINER, J.; BÄCHTIGER, A.; SPÖRNDLI, M.; STEENBERGEN, M. **Deliberative Politics in Action**. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- STROMER-GALLEY, Jennifer. Measuring Deliberation's Content: A Coding Scheme. **Journal of Public Deliberation**, v. 3, n. 1, p. 1-35, 2007.
- SUNSTEIN, Cass. Preferências e política. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília. n.1., p.219-254. Janeiro-Junho, 2009.
- TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.
- _____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- THOMPSON, Dennis. Deliberative Democratic Theory and Empirical Political Science. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 497-520, 2008.
- THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **MATRIZES**, v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008.
- TOL, Richard SJ. The economic effects of climate change. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 23, n. 2, p. 29-51, 2009.
- TOLMASQUIM, Mauricio T.; GUERREIRO, Amilcar; GORINI, Ricardo. Matriz energética brasileira: uma prospectiva. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 79, p. 47-69, 2007.
- TUCHMAN, Gaye. (1988). Mass Media Institutions. In: SMELSER, Neil. Handbook of sociology, Newbury Park, CA: Sage Publications.
- _____, G. A objetividade como ritual estratégico. In: Traquina, Nelson (org). **Jornalismo: questões, estórias, teorias**. Lisboa: Vega, 1993.
- _____, G. Contando "estórias". In: Traquina, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega v. 2, p. 258-262, 1993.
- VAZ, Paulo B.; FRANÇA, R. O. Entre o legítimo e o legitimado: a explosão dos acontecimentos nas capas de Veja. Anais do XVIII Encontro anual da Compós. Belo Horizonte: PUC-MG, 2009.
- VEIGA, Jose Eli da. O Prelúdio do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVC, **Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento**, pp. 243-266.
- VIANNA, Sérgio Besserman; DA VEIGA, José Eli; ABRANCHES, Sérgio. A Sustentabilidade do Brasil. **Giambiagi & Barros (orgs) Brasil Pós-Crise, Agenda para a próxima década**, p. 305-324, 2009.
- _____. Aquecimento Global: Um balanço das controvérsias. Texto apresentado na sessão de 7 de Novembro de 2007 no ciclo de seminários do Departamento de Economia da FEA/USP intitulado "Brasil: no século XXI: Desafios do Futuro". Disponível em <http://www.zeeli.pro.br/VEIGA_VALE_12_NOV_07.pdf>. Acessado em 11/11/2011.
- _____. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Senac, 2010.
- VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática eo Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, p. 25-46, 2002.

_____. O Brasil na arena internacional da mitigação da mudança climática, 1996-2008. Centro de Estudos de Interação e Desenvolvimento – CINDES, Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=14&view=finish&cid=264&catid=25>

_____. Impasses e Perspectivas da Negociação Climática e Mudanças na Posição Brasileira (versão preliminar apresentada no Seminário do Cindes, em 27 de novembro de 2009b). Disponível em: <http://www.cindesbrasil.org/site2010/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=14&view=finish&cid=276&catid=26>

_____; FRANCHINI, Matias. A mudança climática em 2011: governança global estagnada e o novo perfil do Brasil. **Textos Cindes**, n. 25, 2011.

WALTER, A. As Mudanças Climáticas e a Questão Energética (www.multiciencia.unicamp.br), edição nº8, 1º semestre de 2008, pp. 29-46.

WEAVER, Paul H. As notícias de jornal e as notícias de televisão. **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, p. 294-305, 1993.

WESSLER, H., PETERS, B, et al. (2008). **Transnationalization of Public Spheres**. Basingstoke, Palgrave Macmillan.

YUN, Sun-Jin; KU, Dowan; HAN, Joon. A Comparative Analysis of South Korean Newspaper Coverage on Climate Change: Focusing on Conservative, Progressive, and Economic Newspapers. **Development and Society**, v. 41, n. 2, p. 201-228, 2012.

ZALESK, Pierre. Nuclear energy and climate change. 2009. Disponível em <http://www.cgemp.dauphine.fr/fileadmin/mediatheque/centres/cgemp/articles/Zaleski_01.pdf>

ZEHR, Stephen. An Environmentalist/Economic Hybrid Frame in US Press Coverage of Climate Change, 2000-2008. In: BOYCE, Tammy; LEWIS, Justin (Ed.). **Climate change and the media**. Peter Lang, 2009, pp. 80-91

2. Exemplo de codificação

Código da matéria: T085
Data: 06/03/2007
Nome do Jornal: (2.1)
Título da matéria: Pnuma quer corte de 60% em emissões
Formato: (5.1) Notícia
Caderno: (4.4) Ciência
Primeira Página: (6.2)
- Eixos temáticos TT: 10.1 - Compatibilidade 11.1 - PD não devem ter metas 13.1 - Pró biocombustíveis 18.2 - política insatisfatória 18.4 - Brasil não deve ter metas - Eixos temáticos PF: 20.1 ----- (18.2) 22.1 ----- (11.1) (13.1) (18.4)
Atores: (20.1) (22.1)
Tipo de argumentação: (40.1)
Observações:

3. Tela de entrada dos textos

Mestrado Felipe

Home Categoria Tema Item **Texto** Consulta Textos Consulta Fontes Total Fontes

Home » Textos

Textos

Campos com * são obrigatórios.

Código * Data *

Título *

Fontes

Fonte

Nenhuma fonte cadastrada

ID Texto	↓ Código	Título	Data	
1	T001	2007, o ano do clima	01-01-2007	
2	T002	Chuvas de verão	13-01-2007	
3	T003	Por um clima melhor	14-01-2007	

4. Tela de consulta dos textos

Mestrado Felipe

Home Categoria Tema Item Texto **Consulta Textos** Consulta Fontes Total Fontes

Consulta de Textos

Início Fim

Todos os textos

Conjunto

Contem

Item	Item
2.1 Folha de São Paulo <input type="button" value="x"/>	5.1 Notícia/Reportagem <input type="button" value="x"/>
	10.1 Alusão à compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável <input type="button" value="x"/>

Copyright © 2013 by Vinicius Bertoldi.
Todos os Direitos Reservados.

5. Tela de análise de texto

Mestrado Felipe

Home Categoria Tema Item Texto Consulta Textos Consulta Fontes Total Fontes

Home » Textos » Analisar

Análise do Texto: T085

Eixos temáticos

10 - Relação entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável

- 10.1 - Alusão à compatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável
- 10.2 - Alusão à incompatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável
- 10.3 - Não é possível afirmar sobre a compatibilidade ou incompatibilidade entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável

11 - Divisão de responsabilidades

- 11.1 - Países em desenvolvimento não devem assumir metas obrigatórias de redução de emissões
- 11.2 - Países em desenvolvimento devem assumir metas obrigatórias de redução de emissões

12 - Interdependência entre comércio internacional e política das mudanças climáticas

- 12.1 - O uso de instrumentos tarifários e não tarifários (justificados em bases ambientais) é injusto pois penaliza países exportadores intensivos em carbono (em geral, pobres e/ou em desenvolvimento)
- 12.2 - O uso de instrumentos tarifários e não tarifários (justificados em bases ambientais) é necessário para evitar o "vazamento de carbono"
- 12.3 - Outras problemáticas referentes às relações entre política climática e comércio internacional

13 - Inter-relação entre mudanças climáticas e política energética

- 13.1 - Caráter positivo da produção de biocombustíveis (redução de emissões, redução da pobreza e diversificação da matriz energética)
- 13.2 - Caráter negativo da produção de biocombustíveis (trabalho escravo, aumento do desmatamento, insegurança alimentar etc.)
- 13.3 - A política energética brasileira privilegia o crescimento econômico e/ou a segurança energética às custas da sustentabilidade ambiental da matriz energética